

ADAILTON DAMIÃO DOS SANTOS

**ENTRE O MACHADO DO CURUPIRA E GAMELEIRAS
ENCANTADAS: CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, TERRITÓRIO E
IDENTIDADES NA SERRA DO BRIGADEIRO, ZONA DA MATA
MINEIRA (1976 a 2006)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*

Orientador: Leonardo Civalle

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2019**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa- Campus Viçosa**

T

S237e
2019 Santos, Adailton Damião dos, 1975-
Entre o machado do curupira e gameleiras encantadas: conservação da
natureza, território e identidades na Serra do Brigadeiro, Zona da Mata Mineira
(1976 a 2006) / Adailton Damião dos Santos. - Viçosa, MG, 2019.
229f.: il. (algumas color.); 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Leonardo Civale.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.196-206.

1. Florestas - Conservação - Minas Gerais. 2. Ambientalismo - Aspectos
sociais. 3. Índios Puri - Identidade étnica. 4. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Engenharia Florestal. 5. Parque Estadual Serra do Brigadeiro
(MG) - Condições rurais. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e
Cidadania. II. Título.

CDD 22 ed. 363.70098151

ADAILTON DAMIÃO DOS SANTOS

**ENTRE O MACHADO DO CURUPIRA E GAMELEIRAS
ENCANTADAS: CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, TERRITÓRIO E
IDENTIDADES NA SERRA DO BRIGADEIRO, ZONA DA MATA
MINEIRA (1976 a 2006)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*

Aprovada: 12 de dezembro de 2019.

Assentimento:

Adailton Damião dos Santos
Autor

Leonardo Civale
Orientador



**À memória da minha mãe,
nascida no *Córgo* da Piúna,
crescida na Serra do Tabuleiro,
tataraneta de Índia Puri**

À minha irmã – guerreira!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador Leonardo Civale, coautor dessa dissertação e sempre generoso nas suas inúmeras contribuições. A ele devo o contato com os conceitos da geografia, que fundamentam parte desse trabalho, além dos comentários e observações sempre precisos e instigantes sobre os fundamentos históricos da minha “aventura” pela Serra dos Arrepiados.

Mas, esse trabalho foi iniciado com a orientação da Professora Priscila Dorella, a quem agradeço a sugestão dos primeiros passos para coleta de fontes e sistematização das mesmas, um impulso inicial sempre enche os pulmões de ar e o corpo de energia. Nesse caminho também reencontrei o Helton Nonato de Souza, amigo de longa data, e conheci a Carolina Marotta pessoalmente, já que seus escritos eram parte das minhas leituras há alguns anos, ambos foram fundamentais para que o trabalho, desde a qualificação, adquirisse a forma e o conteúdo atual, gratidão a vocês por me mostrarem tantas possibilidades de caminho para o trabalho e por me apresentarem críticas sempre tão bem fundamentadas. Ao Ely Bergo de Carvalho, que generosamente fez parte da banca de defesa da dissertação e me apresentou excelentes contribuições conceituais – obrigado por contribuir com essa caminhada!

Agradeço a todos aos colegas da minha turma de mestrado, pessoas vindas de todos os lados e com formações diversas, o que fez as aulas e os debates serem muito proveitosos. De maneira especial agradeço à Paty, que sempre auxiliou a todos nas questões burocráticas que surgiram, com generosidade e eficiência; a Amandinha, a quem contei tantos lamentos; a Janice, que contribui com muitos textos e sugestões, a Ana Paula, que compartilhou comigo tantas informações e uma viagem à Costa Rica (Pura Vida!); ao Herbert, com sua fala pausada, sempre tão solícito para oferecer seus conhecimentos cartográficos e ao Ronaldo, que alegra qualquer ambiente tenso. Obrigado turma!

Estou grato e esperançoso com a administração atual do Parque Estadual do Brigadeiro (PESB), que tem aberto o parque à comunidade e promovido diversas ações para aproximar-se do “Povo da Mata”. Parabéns pela atitude, enfim, esse parque foi construído junto à população que vive no seu entorno – é a sua história! Na sede do PESB fui prontamente atendido pela Rose, atual administradora da Unidade de Conservação, e pelo Chico da Mata, que muitas histórias tinha pra contar.

Mas, se o texto não está repleto de ideias sem sentido é porque a correção passou pelos olhos atentos de duas amigas, Eloisa Barbosa e Marizabel Pacheco, que tantas vezes leram

essa dissertação, em suas várias versões. Também tive outros dois leitores a quem agradeço o incentivo para continuar escrevendo e me aventurando pela serra, obrigado Seu Rodolfo e Carol Gonçalves. Mas, incomodei também a Rogéria Castro, que me passou informações importantes sobre o Turismo de Base Comunitária. À Isabela Andrade, que leu as versões iniciais deste trabalho com o entusiasmo de amiga e o olhar crítico de geógrafa. Ao Eduardo Santos (coordenador do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa) e sua equipe de trabalho, que sempre auxiliaram-me com as fontes e as memórias “ufevianas”, facilitando e orientando a busca da documentação adequada para as hipóteses que surgiram ao longo da pesquisa. Ao Fellipe Fazionato e ao Renan Freitas que generosamente elaboraram e reelaboraram os mapas que constam nesse trabalho. Também ao Mateus Paes que, com sua energia, olhar artístico e competência, subiu a serra comigo mais de uma vez, sem ele as falas dos informantes da Trilha das Dores não seriam registradas e meu “Produto Final” não teria sido construído. Aos alunos e alunas da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas e da Escola Municipal da Serrania, que andaram por todos os lados trazendo informações para o Inventário Participativo da “santa que faz chover”; ao professor e historiador Luiz Fernando, por ter motivado seus alunos da Serrania para produzir e coletar memórias sobre a Trilha das Dores. Ao Renato Matta (Casa da Cultura de Miradouro) e à Aída Sant’Anna (Casa da Cultura de Ervália), por terem acreditado, incentivado e participado da elaboração do inventário. Ao Kamilo Castro e ao Ivan Lopes por cederam seus registros visuais sobre a Serra dos Arrepiados. Ao Júlio César e a Jacqueline Salgado, que me apresentaram a Gameleira Encantada do Zé Regino, décadas atrás.

Nessa trajetória conheci ainda a obra e as lutas da minha Tsatêh Aline Rochedo Pachamama, que incentivou-me na busca da oralidade do nosso povo Puri, dando voz aos nossos ancestrais, com suas rochas, rios, árvores e afetos... Gratidão!

Sou grato a todos que me receberam nas suas casas e vidas, nas minhas andanças pela serra, gente generosa e acolhedora (Criszaler, Aninha, Rosiane, Dona Justa, Alberto e Hélia). Na mesma serra conheci pessoas de todo tipo, que fizeram-me entender quem era o “Povo da Mata”, com suas falas e memórias: o Seu Neném Lupin, Seu Dico Simão, Dona Justina, Seu Eugênio Belo, Dona Cacarra, Seu Ancelmo Sanfoneiro, Dona Vicenza, Dona Nadir, Seu José Ramos, Seu Jair, Seu Zé Lindolfo, Dona Antônia, Ana Leila, Seu Antônio do Juca, Seu Adão, Andréia Lima, Conceição Fonseca, Dona Maricota, Seu Tito, Madalena Martins, Seu Chiquinho Martins, Seu Ladinho, Dona Joana, Seu Chiquinho Serafim e Seu Zé Santim (*In Memoriam* - que agora mora aos pés da sua Árvore Encantada). Também aos professores do Departamento de Engenharia Florestal, Wantuelfer Gonçalves e Capitão Alfenas, que, fizeram-me, com suas falas e publicações, entender os caminhos a seguir.

Nesses três últimos anos me aproximei como nunca dos meus familiares e a eles e elas agradeço o apoio incondicional: minha irmã Vanderléia, o Gilson, a Elisângela, a Iersa, a Larissa, o Robson, o Adilson, o Gabriel, a Eliane, a Nathália, o Edilson, a Cássia, a Mariana e ao Lucas e ao Daniel, que sempre me faziam pausar, depois de horas abduzido na mesa de estudos: “Tio Dadá, vamos brincar?”. Que sorte tenho, não tive tempo pra solidão; percorri essa estrada com muita gente!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



Curupira

— *Que pancada surda é essa, no meio da mata?*

— *É Curupira que bate no tronco, pra ver se ele resiste ao temporal. Tá avisando a árvore pra se cuidar.*

(Carlos Drummond de Andrade, 1983)

Arvores mais usuais e paus de que mais se usa deles (...)

Pau chamado gameleira, que também por outro nome se chama airova

(Códice Costa Matoso, 1750)

RESUMO

SANTOS, Adailton Damião dos, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2019. **Entre o Machado do Curupira e Gameleiras Encantadas: Conservação da Natureza, Território e Identidades na Serra do Brigadeiro, Zona da Mata Mineira (1976 a 2006).** Orientador: Leonardo Civale.

As narrativas produzidas por engenheiros e técnicos florestais do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa revelam os debates sobre silvicultura e conservação da natureza no ensino, na pesquisa e na extensão daquela universidade. A trajetória da engenharia florestal pode ser representada pela coexistência de projetos nos anos de 1960, aparentemente antagônicos para as florestas de Minas Gerais – produzir carvão vegetal para alimentar os fornos das siderúrgicas e conservar o que restava da Mata Atlântica no estado. As pesquisas para produção de essências florestais exóticas, preponderantemente o eucalipto, no entendimento científico florestal (*fazedores de Florestas*) daquelas décadas, solucionaria tal dilema, mantendo o progresso como imperativo e aliado da conservação, baseando-se no modelo conservacionista do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. No final dos anos de 1970, a Serra do Brigadeiro vai tornar-se o alvo desse movimento dialético das ciências florestais da UFV, passando à proposição de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Os debates de ideias dos proponentes (cientistas e ambientalistas), frente as reivindicações das comunidades do entorno da Serra do Brigadeiro, sobretudo durante a demarcação das áreas do parque nos anos de 1990, e a implantação do seu Plano de Manejo nos anos de 2000, fortalecem os laços comunitários da luta entre os agricultores da entorno da Unidade de Conservação, no entendimento de que a defesa pelo direito ao uso das terras passava necessariamente pelo reconhecimento das identidades arraigadas ao seu território. Essas identidades, em muitos aspectos vinculadas aos povos originários Puri, continuam existindo e resistindo na Serra dos Arrepiados com suas vozes que vêm da mata, da cura pelas plantas, das pedras, dos córregos, dos bichos e das gameleiras encantadas. Ali, na Serra dos Arrepiados, onde a floresta não é apenas um recurso, mas a moradia e o território dos símbolos e vivências do *Povo da Mata*.

Palavras-chave: Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa (DEF/UFV). Parque Estadual Serra do Brigadeiro (PESB). Conservacionismo. Socioambientalismo. Território Rural Serra do Brigadeiro. Territorialização. Identidade Puri.

ABSTRACT

SANTOS, Adailton Damião dos, M.Sc., Federal University of Viçosa, December, 2019. **Between Curupira's Axe and Enchanted Gameleiras Trees: Nature Conservation, Territory and Identities on Serra do Brigadeiro, Zona da Mata Mineira (1976 a 2006).** Advisor: Leonardo Civalle.

The narratives produced by engineers and forest technicians of the Department of Forest Engineering at the Federal University of Viçosa reveal debates on silviculture and nature conservation, in the teaching field, research and extension of that university. From then on, the trajectory of forest engineering can be represented by the coexistence of projects in the 1960s, apparently antagonistic to the forests of Minas Gerais - one producing charcoal to feed the steel mills and the other conserving what was left of the Atlantic Forest in the state. The research for the production of exotic forest essences, predominantly eucalyptus, in the understanding scientific forestry of those decades, would solve this dilemma, maintaining progress as an imperative and conservation ally, based on the conservation model of the Brazilian Institute of Development Forestry. In the late 1970s, Serra do Brigadeiro became the target of this dialectic movement of forest sciences at UFV, proposition the establishment of Serra do Brigadeiro State Park. The debates of ideas of the proponents (scientists and environmentalists), from the protests of the communities around "Serra do Brigadeiro", especially during the demarcation of the park areas in the 1990s and the implementation of its Management Plan in the 2000s, strengthen the community ties of the struggle between farmers of the Conservation Unit, in the understanding that the defence for the rights of the land usage, required the recognition of identities rooted in their territory. These identities, in many ways linked to the populace Puri, continue to exist and resisting at "Serra dos Arrepiados" with their voices coming from the woods, the healing plants, the rocks, streams, animals and enchanted "gameleiras" trees. There, in the "Serra dos Arrepiados", where the forest is not only a resource, but the dwelling and the territory of the symbols and experiences of a populace "Povo da Mata".

Keywords: Department of Forest Engineering at the Federal University of Viçosa (DEF/UFV). Serra do Brigadeiro State Park (PESB). Conservationism, Socio-environmentalism. Serra do Brigadeiro Rural Territory. Territorialization. Puri Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- **FIGURA 1** – Fotografia de Jequitibá vermelho com 7,15 m de circunferência na base e 20 m de altura aproveitável, apresentado no Relatório do Professor Arlindo de Paula Gonçalves, 1940 53
- **FIGURA 2** – Fotografia da base do tronco do jequitibá, apresentado no Relatório do Professor Arlindo de Paula Gonçalves, 1940 54
- **FIGURA 3** – Logotipo da Campanha Integrada de Reflorestamento, 1965 62
- **FIGURA 4** – Capa da Revista Informe Agropecuário (Número dedicado ao PRODEMATA), 1981 72
- **FIGURA 5** – Estrutura do Departamento de Recursos Naturais Renováveis da ESF, 1972. 75
- **FIGURA 6** – Área Proposta para o Parque Biológico da UFV, 1972 78
- **FIGURA 7** – Curupira Montado no Caititu, 1967 80
- **FIGURA 8** – Transporte de Toras da Agro Madeireira Peres, São Pedro dos Ferros (MG), 1952 90
- **FIGURA 9** – Teleférico Utilizado pela Cia. Belgo Mineira para Baldeio de Madeira para Produção de Carvão Vegetal, década de 1950 92
- **FIGURA 10** – “O machadeiro, Seu Machado e Sua Residência no Seio da Mata, às Margens do Rio Matipó”, 1940 93
- **FIGURA 11** - O Machadeiro e o Tronco do Jequitibá, 1934..... 94
- **FIGURA 12** – Logomarca Web da Prefeitura Municipal de Araponga 117
- **FIGURA 13** – Brasão Oficial do Município de Miradouro 128
- **FIGURA 14** – Pensão Dona Eva, em Bom Jesus da Madeira no ano de 2005, Foto Frederico Brumano, 2005 141

- FIGURA 15 – Pensão Dona Eva, em Bom Jesus da Madeira no ano de 2019, disponível na web (sem crédito)	141
- FIGURA 16 – Cartaz do 3º Terreiro Cultural, Sericita	146
- FIGURA 17 – A Árvore de Pau Barrigudo e Seu Amigo Ancião, foto Adailton D. S., 2019	162
- FIGURA 18 – A Árvore de Pau Barrigudo e Seu Amigo Ancião, foto Adailton D. S., 2019	162
- FIGURA 19 – Cará de Rama e Inhame, colhidos na horta e secando ao sol, foto Adailton D. S., 2019	164
- FIGURA 20 – Gameleira Encantada da Capela de Nossa Senhora das Dores, Sítio Catinga, Ervália, foto Adailton D. S., 2019	167
- FIGURA 21 – Cruzeiro na Estrada da Serra do Tabuleiro, foto Adailton D. Santos, 2019	174
- FIGURA 22 – Cruzeiro na Divisa de Propriedade Rural Com a Estrada da Serra do Tabuleiro, foto Adailton D. S., 2019.....	175
- FIGURA 23 – Casa Típica da Serra das Dores (com terreiro de café na porta da sala), foto Adailton D. S., 2019.....	175
- FIGURA 24 – Placa do PESB, foto Adailton D. S., 2019	176
- FIGURA 25 – Capela de Nossa Senhora das Dores, com Terreiro para Celebrações, foto Adailton D. S., 2019	179
- FIGURA 26 – Capela de Nossa Senhora das Dores, com Terreiro para Celebrações, foto Adailton D. S., 2019	179
- FIGURA 27 – Romaria das Dores de 2014, foto Ivan Lopes.....	180
- FIGURA 28 – Romaria das Dores de 2014, foto Ivan Lopes	181
- FIGURA 29 – Troca de Santos (Nossa Senhora das Dores e Senhor dos Passos), foto Ivan Lopes, 2014	162

- **FIGURA 30** – Roda de Conversa & Reflexão Realizada Ao Pé da Serra, Antes da Subida, foto Mateus Paes..... 183
- **FIGURA 31** – Renato Matta Apresentando o Corpo Original da Imagem de nossa Senhora das Dores – Estrutura de Roca em Destaque, foto Aída Sant`Anna 185
- **FIGURA 32** – Registro Fotográfico da Entrevista Com o Sr. Antônio do Juca, comunidade das Dores, foto Mateus Paes 187
- **FIGURA 33** – Registro Fotográfico da Entrevista Com o Sr. Tito e Dona Antônia, comunidade do Careço, foto Mateus Paes..... 188

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

- TABELA 1 – Parques Nacionais Criados entre 1979-1989	39
- TABELA 2 – Temas das Monografias do DEF (1985-2003)	113
- TABELA 3 – Produto Interno Bruto dos Municípios do Território Rural Serra do Brigadeiro, Ano 2000	126
- QUADRO 1 – Fórmula para Cubagem Científica de Toras de Madeira	54
- GRÁFICO 1 - Plano Trienal de Produção de Mudanças para a CIR.	64
- GRÁFICO 2 - Reflorestamento por Espécies na Zona da Mata Mineira (1967-1973).	64
- GRÁFICO 3 - Temas Monográficos do DEF Ligados à Conservação e Uso dos Recursos Naturais	114

LISTA DE MAPAS

- **MAPA 1** – Mapa de Localização dos Informantes 28
- **MAPA 2** – Mapa de Sugestão para Criação do PESB, 1978 101
- **MAPA 3** – Área atual do PESB e área inicial baseada na “Cota Mil” 108
- **MAPA 4** – Mapa Planialtimétrico do PESB e Municípios que compõem o Território Rural da Serra do Brigadeiro 115
- **MAPA 5** – Marcha da Frente de Povoamento da Zona da Mata Mineira (1830 – 1870) 149
- **MAPA 6** – Bandeiras e Descobertas Auríferas nos Sertões da Capitania do Rio de Janeiro, Fins do Século XVII e Início do XVIII 152
- **MAPA 7** – Mapa de Trilha de Nossa Senhora das Dores 178

LISTA DE SIGLAS

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais
ACH-UFV – Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa
ACESITA – Companhia de Aços Especiais Itabira
APA – Áreas de Proteção Ambiental
ARIE – Áreas de Relevante Interesse Ecológico
CIR – Campanha Integrada de Reflorestamento
CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
DEF – Departamento de Engenharia Florestal (a partir de 1978)
DRNR – Departamento de Recursos Naturais Renováveis
DRP – Diagnóstico Rápido Participativo
CAF – Companhia Agro Florestal
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
EMATER-MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
ENF – Escola Nacional de Floresta (1960-1963)
EPAMIG – Empresa de Pesquisas Agropecuárias de Minas Gerais
ESAL – Escola Superior de Agricultura de Lavras
ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1926-1948)
ESEC – Estação Ecológica
ESF – Escola Superior de Floresta (1964-1978)
FAFILE – Faculdade de Filosofia, ciências e Letras de Carangola
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture Organization*)
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais
FBCN – Fundação Brasileira para Conservação da Natureza
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF – Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
IEPHA-MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MNRJ – Museu Nacional do Rio de Janeiro
NWF – Federação Nacional da Vida Selvagem (National Wildlife Federation, USA)
PERD – Parque Estadual do Rio Doce
PESB – Parque Estadual da Serra do Brigadeiro
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento: I PND (1972-1974) e II PND (a partir de 1974)
PRODEMATA – Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata
PRONAT – Programa de Desenvolvimento de Territórios Rurais Brasileiros
RDS – Reservas de Desenvolvimento Sustentável
RESEC – Reservas Ecológicas
RESEX – Reservas Extrativistas
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAF – Sistemas Agroflorestais
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SFB – Serviço Florestal Brasileiro
TSB – Território Rural da Serra do Brigadeiro
UFV – Universidade Federal de Viçosa (desde 1969)
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (1948-1969)
USAID – Agências dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development*)

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO –	20
Objetivos da Dissertação	23
Hipóteses Levantadas	24
Fontes e Metodologia	25
Utilitarismo e Conservação da Natureza na História do Brasil	30
CAPÍTULO 1 – AS FABULOSAS FLORESTAS ÚTEIS: SILVICULTURA E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA ..	44
1.1 – Os <i>Fazedores de Florestas</i>: programas e campanhas da Escola Superior de Florestas	57
1.2 – Fazendo Floresta, Construindo Paisagens	69
1.3 – O <i>Conservacionismo Curupira</i> na Escola Superior de Florestas nas Décadas de 1960 e 1970	73
1.4 – Reivindicando Laboratórios: as reservas florestais entram em cena	81
CAPÍTULO 2 – OLHARES SOBRE A SERRA: FISCALIZAR, PLANEJAR E TRANSFORMAR A SERRA DO BRIGADEIRO EM PARQUE	85
2.1 – Para Que a Serra Não Vire Carvão – do embargo da contravenção à sugestão do parque	87
2.2 – O Parque Esbarra nas Comunidades – a questão da “Cota Mil”	98
2.3 – O Sociambientalismo e a Engenharia Florestal da UFV	109
2.4 – O Planejamento Participativo e a Voz das Comunidades no Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro	115

CAPÍTULO 3 – A IDENTIDADE DO POVO DA MATA E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS NA SERRA DOS ARREPIADOS	122
3.1 – Caracterização do Território Rural Serra do Brigadeiro	125
3.2 – Do PESB ao Território Rural Serra do Brigadeiro	129
3.2.1 – Promoção da Agricultura Familiar Diversificada	133
3.2.2 – Recuperação e Preservação Ambiental	135
3.2.3 – Promoção do Turismo Rural Sustentável	138
3.2.4 – Promoção da Agroindústria Familiar e do Artesanato	141
3.2.5 – Resgate e Valorização da Cultura	142
3.3 – A Serra dos Arrepiados - entre a desterritorializações e a resistência	147
3.4 – A Identidade do Povo da Mata da Serra do Arrepiados	157
CAPÍTULO 4 – A SERRA DOS ARREPIADOS E A SANTA QUE FAZ CHOVER (PRODUTO FINAL)	172
4.1 – Análise da Relação Entre a Santa e a Serra	178
4.2 – Inventário Participativo da Romaria e da Trilha das Dores	181
4.2.1 – A caminhada pela trilha e o diálogo entre as comunidades	182
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
6 – FONTES E ARQUIVOS UTILIZADOS	191
- Revistas, Informativos e Boletins	191
- Arquivo Central e Histórico da UFV (ACH-UFV)	191
- Documentação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro	194
- Documentação do Território Rural Serra do Brigadeiro	194
7 – ENTREVISTAS REALIZADAS	195
8 – BIBLIOGRAFIA ANALISADA	196

9 – ANEXOS	207
Anexo I – Análise da Capa do Boletim “Reflorestamento, Programa Impacto para a Zona da Mata de Minas Gerais” – 1972	207
Anexo II – Brasões dos Municípios que Compõem o Território Rural Serra do Brigadeiro	208
Anexo III - A Trilha das Dores e a Santa que Faz Chover – livreto e Audiovisual (Produto Final)	209

INTRODUÇÃO:

Buscando entender o que se pensava sobre a conservação da natureza, chegamos primeiramente aos silvicultores, que mais tarde viriam a ser chamados engenheiros florestais, da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Encontramos visões sobre o “sertão” e seus habitantes, julgados “rústicos”, “indolentes”, “predadores” e “imediatistas”. Encontramos também fórmulas, métodos e discursos para tornar esse “homem do sertão” mais ágil, produtivo e empreendedor; com programas e campanhas educativas. Encontramos ipês, enormes troncos de jequitibá e eucalipto, muito eucalipto! Andamos um pouco mais, “futicamos” em papéis antigos, vimos acordos nacionais e internacionais pra fazerem as florestas serem produtivas; vimos cientistas fazendo florestas. Vimos o Campus da UFV ficar bonito como ele é, com uma linda lagoa e muitas matas, fruto do trabalho intelectual dos *Fazedores de Florestas*. Lemos sobre intrigas e conchavos, que “roubaram” da UREMG a Escola Nacional de Florestas. Vimos a Escola Superior de Florestas surgir e seu currículo se organizar. Ouvimos queixas sobre os desonestos donos de alçapões e gaiolas, que tentavam levar a fauna do campus para casa – Ah, esses inescrupulosos e egoístas! Ouvimos o alarido na mata, quando o machado do Curupira assustou o predador. Andamos poucas dezenas de quilômetros e vimos a Serra do Brigadeiro virar carvão e ainda tivemos tempo para ouvir as machadadas compassadas dos machadeiros e o barulho das roldanas do teleférico. E, quando a Polícia de Vigilância Rural chegou, registramos o desalojo da Companhia e a mata resiliente ganhando forma outra vez. Ouvimos atentamente a emoção do Capitão Alfenas contando como imaginou uma área de proteção naquelas matas resilientes. Calculamos índices e projetos de centenas de monografias e percebemos o avanço do Socioambientalismo – vimos, e como vimos, o CTA atuar. Mas também paramos diante dos protestos e reivindicações das populações ameaçadas de expulsão da serra e ficamos imaginando como deve ter sido trazer esse povo da serra para discutir o Plano de Manejo do parque. Salientamos que o povo da serra foi ouvido, mas não sem se organizar. Acompanhamos o empenho do CTA em fazer a Serra do Brigadeiro ser reconhecida como território – e o fez. Vasculhamos a documentação para entender que território era esse, o Território Rural da Serra do Brigadeiro, com sua gente, sua economia e sua cultura. Assistimos apresentações do *Folguedo dos Arrepiados*, reivindicando a história dos povos originários Puri. Fizemos uma longa digressão para entender que povo é esse e encontramos um povo desterritorializado e com suas memórias silenciadas; ainda continuamos perguntando: quem é o tal do Brigadeiro que rebatizou a Serra dos Arrepiados? Fomos buscar os sentidos da natureza para os “índios” da serra e topamos com as falas do *Povo da Mata*, com seu tatu sagrado e suas

gameleiras encantadas. Ainda tiramos um tempinho para caminhar até a Serra das Dores e nos assombramos com a fé daquele povo e com aquela santa que, quando vira para o outro lado da serra, faz chover. Por fim, juntamos tudo o que vimos, ouvimos, lemos, imaginamos, e organizamos em quatro capítulos, naquela esperança que aprendemos nas nossas andanças pela Serra dos Arrepiados – nunca é tão longo o caminho, apenas devemos ter a perseverança em chegar do outro lado.

No primeiro capítulo discutimos os caminhos percorridos pela silvicultura dentro da ESAV/UREMG, com foco no ensino das ciências florestais, no fomento à produção de madeira para a indústria siderúrgica e na construção da identidade dos cientistas florestais responsáveis pela tarefa – os *Fazedores de Florestas*. Seguindo a tradição extensionista do modelo *Land Grand College*¹ da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, ensinava-se as práticas do uso das florestas aos agricultores, objetivando afastá-los da sua “ignorância” e “espírito predador” e capacitando-os para extrair e/ou produzir de forma científica e racional os recursos das matas. Plantar as áreas desmatadas e aproveitá-las ao máximo com espécies de rápido crescimento também foi um modelo aplicado amplamente neste período, assim ocorre na Campanha Integrada de Reflorestamento (CIR) e no Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata (PRODEMATA). Por outro lado, surgem também os discursos e práticas para conservação da natureza dentro da Escola Superior de Florestas (ESF), tendo sua atuação inicial dentro do campus universitário, denunciando a contravenção de animais e a degradação ambiental nos terrenos da universidade e propondo a criação de reservas para os estudos das ciências florestais. Visando ampliar sua atuação conservacionista, os professores da ESF criam em 1967 o Centro Mineiro para Conservação da Natureza (CMCN), que, baseado nos princípios da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN) e tendo o *Machado do Curupira* como símbolo, vai formular projetos conservacionistas para Minas Gerais. Propõem-se, portanto, em meados da década de 1970, a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, que já era preocupação do CMCN desde a sua fundação.

¹ In: RIBEIRO, Maria das Graças Martins. “Caubóis e Caipiras: os land grand colleges e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa”. Revista História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n.19, abr. 2006. p.105-120. Segundo Denilson Azevedo, na ESAV a estrutura de ensino foi baseada nesse modelo do *aprender fazendo*, importado dos Estados Unidos por Peter Henry Rolfs, fundador da instituição, Assim, “(...) a escola procurava articular disciplinas do conteúdo teórico, ministradas no Edifício Principal, e prático, dadas nos laboratórios centrais, em laboratórios rurais, nos campos e estúbulos”. In: AZEVEDO, Denilson Santos de. Melhoramento do Homem, do Animal e da Semente - o Projeto Político pedagógico da escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1948): organização e funcionamento. Tese (Doutorado) – pós-graduação em Educação, USP. São Paulo, 2005. p.128.

No segundo capítulo analisamos especificamente a atuação do Departamento de Engenharia Florestal na idealização, criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), expondo suas teorias e práticas conservacionistas² entre as décadas de 1970 e os anos 2000. Durante este percurso, ocorrem mudanças nos modelos de conservação da natureza no Brasil, revelando um enfrentamento político e epistemológico entre conservacionistas e socioambientalistas. Esses debates vão chegar até Viçosa, sobretudo com a influência do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM), na promoção do uso da terra e das florestas de forma agroecológica e sustentável. Os processos participativos de criação e implantação do PESB nos anos de 1990 são fruto destas influências que, em certa medida, também alcançaram o Departamento de Engenharia Florestal (DEF). Para comprovar nossa hipótese neste capítulo, de que houve um caminho de crescimento socioambientalista dentro do DEF, compilamos os temas monográficos apresentados neste departamento entre os anos de 1985 e 2003, analisando quantitativa e qualitativamente os dados compilados em tabelas e gráficos interpretativos.

No terceiro capítulo analisamos a Serra do Brigadeiro a partir dos projetos territoriais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), iniciados no ano de 2003. A documentação produzida pelo CTA-ZM para caracterização daquele espaço geográfico como território ofereceu-nos possibilidades de análise para o entendimento das relações de poder que ali se estavam configurando e a vinculação dessas relações de poder com o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) e com as comunidades do seu entorno. De forma similar ao que já ocorrera na implantação do PESB nos anos de 1990, as discussões sobre o território, iniciadas em 2003, mobilizaram *atores sociais* diversos na Serra do Brigadeiro, na defesa de uma existência histórica, pelo uso da terra. Não nos furtamos, ainda, na busca das identidades do *Povo da Mata*, resistindo à ocupação do seu território histórico (material e simbolicamente) desde finais do século XVII, quando iniciou-se um processo contínuo de ocupação e desterritorialização do *Sertão dos Arrepiados*. Essas identidades, em muitos aspectos vinculadas aos povos originários Puri, continuam existindo e resistindo na Serra dos Arrepiados, e a elas buscamos dar vozes. Vozes que vêm da mata, da cura pelas plantas, das pedras, dos córregos, dos bichos e das

² Preservacionistas e conservacionistas divergem no entendimento sobre a forma de utilização das áreas protegidas. Para os primeiros, as áreas consideradas “wilderness” devem permanecer livres de qualquer ocupação humana. Os segundos, no entanto, entendem que é necessária a utilização dos recursos naturais das áreas a serem preservadas, garantindo recursos para a geração presente e para as futuras gerações. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et DRUMMOND, José Augusto (Org.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.345.

gameleiras encantadas. Ali, na Serra dos Arrepiados, onde a floresta não é apenas um recurso, mas a moradia e o território dos símbolos e vivências do *Povo da Mata*.

No quarto capítulo descrevemos o produto final da dissertação, exigência curricular do Programa do Mestrado Profissional “Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania”, apresentando o livreto “*A Trilha das Dores e a Santa Que Faz Chover*” e o registro audiovisual “*A Santa Que Faz Chover: a Trilha e a Romaria das Dores*”. Os dois materiais foram produzidos a partir do *Inventário Participativo*, realizado com as alunas e alunos de duas escolas rurais dos municípios de Ervália e Miradouro (Escola Estadual Dom Francisco das Chagas e Escola Municipal da Serrania). O objetivo central do inventário foi a coleta e a produção de documentos (fotos, relatos, desenhos) sobre as simbologias do uso da Trilha das Dores, para a proposição, junto aos Conselhos do Patrimônio Histórico de Ervália e Miradouro, do seu registro como Patrimônio Cultural. O uso dessa trilha, que passa pela interior da Unidade de Conservação Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, mantém vivas as relações de parentesco e comércio entre o Careço e a Serra das Dores, ainda que seja visto como um ponto de conflito entre o PESB e essas comunidades. No percurso de aproximadamente 11 Km, a Trilha das Dores é o território da realização da *Romaria das Dores* e da *Troca dos Santos*, quando, nos anos de estiagem prolongada, as comunidades de um lado e outro da serra realizam a caminhada até o alto da montanha para pedir chuva e agradecer as graças recebidas pela intercessão de Nossa Senhora das Dores – a santa que faz chover.

Objetivos da Dissertação:

O objetivo geral do presente estudo é investigar como o Departamento de Engenharia Florestal (DEF) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) construiu historicamente suas práticas pedagógicas e científicas, ligadas à silvicultura e à conservação da natureza, e como tais práticas interferiram na criação e implantação de uma UC na Serra do Brigadeiro, que vive historicamente da produção agrícola e onde as comunidades exigiram participar dos debates sobre a criação a intervenção sobre seu território.

Dar visibilidade à atuação da DEF no longo processo de proposta, criação e implantação do PESB (1976-2006) nos leva ao entendimento de como se desenvolveu o movimento conservacionista em Viçosa e sua relação com movimentos mais amplos em Minas Gerais e no Brasil. Pretende-se entender a complexa relação entre ciência e poder, com seus movimentos

de avanços e recuos dentro da intrincada rede da produção científica³ e as vozes que ecoaram desta na defesa da Serra do Brigadeiro. Não descartamos, no entanto, outros agentes históricos envolvidos no processo de conservação da biodiversidade da Serra do Brigadeiro, tais como o Centro Mineiro para Conservação da Natureza (CMCN) e o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em uma trajetória na qual a Engenharia Florestal da UFV desenvolve suas ações, entre as décadas de 1970 e os anos 2000, transitando entre o conservacionismo e o Socioambientalismo.

Hipóteses Levantadas:

- As campanhas de reflorestamento das décadas de 1960 e 1970 na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) foram marcadas pela demanda da indústria siderúrgica de Minas Gerais, atendida pela monocultura do eucalipto e pela ação dos cientistas florestais da Escola Superior de Florestas - os *Fazedores de Florestas*;
- Durante o processo de implantação do PESB, houve um diálogo crescente com as comunidades do entorno, aproximando os debates produzidos e os resultados obtidos às novas vertentes ambientalistas surgidas nas décadas de 1980 e 1990 – o socioambientalismo;
- As pesquisas e análises de processos culturais no Departamento de Engenharia Florestal para a intervenção nas florestas, principalmente a partir da final da década de 1990, vão dar suporte teórico e metodológico aos pesquisadores daquele departamento, possibilitando o diálogo com as comunidades do entorno da Serra do Brigadeiro para a realização de um Planejamento Participativo na elaboração do Plano de Manejo do PESB;
- A metodologia do planejamento participativo do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata despertou nas comunidades do seu entorno uma identidade territorial, ligada à pequena propriedade agrícola e à ancestralidade do povo originário do entorno da serra – o *Povo da Mata*;
- As trilhas do interior do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, mesmo tendo seu uso questionado desde a criação da Unidade de Conservação, continuaram cumprindo suas funções social e cultural, ligando as comunidades nos dois lados da serra por meio do comércio, das relações de parentesco e de práticas religiosas ligadas à natureza.

³ Regina Horta Duarte afirma que na complexa relação entre ciência e poder, a história deve ir além da mera atribuição de papéis de vítimas e algozes. In: DUARTE, 2010. p.163-164.

Fontes e Metodologia:

O Departamento de Engenharia Florestal (DEF) produziu uma variada gama de documentos dentro do aparato acadêmico da Universidade Federal de Viçosa, dentre os quais se destacam os relatórios anuais de atividades, as solicitações de viagens e despesas, as prestações de contas, as comunicações internas, os avisos de recebimentos de documentação, comunicações de orçamentos, informes, programas e relatórios de eventos, informações sobre cursos oferecidos, programas de cursos, monografias, dissertações e teses defendidas nos seus departamentos, dentre outros. Em todos esses documentos, alguns oficiais dentro do sistema educacional da UFV e outros de carácter interno dentro da ESF, encontramos informações sobre o funcionamento dos departamentos da Escola Superior de Floresta: as disciplinas lecionadas e os programas das mesmas, a produção acadêmica dos professores, a entrada e saída de professores visitantes, os convênios com outras instituições. Utilizaremos, portanto, a documentação buscando traçar os caminhos acadêmicos debatidos nos informes, bem como estabelecendo as relações entre a ESF e outras entidades, sejam elas ambientais, políticas ou científicas. Coube-nos buscar em cada um destes documentos, elaborando uma pergunta apropriada, o esclarecimento sobre algum ponto da pesquisa desenvolvida.

Nos relatórios produzidos anualmente pela direção das unidades acadêmicas da UFV, por exemplo, buscamos informações referentes às ações da ESF no tocante a conservação/preservação da natureza, avaliando os posicionamentos teóricos da escola em relação ao tema, assim como os tipos de ações sugeridas. Já nas monografias, dissertações e teses buscamos os temas e linhas de pesquisas desenvolvidas nos departamentos, analisando os caminhos trilhados na defesa da natureza, seja pelo viés da conservação da natureza ou da utilização dos recursos naturais, de forma sustentável ou não.

Um tipo de documento abundante no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa (ACH-UFV) são as cartas expedidas e as cartas recebidas pela universidade e seus departamentos. Com uma linguagem coloquial, por vezes emotiva, estas cartas nos apresentam pedidos, congratulações, queixas e sugestões. Muitas delas expressam relatos menos comprometidos com a formalidade institucional, apartando-nos questões de primeira ordem para o entendimento do *fazer cotidiano*⁴ na universidade de Viçosa.

⁴ Para Michel de Certeau “O corpo deve transformar-se em escritura. Este corpo-livro, **relação da vida com o que se escreve**, foi do capital o substituto da imortalidade, o corpo reaparece como o instante, simultaneamente da vida e da morte: os dois no mesmo lugar” In: Certeau, Michel de. **A Invenção do Cotidiano** – a arte de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p.300-301. (grifo nosso)

Também utilizamos o Plano de Manejo do PESB como fonte para análise da implantação do parque, destacando o zoneamento do mesmo (Encarte 2), as ações estratégicas para sua conservação (Encarte 1). No caso específico do zoneamento do parque podemos destacar as *Zonas de Uso Conflitantes*, nas quais há divergência entre a população do entorno e as ações de implantação do PESB, como define o documento do plano: “*Constituem-se em espaços localizado dentro do Parque, cujos usos e finalidades, estabelecidos antes da criação da Unidade, conflitam com os objetivos de conservação da área protegida*”⁵.

A documentação produzida pela Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) para a homologação do Território Rural da Serra do Brigadeiro (2003), possibilitou-nos analisar as políticas públicas aplicadas sobre o território. Assim percebemos, as ações planejadas, o alcance dessas ações e o empoderamento identitário das comunidades do entorno da serra.

Utilizamos também entrevistas que, por meio das técnicas e métodos de análise da História Oral nos aproximou das memórias das Comunidades da Serra do Brigadeiro, muitas vezes parte de uma tradição não-escrita, e reivindicadora de uma identidade territorial. O que buscamos na fala dos informantes é relacionar suas experiências pessoais às memórias coletivas sobre a Serra do Brigadeiro, pois, “*mais do que simples espaços territoriais, os povos herdaram paisagens e ecologias*”⁶. É, ao mesmo tempo, entender as florestas do parque e do seu entorno na sua relação com os grupos humanos que ali habitam, analisando os “*(...) espaços vividos e apropriados pelas culturas que as utilizam ou as utilizaram em diferentes épocas*”⁷. Levantamos as memórias silenciadas do *Povo da Mata*, registrando suas falas e suas identidades, ligadas à terra, aos animais e à árvores. Por fim, buscamos dialogar com as comunidades dos Distritos do Careço (Ervália) e da Serra das Dores (Miradouro) para o importância da Romaria das Dores, em uma dinâmica espacial e simbólica estabelecida entre essas comunidade e a Trilha das Dores.

Foram realizadas trinta entrevistas semiestruturadas em dez Comunidades do entorno da Serra do Brigadeiro⁸ (Mapa 1). A escolha dos entrevistados foi baseada em

⁵ Plano de Manejo do PESB, ENCARTE 2. p. 24.

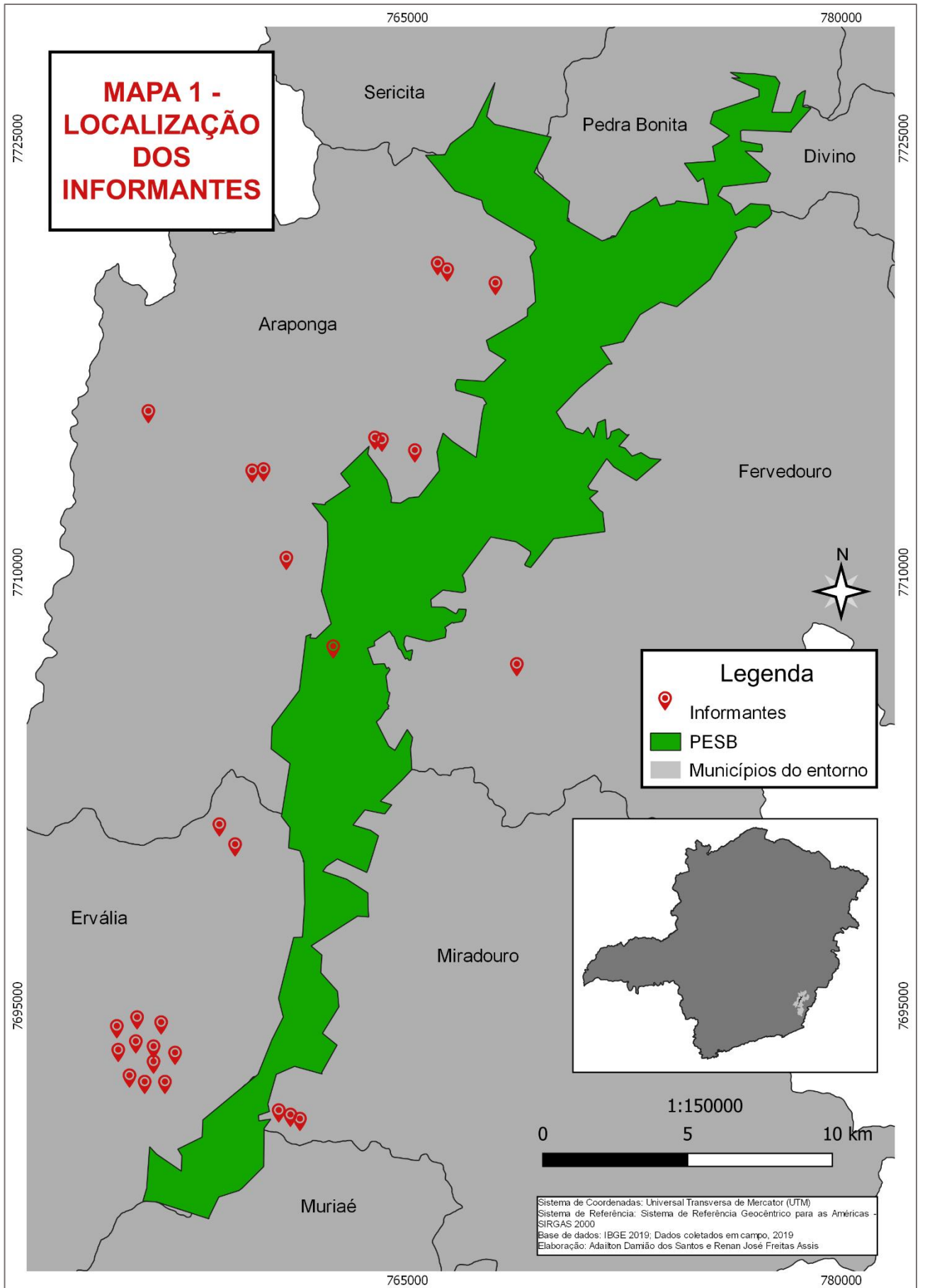
⁶ AB`SADER, Aziz Nacib. **Domínios da Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003. p.10.

⁷ RUA, J. (Org.). Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da geografia. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007. p.19.

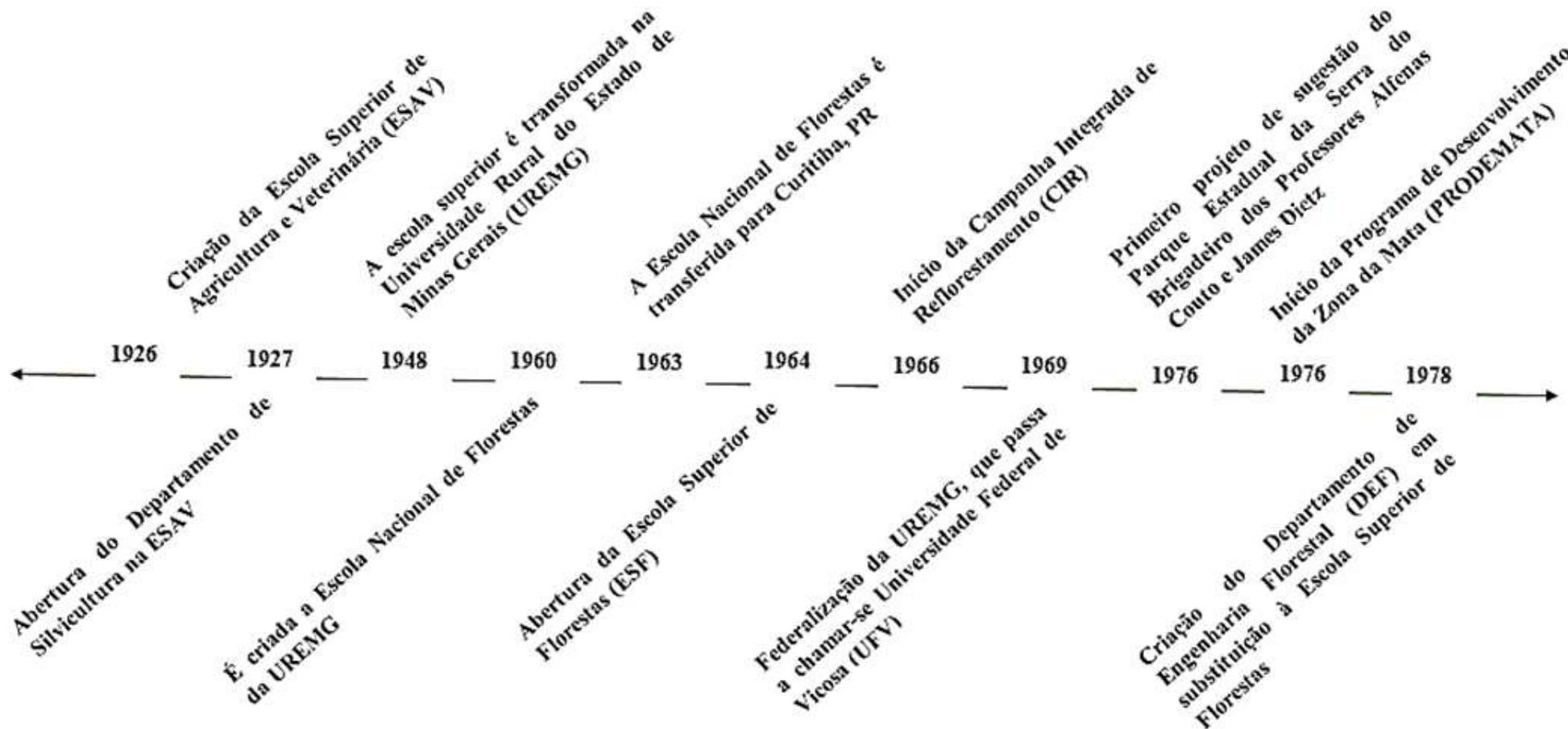
⁸ No Município de Araponga (Comunidade da Fazenda Brigadeiro, Comunidade do Córrego dos Paula, Comunidade do Pico do Boné, Comunidade de Praia Danta, Comunidade da Serra das Cabeças e sede do município), no Município de Fervedouro (Comunidade de Bom Jesus da Madeira), em Miradouro (Comunidade

sondagens prévias realizadas nas comunidades, quando foram citados possíveis informantes, desde pessoas envolvidas no processo de exploração de madeira para carvão para a Companhia Belgo Mineira nos anos de 1950 e 1960, até pessoas relacionadas aos processo de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e outras por serem conhecedoras das culturas locais e reivindicadoras de identidade específica para o território da Serra. No caso específico dos informantes sobre a Trilha das Dores, vale destacar que esses mantêm uma relação de uso com a trilha, participando na *Romaria das Dores* e da *Troca de Santos*. Outras três entrevistas foram realizadas, uma na sede da Unidade de Conservação, com um funcionário do parque e outras duas em Viçosa, com professores do Departamento de Engenharia Florestal, sendo um deles o responsável pelo embargo do desmatamento da serra em 1970, naquele momento na função de Delegado de Vigilância Rural de Viçosa.

da Serra das Dores) e Município de Ervália (Comunidade do Careço e Comunidade da Grama). Duas das entrevistas realizadas não constam no mapa do entorno do PESB, por terem sido realizadas na cidade de Viçosa.



* Para facilitar o entendimento das variantes históricas dos nomes e siglas da atual Universidade Federal de Viçosa e do atual Departamento de Engenharia Florestal desta universidade, assim como dos programas tratados no texto, esquematizamos a linha do tempo abaixo:



Utilitarismo e Conservação da Natureza na História do Brasil

O historiador Keith Thomas publicou em 1983 o estudo *O Homem e o Mundo Natural*, investigando as mudanças das sensibilidades do ser humano em relação ao chamado mundo natural. Nesta obra, o autor analisa como os ingleses, entre os séculos XVI e XVIII, submeteram a natureza, domesticando-a e utilizando-a em proveito próprio, seguindo a descrição do Livro do Gênesis, em que ao homem é dado o protetorado da obra divina da criação.

Segundo Thomas é somente a partir da Revolução Industrial que ocorre alguma mudança neste paradigma, quando as cidades industrializadas passam a ser consideradas impróprias para se viver⁹ e a natureza é reivindicada como o lugar de relaxamento, contemplação e lazer: “(...) a nostalgia do morador da cidade refletia-se em seu pequeno jardim”¹⁰. Os jardins das casas levavam o ser humano ao Éden perdido com o pecado original e os animais e plantas passavam a ser vistos com mais simpatia, conquistando importância emocional entre os seres humanos. Contudo, é somente com a domesticação destes seres vivos não humanos que se origina tal simpatia; as florestas e animais não domesticados continuavam sendo vistos como selvagens e hostis, devendo ser amansados ou eliminados¹¹.

Neste contexto, tornava-se impensável aos reis e proprietários de terras do período reservarem um santuário para pássaros e outros animais selvagens se não fosse para caçá-los e comê-los posteriormente¹². As florestas tampouco escapariam a esta lógica, sendo suas árvores exaustivamente utilizadas pela construção naval, construção civil, e como fonte de energia para a vida cotidiana e para a indústria¹³. O extermínio sistemático das florestas fez com que a Inglaterra alcançasse o menor índice de área ocupada por matas da Europa no século XIX¹⁴.

Trazendo as discussões para as florestas da América portuguesa, e de forma mais específica para as análises historiográficas da Mata Atlântica brasileira, Diogo Cabral aponta a

⁹ As cidades inglesas no século XVIII são descritas como lugares fétidos e de ar irrespirável, resultado da queima do carvão vegetal como combustível para as fábricas: “A fumaça escurecia o ar, sujava as roupas, acabava com as cortinas, matava flores e árvores, e corroía a estrutura dos prédios”. In: THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução de José Roberto Martins. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.291.

¹⁰ THOMAS, *Op. Cit.*, p.16.

¹¹ THOMAS, *Op. Cit.*, p.229-230.

¹² THOMAS, *Op. Cit.*, p.17.

¹³ O uso da madeira no desenvolvimento da civilização é analisado por John Perlin em seu livro “A Forest Journey”, traduzido ao português com o título “A História das Florestas”. Nesta obra, Perlin analisa o uso das florestas desde o início da civilização Mesopotâmica, passando pelo período da Revolução Industrial, quando as florestas são exploradas à exaustão. In: PERLIN, John. **A Forest Journey**: the role of wood in the development of civilization. New York: Norton & Company, 1989.

¹⁴ THOMAS, *Op. Cit.*, p.229-230.

importância das obras *With Broadax and Firebrand* (Warren Dean) e *Fruitless Trees* (Shawn Miller), definindo-as como fundadoras dos parâmetros das abordagens e das hipóteses explicativas dos processos político-econômicos de apropriação e uso dos recursos ambientais¹⁵.

Na primeira dessas obras, publicada em 1995, Warren Dean analisa o contato do ser humano com a Mata Atlântica desde a primeira leva de invasores humanos, há aproximadamente 13 mil anos. Em sua análise *Longue Durée*, Dean destaca as sucessivas invasões humanas ocorridas na floresta tropical atlântica, que explorou seus recursos e adaptou-a para a sobrevivência e habitação humana:

Quando sediam suas moradias na própria floresta, abrem uma clareira ampla de terra batida, larga o bastante para evitar o perigo da queda de árvores e formar uma terra de ninguém onde insetos nocivos e répteis predadores possam ser avistados e eliminados. Para viver no meio da floresta, os moradores da floresta necessariamente a derrubavam¹⁶

Em *Fruitless Trees*, publicada em 2000, Shawn Miller demonstra como o monopólio da Coroa Portuguesa e as proibições de exploração das “madeiras de lei” no Brasil colonial, mesmo nas terras particulares, acabaram por fomentar a devastação nas florestas tropicais da Mata Atlântica brasileira¹⁷. A tese central da obra, segundo José Augusto Drummond, é que a destruição das matas litorâneas brasileiras durante o Período Colonial relacionaram-se muito mais com as derrubadas promovidas para abertura de campos para cultivo e para a pecuária do que com extrações de madeira promovidas por empreendimentos madeireiros.

O efeito não-antecipado disso foi que os donos de terras, impedidos de explorar comercialmente essas madeiras, e temerosos das onerosas intervenções no caso de o rei mandar cortá-las em suas terras, preferiam passar fogo indiscriminadamente na floresta, eliminando todas as madeiras antes que as de lei fossem identificadas¹⁸

Impedidos de extraírem e comercializarem as madeiras de maior valor, os proprietários das florestas acabaram por promover uma “devastação florestal infrutífera”¹⁹, queimando as matas para abrir caminho para a produção de ouro, fumo, algodão, couro e açúcar. O comércio de madeira não chegou, portanto, a alcançar uma expressão significativa em nenhuma parte do

¹⁵ CABRAL, Diogo de Carvalho. “Substantivismo Econômico e História Florestal da América Portuguesa”. In: VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 24, nº 39, jan/jun 2008. p.113.

¹⁶ DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo**: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.30

¹⁷ DRUMMOND, José Augusto. “O Monopólio Real Português e a Dinâmica do Desmatamento no Brasil Colonial”. In: Diálogos, DHI/UEM, v. 5, n. 1. 2001. p. 237-244.

¹⁸ DRUMMOND, 2001, *Op. Cit.* p.238.

¹⁹ DRUMMOND, 2001, *Op. Cit.* p.238.

Brasil no Período Colonial, não sendo sequer um grande fornecedor para a vasta produção da frota de navios portugueses. Certamente, “a quantidade, a qualidade e a acessibilidade geográfica das madeiras brasileiras poderiam, de fato, ter dado origem a uma atividade madeireira e industrial muito maior”, afirma Drummond.

A obra de Diogo Cabral analisa como o convívio do ser humano com a floresta e a utilização dos seus recursos influenciou e mesmo direcionou a história brasileira, destacando a importância da Mata Atlântica no processo de colonização do Brasil; uma relação de convívio intenso do ser humano com a floresta. Para Cabral, o próprio sucesso da colonização portuguesa no Brasil tem relação direta com a “presença da floresta”²⁰, pois atraiu e estimulou a apropriação do território brasileiro, fomentando contatos étnicos, destrutivos ou não, e tornando-se a via de entrada do mercantilismo português

Quase toda imagem que forjemos na cabeça acerca do cotidiano dessa sociedade (a colonial) terá, em seu substrato mais sutil, diversos elementos materiais cuja arqueologia nos leva a um inexorável ponto de partida: **a árvore** (...) na “Idade da madeira” colonial, se os machados parassem de gingar, os seres humanos deixariam de habitar²¹

Os autores analisados acima reivindicam a *historicidade das florestas*²² e os aspectos da sua utilização histórica pelos seres humanos, embora Dean enfatize que esta história seja dramaticamente a história da sua própria devastação. Mas, se por um lado a relação entre o ser humano no Brasil e a natureza brasileira (plantas e animais silvestres) é analisada dentro de uma luta desigual, na qual a natureza fadou-se historicamente ao extermínio²³, por outro não faltaram vozes críticas à degradação do meio natural; há muito está em pauta a defesa do

²⁰ CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e história colonial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p.476.

²¹ CABRAL, *Op. Cit.*, p.31. (Grifo nosso)

²² A historicidade das florestas e de outros espaços e fenômenos considerados como do “mundo natural” passou a fazer parte dos objetos de estudos da história desde a *École des Annales* (anos de 1930), mas foi somente a partir da década de 1960 que historiadores dos Estados Unidos, influenciados pela *Escola de Berkeley*, passaram a utilizar sistematicamente os objetos das ciências naturais (as matas, os rios, o clima) em suas análises historiográficas. Para estes historiadores, o meio natural adquire importância para os estudos históricos na medida em que a sua transformação pela ação e cultura humana deixa impressa uma narrativa passível de pesquisa e análise, tal como nas paisagens para a geografia cultural. Ver: MATHEWSON, Kent, SEEMANN, Jörn. “A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley, um precursor ao surgimento da História Ambiental”. In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 24, nº 39: p.71-85, jan/jun 2008

²³ Ao analisar a relação entre paisagem e memória, Simon Schama nos aponta, no entanto, o risco do fascínio historiográfico pela devastação, que, muitas vezes, impede os historiadores de recuperarem mitos e memórias existentes sobre a superfície, levando-os a supervalorizar a perda em detrimento do que ainda podem encontrar. In: SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. (Tradução Hildegard Feist). São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.23-25.

patrimônio natural brasileiro, propondo-se ações e técnicas para um aproveitamento menos predador das riquezas naturais brasileiras.

No século XIX, importantes pensadores políticos do país denunciam a degradação ambiental brasileira, dentre eles José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), André Rebouças (1838-1898) e Joaquim Nabuco (1849-1910). Estes associavam tal degradação ao sistema escravista de produção, uma vez que impedia o avanço industrial do país ao mesmo tempo em que queimava as florestas, minerava e esgotava os solos – um *sopro de destruição* avançando sobre o vasto território brasileiro²⁴. Mas a abolição da escravidão não trouxe consigo mudanças significativas neste contexto de degradação do meio natural, permanecendo as queimadas como forma de preparo da terra para a agricultura e a monocultura para a exportação como lógica produtiva. A devastação da natureza foi, até mesmo, “(...) *intensificada pela abertura de novas regiões florestais e pela maior capacidade de impacto fornecida pela tecnologia industrial*”²⁵.

Aparentemente, pontua Tereza Urban, o pensamento de José Bonifácio influenciou mais as gerações que o sucederam do que sua própria geração²⁶. André Rebouças, por exemplo, publica em 1876 um artigo reivindicando a criação de parques nacionais, propondo equilibrar a exploração dos recursos naturais do Brasil e a necessidade de proteger tais recursos para evitar sua extinção. Neste artigo, “Parque Nacional”, Rebouças relata seu entusiasmo com a criação do parque nas cabeceiras do Rio Yellowstone nos Estados Unidos e propõe a conservação de duas áreas naturais brasileiras sob a forma de parque nacional: o Parque Nacional da Ilha do Bananal e o Parque Nacional de Guaíra. O idealismo e entusiasmo de Rebouças ficou registrado nas palavras finais do seu artigo:

Daqui há centenas de anos poderão, nossos descendentes, ir ver dous espécimens do Brazil, tal qual Deus os criou; encontrar reunidos, no Norte e no Sul, os mais belos espécimens de uma fauna variadíssima, e, principalmente, de uma flora que não tem rival no mundo!²⁷

Nas primeiras décadas do século XX, a principal voz em defesa da natureza foi a de Alberto Torres, que denunciava a entrega das riquezas brasileiras, nossas reservas de madeiras, de húmus e de fertilidade à exploração estrangeira, desorganizando os trabalhadores brasileiros

²⁴ PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004 (2ª Edição). p.274.

²⁵ PÁDUA, *Op. Cit.*, p.281.

²⁶ *In*: URBAN, Tereza. **Saudades do Matão**: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora UFPR, 1998. p.80.

²⁷ *Apud* URBAN, 1998, p.82.

e fazendo das nossas populações *infecções corroedoras* da superfície do solo²⁸. Alberto Torres condenava o padrão produtivo que geria a economia do Brasil no início do século XX, baseado numa agricultura predatória. Alertava, portanto, para a necessidade de produção de um conhecimento científico que, partindo das variantes fitogeográficas do país, realizaria o uso agrícola do solo, poupando as áreas ainda intocadas, produzindo de forma mais racional e recuperando as áreas degradadas pelo modelo agrícola que se desejava superar:

O conhecimento das condições geográficas brasileiras em seu conjunto integrado – clima, solo, regime de chuvas, relevo, vegetação nativa – possibilitaria determinar o que e como a terra produziria, no sentido de poupar ao máximo as reservas vegetais intocadas, recuperar as que já haviam sido destruídas, e promover o melhor uso possível das terras já desmatadas pela agricultura extensiva²⁹

A partir do final da década de 1920, o movimento conhecido como “Biologia Militante”, fundamentado na trajetória de três cientistas do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ)³⁰, passa a demonstrar a importância da biologia nas transformações sociais necessárias ao Brasil. Dentre as várias ações transdisciplinares do grupo, que pretendiam levar a educação a todos os lares do país e popularizar as bases científicas da biologia, a conservação da natureza deveria receber atenção especial, privilegiando o cuidado com a fauna e a flora – patrimônio da nação e encanto da paisagem³¹. Assim, os discursos científicos começam a aliar-se às ações políticas no tocante à defesa da natureza e na construção da identidade nacional brasileira³². A riqueza, a diversidade e a beleza das paisagens criavam vínculos afetivos entre os indivíduos e seu solo natal, fazendo com que o Estado interventor “(...) *garantissem o equilíbrio entre o progresso e a manutenção do patrimônio natural*”³³.

²⁸ PÁDUA, José Augusto. “Natureza e Projeto Nacional no Brasil: as origens da ecologia política do Brasil”. In: Pádua, José Augusto (Org.). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: IURPEJ (Coleção Pensando o Brasil 4), 1987. p.84.

²⁹ MURARI, Luciana. **Natureza e Cultura no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2009. p.274.

³⁰ Cândido de Mello Leitão (zoólogo), Alberto José de Sampaio (botânico) e Edgar Roquete Pinto (antropólogo).

³¹ DUARTE, Regina Horta. **A Biologia Militante**: o Museu Nacional, especialização, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2010. p.24. Sobre o papel educativo presente na obra de José Alberto Sampaio ver ainda: CAPANEMA, Carolina Marotta. A Natureza no Projeto de Construção de um Brasil Moderno e a Obra de Alberto José de Sampaio. Dissertação (Mestrado) – pós-graduação em História, UFMG. Belo Horizonte, 2006. 154p. (principalmente o capítulo 4: “Educar o povo para formar a nação”, p.102-129).

³² Este é um modelo herdado dos Estados Unidos do século XIX, exemplarmente no caso de Yellowstone Park (criado em 1872), em que a natureza é associada à construção da identidade nacional, adquirindo valor patrimonial e servindo de testemunho para legitimação da nação. In: DEPRAZ, Samuel. **Géographie des Espaces Naturels Protegés**: genèse, principes et enjeux territoriaux. Paris: Armand Colin, 2008. p.66.

³³ FRANCO, José Luiz de Andrade et DRUMMOND, José Augusto (Org.). **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, Anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; 2009. p.55.

O Governo Provisório de Vargas (1930-1934) vai legitimar parte das ações dos cientistas do Museu Nacional do Rio de Janeiro, decretando o Código de Caça e Pesca (Decreto 23.672, de 2 de janeiro de 1934) e o Código Florestal de 1934 (Decreto 23.793, de 23 janeiro de 1934). Embora os decretos não contemplassem integralmente o anteprojeto apresentado em 1932 pelos cientistas do museu, criaram-se regras e limites para a exploração da fauna e da flora brasileira e estabeleceu-se “*as florestas como interesse comum de todos os brasileiros (...) colocadas sob regime de preservação permanente, na medida em que possuíssem aspectos especiais que as caracterizassem como verdadeiros monumentos públicos*”³⁴. Foram previstas no Código Florestal as tipologias de florestas (Florestas Protetoras, Florestas Remanescentes, Florestas Modelo e Florestas de Rendimento) e as categorias de preservação (Parque Nacional, Florestal Nacional, Reserva da Proteção Biológica ou Estética)³⁵.

A efetividade das políticas preservacionistas no Brasil, e junto com elas a criação de parques nacionais e das outras categorias previstas no Código Florestal, foi praticamente inexistente até o final da década de 1930. Os parques nacionais, vinculados ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB)³⁶, seguiram subordinados ao Ministério da Agricultura, cuja ação prioritária era a ampliação da produção agrícola e florestal, fomentada no Instituto Nacional do Mate e no Instituto Nacional do Pinho – a proteção à natureza não recebeu qualquer tratamento especializado³⁷. E, ainda que pareça contraditório, foi no final da década de 1930 que se criaram os primeiros parques nacionais brasileiros, reforçando a “*(...) construção da nacionalidade e da identidade nacional brasileira*”³⁸. Os primeiros parques nacionais criados no Brasil privilegiaram áreas próximas aos grandes centros - Parque Nacional do Itatiaia em 1937 e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos em 1939 - e áreas geograficamente estratégicas - Parque Nacional de Iguazu em 1939³⁹.

³⁴ DUARTE, 2010, *Op. Cit.*, p.69.

³⁵ In: MEDEIROS, Rodrigo. “Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil”. In: LIMA, Gumercindo Souza, ALMEIDA, Marcello Pinto de, RIBEIRO, Guido Assunção (Org.). **Manejo e Conservação de Áreas Protegidas**. Viçosa: Editora UFV, 2014. p.18

³⁶ O SFB foi criado em 1925 no intuito de coordenar a exploração florestal no Brasil, organizando estatísticas para direcionar as ações exploratórias racionais.

³⁷ In: URBAN, *Op. Cit.* p.103.

³⁸ DRUMMOND, José Augusto, FRANCO, José Luiz de Andrade. “História das Preocupações com o mundo Natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade”. In: DRUMMOND, J. Augusto, FRANCO, J. L. Andrade, SILVA, S. Dutra, TAVARES, G. Galvão (Org.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.333. Os autores relacionam este período da história da conservação no Brasil à *Geração 1920-1940*.

³⁹ DUARTE, Regina Horta et OSTOS, Natascha Stefania C. “Entre ipês e eucaliptos: comemorações do *Dia da Árvore*”. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et DRUMMOND, José Augusto (Org.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.229.

Somente em 1944, com a reorganização do Serviço Florestal do Brasil (SFB), é que os parques nacionais, assim como os estaduais e municipais, tornam-se uma pauta específica na “Seção de Parques Nacionais”⁴⁰. Ainda assim, não eram tratados como prioridade para o SFB, como nos foi possível observar nas publicações presentes nos “Arquivos do Serviço Florestal”⁴¹. Entre os 82 artigos⁴² publicados em dezoito anos nestes arquivos, apenas 4 foram dedicados diretamente aos parques nacionais (6% do total) e 18 artigos (21,9% do total) são correlatos ao tema dos parques (fauna selvagem, conservação, florestas, polícia florestal, ecologia, educação florestal). Os estudos sobre as “florestas úteis”⁴³ (eucaliptos, pinhos, madeiras, economia florestal) somam 22 artigos (26,8%), demonstrando que a prioridade do SFB continuava sendo atender as demandas da economia sobre as florestas; a própria Companhia Belgo Mineira publica artigo na penúltima edição dos arquivos, justificando sua atuação extrativista e apresentando seu plano florestal para atender a demanda de carvão vegetal da sua produção siderúrgica⁴⁴. Neste contexto, o SFB limita-se à criação de três novos parques nacionais: Parques Nacional Aparados da Serra (serra gaúcha), Parque Nacional do Araguaia (norte de Goiás⁴⁵) e Parque Nacional do Ubajara (norte do Ceará).

Em 1962, o Serviço Florestal Brasileiro foi extinto, passando suas funções para o Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR). Este departamento vai dinamizar as ações conservacionistas no Brasil e, nos seus sete anos de existência, será responsável pela criação de oito novos parques nacionais, além da Floresta Nacional de Caxiuanã (Belém do Pará)⁴⁶. É também neste período que se articula o Código Florestal Brasileiro de 1965, ampliando os conceitos de conservação previstos no Código Florestal de 1934. Sem embargo, segundo Drummond e Franco, foi a criação em 1958 da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), uma sociedade civil de caráter ambientalista, que abriu caminho para que técnicos e cientistas ligados aos órgãos e departamentos estatais pudessem atuar mais

⁴⁰ In: URBAN, *Op. Cit.*, p.103-104.

⁴¹ Estes arquivos foram publicados entre os anos de 1939 a 1957 com o objetivo de divulgar os estudos realizados pelos técnicos do SFB e de cientistas estrangeiros convidados. Todos os seus 12 volumes encontram-se disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional.

⁴² Os estudos sobre botânica são os que predominam, somando 34 artigos (42,5%), apresentam-se ainda 3 artigos sobre fotointerpretação e 1 artigo dedicado aos balanços dos trabalhos do SFB.

⁴³ Trabalharemos com esse conceito no Capítulo I da dissertação.

⁴⁴ In: OSSE, Laércio. “O Plano Florestal da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira”. In: Arquivos do Serviço Florestal do Brasil (Ministério da Agricultura). Rio de Janeiro: Editora & Gráfica Guarany, 1957, Vol.11. p.223-244.

⁴⁵ Atual Tocantins.

⁴⁶ In: URBAN, *Op. Cit.*, p.104.

efetivamente na conservação da natureza; o estabelecimento de parques nacionais e a elaboração do projeto do Código Florestal de 1965, por exemplo, tiveram o “dedo” da FBCN⁴⁷.

Em 1967, o Departamento de Recursos Naturais Renováveis deixa de existir, tendo suas competências, como em uma “alquimia autoritária”⁴⁸, transferidas para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)⁴⁹. Nos primeiros anos da sua atuação, o IBDF enfrentou graves problemas orçamentários e de pessoal, sobretudo porque o escasso apoio político que a conservação dos recursos naturais recebia no Brasil diluíram-se com a extinção do Conselho Florestal. Entrincheirados no Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza, o pouco que restara do DNRN, os conservacionistas pressionavam o governo para criação de novas áreas protegidas⁵⁰.

Certamente, a conservação à natureza no Brasil esbarraria no Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND e II PND), sobretudo no que concerne à Região Amazônica, alvo prioritário dos PNDs. Dentro dos planos de desenvolvimento dos governos militares, no entanto, não deixavam de constar retóricas conservacionistas, como se pode observar no II PDN: “atingir o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e, em particular, sem devastar o patrimônio nacional de recursos naturais”⁵¹. Por outro lado, Warren Dean nos aponta que a conservação da natureza para os “generais” era uma questão de legitimação civil da ditadura militar, associada ao nacionalismo e à segurança nacional⁵². Maria Tereza Pádua, em certa medida, converge com Dean:

Por que os militares entenderam a questão da conservação? A minha conclusão é um pouco simples. Primeiro, acho que os militares respeitavam o saber técnico e queriam um terreno neutro, onde não houvesse riscos políticos (...) Em segundo lugar, acho que a criação de áreas protegidas caiu muito bem na estratégia militar: defender uma área, cercar uma área contra os inimigos, é um raciocínio militar⁵³

Fosse ou não uma questão de legitimação da ditadura militar pela sociedade civil brasileira, o que abriu espaço para que ambientalistas⁵⁴ e funcionários estatais pudessem atuar,

⁴⁷ DRUMMOND et FRANCO, 2012, *Op. Cit.*, p.354.

⁴⁸ *In: URBAN, Op. Cit.*, p.105.

⁴⁹ Além das funções do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, o IBDF assume também as atribuições do Instituto Nacional do Pinho e do Instituto Nacional do Mate.

⁵⁰ URBAN, *Op. Cit.*, p. 106.

⁵¹ Apud ARAÚJO, Marcos Antonio Reis. **Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. p.77.

⁵² *In: DEAN, Op. Cit.*, p.303.

⁵³ Apud URBAN, *Op. Cit.*, p.148.

⁵⁴ Segundo Alceo Magnanini, “A Fundação Brasileira para Conservação da Natureza foi a primeira organização não-governamental a falar sobre conservação no Brasil e abriu caminho para outras ONGs”. Apud: URBAN, *Op.*

é no cenário internacional que os generais vão ser mais duramente forçados a instituírem políticas de conservação da natureza. A Conferência de Estocolmo (1972) marcou a posição brasileira frente aos temas da conservação levantados pela comunidade internacional. Alceo Magnanini detalha como a delegação brasileira, muito afetada pelas críticas à devastação da Amazônia, acabou tendo que assinar sem reservas a declaração oficial da conferência⁵⁵.

Sob o impacto dos debates ocorridos na Conferência de Estocolmo, o governo brasileiro vai instituir uma estrutura central para “(...) *elaborar, organizar, integrar e conduzir um verdadeiro projeto para o meio ambiente*”⁵⁶, nasce em 1973 a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). Embora a função da SEMA fosse centralizar as políticas ambientais no país, a secretaria foi alocada no Ministério do Interior⁵⁷, limitando e isolando suas ações. Contrariando os prognósticos legais, no entanto, foi na SEMA que os conservacionistas centraram sua atuação, por meio de manobras acordadas com o próprio IBDF. Segundo Alceo Magnanini, presidente do IBDF, entendia-se que o instituto presidido por ele devia centrar suas ações no desenvolvimento florestal, não havendo, portanto, mentalidade para os parques nacionais, assim “*quando Paulo (Nogueira-Neto) manifestou sua vontade de criar novas áreas protegidas, só poderia dar todo meu apoio, porque sabia que estava começando uma coisa nova, que tinha perspectivas*”⁵⁸. Não podendo criar parques nacionais, por não ser atribuição sua, a SEMA elabora uma nova tipologia de área protegida, destinada exclusivamente às pesquisas científicas: as Estações Ecológicas (ESEC).

O período de 1979 a 1989 foi marcado pelo que Maria Tereza Pádua define como a “*época áurea para a conservação*”⁵⁹, tendo sido criados dezessete parques nacionais - 50% dos parques existentes até então:

Cit., p.129-130. O Centro Mineiro para Conservação da Natureza, criado em 1967, por exemplo, inspirou-se nas propostas da FBCN, como veremos no Item 1.3 desta dissertação.

⁵⁵ Após ter sua participação vetada na delegação brasileira, Magnanini acabou convidado pela NWF e proferiu palestra no simpósio sobre biosfera, realizado no Teatro Nacional de Estocolmo, paralelamente à conferência oficial. URBAN, *Op. Cit.*, p.263-268.

⁵⁶ MEDEIROS, *Op. Cit.*, p.25.

⁵⁷ No entendimento de Rangel Reis, Ministro do Interior, a função prioritária da SEMA devia ser o combate à poluição ambiental e não a criação de parques, função esta que cabia legalmente ao IBDF (declaração de Paulo Nogueira-Neto, Secretário Especial do Meio Ambiente - SEMA). *In*: URBAN, *Op. Cit.*, p.271.

⁵⁸ URBAN, *Op. Cit.*, p.276.

⁵⁹ URBAN, *Op. Cit.*, p.320. Tereza Urban polemiza: “Foram anos de ouro e chumbo para a conservação da natureza no Brasil. De um lado, as áreas protegidas cresceram em número, extensão e organização. Do outro, a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia abre um novo ciclo de destruição, seguindo a trilha já bem conhecida da Mata Atlântica, reduzida, a ferro e fogo, a pequenos fragmentos da área original”. *Idem*. p. 108.

TABELA 1: Parques Nacionais Criados Entre 1979-1989

<i>Nome do Parque Nacional</i>	Estado(s)	Criação
<i>1 - Parque Nacional da Serra da Capivara</i>	Piauí	1979
<i>2 - Parque Nacional do Pico da Neblina</i>	Amazonas	1979
<i>3 - Parque Nacional de Pacaás Novos</i>	Rondônia	1979
<i>4 - Parque Nacional do Cabo Orange</i>	Amapá	1980
<i>5 - Parque Nacional do Jaú (AM, 1980)</i>	Amazonas	1980
<i>6 - Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses</i>	Maranhão	1981
<i>7 - Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense</i>	Matogrosso	1981
<i>8 - Parque Nacional Marinho de Abrolhos</i>	Bahia	1983
<i>9 - Parque Nacional da Serra do Cipó</i>	Minas Gerais	1984
<i>10 - Parque Nacional da Chapada Diamantina</i>	Bahia	1985
<i>11 - Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS, 1986)</i>	Rio Grande do Sul	1986
<i>12 - Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha</i>	Pernambuco	1988
<i>13 - Parque Nacional da Chapada dos Guimarães</i>	Matogrosso	1989
<i>14 - Parque Nacional Grande Sertão, Veredas</i>	Bahia/M. Gerais	1989
<i>15 - Parque Nacional do Superagui</i>	Paraná	1989
<i>16 - Parque Nacional da Serra do Divisor</i>	Acre	1989
<i>17 - Parque Nacional do Monte Roraima</i>	Roraima	1989

Paradoxalmente, para Cynthia Roncaglio, a escolha e a valoração das áreas a serem protegidas durante a Ditadura Militar (1964-1985) contrariavam os interesses privados e coincidiam em tempo e espaço com as áreas de interesse e com suas frentes de expansão econômicas. Entre os anos de 1971 e 1974, a criação de áreas protegidas centrou-se nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, já a partir de 1979, deslocaram-se para a região da Amazônia, polo do desenvolvimento econômico do período. Assim afirma:

(...) o posicionamento do Estado Brasileiro diante da natureza era ao mesmo tempo nacionalista e desenvolvimentista. Nacionalista porque, perante a política internacional e os seus respectivos acordos de cooperação, havia receio da invasão de interesses estrangeiros sobre as riquezas nacionais, além de grande preocupação em manter a soberania nacional sobre os recursos naturais. Desenvolvimentista porque se

baseava em um modelo de crescimento econômico em que a alocação dos recursos naturais – tido como ilimitados – era dada como parte essencial do desenvolvimento⁶⁰

Ao mesmo tempo em que o IBDF criava os parques nacionais e a SEMA concebia outras três categorias de proteção⁶¹, a FBCN iniciava as discussões⁶² sobre um modelo de integração do funcionamento e manejo das áreas protegidas, propondo a unificação dos seus instrumentos legais. A partir destas discussões, alinha-se a terminologia *Unidades de Conservação* (UCs) e dá-se início aos debates que mais tarde levariam à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Neste cenário, e frente ao crescimento dos movimentos sociais no campo e nas cidades nos anos de 1980⁶³, surgem novos atores na contenda sobre a criação e manejo das UCs, os socioambientalistas. Os embates ideológicos e epistêmicos entre conservacionistas e socioambientalistas são a tônica da criação da política nacional das UCs no Brasil naquela década; o uso dos recursos naturais das UCs pelas populações locais norteou a polêmica.

Se por um lado, na perspectiva conservacionista, devia-se conservar a biodiversidade com a criação de Parques Nacionais e outras Unidades de Conservação como áreas livres da presença devastadora humana, por outro, na perspectiva socioambientalista, defendia-se o direito ao uso sustentável dos recursos naturais e a permanência das comunidades locais no interior das áreas protegidas, assim como a participação efetiva destas comunidades na criação, implantação e manejo das UCs. O embate vai gerar críticas diretas de ambos os lados ao longo das décadas de 1980 e 1990:

Aos poucos, as UCs vêm se consolidando como um importante campo de disputas envolvendo, de um lado, a concepção conservacionista da natureza que exclui o ser humano e de outro, a ideia de que não é a condição das áreas cercadas e privadas da presença humana que garante a preservação da integridade biológica; em outras palavras, uma área desabitada não se constitui como limite para o desmatamento e ainda

⁶⁰ RONCAGLIO, Cynthia. O Emblema do Patrimônio Natural no Brasil: a natureza como artefato cultural. Tese (Doutorado) – pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR. Curitiba, 2007. p.110-111.

⁶¹ As Áreas de Proteção Ambiental (APA) em 1981 e as Reservas Ecológicas (RESEC) e as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) em 1984. *In*: MEDEIROS, *Op. Cit.*, p.25.

⁶² Essas discussões foram uma ação conjunta dos cientistas e técnicos da FBCN e do IBDF, principalmente Alceo Magnanini e Maria Tereza Pádua, que deram origem a dois planos: o “Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil” (1979) e o “Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil: II etapa” (1982). MEDEIROS, *Op. Cit.*, p.28-29.

⁶³ Segundo Eduardo Viola, entre 1982 e 1985 vários setores urbanos começam a dialogar com as questões ambientalistas, assim como no campo os movimentos dos trabalhadores sem-terra e os contrários às barragens. *In*: VIOLA, Eduardo. “O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986)”. *In*: Pádua, José Augusto (Org.). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: IURPEJ (Coleção Pensando o Brasil 4), 1987. p.99.

pode apresentar limites ecológicos para plena conservação ambiental, posição defendida pelos socioambientalistas⁶⁴

Assim se posiciona Eduardo Viola em 1987 sobre o modelo de atuação da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), considerado por ele como anacrônico e elitista:

Alguns destes ativistas naturalistas e pessoas endinheiradas de orientação filantrópica reuniram-se, em 1958, na Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, com sede no Rio de Janeiro. Esta fundação (...) faz parte da pré-história do ecologismo brasileiro, já que seus objetivos e modo de atuação foram **estritamente conservacionistas**, na linha das sociedades protetoras de animais surgidas em vários países no século XIX⁶⁵

Para Ibsen de Gusmão Câmara, membro da FBCN desde 1967, o papel das organizações conservacionistas não governamentais vinha sofrendo nos anos de 1980 pressões pouco associadas a interesses realmente ecológicos, respondendo, muitas vezes e de forma prioritária, a interesses políticos. O risco desse desvio de foco, segundo o autor, é a ausência de fundamentação científica que algumas dessas ONGs trazem em suas reivindicações e bandeiras de luta: *“Sua ação, para tornar-se valiosa e efetiva, precisa ser calculada em conhecimentos científicos, selecionando-se objetos legítimos e merecedores de esforços, evitando envolvimento com atividades de outra natureza”*⁶⁶. Já no contexto dos anos de 1990, Ibsen de Gusmão reafirma a pouca eficiência e a falácia dos socioambientalistas, agora expondo sua desconfiança em relação ao uso sustentável dos recursos nas Unidades de Conservação,

O termo desenvolvimento sustentável está servindo de cobertor para abafar muita coisa errada. Acho que a conferência (*Eco 92*) foi muito palavrório e pouca ação. Muita propaganda, muita onda, mas nada de positivo (...) estão fazendo uso desse termo para justificar uma porção de coisa. O desenvolvimento sustentável, totalmente sustentável, é **uma utopia e jamais será alcançado**⁶⁷

O debate entre conservacionistas e socioambientalistas vai se alongar até o ano de 2000, quando finalmente se aprova a Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

⁶⁴ TEIXEIRA, Maria do Carmo Couto. “Relações Socioambientais em Área de Preservação Ambiental”. Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, Bahia, 1 a 4 de junho de 2008. p.146.

⁶⁵ VIOLA, *Op. Cit.*, p.87-88. (Grifo nosso)

⁶⁶ CÂMARA, Ibsen de Gusmão. “O Problema Ambiental e o papel das Organizações Conservacionistas Não Governamentais”. In: Boletim FBCN, Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, Rio de Janeiro, Volume 20, 1985. p.11.

⁶⁷ Fala de Ibsen de Gusmão Câmara, citado em URBAN, *Op. Cit.*, p.332-333. (Grifo nosso)

e se inicia um *caminho de conciliação*⁶⁸. Ao mesmo tempo que se previu no texto do SNUC o uso sustentável em algumas categorias de UCs, agradando os socioambientalistas, também legislou-se sobre as Unidades de Proteção Integral, que somente permitem o uso indireto dos recursos naturais, aspiração dos conservacionistas. As categorias de UCs previstas na SNUC (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000) foram:

CAPÍTULO III

DAS CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

As Unidades de Conservação de Proteção Integral ficaram definidas, segundo o Art.8º, incisos I a V, como sendo as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre. Já como Unidades de Conservação de Uso Sustentável, definidas no Art. 14, incisos I a VII, foram nomeadas as Áreas de Proteção Ambiental (APA), as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), as Florestas Nacionais (FLONA); as Reserva Extrativistas (RESEX), as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

Outro aspecto constante no SNUC que atende às demandas socioambientalistas é o reconhecimento das comunidades tradicionais, nas suas necessidades de subsistência e nos seus saberes e cultura⁶⁹. Duas das reservas de uso sustentável previstas lidam diretamente com essas

⁶⁸ DRUMMOND et FRANCO, 2012. *Op. Cit.* p.634.

⁶⁹ Brasil. Ministério do Meio Ambiente. SNUC, 2011. p.7.

questões: a RESEX e a RDS; a primeira fruto direto das conquistas de seringueiros acreanos de Xapuri e Basiléia⁷⁰ e a segunda ligada ao Projeto Mamirauá (AM)⁷¹.

Em fevereiro de 1989, é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), assumindo as funções do IBDF e da SEMA. Foi neste órgão que tramitou boa parte das discussões sobre o modelo de UCs que se desejava constituir no Brasil. Em 2007, as funções de criação, controle, funcionamento e manejo das Unidades de Conservação previstas no SNUC foram transferidas para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), na Zona da Mata Mineira, vislumbrado desde o final da década de 1970 pelos engenheiros florestais da Universidade Federal de Viçosa, é parte das discussões sobre a criação de Unidades de Conservação em áreas utilizadas pela agricultura familiar. Durante esse processo, evidenciaram-se os debates sobre a desapropriação das comunidades do entorno da serra e reformulou-se o projeto inicial, estabelecendo-se os limites da UC em diálogo com as comunidades; somente em 1996, portanto, decreta-se a criação do PESB⁷². Mas, o decreto da sua criação, dentro dos limites estabelecidos em diálogo com as comunidades, não solucionava a questão para os moradores do entorno, restava ainda elaborar e implantar as políticas de manejo daquela Unidade de Conservação, da qual as comunidades exigiram participação e garantia de direito ao uso do seu território ancestral e dos recursos nele existentes.

⁷⁰ Em meados da década de 1980, os seringueiros de Xapuri e Basiléia, na Mesorregião do Vale do Acre, sofriam ataques sistemáticos dos madeireiros, que promoviam a derrubada das florestas habitadas pelos seringueiros. Essas derrubadas, conhecidas como *Empates*, geraram uma reação organizada, liderada por Chico Mendes. O movimento dos seringueiros ganhou notoriedade nacional e internacional, tornando-se ainda mais emblemático após a execução de Chico Mendes, em dezembro de 1988. Os fatos e a contínua luta dos “trabalhadores extrativistas” levaram à discussão e ao estabelecimento da RESEX Chico Mendes em março de 1990, mesmo antes da texto final do SNUC. In: ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. “Direitos à Floresta e Ambientalismo: seringueiros e suas lutas”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, nº. 55, junho/2004. p.33-53.

⁷¹ MEDEIROS, *Op. Cit.*, p.31. Discutiremos alguns aspectos do Projeto Mamirauá e suas influências no Planejamento Participativo do PESB no Item 2.5 desta dissertação.

⁷² Decreto N° 38.319, de 27 de setembro de 1996.

CAPÍTULO 1 – As Fabulosas Florestas Úteis: silvicultura e conservação da natureza na Universidade de Federal de Viçosa

A riqueza do Brasil em madeiras é quase fabulosa não só quanto a quantidade, mas também quanto a qualidade das árvores úteis. No entanto essa riqueza é ainda pouco estimada, principalmente porque os conhecimentos que temos della são muito imperfeitos

(Relatório Annual do Departamento de Silvicultura da ESAV, 1937, prof. Koloman Lehotsky)

O uso dos recursos naturais⁷³ nas colônias portuguesas despertou, desde o século XVI, a preocupação da Coroa Lusitana, tendo sido produzida uma extensa legislação para evitar seu esgotamento. Essa legislação visava regulamentar sobretudo o uso da madeira e da água, na tentativa de conter sua escassez, como ocorrera na Ilha de Madeira e para a qual se estabeleceu, dentre outros regulamentos, ordenações e posturas, o “Regimento das Madeiras de 1562”. Este regimento impunha limites aos abates de árvores naquele domínio insular português, sujeitando-os a licenças prévias e prevendo a recuperação das áreas por meio do reflorestamento. O regimento limitava, ainda, o uso do fogo e o gado solto, salvaguardando as florestas e as reservas aquíferas da ilha⁷⁴.

Nas Minas Gerais do século XVIII, o controle das disputas sobre os recursos naturais tornou-se fundamental para manter a atividade de extração do ouro em funcionamento, tendo sido para isso criada uma expressiva legislação reguladora⁷⁵. Os regulamentos referiam-se, sobretudo, ao uso da madeira e da água que, naquele momento, eram fundamentais tanto para as atividades da mineração, quanto para as atividades agrícolas nas regiões mineradoras. Havia, portanto, uma disputa entre mineradores e agricultores:

Os dispositivos legais tentaram ordenar as formas como os mineradores e outros habitantes da capitania lidavam com o ambiente físico e os vestígios documentais dessa legislação revelam que a concorrência pelo uso dos insumos naturais denotava também uma disputa de poder entre as diferentes atividades produtivas da capitania de Minas Gerais, principalmente entre mineradores e agricultores⁷⁶

⁷³ Segundo Philippe Descola, a separação entre *cultura* e *natureza* deu-se somente no século XVII na Europa, sendo que, somente a partir dessa separação cartesiana, o ser humano passou a entender os outros elementos do meio biótico e abiótico como recursos naturais aptos a serem explorados: “*Para retomar uma fórmula muito conhecida de Descartes (...) o homem se fez então mestre e senhor da natureza. Resultou daí um extraordinário desenvolvimento das ciências e das técnicas, mas também a exploração desenfreada de uma natureza, a partir de então, de objetos sem ligação com os humanos: plantas, animais, terras, águas e rochas convertidos em meros recursos que podemos usar e dos quais podemos tirar proveito. Naquela altura, a natureza havia perdido sua alma e nada mais, nos impedia de vê-la unicamente como fonte de riqueza*”. In: DESCOLA, Philippe. *Outras Naturezas, Outras Culturas*. Tradução Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34 (Coleção Fábula), 2016. p.23. (*Grifo Nosso*) Nesta dissertação utilizaremos o termo “recursos naturais” referindo-nos ao utilitarismo aplicado pelo ser humano no uso dos meios biótico e abiótico, embora para alguns períodos utilizados ainda não houvesse a formulação do termo e sua aplicabilidade.

⁷⁴ In: VIEIRA, Alberto. *Do Éden à Arca de Noé*. O madeirense e o quadro natural. Madeira: Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1999, p.52. *Apud*: CAPANEMA, Carolina Marotta. *A Natureza Política das Minas: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII*. Tese (Doutorado) – pós-graduação em História, UFMG. Belo Horizonte, 2013. p.172. Essa possibilidade de escassez também foi notada por Portugal em relação às florestas brasileiras, criando o “Regulamento do pau-brasil de 1605”, que definiu regras para extração dessa espécie arbórea, beneficiando o comércio da Coroa Lusitana. *Idem*, p.174.

⁷⁵ Desta legislação destaca-se a “Provisão das águas” de 1702 e o “Aditamento ao Regimento Mineral” de 1736, proibindo a devastação nas nascentes dos córregos e evitando a escassez de água.

⁷⁶ CAPANEMA, 2013, *Op. Cit.*, 233p.

Assim, vinculava-se as regulamentações sobre o meio físico nas colônias portuguesas à produção de riquezas para a metrópole, dando precedência de uso às atividades que melhor cumprissem tal função⁷⁷. Nesse contexto, que levou a metrópole a legislar sobre o uso do ambiente físico no Brasil Colônia não foi uma visão ambientalista e de conservação da natureza, mas uma visão econômica de que, somente mantendo tal ambiente sob seu controle, a Coroa Portuguesa seria a principal beneficiada com o seu uso e exploração. A causa da regulamentação sobre o uso de madeira no século XVIII, por exemplo, não foi sua escassez na área mineradora, como Carolina Marotta Capanema demonstra nos dados obtidos e analisados, mas o fato de que a sua posse supunha distinção social e econômica⁷⁸ e “(...) *dispor desses insumos muitas vezes era dispor também de poder*”⁷⁹.

O uso dos recursos naturais também é debatido no século XVIII por parte da intelectualidade brasileira, sobretudo com base no ideário iluminista que marcou em muitos aspectos a construção da identidade nacional do Brasil no século XIX. Neste contexto intelectual⁸⁰, forma-se um pensamento crítico ambiental que denuncia o mau uso dos recursos florestais brasileiros⁸¹ e a degradação advinda deste (escassez de água, desflorestamento, esgotamento dos solos, extinção de animais e plantas). Essas críticas eram direcionadas sobretudo ao modelo agrícola monocultor e escravista brasileiro, derivado da utilização de práticas tecnológicas e sociais rudimentares⁸². Para José Augusto Pádua, embora as críticas ambientais façam parte de uma “tradição intelectual” que marcou os séculos XVIII e XIX no Brasil, a adesão às ideias desses intelectuais foi minoritária, não chegando a promover políticas públicas para enfrentar a destruição ambiental, a “economia predatória” seguiu sua marcha⁸³.

Mas, o *sopro de destruição* que assolou a *ferro e fogo* as florestas brasileiras (sobretudo a Mata Atlântica) nos períodos colonial e imperial também exigiu ações concretas para mitigar a devastação e permitir a sobrevivência humana nas áreas devastadas. Neste sentido, o caso da Floresta da Tijuca é emblemático, tendo sido reflorestada entre os anos de

⁷⁷ “No caso das Minas Gerais setecentista, a exploração do ouro” In: CAPANEMA, Op. Cit., p.175.

⁷⁸ CAPANEMA, Op. Cit., p.176.

⁷⁹ CAPANEMA, Op. Cit., p.197.

⁸⁰ Estes intelectuais eram formados na Universidade de Coimbra. Segundo Pádua, 866 brasileiros formaram-se naquela universidade entre os anos de 1722 e 1822, trazendo consigo, no regresso a diversas partes do Brasil, uma tradição ilustrada influenciada pelos pensamentos naturalistas de Domenico Vandelli. In: PÁDUA, 2004, Op. Cit.

⁸¹ Pádua cita o caso da caça às baleias no litoral brasileiro, que já reduzira drasticamente a população desses cetáceos sem, no entanto, gerar benefícios satisfatórios “(...) a quantidade pescada era pequena, mas a qualidade dos métodos empregados era tão destrutiva que o recurso estava sendo dizimado antes mesmo de ser bem aproveitado”. PÁDUA, 2004, Op. Cit., p.135.

⁸² PÁDUA, 2004, Op. Cit., p.10-32.

⁸³ PÁDUA, 2004, Op. Cit., p.30.

1861 a 1874, numa tentativa de melhoria das condições de abastecimento de água⁸⁴ na Cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império.

A reflorestamento⁸⁵ da Floresta da Tijuca foi marcado pela experiência do Major Manuel Gomes Archer (1821-1905) na área da silvicultura, inspirado nos modelos de excelência da Europa. Estes modelos buscavam, com base nos métodos da ciência florestal, reflorestar áreas degradadas, selecionando as espécies mais aptas, de melhor crescimento, racionalizando o processo de produção de uma floresta, por meio do cálculo e do máximo aproveitamento do terreno e dos recursos disponíveis. Desta maneira, em pouco mais de uma década de experiências e práticas silviculturais, a área foi recoberta com mais de 60 mil mudas de espécies selecionadas, fruto de um cuidadoso planejamento de Archer e do empenho dos escravos de propriedade governamental cedidos para a empreitada (Eleutério, Constantino, Manuel, Mateus, Leopoldo e Maria)⁸⁶.

Segundo Drummond, embora sem uma formação específica em botânica ou silvicultura, Archer já era reconhecido especialista da flora regional, o que possibilitou-o coordenar os trabalhos de reflorestamento da Floresta da Tijuca:

Trabalhava sistematicamente, cobrindo encostas selecionadas com certas combinações aparentemente aleatórias. No entanto é possível que tais contribuições refletissem o conhecimento de Archer sobre a distribuição e a incidência de espécies nas florestas originais da região, das quais parece ter sido profundo conhecedor⁸⁷

O major Archer ressalta a importância do seu empreendimento e destaca, para tanto, o caráter político e científico do mesmo:

(...) a necessidade de se estender a prática do reflorestamento a outros lugares, bem como a urgência de uma legislação e da criação de institutos florestais para o aprendizado científico. Obtinha-se, por esse meio, a fertilidade do solo regenerado pelas árvores, a influência sobre o clima e as chuvas e o aumento da água corrente nos mananciais⁸⁸

⁸⁴ A escassez de água na Cidade do Rio de Janeiro é atribuída a duas causas fundamentais: ao desmatamento das encostas da Floresta da Tijuca e à ineficiência na distribuição da água existente. Para Castro Maya, a Floresta da Tijuca “(...) não é um mata virgem nem se formou espontaneamente, pois foi toda plantada em obediência a um plano de reflorestamento que previa a total cobertura da área para preservação dos mananciais”. In: MAYA, Raymundo Ottoni de Castro. A Floresta da Tijuca. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1967. p.17.

⁸⁵ O princípio do processo de reflorestamento foi marcado por desapropriações, compra de terrenos nas áreas desmatadas e resistência de muitos que ali mantinham propriedades.

⁸⁶ DRUMMOND, José Augusto. “O Jardim Dentro da Máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca”. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.1, n.2, 1988. p.288.

⁸⁷ DRUMMOND, 1988, *Op. Cit.*

⁸⁸ HEYNEMANN, Cláudia B. **Floresta da Tijuca**: natureza e civilização no Rio de Janeiro – século XIX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995. (Coleção Biblioteca Carioca, 38). p.68.

O caso da Floresta da Tijuca marca uma tendência que poderá ser percebida em relação à natureza no Brasil ao longo do século XX, na qual a silvicultura e a ideia de “utilidade florestal” vai marcar a produção das pesquisas, as intervenções nas florestas e os discursos e práticas modernizantes da agricultura. No início daquele século, o foco vai estar no estado de São Paulo, com o protagonismo científico da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e do engenheiro agrônomo Edmundo Navarro de Andrade (1881-1941):

Navarro certamente pode ser apontado como um dos principais artífices do processo de modernização da agricultura, principalmente porque constituiu e implantou no país uma silvicultura dentro das perspectivas científicas mais avançadas para sua época⁸⁹

O modelo de modernização agrícola proposto por Navarro de Andrade estava centrado na concepção de uma silvicultura racional, na qual a utilidade das florestas é o ponto central. A floresta útil seria, portanto, uma floresta com poucas espécies arbóreas e localizada em um terreno que facilitasse seu corte e transporte; uma floresta homogênea e otimizada⁹⁰.

Entre as décadas de 1920 e 1930 surgiram os primeiros cursos de silvicultura no Brasil, trazendo à tona as discussões sobre a degradação das florestas e as ações científicas necessárias para sua conservação e reflorestamento. Na ESAV o Departamento de Silvicultura foi criado em 1927 e, a partir daí, podemos encontrar a construção de narrativas sobre as florestas, em que os cientistas agrícolas da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa vão empenhar-se em formular ideias e projetos para a flora brasileira, na tentativa de equacionar desmatamento, preservação das matas, produção agrícola e reflorestamento.

O professor de silvicultura da ESAV, J. G. Duque, em conferência proferida no início da década de 1930, analisa os problemas florestais mineiros e propõe intervenções sobre os solos degradados pelo desmatamento e uso desordenado dos recursos florestais:

Urge racionalizar o uso econômico da terra, adaptando-se-lhes os ramos agrícolas mais adequados (...) os solos devem ser aproveitados, mais ou menos, na seguinte ordem: lavouras nas baixadas, pastos nas beiras dos morros e florestas nos altos, nas terras estragadas e nas cabeceiras das fontes⁹¹

⁸⁹ FERRARO, Mário Roberto. **A Modernização da Agricultura e da Silvicultura Paulista** (início do século XX). Anápolis: Universidade Federal de Goiás, 2010. (Coleção Olhares, 10). p.21.

⁹⁰ FERRARO, *Op. Cit.*, p.38.

⁹¹ “Os Problemas Florestais Mineiros” (Conferência realizada na Sociedade Mineira de Agricultura por J. G. Duque, professor de silvicultura da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais). S/D. folha 14. ACH-UFV, caixa 96.

As fazendas que têm terrenos de altos de morro, carrascais, cabeleiras d'água e gargantas apertadas, devem utilizar estes tipos de solo para a silvicultura (...) e, quando estiverem improdutivos, devemos fazer seu reflorestamento⁹²

Dentre as ações sugeridas pelo professor J. G. Duque, cabia uma educação continuada dos agricultores com preleções e demonstrações, informando-os sobre os melhores métodos para os cultivos florestais. Destaca ainda a importância de informar os agricultores (seja na Semana do Fazendeiro ou em visitas técnicas às propriedades rurais), sobre os danos causados pelo fogo e como evitá-los; cabia formar uma racionalidade camponesa em Minas Gerais, onde o *atraso* marcava a relação entre o agricultor e sua “roça”. A formação dessa racionalidade camponesa entre os brasileiros foi uma pretensão dos ruralistas⁹³ que, segundo Sônia Regina de Mendonça, propunham duas formas para alcançá-la: a repressão explícita e a educação. Devia-se colonizar os trabalhadores nacionais do campo, fosse pelo conhecimento ou pela violência, instalando-os em colônias agrícolas⁹⁴.

As propostas educativas ruralistas mantinham a lógica fundiária já existente no Brasil, inclusive fomentando-a em níveis educacionais hierárquicos⁹⁵. Cada nível de educação (elementar, médio ou superior) deveria atrelar-se às funções sociais exercidas pelo educando, tais como: a de lavrador, a de administrador agrícola e a de engenheiro agrícola. A função de engenheiro agrícola devia ser assumida pelos proprietários rurais de maiores recursos, erigindo-se na figura do *farmer*⁹⁶ estadunidense como paradigma e impondo, pela via educativa e extensionista, a racionalidade produtiva no campo aos proprietários rurais. O administrador agrícola, proprietário rural de recursos medianos, devia, por sua vez, ser preparado para administrar as propriedades rurais e ter conhecimentos suficientes para ser escrivão das mesmas. O lavrador devia, no entanto, receber a instrução elementar agrícola e prática para os

⁹²Duque, J. G. “O reflorestamento”. In: Circular 50, S.3. Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais. 1931. folha 39. ACH-UFV, caixa 96.

⁹³O *Ruralismo* analisado por Sônia R. de Mendonça é o movimento político agrário organizado no início do século XX, liderado pelas “frações dominadas da classe dominante agrária no Brasil”. Estes ruralistas, ligados ao Serviço Nacional de Agricultura, buscavam modelos para a modernização e superação do “atraso” da agricultura brasileira, questionando a predominância política dos cafeicultores paulistas. In: MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p.39.

⁹⁴MENDONÇA, *Op. Cit.*, p.84-85.

⁹⁵Na Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) forjou-se o *ethos esaviano* numa concepção de “verdadeira vida de campo” projetada no campus universitário, reproduzindo-se as relações sociais de forma a manter as divisões sociais do trabalho do meio rural. Projetava-se, na filosofia dos fundadores Peter Henry Rolfs e João Carlos Bello Lisbôa, um melhoramento integral do campo brasileiro (do homem, do animal e da semente), formando um aluno/agricultor disciplinado em termos sócio-políticos e produtivo em termos econômicos. In: AZEVEDO, *Op. Cit.*, p.87, 118, 134.

⁹⁶Para Denilson Azevedo o *farmer* seria o proprietário rural que, provido dos conhecimentos difundidos e aplicados em agricultura, promoveria a modernização agrícola nas suas terras de forma mecanizada e produtiva. In: AZEVEDO, *Op. Cit.*, p.134.

trabalhos do campo, formando uma “(...) *mão-de-obra potencialmente adestrável, do ponto de vista técnico, e temporalmente imobilizada no campo, por intermédio de instituições especiais de ensino*”⁹⁷.

Para Tânia Regina De Luca, analisando os artigos divulgados na Revista Brasil desde o início do século XX, a solução encontrada para o que o *atraso endêmico do Brasil* fosse superado, passava necessariamente pela higiene e pela saúde da população. A ciência profilática, proveniente da bacteriologia, combateria a inércia do brasileiro, embalando o ideal de revalorização higiênico-sanitário do homem brasileiro⁹⁸. Assim, cita Monteiro Lobato quando refere-se as propostas para o meio rural brasileiro, demonstrando como a ação de monges franceses (alimentando a população, curando doenças e construindo casas higiênicas) transformaram as terras improdutivas de Tremembé, no Vale do Paraíba Paulista:

(...) uma produção de 15 a 20 mil sacas de arroz, extraídas de uma terra que vivia a monte, por meio de músculos definitivamente classificados pela opinião geral como equivalentes a zero. O exemplo é frisante. Mostra o caminho a seguir, e mostra o erro dos nossos governos em nunca levarem em conta, para solucionar o problema do trabalho agrícola, a parte da higiene ... E mister, curando-o, valorizar o homem da terra, largado até aqui no mais criminoso abandono. **Curá-lo é criar riqueza.** É estabelecer os verdadeiros alicerces da nossa restauração econômica e financeira⁹⁹

A descrição desses sintomas do *atraso* também está presente nos relatórios do Departamento de Silvicultura da ESAV entre as décadas de 1930 e 1940. Nesses relatórios, os chefes do departamento descrevem os desperdícios dos recursos na exploração das matas e propõem caminhos mais racionais para o seu uso, tendo na educação da população pequenos, dos médios e grandes proprietários rurais a sua via de alcance. Afirma-se que os “fazendeiros” deviam ser alunos permanentes do Departamento de Silvicultura, já que a mudança na forma de se explorar a terra e seus recursos requer uma formação continuada e a ruptura com mitos presentes na prática desses fazendeiros: “(...) *nosso objetivo tem sido destruir o velho afhorismo que diz: **Quem planta árvore não colhe.** E aos poucos vamos conseguindo que os nossos*

⁹⁷ In: MENDONÇA, Op. Cit., p.92.

⁹⁸ DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p.186.

⁹⁹ In: LOBATO, Monteiro. *Problema vital.* Apud: DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p.214. (*Grifo nosso*)

lavradores se interessem pelos assuntos florestais”¹⁰⁰. A exploração dos recursos, no entanto, quando amparada na racionalidade científica, era desejável e aliada ao progresso da sociedade:

A proteção à natureza, com seus objetivos econômicos, estéticos ou sociais não significa, em absoluto, a proibição do aproveitamento dos seus recursos econômicos, como parece a muitos apressados. Pelo contrário, a produção científica, racionalmente encaminhada (...) constitui, até mesmo, uma lei do progresso¹⁰¹

Neste sentido, as práticas tradicionais do uso da floresta são questionadas, demonstrando o distanciamento e falta de empatia dos professores do Departamento de Silvicultura com os que utilizam os recursos da floresta para sua subsistência:

(...) combate à mentalidade esbanjadora existente entre nós, tão bem exemplificada no indiferentismo com que o caboclo abate uma árvore para colher os seus frutos ou joga por terra um magestoso jacarandá para vazar o mel de uma abelha que construiu seus favos no oco de um dos seus galhos e ainda na indolência com que aprecia e até mesmo admira a ação devastadora de um fogo ateado por mero diletantismo ou por abominável descuido¹⁰²

A análise do professor de silvicultura da ESAV, citada acima, vai de encontro à visão dos intelectuais da primeira metade do século XX acerca dos brasileiros de áreas geográficas distantes dos centros industrializados, vistos como rústicos, ociosos, indolentes, parasitas, intelectualmente limitados e supersticiosos¹⁰³. O habitante do sertão (sertanejo, caboclo, caipira) é analisado pelo seu constante nomadismo, nada construindo a partir exploração das florestas, um *pioelho da terra*¹⁰⁴. As palavras de Monteiro Lobato em Urupês (1957) e de Câmara Cascudo¹⁰⁵, destacadas a seguir, descrevem a relação entre o caboclo e os recursos naturais; uma relação imprevidente e predatória:

¹⁰⁰ “Relatório dos Trabalhos Realizados no Departamento de Silvicultura, durante o ano de 1934, apresentado ao Snr. Director da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Geraes, pelo Prof. Cathedrático Luiz Carvalho Araújo – chefe do referido departamento” p.83. ACH-UFV, caixa de Relatórios do Departamento de Silvicultura (em processo de catalogação). (Grifo Nosso)

¹⁰¹ “Relatório do Departamento de Silvicultura, apresentado pelo seu diretor, Arlindo de Paula Gonçalves, em 24 de dezembro de 1940” p.02. ACH-UFV, caixa de Relatórios do Departamento de Silvicultura (em processo de catalogação).

¹⁰² *Idem, Ibidem.*

¹⁰³ Para Nísia Trindade Lima, a visão sobre os habitantes dos “sertões” varia segundo o período histórico e as influências estético literárias vigentes entre os românticos, os (neo)naturalistas e os modernistas. Para os românticos, o homem sertanejo é aquele autêntico e próximo à natureza, devido a sua herança indígena, já os (neo)naturalistas e os modernistas distinguem o homem do sertão pela sua preguiça, ainda que variem no diagnóstico para tal distinção. In: LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Editora Revan, IUPERJ, 1999. p135.

¹⁰⁴ LIMA, *Op. Cit.* p.136

¹⁰⁵ CASCUDO, Câmara. A Humanidade do Jeca Tatu. 1920. *Apud*: LIMA, *Op. Cit.*, p.139.

Quando se exaure a terra, o agregado muda de sítio. No lugar fica a tapera e o sapezeiro. Um ano que passe e só atestará a sua estada ali; o mais se apaga por encanto. A terra reabsorve os frágeis materiais da choça e, como sequer uma laranjeira ele plantou, nada mais lembra a passagem por ali do Manoel Peroba, do Chico Marimbondo, do Jeca Tatu ou outros sons ignaros, de dolorosa memória para a natureza circunvizinha¹⁰⁶

(...) Jeca nômade, desconfiado levando incêndio a uma floresta para destocar meio palmo de mato, jeca usando da prodigiosa fecundidade da terra como refúgio natural à sua indolência¹⁰⁷

Esta visão excludente também foi a tônica da extensão rural praticada em Minas Gerais desde a década de 1950, quando se tenta introduzir o milho híbrido e as técnicas modernas apropriadas ao seu cultivo. Nas “roças” o que se vai encontrar é a resistência dos agricultores em modificar suas práticas agrícolas, definidas pelos extensionistas como primitivas e rotineiras. Tais práticas deviam, portanto, ser extirpadas da filosofia de vida camponesa de Minas Gerais, sendo a formação das juventudes rurais o caminho para a superação do *atraso* que elas supunham¹⁰⁸.

Mas não somente as práticas isoladas de agricultores, considerados descuidados e indolentes, foram criticadas nos relatórios apresentados à ESAV pelo Departamento de Silvicultura, foram também questionadas as práticas utilizadas pelas serrarias¹⁰⁹ na exploração das matas e do seu potencial florestal. No relatório de 1940, Arlindo de Paula Gonçalves, ilustra seu descontentamento com o aproveitamento desordenado das Matas do Rio Doce: “*Pelo sistema de exploração feito por eles (madeireiros), só tenho a dizer que, embora demore muito, as matas vão se acabando, como tudo que é explorado e não renovado. Depois que acabarem com as matas naturais é que eles vão cogitar do reflorestar*”¹¹⁰.

O aproveitamento das áreas desmatadas era realizado quase que exclusivamente para o cultivo de café e milho pelos proprietários, o que, do ponto de vista econômico, é aprovado pelo professor Arlindo Gonçalves. O problema deste sistema é o provável

¹⁰⁶ LOBATO, Monteiro. Urupês. 1957. *Apud*: LIMA, *Op. Cit.*, p.137.

¹⁰⁷ CASCUDO, Câmara. A Humanidade do Jeca Tatu. 1920. *Apud*: LIMA, *Op. Cit.*, p.139.

¹⁰⁸ SILVA, Claiton Márcio. “Os Outros São o Atraso: populações rurais e modernização agrícola em Minas Gerais (1950-1960)” *In*: SILVA, Sandro Dutra, SÁ, Dominichi Miranda, SÁ, Magali Romero. **Vastos Sertões**: história e natureza na ciência e na literatura. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p.111-124.

¹⁰⁹ Em viagem de estudos com os alunos de Silvicultura, o Diretor Arlindo de Paula Gonçalves visitou quatro serrarias (sobre as quais traça sua análise) na cidade de Raul Soares: a Serraria Irmãos Salin, a Serraria Armando Martins, a Serraria Armando Sodré e a Serraria João Domingos. *In*: “Relatório do Departamento de Silvicultura, apresentado pelo seu diretor, Arlindo de Paula Gonçalves, em 24 de dezembro de 1940” p.12. ACH-UFV, caixa de Relatórios do Departamento de Silvicultura (em processo de catalogação).

¹¹⁰ *Idem, Ibidem.*

esgotamento do solo em aproximadamente 25 anos e as dificuldades, após este tempo, para se reflorestar a área, pois o solo já poderia estar muito empobrecido, quando não completamente erodido, e sujeito ao ataque constante das saúvas¹¹¹.

As fotografias anexadas aos relatórios das aulas práticas do Departamento de Silvicultura demonstram a importância dos procedimentos técnicos para o aproveitamento das florestas. Na legenda anexada à fotografia do relatório de 1940 (Figura 1) descreve-se a derrubada às margens do Rio Matipó de um “*Jequitibá vermelho com 7,15 m de circunferência na base e 20 m de altura aproveitável*”. Sobre a tora do jequitibá encontram-se seis pessoas, demonstrando a grandiosidade descrita na legenda. Ao fundo, os alunos da disciplina de Silvicultura observam o professor Arlindo de Paula Gonçalves, possivelmente de pé em cima da tora, explicando as formas científicas para se explorar o majestoso tronco de jequitibá.



FIGURA 1: “*Jequitibá vermelho com 7,15 m de circunferência na base e 20 m de altura aproveitável*”. *In:* Relatório do Departamento de Silvicultura, apresentado pelo seu diretor, Arlindo de Paula Gonçalves, em 24 de dezembro de 1940” p.02. ACH-UFV, caixa de Relatórios do Departamento de Silvicultura (em processo de catalogação). p.121

A fotografia descrita anteriormente dialoga com outra que foi anexada abaixo dela no relatório pelo professor relator da viagem. Neste segundo registro fotográfico (Figura 2),

¹¹¹ *Idem, Ibidem.* O prof. Arlindo de Paula Gonçalves realiza seus comentários para as matas do Rio Doce baseando-se em experiências anteriores com a Mata Atlântica no Rio de Janeiro, onde ficou patente para ele as diferenças do êxito do reflorestamento em áreas de sua propriedade, uma desmatada recentemente e outra em um terreno de pasto. Nesta última houve gastos excessivos para tornar o solo produtivo a para manter um homem eliminando diariamente os formigueiros.

podemos observar a base do tronco do jequitibá de onde foi retirada a tora, reafirmando sua magnitude em contraste com as figuras humanas presentes no cenário. A legenda anexada à fotografia (*O mesmo Jequitibá da figura acima, mostrando o desperdício da madeira*) completa a visão expressada no relatório sobre a extração da madeira pelas serrarias, onde a falta de fundamentação científica levava ao desperdício dos recursos das matas.



FIGURA 2: “O mesmo jequitibá da figura acima, mostrando o desperdício da madeira”.
In: Relatório do Departamento de Silvicultura, apresentado pelo seu diretor, Arlindo de Paula Gonçalves, em 24 de dezembro de 1940” p.02. ACH-UFV, caixa de Relatórios do Departamento de Silvicultura (em processo de catalogação). p.121

A visão expressa nos relatórios, presente nos registros fotográficos e nas suas legendas, assim como nos textos escritos, demonstra as práticas pouco racionais das serrarias visitadas que, ao botarem abaixo árvores de grande porte, acabavam subutilizando os recursos das florestas. Esta subutilização era devida ao desconhecimento sobre o “sistema de cubagem da madeira”¹¹² por parte dos administradores das serrarias, um método de silvicultura desenvolvido para calcular a cubagem perfeita das toras e maximizar o aproveitamento dos troncos em todas as suas partes. O relator daquela viagem de estudos pelo Rio Matipó tampouco furtou-se em apresentar os procedimentos e as fórmulas desenvolvidas para a realização da

¹¹² O sistema de cubagem era o processo seguinte à derrubada da árvore, normalmente realizado dentro da própria mata com o objetivo de facilitar o transporte, e consistia em retirar a parte não aproveitável do tronco derrubado, transformando-o em um cubo (ver as Figuras 1 e 2).

devia ser assumida pelo Serviço Florestal Brasileiro (SBF), recebendo contrapartidas dos governos municipais, estaduais e da federação, assim como de particulares interessados na exploração das florestas:

Neste particular, ficamos em um meio termo, reconhecendo a importância da orientação técnica que deve ser dada, como exemplos, pelos Poderes Públicos, e exaltando a valor do serviço florestal de particulares, como se vêm evidenciando no Brasil, crente como somos que aos particulares cabe o maior esforço a realizar para o pleno surto da silvicultura no Brasil¹¹⁴

Nos núcleos urbanos, as populações deviam ser conscientizadas sobre a importância das florestas, com ações educativas em escolas, clubes e associações, formando uma população habilidosa na produção e manutenção das florestas:

(...) ensinar cada pessoa a plantar uma árvore e a acautelá-la ou ajudar seu desenvolvimento, assim como compreender, gozar e presar a utilidade incontestável de árvores e florestas, é decerto uma das formas de instrução popular mais adequada ao preparo de grande número de **arboricultores hábeis**¹¹⁵

A comemoração do *Dia da Árvore*, exemplo típico destas ações educativas conscientizadoras, levava as discussões dos profissionais da silvicultura a um público mais amplo e adquiria uma importância histórica crescente em Minas Gerais desde a sua instituição na década de 1910. Na cidade de Belo Horizonte, planejada como uma cidade jardim, as festividades envolviam as escolas primárias e eram organizadas por professoras e normalistas, “*compondo uma pedagogia na qual se estimulava o amor às árvores ao mesmo tempo em que se ensinavam valores de patriotismo, respeito à família e à moral vigente*”¹¹⁶. O dia 21 de setembro, oficializado “Dia da Árvore” em 1925, sempre divulgou a ideia de reflorestamento como sua base, mas foi historicamente evitado de paradoxos, indo do ipê ao eucalipto como símbolo, as “*(...) árvores surgiam como um verdadeiro monumento histórico*”¹¹⁷. Nas décadas de 1950 e 1960 evidencia-se ainda mais tal paradoxo, pois ocorre um surto industrial na cidade

¹¹⁴ SAMPAIO, Alberto José de. “O Problema Florestal no Brasil, em 1926 - Relatório apresentado ao Congresso Internacional de Silvicultura de Roma, abril-maio, 1926”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Gráfica Ypiranga, vol. 28, dez. 1926. p.134

¹¹⁵ SAMPAIO, *Op. Cit.*, p.143 (Grifo nosso)

¹¹⁶ DUARTE, Regina Horta et OSTOS, Natascha Stefania C. “Entre ipês e eucaliptos: comemorações do *Dia da Árvore*”. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et DRUMMOND, José Augusto (Org.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.227.

¹¹⁷ DUARTE et OSTOS, *Op. Cit.*, p.227.

e o aumento populacional, abrindo-se novas ruas, avenidas e bairros, pela ação do “impiedoso machado municipal”¹¹⁸.

Durante os preparativos para a comemoração do Dia da Árvore de 1958 na cidade de Viçosa, evidencia-se um aparente paradoxo¹¹⁹ que esta data comemorativa representava também na história da UREMG e da Zona da Mata Mineira, quando a Agro Madeireira Peres Ltda (empresa madeireira especialista em madeiras serradas ou em toras)¹²⁰ compromete-se a divulgar o evento com recursos próprios:

Atendendo ao apêlo de V. Sa. uma das nossas aeronaves irá atirar mensagens alusivas ao *Dia da Árvore*. E farei o possível para fazê-lo pessoalmente, aproveitando a oportunidade para abraça-los e participar dos festejos¹²¹

Contudo, é a abertura da primeira escola de ciências florestais do Brasil na UREMG que vai afinar ainda mais os discursos e as práticas dos cientistas sobre a flora das matas mineiras: o uso dos seus recursos, o replantio de árvores e a necessidade de sua preservação. A Escola Nacional de Florestas é fundada em 1960 na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

1.1 – Os Fazedores de Florestas: programas e campanhas da Escola Superior de Florestas

Os primeiros anos da Escola Nacional de Floresta (ENF) foram marcados por constantes debates sobre a viabilidade da sua permanência na UREMG ou sua transferência para outra universidade do país; cogitava-se levar a ENF para o Rio de Janeiro, São Paulo ou para Curitiba. Este debate vai se acirrar em 1962, passando a envolver diversos interesses políticos e científicos, assim como os órgãos financiadores do programa (O Ministério da Agricultura e a FAO). As constantes correspondências expedidas e recebidas pela UREMG¹²²

¹¹⁸ DUARTE et OSTOS, *Op. Cit.*, p.230.

¹¹⁹ O fato de uma madeireira estar financiando o Dia da Árvore na cidade de Viçosa não se apresenta necessariamente como um paradoxo, pois, como já vimos na fala do professor Arlindo de Paula Gonçalves, o uso dos recursos das matas e a proteção à natureza poderiam caminhar juntos, desde que encaminhados racionalmente e com métodos científicos. (Ver nota 101).

¹²⁰ No Capítulo II detalharemos a relação desta madeireira e sua filial (Companhia Agroflorestal) com a Serra do Brigadeiro nos anos de 1950 e 1960.

¹²¹ “Carta de Rubens Rezende Peres ao Diretor da Escola Superior de Agricultura de Viçosa (São Pedro dos Ferros, 13 de setembro de 1958)”. ACH-UFV, caixa 693.

¹²² Carta do Reitor Flamarion Ferreira ao prof. Alberto Teixeira Paes da UFMG agradecendo o apoio deste à permanência da ENF na UREMG (ACH-UFV, caixa 737); Carta do Reitor Flamarion Ferreira ao Dr. Magalhães

demonstram a importância dada à questão, com enfáticos relatos favoráveis ou contrários à permanência da ENF em Minas Gerais. O Deputado Estadual Claudio Pinheiro de Lima aponta um dos motivos relevantes para a permanência da ENF no Estado: “*Parece-me ainda que Minas em particular, seja o ponto mais necessitado de se reflorestar, tal a devastação que vem sofrendo suas matas nos últimos tempos*”¹²³.

Em carta enviada ao reitor Flamarion Ferreira, apresenta-se à contenda Douglas Knudson (técnico da USAID¹²⁴ que já trabalhara na UREMG), lamentando a perda deste importante centro de estudos florestais. Segundo Knudson, o tema florestal é de importância inquestionável em todo o país, o que não se resolve, sem embargo, com a retirada da ENF de Viçosa. Seria relevante, pontua, a criação de outras escolas de florestas pelo país afora, inclusive em Curitiba,

(...) Mas em Minas Gerais, o maior produtor de produtos florestais no Brasil, necessita de uma escola a treinar técnicos profissionais capazes de administrar a vasta área florestal mineira que atualmente fica (**sic**) e que deve expandir muito. O desaparecimento das matas, cerrados florestados e florestas é alarmante. A promessa da produtividade de plantações e florestas nativas é surpreendente para mim. Mas essa promessa, para realizar-se, requiere aplicação de práticas científicas, que, em sua vez, requiere o trabalho dedicado de muitos cientistas florestais, bem treinados nos princípios e práticas de produção florestal¹²⁵

Dentre os argumentos apresentados para a transferência da Escola Nacional de Floresta há ainda outro que enriquece nossa discussão: a ausência de área para estudos de campo na região de Viçosa, devida à pouca densidade florestal da região de Viçosa e da Zona da Mata Mineira¹²⁶. Logo após a retirada da Escola Nacional de Florestas de Viçosa (1963), começa-se

Pinto, Governador de Minas Gerais, 23/04/63 (ACH-UFV, caixa 737); Nota do Diário Oficial da União criando a comissão para estudar a grave situação da ENF, 15/04/63 (ACH-UFV, caixa 737); Carta do Reitor Flamarion Ferreira ao Dr. Secretário Estadual de Agricultura Carta do Deputado Estadual Claudio Pinheiro de Lima ao Reitor da UREMG Flamarion Ferreira, (ACH-UFV, caixa 737); Carta do Deputado Estadual Altair Chagas ao Reitor Flamarion Ferreira, 01/11/63 Carta do Deputado Estadual Claudio Pinheiro de Lima ao Reitor da UREMG Flamarion Ferreira, 17/08/1963 e 01/11/63 (ACH-UFV, caixa 737).

¹²³ “Carta do Deputado Estadual Claudio Pinheiro de Lima ao Reitor da UREMG Flamarion Ferreira, 19/08/1963”. ACH-UFV, caixa 737.

¹²⁴ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

¹²⁵ “Carta de Douglas M. Knudson ao Reitor Flamarion Ferreira – West Lafayette, Indiana, USA, march 8, 1964”. ACH-UFV, caixa 696.

¹²⁶ Knudson elenca ainda os motivos práticos que tornam Minas Gerais o estado prioritário e para onde deveriam confluír as pesquisas florestais: as florestas controlam as secas e inundações de grandes cidades como Belo Horizonte; as grandes distâncias que têm que percorrer serrarias e siderúrgicas em busca de árvores para extração; a falta de matéria-prima para incipiente indústria de celulose no Estado e a falta da lenha nas proximidades das residências que dela dependem para as tarefas cotidianas “*Uma velha senhora carregando na cabeça um*

a articular internamente na UREMG a criação da Escola Superior de Floresta (ESF), destacando a necessidade de estudos teóricos e práticos de reflorestamento como a viabilidade para tal empreendimento. A ESF passa, portanto, a ser responsável por todas as matas internas da UFV, podendo utilizá-las para experimentos florestais, manejando áreas com cobertura vegetal e reflorestando áreas desmatadas e com solos degradados:

Imediatamente à criação da escola Superior de Florestas, o magnífico Reitor da Universidade Rural de Minas Gerais, Dr. Edson Potsch Magalhães assinou ato, colocando todas as áreas florestadas e por florestar da Universidade, sob a administração direta desta Escola. Aproximadamente 300ha (...). Estas áreas possibilitarão maiores oportunidades para o estudante ter um entrosamento prático, através de levantamentos, estudos biológicos e silviculturais¹²⁷

Com a abertura da Escola Superior de Florestas surgem, portanto, novos atores sociais dentro da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - os *Fazedores de Florestas* – que, responsáveis num primeiro momento pelo reflorestamento do campus universitário, passam a implementar os estudos científicos sobre florestas, vinculados às empresas interessadas na produção de carvão para a siderurgia, principalmente a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Belgo Mineira. Os vínculos entre esses atores sociais e os interesses siderúrgicos ficam patentes durante toda a década de 1960 e 1970, quando tais empresas incentivam financeiramente projetos ligados à produção de madeira dentro da Escola Superior de Florestas¹²⁸. A atuação dos Fazedores de Florestas deveria ser o motor para o desenvolvimento técnico da produção florestal de Minas Gerais:

A incapacidade de utilizar seus recursos naturais é um grave problema por que passa o Brasil, principalmente, no Estado de Minas Gerais, e que poderá ser resolvido, pelo menos em parte, pela expansão da nossa capacidade de produção e utilização florestal, através do desenvolvimento de novas técnicas e conhecimentos¹²⁹

pesadíssimo feixe de lenha por vários quilômetros – por que a lenha é tão cara e tão rara perto de casa é necessário roubar (desculpe!) de uma mata que é longe”. Idem, Ibidem.

¹²⁷ RAMALHO, Roberto. Engenharia Florestal, uma profissão para servir a Amazônia, Atas do Simpósio Sobre Biota Amazônica, Vol. 7 (Conservação da Natureza e Recursos Naturais): 1967. P245-255.

¹²⁸ Em 1970 a Companhia Vale do Rio Doce investiu Cr\$125.000,00 na construção do Laboratório de Propriedades Físicas e Mecânicas da Madeira e Cr\$200.000,00 em máquinas para a nova serraria e carpintaria da ESF. *In: Relatório Anual da escola Superior de Florestas de 1971 – Diretor Roberto da Silva Ramalho. ACH-UFV, caixa 1337. p.01.*

¹²⁹ *In: Relatório de Atividades do Ano de 1973 da Escola Superior de Floresta – Diretor Roberto da Silva Ramalho”. ACH-UFV, caixa 42. p.06.*

Um impulso inicial para o funcionamento da Escola Superior de Florestas e para o desenvolvimento das técnicas necessárias à produção florestal foram os convênios firmados pela UREMG com diversas instituições (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Belgo Mineira, Purdue University, Museu Nacional, Instituto Brasileiro do Café, Prefeitura Municipal de Viçosa), financiando eventos e campanhas, comprando equipamentos, oferecendo treinamento profissional aos corpo técnico, além da realização de programas de aperfeiçoamento para professores. A ESF foi incluída em 1965 no *Projeto ETA 55*, implementado pela USAID desde 1958 na UREMG, atendendo a demanda do Reitor Flamarion Ferreira ao Embaixador Estadunidense Lincon Gordon¹³⁰. Por meio deste projeto, que visava a modernização da pesquisa agrícola no país e a inserção dos “(...) *ideais e valores da sociedade norte-americana junto à população pobre do campo brasileiro*”¹³¹, a UREMG captou recursos das Fundações Ford e Rockefeller. Também o Projeto Purdue-UFV beneficiou o funcionamento da ESF nos seus primeiros anos, sobretudo no que diz respeito à qualificação dos professores e à colaboração técnica oferecida pelos professores visitantes¹³².

Com a criação da Escola Superior de Florestas em 1963, o Departamento de Silvicultura deixa de estar vinculado ao curso de Agronomia, sendo transferido para a ESF¹³³.

¹³⁰ Na carta enviada pelo reitor, solicita-se a inclusão da ESF no Projeto ETA 55, demandando colaboração técnica daquele país, com a disponibilização de três professores para compor o corpo docente da escola e com a doação de “equipamentos técnicos indispensáveis” para o funcionamento da mesma. *In*: “Carta do Reitor Flamarion Ferreira ao Exmo. Sr. Dr. Lincon Gordon, Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte, em 23 de maio de 1964”. ACH-UFV, caixa 696. Sobre a influência da USAID no modelo educativo e nas pesquisas da UREMG, ver também: RIBEIRO, Maria das Graças Martins. “A USAID e o ensino agrônômico brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais”. *In*: Bol. Mus. Para Emílio Goeldi. (Ciências Humanas), Belém, v.4, n.3, set-dez-2009. p.453-463.

¹³¹ RIBEIRO, Maria das Graças Martins. “Educação superior e cooperação internacional: o caso da UREMG (1948-1969)”. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, n. 25, p. 50-63, jan/jun. 2007. p.62.

¹³² Entre 1964 e 1969 havia anualmente na ESF um mínimo de dois professores visitantes prestando seus serviços, o que possibilitava, para além de completar o quadro docente da escola, a liberação dos docentes da UREMG para realização de mestrados e doutorados nas universidades conveniadas. *In*: “A Escola Superior de Florestas e o Convênio Purdue-UFV, Reinaldo de Jesus Araújo, Diretor da ESF, 1969”. ACH-UFV, caixa 490. Segundo Gustavo Silva Bianch, os projetos desenvolvidos pela Purdue University na UREMG/UFV, direcionou as pesquisas e a produção científica nesta instituição, visando modernizar a agricultura no Estado de Minas Gerais. Ver SILVA, Gustavo Bianch. *A Ciência em Rede: os vínculos entre instituições e cientistas no contexto da moderna agricultura (1958-1973)*. Dissertação (mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2014. 146p.

¹³³ Em ofício de novembro de 1964, Arlindo de Paula Gonçalves solicita a transferência do Departamento de Silvicultura da ESA para a ESF. Solicita ainda “Subordinar toda a política florestal da UREMG à direção da ESF, a quem competirá, todo e qualquer planejamento, domínio e proteção das florestas naturais e plantadas”. A solicitação é prontamente atendida pela reitoria em dezembro de 1964. *In*: “Transferência do Departamento de Silvicultura da ESA para a ESF, Arlindo de Paula Gonçalves – Diretor Interino da ESF”. (20/11/1964). ACH-UFV, caixa 696.

As ações, antes concentradas no curso de agronomia, adquirem autonomia e passam a fazer parte de um repertório específico das ciências florestais, com seus objetos de pesquisa e seus campos de atuação voltados especificamente para as florestas, reivindicadas como muito úteis ao progresso do Brasil. Segundo France Gontijo Coelho, foi decisiva a participação do prof. Arlindo de Paula Gonçalves no processo de consolidação da silvicultura dentro da ESAV e, posteriormente, dentro da UREMG, sendo ele o primeiro pesquisador a separar sistematicamente os conhecimentos florestais dos conhecimentos agrônômicos¹³⁴.

Dentro da recém-criada escola surgem vozes em defesa da natureza, principalmente do ecossistema atlântico. Assim, profissionais iniciantes e atuantes na área florestal da silvicultura “(...) exigiam a aplicação do código florestal, ampliação e proteção efetiva dos parques nacionais e estaduais, aumento das exigências legais de replantio e uma quota de replantio para espécies nativas de árvores”¹³⁵. A Campanha Integrada de Reflorestamento (CIR) foi um dos primeiros projetos assumidos pela ESF, direcionando as pesquisas da instituição na construção da identidade do engenheiro florestal da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. No período de duração da campanha, o curso de Engenharia Florestal fundamentou suas bases teóricas e empíricas, demonstrando sua importância como ciência e captando recursos para seu funcionamento.

A CIR foi lançada durante as comemorações do Dia da Árvore em 21 de setembro de 1966, numa parceria da UREMG com a Prefeitura de Viçosa, o IEF e a ACAR. A sociedade em geral é chamada a participar, demonstrando a importância local assumida pela campanha. O evento adquiriu um caráter cívico na cidade de Viçosa, unificando as ações da universidade e dos políticos locais, com plantio de mudas de pau-Brasil na Praça Silviano Brandão (árvore simbólica de número 1)¹³⁶, arborização da Avenida Bueno Brandão feita por autoridades e escolares, inauguração do viveiro regional de mudas e da barragem da silvicultura, shows de artistas da Rádio Inconfidência, números esportivos, apresentação do “Tiro de Guerra” e de cães adestrados da Polícia Militar, entregas de medalhas de honra e posse da primeira diretoria da Sociedade Mineira de Engenheiros Florestais¹³⁷.

¹³⁴ In: COELHO, France Maria Gontijo. A Produção Científico-tecnológica para a Agropecuária: da ESAV à UREMG, conteúdos e significados. Departamento de Extensão Rural (Dissertação de Mestrado), UFV, Viçosa, 1992. p.114-118.

¹³⁵ DEAN, *Op. Cit.*, p.301.

¹³⁶ In: “Convite do Diretor da ESF, Arlindo de Paula Gonçalves, ao Reitor da UREMG, Edson Potsch Magalhães, para lançamento da CIR”, ofício 216/66/APG/JG (16 de setembro de 1966). ACH-UFV, caixa 968.

¹³⁷ In: “Programa para Lançamento da Campanha Integrada de Reflorestamento, em Viçosa”. ACH-UFV, caixa 968.

A Campanha tinha como foco de atuação a região da Zona da Mata Mineira e demonstrava no seu lema a situação preocupante em que se encontravam as florestas desta região, sendo o reflorestamento o caminho para que estas sobrevivessem e um exemplo que Minas Gerais daria ao Brasil.



FIGURA 3 – Logomarca da Campanha Integrada de Reflorestamento. *In:* ACH-UFV, Caixa 968

O Diretor da ESF descreve no Relatório Anual de 1966 as várias atividades e intervenções realizadas pela Escola de Floresta naquele ano, destacando os municípios por onde atuaram e os meios de comunicação nos quais foi divulgada a CIR¹³⁸. Entre as atividades tiveram: Formação de líderes para produção de mudas e reflorestamento (Viçosa, São Miguel, Ervália, Teixeiras, Coimbra e Ubá); Encontros com prefeitos e com o Clero para esclarecimentos e pedido de apoio à campanha (Juiz de Fora, Carangola, Fervedouro e Caratinga); Lançamento da campanha nas cidades de Ubá, Manhuaçu, Carangola, Juiz de Fora, com plantio do pau-brasil como árvore símbolo e grandes festividades e civismo; Anúncio da

¹³⁸ *In:* “Relatório de Atividades do Ano de 1966 da Escola Superior de Floresta – Extensionista F. Sebastião Moreira da Silva”, (28 de dezembro de 1966). ACH-UFV, caixa 776.

campanha, palestras e matérias sobre temas relativos ao reflorestamento nas rádios locais e estaduais (Rádio Montanhosa, Rádio Guarany, Rádio Inconfidência), em jornais escritos (Jornais Estado de Minas, O Diário e Diário de Minas) e em revistas (Dirigente Rural e Seleções Agrícolas).

A produção de mudas e sementes foi o primeiro passo para colocar em marcha a Campanha Integrada de Reflorestamento (CIR), estando programada a construção de três viveiros na região, um deles nos terrenos da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). O Diretor da Escola Superior de Florestas (ESF) conclama, portanto, a participação da administração da UREMG na construção do dito viveiro, reclamando um melhor espaço para que se efetuasse tal empreendimento: “*Para que possamos levar avante este programa de atividades, necessitamos do indispensável apoio de V. Magcia, especialmente no que se refere ao local em que se deverá ser instalado o viveiro*”.¹³⁹

Foi elaborado pela ESF um plano trienal de produção para o viveiro de mudas e sementes para a CIR localizado no campus da universidade, no qual detalham-se as essências florestais a serem cultivadas para o reflorestamento e arborização de estradas e logradouros.

Dentro da CIR estava previsto arborizar as cidades da Zona da Mata e reflorestar as áreas desmatadas e com os solos degradados. As principais essências florestais a serem utilizadas nesta tarefa, previstas no plano trienal (Gráfico 1), seriam o eucalipto (9 milhões de mudas), a candeia (3,5 milhões de mudas), a alfeneira¹⁴⁰ (650 mil mudas), outras espécies (2 milhões de mudas) e as espécies ornamentais (300 mil mudas). Embora não sejam descritas quais são as “outras espécies” e as “espécies ornamentais”, podemos concluir que as espécies não nativas são as que predominam nos planos de reflorestamento: o alfeneiro (*Ligustrum vulgare*), e o eucalipto (três espécies diferentes), representando 62,25% das mudas cultivadas. Aparentemente a única espécie da Mata Atlântica a ser cultivada no viveiro da UREMG seria a candeia¹⁴¹ (*Eremanthus erythropappus*), representando apenas 22,58% das mudas.

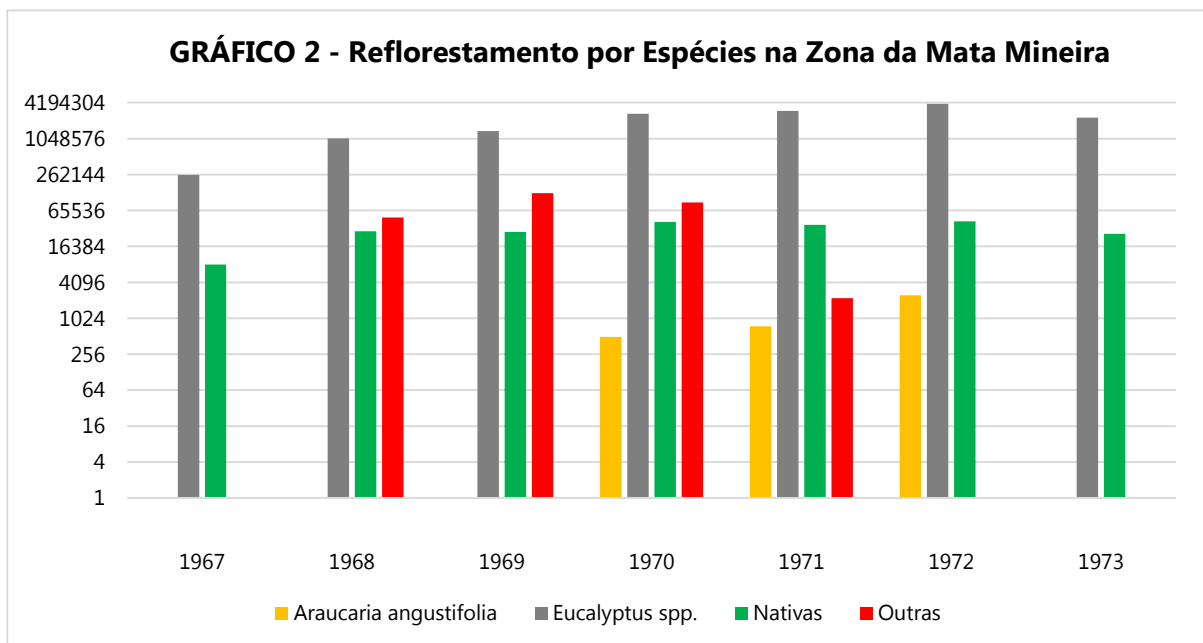
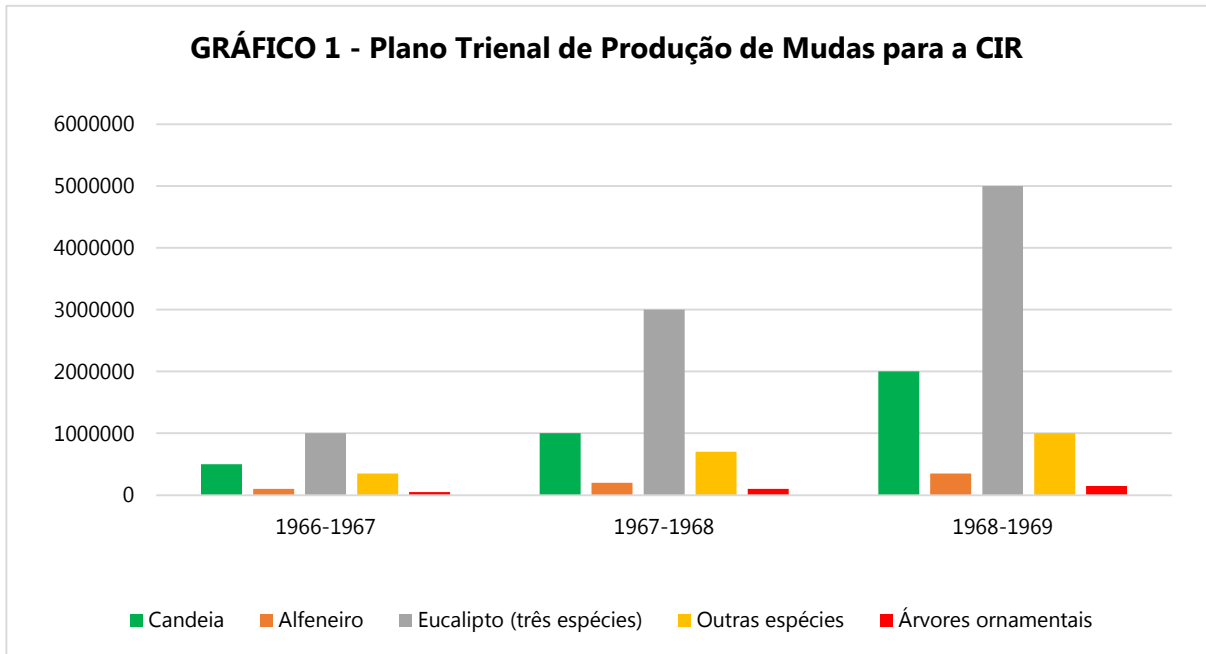
Os dados oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) são semelhantes aos pretendidos pelo viveiro de mudas da UREMG, apresentando, contudo, um

¹³⁹ “Carta do Diretor da ESF, Arlindo de Paula Gonçalves, ao Reitor da UREMG” 28/04/1966. ACH-UFV, caixa 968.

¹⁴⁰ Segundo o professor Arlindo de Paula Gonçalves esta espécie arbórea era utilizada como cerca viva e para produção de cabos de ferramentas. In: “Relatório do Departamento de Silvicultura, apresentado pelo seu diretor, Arlindo de Paula Gonçalves, em 24 de dezembro de 1940” p.33. ACH-UFV, caixa de Relatórios do Departamento de Silvicultura (em processo de catalogação).

¹⁴¹ Segundo o Sr. Zé Santim, informante da Comunidade de Dom Viçoso em Ervália, a candeia era muito utilizada para produção de moirões para cercar as propriedades.

percentual ainda maior do eucalipto em relação a outras espécies semeadas: araucária 0,1%, essências nativas 1,4%, espécies não definidas (outras) 1,7% e eucalipto 96,8% (Gráfico 2).



Em 1969, é assinado um convênio entre a Escola Superior de Floresta e o IEF¹⁴², definindo contrapartidas destas duas instituições na construção de um horto florestal e na produção de mudas voltadas para o reflorestamento regional, arborização e educação ambiental, parte da Campanha Integrada de Reflorestamento. À ESF cabia o fornecimento do terreno adequado e da água para o viveiro de mudas, fornecimento de utensílio e mudas para o cultivo, assim como o adubo e os operários para sua manutenção. Ao IEF cabia o fornecimento dos agroquímicos, a contratação de um viveirista e uma doação em dinheiro para que se mantivesse o viveiro. A distribuição das mudas seria responsabilidade equitativa das duas instituições, as ornamentais, no entanto, seriam de propriedade exclusiva da UREMG e utilizadas para a arborização do campus e para comercialização, sendo o produto das vendas revertido para o próprio viveiro.

Em 1973, Sebastião Ferreira da Silva¹⁴³, professor da disciplina “Política Florestal Brasileira”, produz um relatório analisando os impactos dos programas de reflorestamento sobre a Zona da Mata¹⁴⁴. O relatório faz uma defesa aberta da política desenvolvimentista do Governo Federal, definida como revolucionária, fomentando o que define como uma “nova mentalidade florestal” e favorecendo as plantações de árvores destinadas às industriais madeireiras. A floresta utilitária é, portanto, vista como o ideal desta nova mentalidade, devendo ser defendida no campo político, investigada e fomentada no meio científico, e explorada como solução para a Zona da Mata no campo econômico:

O fato das indústrias madeireiras se ressentirem da escassez de madeira, associado a ampliação e instalação de indústrias florestais vem promovendo a atividade florestal como fonte potencial de grandes retornos e criando novas oportunidades de trabalho¹⁴⁵

O convênio entre o Ministério do Planejamento e a UFV é citado pelo Prof. Sebastião Ferreira da Silva, destacando a produção de pesquisas voltadas para o desenvolvimento da Zona da Mata, que apresenta um quadro econômico incompatível com o desenvolvimentismo do “governo revolucionário”¹⁴⁶. Nas vinte e quatro pesquisas elencadas, em sua grande maioria voltadas para a fomento de uma economia agrícola e florestal da região,

¹⁴² “Termo de Ajuste de Integração Florestal - convênio assinado pelo Diretor do IEF, Carlos Eugenio Thibau, e o Reitor da UFV, Edson Potech Magalhães” 05/08/1969. ACH-UFV, caixa 968.

¹⁴³ Professor de Políticas Florestais da Escola Superior de Florestas da UREMG/UFV entre 1965 e 1992.

¹⁴⁴ SILVA, Sebastião M. F. da. **Reflorestamento**: programa impacto para a Zona da Mata de Minas Gerais. Conselho de Extensão (UFV), Série Atualizações, nº1, 1973.

¹⁴⁵ *Idem.* p.03.

¹⁴⁶ *Idem.* p.02.

encontramos o reflorestamento como apontamento principal e o eucalipto como o produto que solucionaria os problemas econômicos da Zona da Mata Mineira, devendo ocupar as áreas de declives das propriedades rurais¹⁴⁷.

Assim, A Campanha Integrada de Reflorestamento cumpria em tese sua função, fazendo do plantio de árvores preponderantemente exóticas e da recuperação dos solos degradados o motor de desenvolvimento da Zona da Mata Mineira. A região começava a ser povoada por espécies florestais exóticas, o que levou o eucalipto gradativamente a ocupar as encostas, formando uma nova paisagem florestal. Não estamos propondo aqui a confirmação de se realmente as encostas desmatadas e os solos degradados da Zona da Mata de Minas Gerais foram, respectivamente, reflorestados e melhorados, nosso foco está nas formulações acadêmicas e nos discursos dos engenheiros florestais da UFV sobre como atuar em relação a esses problemas.

Outro programa que marcou a atuação do Departamento de Engenharia Florestal (DEF) foi o Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata (PRODEMATA), lançado em 1976 pela parceria entre o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a UFV, o IBDF e a EMATER-MG. A finalidade deste programa era acelerar o desenvolvimento da Zona da Mata Mineira e ajustar os desequilíbrios acentuados entre as regiões de Minas Gerais. Para alcançar estes objetivos o PRODEMATA atuou em várias frentes: na eletrificação rural, na abertura e no melhoramento de estradas, na educação e na saúde, no saneamento básico, no aproveitamento das várzeas para a produção agrícola e na promoção do reflorestamento¹⁴⁸.

Dentro das ações de “promoção do reflorestamento” classificavam-se os seguintes objetivos: aproveitamento da mão-de-obra não qualificada do campo; utilização das terras ociosas e de topografia acidentada; promoção de assistência técnica às propriedades rurais; fornecimento de matéria prima para as indústrias de celulose (laminados, aglomerados e móveis); proteção do solo e cursos d’água; criação de postos de trabalho para fixar o homem rural no campo; melhoria da distribuição de renda no meio rural e criação de economias internas nas áreas reflorestadas. O financiamento público era a via que possibilitava tal modelo de reflorestamento, estando restrito para pessoas físicas e proprietários legais das áreas a serem reflorestadas¹⁴⁹.

¹⁴⁷ Warrean Dean nos aponta que, embora o IBDF aconselhasse os proprietários rurais a reflorestarem as encostas erosionadas, estes tinham consciência de que as florestas plantadas cresciam melhor em terreno plano, onde a erosão ainda não tivesse comprometido a fertilidade do solo. *In: DEAN, Op. Cit.*, p.330.

¹⁴⁸Fundação Rural Mineira. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata**. Belo Horizonte (impressão própria), 1974.

¹⁴⁹ Calculava-se gastos financiados na ordem dos 50 bilhões de cruzeiros, divididos entre a produção de mudas, o plantio, o manejo e o corte da madeira. *Idem.* p. 42.

Durante o período de 1975 e 1977, estimava-se o plantio de 25 milhões de árvores, reflorestando uma área de 15 mil hectares, aproveitando as condições ecológicas favoráveis a espécies exóticas como o *Pinus ssp* e o *Eucaliptus ssp* e espécies nativas de alto valor econômico.

Outra estratégia que percebemos para o promover o êxito do reflorestamento foi o discurso favorável à utilização das espécies exóticas, principalmente o eucalipto. Ao analisar as matérias sobre o PRODEMATA na Revista Informe Agropecuário¹⁵⁰ percebemos que a própria palavra “reflorestamento” confunde-se em vários momentos com o ato de plantar eucalipto. Ainda que a Revista Informe Agropecuário não fosse lida pela grande parcela dos agricultores, nela estavam contidos os discursos dos cientistas florestais e extensionistas que iriam orientar estes agricultores em suas propriedades. Isto nos faz concluir que os discursos levados até as propriedades rurais na Zona da Mata Mineira, buscando formar a opinião dos agricultores, podem ser encontrados na Informe Agropecuário; um discurso transitório entre a ciência e o campo.

Em matéria de 1986, a *Informe Agropecuário* ainda seguia propagandeando a distribuição gratuita de mudas de eucalipto e o rápido crescimento das árvores em relação às espécies nativas. Seguramente estes argumentos figuram entre as principais causas da predominância desta espécie sobre as outras. O eucalipto tornou-se, assim, a essência florestal mais utilizada nos replantios em áreas degradadas e a árvore símbolo do progresso agrícola que se desejava para a Zona da Mata Mineira¹⁵¹.

Embora não tenha sido a Zona da Mata Mineira o cenário preferido para a monocultura do eucalipto¹⁵², por essa região também atuaram os lobbys do agronegócio da madeira, seguindo a lógica da qual o Estado de Minas Gerais foi o protagonista, muito influenciada pela presença da engenharia florestal dentro da UREMG/UFV¹⁵³ e pela intensa

¹⁵⁰ A Revista Informe Agropecuário foi criada pela Empresa de Pesquisas Agropecuárias de Minas Gerais (EPAMIG) com o objetivo de analisar as estatísticas e a conjuntura da agropecuária mineira. Este caráter técnico estatístico da revista foi a sua marca até o ano 1977 (nº25), quando os principais centros de pesquisas agrícolas do estado (EPAMIG, ESAL, UFMG e UFV) passaram a integrar o *Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária*. A partir daí as análises conjunturais e estatísticas deixaram de ser o fio condutor da mesma, cedendo protagonismo aos discursos científicos voltados para os produtos do campo.

¹⁵¹ Revista Informe Agropecuário. Belo Horizonte, Ano 12, nº141, set. 1986. p.90.

¹⁵² No zoneamento econômico produzido pelo IBDF, a região da Mata Mineira oscilava entre uma área boa e média para a produção do eucalipto, sendo superada em muito pela região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Vale do Mucuri, onde grandes extensões monocultoras foram plantadas. IBDF, *Op. Cit.*, Mapa nº8.

¹⁵³ “No que diz respeito às suas instalações e aparelhamento didático e científico, torna-se digno de nota o grande desenvolvimento por que passa a ESF. Em março de 1970, será inaugurado o Laboratório de Papel e Celulose, construído (...) algumas indústrias se mostraram interessadas em manter convênios com a UFV, com vistas à utilização do equipamento deste laboratório, que permitirá a realização de todos os testes referentes a papel e celulose, principalmente no que diz respeito à porcentagem ideal de mistura de diferentes espécies, testes de

atividade siderúrgica praticada no Estado, “(...) no qual as atividades de reflorestamento expandiram com maior intensidade, favorecidas pela técnica desenvolvida no cultivo de eucaliptos e nas ciências agrárias em geral, como preparação de terreno, adubação e controle de doenças”¹⁵⁴.

O que não se problematiza nas matérias publicadas na *Informe Agropecuário*, no entanto, é o fato de que, numa lógica invertida, propunha-se desflorestar para reflorestar. Esta mesma lógica já vinha sendo aplicada nas propriedades de experimentação da Universidade Federal de Viçosa desde o início da década de 1950, como descreve um relatório da Fazenda Fundão: “Derrubada da Mata Natural: foram derrubadas aproximadamente 5ha. de mata natural, com a finalidade de produzir lenha para a produção de tijolos e telhas, bem como de preparar terreno para o reflorestamento com eucalipto no próximo ano”¹⁵⁵. Para Warren Dean, em muitos momentos o reflorestamento foi a própria causa do desflorestamento, pois botar abaixo a mata nativa liberava solos férteis para a floresta a ser plantada:

Os solos, de que apenas recentemente a mata fora derrubada, não estavam, entretanto, biologicamente mortos. Os micróbios, fungos e minhocas sobreviventes poderiam alimentar as mudas e protegê-las de doenças, possibilitando uma taxa de sobrevivência muito mais alta. O reflorestamento, portanto, foi paradoxalmente uma causa importante de contínuo desmatamento¹⁵⁶

Arrancavam-se as capoeiras em formação para realizar o plantio de outras essências, entendendo-se como um método acorde com a “nova mentalidade florestal”. Para realizar a chamada *limpeza da área*¹⁵⁷ são propostos dois métodos rápidos: o desmatamento à lâmina e o desmatamento a corrente¹⁵⁸. As áreas, onde antes crescia a mata secundária, ficavam limpas e preparadas para o reflorestamento com o eucalipto e outras árvores de rápido crescimento, gerando lucro em curto prazo; raras vezes essências vegetais nativas eram utilizadas nesta tarefa.

resistência à dobra, tração, estouro, espessura etc.” In: Relatório Anual da escola superior de Florestas, Viçosa, UFV, 1969, p.2. ACH-UFV, caixa 490.

¹⁵⁴ CALIXTO, Juliana Sena. Reflorestamento, Terra e Trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG. Dissertação (Mestrado) – pós-graduação em Administração (Dissertação de Mestrado), UFLA, Lavras, 2006. p.30.

¹⁵⁵ Relatório da Fazenda Fundão, Ano Agrícola de 1951-1952. Universidade Rural de Minas Gerais (relatado por Renato Mário Del Giudice em 22/04/1953). ACH-UFV, Caixa 1106.

¹⁵⁶ DEAN, *Op. Cit.*, p.330.

¹⁵⁷ Revista Informe Agropecuário, Ano 03, nº36, dezembro de 1977, p.2.

¹⁵⁸ Revista Informe Agropecuário. Belo Horizonte, Ano 12, nº141, set. 1986. p.20-23.

1.2 – Fazendo Florestas, Construindo Paisagens...

A Mata Atlântica, cobertura vegetal original de boa parte da Zona da Mata de Minas Gerais, apresenta uma biodiversidade de rara complexidade, sobretudo se comparada com biomas do Hemisfério Norte, onde quase sempre uma dúzia ou menos de espécies vegetais cobrem longas superfícies e abrigam espécies animais também numericamente reduzidas¹⁵⁹. Warren Dean, embora problematize a definição de Mata Atlântica durante o período das suas pesquisas, define o que restou dela como indescritível e imensamente complexo:

Na Mata Atlântica, afora as coníferas do sul, as árvores do dossel não são encontradas em arvoredos puros. Em vez disso, as árvores de cada espécie se dispersaram; cada hectare não conta com mais de umas dúzias de espécimes maduros, e um certo número de outras espécies é representado por exemplares únicos¹⁶⁰

Mas, o que os engenheiros florestais vão descrever na paisagem da região nas décadas de 1960 e 1970 não é a abundância do Bioma Atlântico, tampouco suas matas secundárias em processo de formação, mas a inexistência de cobertura vegetal, com todos os problemas (sociais, econômicos e ecológicos) que advêm de tal situação. Devemos, portanto, evitando anacronismos, analisar como estes cientistas definiam a paisagem na qual, de forma prática, vão propor intervenções de reflorestamento.

A imagem do eucalipto como a planta reflorestadora por excelência e seus efeitos positivos para o solo e os mananciais de águas foi a tônica dos discursos dos cientistas florestais entre as décadas de 1960 e 1970 na sua tarefa de “fazer florestas”. Parecia não haver outra saída para a Zona da Mata Mineira nos dois programas que analisamos, o eucalipto salvaria a economia da região e retiraria os agricultores do seu atraso. O cultivo do eucalipto passou a ser visto como a única forma de se reflorestar em Minas Gerais; confusão não aleatória, proveitosa para a indústria siderúrgica e endossada pelos discursos científicos do período, dentre esses, o discurso dos *fazedores de florestas*.

Nos dois programas de reflorestamento que analisamos podemos encontrar os dados das essências cultivadas e notamos que o eucalipto chegava a atingir percentuais superiores a 90% em relação a outras essências, tanto exóticas quanto nacionais. Ao mesmo tempo percebemos que as ações dos profissionais das Ciências Florestais de Minas Gerais, com sua gênese na UREMG, vão fomentar o modelo de silvicultura que já vinha sendo proposto

¹⁵⁹ DEAN, *Op. Cit.*, p.22-23.

¹⁶⁰ DEAN, *Op. Cit.*, p.31.

desde a década de 1920, promovendo uma silvicultura definida como racional, por ser organizada dentro de uma lógica científica e pouco centrada na grande diversidade de espécies das florestas brasileiras. A sintonia entre os discursos e as ações dos “fazedores de florestas” e o desenvolvimentismo propagado nos planos político e econômicos nacionais são uma marca fundamental para o entendimento das ideias propagadas nas duas primeiras décadas de funcionamento da Escola de Florestas na UREMG/UFV. O aproveitamento racional dos recursos naturais e a conservação vão estar em constante diálogo no período, num movimento dialético que respondia ao contexto em que estavam inseridos. A conservação dos recursos naturais não deveria ser um obstáculo ao avanço da economia do Brasil, devia, antes disso, ser uma aliada.

A superação do *atraso* da Zona da Mata de Minas Gerais deveria acompanhar o crescimento da indústria siderúrgica mineira, motor da economia do Estado de Minas Gerais. A paisagem das encostas deveria ser povoada pelas plantações de eucalipto, úteis para recuperar o solo degradado e alavancar o progresso da região. A síntese desse processo de silvicultura racional podemos encontrar nas três imagens que ilustram a capa do manual de reflorestamento do Conselho de Extensão da UFV (Anexo I), na Imagem A encontramos o solo em processo de recuperação, na Imagem B o eucalipto já povoa a área antes degradada e na Imagem C os troncos de eucalipto se encontram preparados para serem utilizados, já embarcados em vagões de trem e a caminho da indústria.

Na fotografia da capa da *Informe Agropecuário* (Figura 4), podemos encontrar a imagem utilizada para ilustrar a ação integrada do PRODEMATA¹⁶¹: Nessa fotografia, a imagem assume o lugar do acontecimento e do sentimento desolador dos cientistas florestais diante da paisagem rural da Zona da Mata Mineira entre as décadas de 1960 e 1970, com o solo erodido e improdutivo¹⁶². A erosão, descrita nas páginas desta edição da revista é apontada como fruto do manejo incorreto do solo, que seria minimizado com a cobertura florestal propiciada pelo reflorestamento. Ilustra-se, assim, a situação catastrófica do meio rural da região, apresentando o reflorestamento com eucalipto como a solução para os solos degradados e para a extrema carência econômico-social na qual viviam os agricultores.

O *calipe*, como é conhecido popularmente na Zona da Mata Mineira, já faz parte da paisagem da região, mesclado entre as capoeiras e os cafezais, embora não tenha a mesma boa

¹⁶¹ Revista Informe Agropecuário. Belo Horizonte, Ano 7, nº83, nov. 1981.

¹⁶² A fotografia ilustrativa da capa da revista retrata o que Ana Maria Mauad define como “função signica”, dando significado a um acontecimento e expressando um sentimento em relação ao fato significado. In: MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e História interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 73-98. p.12.

fama das décadas anteriores. A má fama adquirida ao longo dos anos, no entanto, não é fruto direto do que era proposto pelos engenheiros florestais das décadas de 1960 e 1970, como manejo para as áreas a serem reflorestadas (o plantio nas áreas degradadas, formando uma cobertura vegetal sobre os solos expostos e erosionados), mas sim do cultivo incorreto dessa essência florestal. Muitos destes proprietários ainda hoje realizam o plantio em áreas impróprias, trazendo problemas para os que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência, sobretudo a água. Assim, afirma uma moradora da Serra das Cabeças, que observa como o plantio de um eucaliptal praticamente secou a Cachoeira do Racha e o córrego que lhe dá sequência, próximos à sua propriedade:

A minha água de mina aqui não diminuiu não, mas do rio sumiu quase tudo (...) por conta dum calipal que eles plantô em cima lá, ô. Calipal é no terreno de Paulo, perto aqui ô... É, pra cima ali. Depois que plantô o calipal, a água secô quase tudo (...) e ele tá beranu a cachoeira¹⁶³

Atualmente, são bastante conhecidos os efeitos das monoculturas florestais, questionando-se o suposto equilíbrio entre o desenvolvimentismo e o uso racional dos recursos naturais¹⁶⁴, eixo propositivo das ações reflorestadoras dos anos 60 e 70 em Minas Gerais. Para Carlos Bacha, a política desenvolvimentista brasileira, sobretudo a partir da década de 1950, definiu até mesmo os limites para o desmatamento, disciplinando-o para que esse não afetasse a economia do país¹⁶⁵.

¹⁶³ Informante 11, mulher de 65 anos. Entrevista realizada na Serra das Cabeças, Araçuaia, por Adailton Damião dos Santos em 8 de fevereiro de 2019.

¹⁶⁴ FRANCO, José Luiz de Andrade et DRUMMOND, José Augusto. “Incompatibilidade entre o Desenvolvimentismo e o uso Racional de Recursos Naturais”. In: FRANCO et DRUMMOND, *Op. Cit.*, p.213-220.

¹⁶⁵ BACHA, José Caetano. “O Uso de Recursos Florestais e as Políticas Econômicas Brasileiras - uma visão histórica e parcial de um processo de desenvolvimento”. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 34, n. 2, abril-junho 2004. p.403.

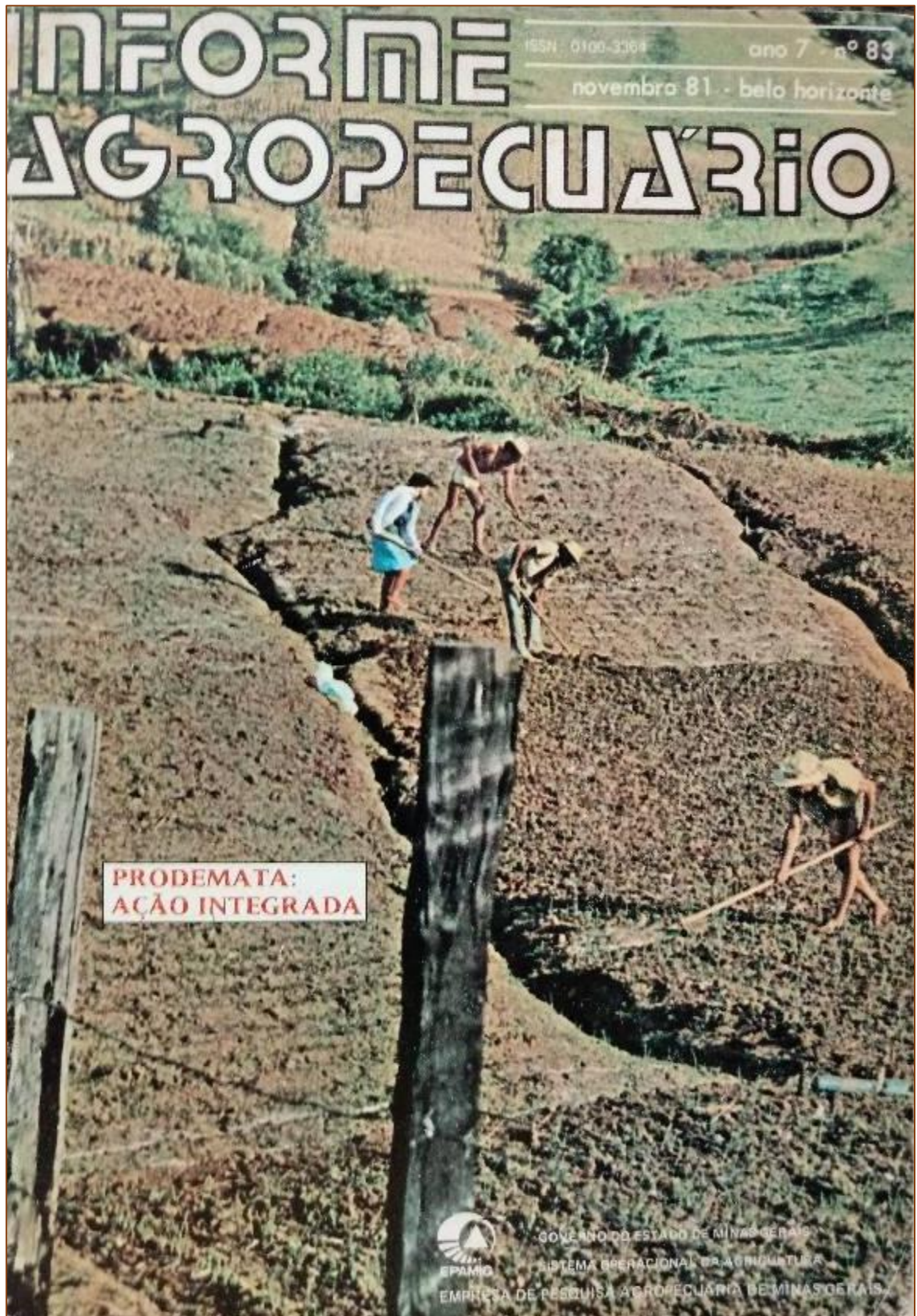


FIGURA 4 – Capa da Revista Informe Agropecuário, Ano 7, nº83, nov. 1981. (Número dedicado ao PRODEMATA)

1.3 - O *Conservacionismo Curupira* da Escola Superior de Florestas nas Décadas de 1960 e 1970

Entre as décadas de 1960 e 1970, as ações conservacionistas não ocuparam o centro das discussões políticas no Brasil, havia outras lutas e discussões que se configuravam como mais urgentes no cenário nacional, dada a eminência da retomada democrática no país¹⁶⁶. Em muitos momentos, portanto, a conservação da natureza foi negligenciada como parte das lutas sociais, ficando reduzida aos aparatos acadêmicos das universidades e aos órgãos ambientais geridos pelo Estado:

Reformadores conservacionistas, difíceis de rotular politicamente mas ainda, em sua maioria, alojados na burocracia científica estatal, nesse meio tempo ocupavam uma posição precária, ignorados pelo governo e desdenhados pela oposição¹⁶⁷

Na Universidade Federal de Viçosa foi entre estas décadas que o conservacionismo se consolidou, tanto como parte do currículo de formação do engenheiro florestal, quanto associado às ações e práticas voltadas internamente para as matas do campus dessa universidade, que, como já vimos anteriormente, careceram de ações reflorestadoras da Escola Superior de Florestas (ESF).

No relatório da Escola Superior de Florestas do ano de 1966, destaca-se a importância da inclusão da disciplina “Conservação dos Recursos Naturais Renováveis” no currículo do cientista florestal. A tarefa da conservação de recursos naturais, antes praticada pelos engenheiros agrônomos, era um desafio curricular¹⁶⁸ que devia ser assumido pela ESF para enriquecer a formação dos engenheiros florestais. O primeiro mês da disciplina de conservação, no entanto, não foi ministrada por nenhum professor, o que ocorre somente em março, quando Fernando Dias Ávila-Pires¹⁶⁹ é apresentado, juntamente com Hércio Ladeira

¹⁶⁶ In: DEAN, *Op. Cit.*, p.282-283. No cenário mundial, contudo, o Brasil foi a voz questionadora das propostas do Clube de Roma (1968) e da Conferência de Estocolmo (1972). As questões foram levantadas pelo embaixador João Augusto de Araújo Castro e por Josué de Castro, ambos problematizaram as proposições dos países de Primeiro Mundo para as políticas ambientais mundiais, pois consideravam que tais proposições agravariam ainda mais a pobreza nos países em desenvolvimento, condenando-os ao subdesenvolvimento e à miséria. In: SAAVEDRA, Fernando Estenssoro. **História del Debate Ambiental em la Política Mundial (1945-19992)**: la perspectiva latinoamericana. Santiago de Chile: Lom Ediciones, 2014. p.126-132.

¹⁶⁷ DEAN, *Op. Cit.*, p.283.

¹⁶⁸ A disciplina existia apenas na Escola Nacional de Florestas em Curitiba.

¹⁶⁹ Fernando Dias de Ávila-Pires foi cedido pelo Museu Nacional para a Escola Superior de Florestas e atuou na disciplina de Conservação dos Recursos Naturais Renováveis entre março de 1966 a dezembro de 1967. No seu currículo, destacado no relatório das atividades da ESF de 1966, inclui-se um vasto repertório de pesquisas sobre taxonomia, ecologia, zoogeografia de mamíferos e conservação da natureza. In: “Relatório de Atividades do Ano de 1966 da Escola Superior de Floresta – Diretor Arlindo de Paula Gonçalves” ACH-UFV, caixa 1337. p.21-24.

(responsável pela parte de “Proteção contra Fogo”)¹⁷⁰. No mesmo ano de 1966, o Professor Ávila-Pires destaca ainda a importância da participação de profissionais da ESF no *I Simpósio Brasileiro de Conservação da Natureza*, que seria realizado em 1967 no Rio de Janeiro e no qual seria apresentado o trabalho “Proteção à Natureza e seu Ensino no Brasil”, abordando os problemas básicos da questão e propondo soluções.

Os componentes curriculares da disciplina conservação foram sendo complementado nos anos seguintes, passando a chamar-se “Proteção aos Recursos Naturais Renováveis e Paisagismo”. No ano de 1969, a disciplina apresentava a seguinte estrutura¹⁷¹: **1º semestre** (Unidade I - Por que proteger?) – Influência da cobertura vegetal natural sobre o micro e o macroclima; Modificações causadas pelo homem e suas consequências; Argumentos científicos para a proteção; Argumentos econômicos para a proteção (exploração racional dos recursos renováveis, turismo); Argumentos estéticos do paisagismo. (Unidade II – O que proteger?) – Conceito de equilíbrio biológico; Fatores do meio; Proteção de fauna e flora; Causas e soluções para as espécies em vias de extinção no Brasil. (Unidade III – Como proteger?) – O valor das investigações científicas na zoologia, na botânica e na ecologia; As leis brasileiras de proteção à natureza; Convenção Interamericana de 1940; Parques Nacionais e Reservas Florestais Brasileiras; Manejo da fauna e da flora silvestre; Reintrodução de espécies extintas; Delimitação de áreas mínimas para estabelecimento de Áreas de proteção; Combate biológico de pragas; Combate e prevenção do fogo. **2º semestre** – Proteção contra o fogo, Paisagismo.

Na estrutura da disciplina apresentada acima podemos notar a ênfase dada ao manejo dos recursos naturais e suas variadas consequências, tanto no clima como no equilíbrio de espécies. Para realizar a proteção dos recursos naturais busca-se, portanto, responder a três questões básicas: o “porquê”, “o que” e “como proteger”. Em meio às respostas apresentadas às questões, encontram-se argumentos científicos, legais, estéticos e econômicos, que justificam a existência de Parques Nacionais e Reservas Florestais e promovem o paisagismo e o combate às perdas causadas pelo fogo.

Os esforços dos primeiros professores da disciplina de “Conservação dos Recursos Naturais Renováveis” geraram frutos dentro da ESF que, em 1973, já apresenta o conteúdo dentro de um departamento específico e com cinco áreas distintas de conhecimento¹⁷²:

¹⁷⁰ “Relatório das Atividades Durante o Ano de 1966, Professor Fernando Dias Ávila Pires - Departamento de Ecologia e Conservação, ESF”. ACH-UFV, Caixa 776. p.1.

¹⁷¹ “Relatório Anual de Atividades da Escola Superior de Florestas, 1969” ACH-UFV, Caixa 14. p.67-68

¹⁷² Em 1973 a Escola Superior de Florestas encontrava-se dividida em 4 departamentos: Departamento de Manejo Florestal, Departamento de Silvicultura, Departamento de Utilização e Tecnologia Florestal e Departamento de

Na Área 1, estavam concentrados os conteúdos de medidas, interpretação numérica de espécies florestais e controle das mesmas. Na área 2, eram analisados os problemas ocorridos nas florestas (fogo e patologias) e estudavam-se as soluções. Na Área 3 eram avaliados os manejos das áreas silvestres, sua conservação e seu uso estético e recreativo. Na área 4, era analisado o manejo dos recursos hídricos e sua relação com as florestas. A área 5, estava dedicada à fauna (inventários, dinâmicas de população, manejos, patologias e legislação protetiva).

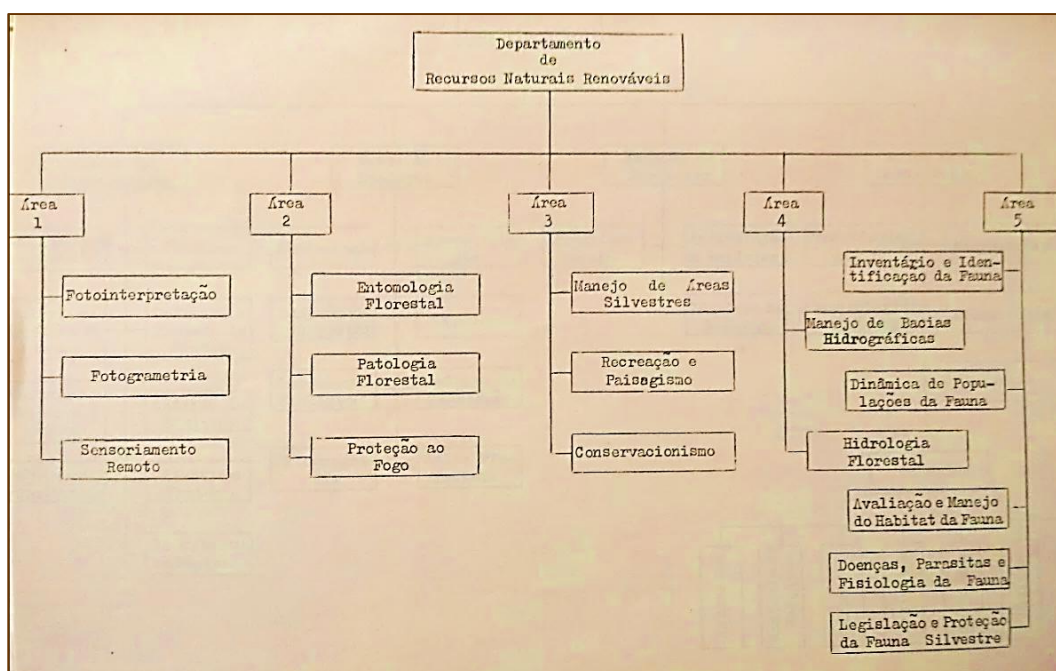


FIGURA 5 – Estrutura do Departamento de Recursos Naturais Renováveis da ESF em 1973. *In*: Relatório de Atividades do Ano de 1973 da Escola Superior de Floresta – Diretor Roberto da Silva Ramalho”. ACH-UFV, caixa 42

Assim como nos conteúdos didáticos, as ações conservacionistas tiveram seu início no final da década de 1960 na Universidade Federal de Viçosa (até 1969 pertencente à esfera estadual e chamada UREMG), quando os profissionais ligados às áreas das ciências biológicas e florestais passam a defender o patrimônio natural da região, denunciando os problemas da fauna e flora e propondo a criação de um parque biológico no campus universitário. No ano seguinte à criação da ESF já se solicitava maior empenho para a conservação da fauna da região de Viçosa, sobretudo por que as áreas nas quais as espécies nativas seguiam existindo eram cada vez mais reduzidas:

Recursos Naturais Renováveis. *In*: “Relatório anual da escola Superior de Florestas de 1973” ACH-UFV, Caixa 42. p.7-8.

Nenhuma medida de proteção efetiva da fauna está sendo posta em prática, o que muito contribui para o empobrecimento progressivo dessa fauna. As áreas reservadas são demasiado reduzidas para permitirem a existência de espécies já extintas nos arredores de Viçosa¹⁷³

A degradação dos espaços naturais na região é apontada como causadora do desequilíbrio biológico entre as espécies da fauna, fazendo desaparecer os grandes carnívoros e aumentando o número de cachorros do mato, gatos do mato, gambás e outros pequenos predadores¹⁷⁴. A saúva é outra espécie da fauna que ganhou espaço ao perder seus predadores naturais, aves insetívoras que habitavam as matas originais; seu aumento foi causado pelos métodos da lavoura e silvicultura empregados até então¹⁷⁵. Além do aumento de espécies animais nativas devido à ausência de predadores, surgem outras espécies exóticas da fauna que passam a concorrer com as nativas: “*O pardal, recentemente chegado à região, tem aumentado em número e expandido em área, ocorrendo em diversas localidades da Zona da Mata, onde era desconhecido há dois ou três anos passados*”¹⁷⁶. Segundo apresentado no relatório descrito anteriormente, este cenário somente poderia ser alterado com a criação de reservas de faixas da mata nativa e com a utilização de métodos apropriados de manejo da terra nas áreas cultivadas.

A caça e pesca ilegais dentro dos terrenos da universidade são apontadas também como causas para a ausência de espécies nativas de animais. A prática dessas atividades ficou registrada em ofícios enviados à reitoria, nos quais solicitava-se a atuação da Polícia de Vigilância Rural¹⁷⁷ dentro do campus da universidade para o cumprimento efetivo da portaria do reitor que proibia tais atividades cinegéticas. Os denunciados eram servidores e professores, que, aproveitando-se da precária vigilância, distribuía alcapões nas áreas próximas as matas e capturavam pássaros nativos, chegando mesmo a guardarem as gaiolas com os animais

¹⁷³ “Relatório das Atividades Durante o Ano de 1966 – Professor Fenando Dias Ávila Pires (Departamento de Ecologia e Conservação, ESF)”. ACH-UFV, Caixa 776. p.2. O professor Ávila Pires era, naquele momento, responsável pelo “Trabalhos Preliminares para Levantamento da Fauna Florestal de Viçosa”.

¹⁷⁴ Segundo o professor Ávila Pires, esses animais são apontados pela população como os causadores de flagelos às pequenas criações domésticas. *Idem, Ibidem*.

¹⁷⁵ Apesar do relatório não nos oferecer maiores dados sobre a questão, o “problema das saúvas” foi recorrente entre os pesquisadores da universidade, sobretudo nos estudos agrônômicos, uma vez que eram as lavouras as principais vítimas dessas formigas cortadeiras. Um dos pesquisadores da UFV mais atuantes no combate às saúvas (*Ata spp.*) foi Frederico Vanetti, que mapeou os formigueiros no campus da UREMG na década de 1950, estudou a estrutura destes formigueiros e elaborou técnicas de combate químicos com brometo de metila e inseticidas clorados. Ver: VANETTI, Frederico. “Resultados Experimentais Sobre o Controle À Formiga Saúva, *Atta sexdens rubripilosa* Forel, 1908, com Inseticidas Clorados”. Tese de Doutorado, Escola Superior de Agricultura, UREMG, Viçosa. 1960, 61p.

¹⁷⁶ “Relatório das Atividades Durante o Ano de 1966, Professor Fenando Dias Ávila Pires - Departamento de Ecologia e Conservação, ESF”. ACH-UFV, Caixa 776. p.2.

¹⁷⁷ A Delegacia de Vigilância Rural foi instalada em Viçosa em 11 de julho de 1970, uma iniciativa da ESF com o apoio da Polícia Militar e do IEF, para auxiliar na preservação do patrimônio florestal do Estado de Minas Gerais. In: “Convite ao Reitor Edson Postch Magalhães para inauguração da sede da Delegacia de Vigilância Rural – ESF (Diretor Reinaldo de Jesus Araújo)”. 06/07/1970. ACH-UFV, Caixa 868.

capturados nos seus locais de trabalho, nas dependências da universidade. Estas práticas são atacadas como inescrupulosas e egoístas¹⁷⁸, colocando em perigo o trabalho de recuperação de espécies realizado pelas ciências biológicas e florestais:

O Departamento de Recursos Naturais Renováveis tem procurado, através de sua seção de manejo da fauna, reestabelecer a população de animais nas terras da universidade, principalmente pássaros, através da soltura de animais apreendidos pela Polícia de Vigilância Rural. A incompreensão de alguns, entretanto, ameaça o êxito da nossa missão (...) Já tivemos oportunidade de ver, em várias ocasiões, gaiolas com filhotes e temos notícias de que a caça é praticada frequentemente até por funcionários da própria universidade¹⁷⁹

O problema para a questão do desequilíbrio da fauna, no entanto, não seria resolvido apenas reprimindo os contraventores. Para tanto, propõe-se a criação de um parque biológico (atual Mata da Biologia), que aumentaria a área de circulação de animais silvestres e possibilitaria o aumento de tais espécies¹⁸⁰. No projeto enviado à apreciação da reitoria, definem-se as áreas a serem protegidas e projeta-se a superação da degradação ambiental na que as mesmas se encontravam. Os espaços solicitados para a criação do parque biológico serviriam para fornecer materiais didáticos e científicos aos estudos ecológicos, para recreação e para a propagação de espécies nativas. Desta maneira, entendia-se que a fauna e a flora nativa poderiam ampliar seus habitats, aumentando em quantidade e diversidade necessárias ao equilíbrio ecológico dentro do campus universitário.

Assim os proponentes do parque definem as condições da área naquele momento (Figura 6): A área A compreende a nossa atual reserva e uma área da antiga represa de água potável. A área B compreende uma pastagem degradada. A Área C compreende também uma pastagem degradada, hoje atravessada pela rodovia de acesso à cidade. As duas últimas áreas servirão para estudos ecológicos de mata secundária e darão espaço necessário para diversificação e desenvolvimento da fauna silvestre¹⁸¹.

¹⁷⁸ “Cria-me, Magnífico Reitor, empenhado em defender um patrimônio que não é só nosso, mas da humanidade, pois a natureza é um bem comum de todos nós, e não de uns poucos que a destroem e querem usar para seus fins egoístas”. In: “Ofício da Diretor do Instituto de Ciências Biológicas, Moacyr Maestri, ao Reitor da UFV, Erly Dias Brandão”, 23/02/1972. ACH-UFV, Caixa 1337.

¹⁷⁹ “Ofício enviado pelo Chefe do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, Oswaldo F. Valente, ao Diretor da ESF, Prof. Reinaldo de Jesus Araújo”. 23/02/1972. ACH-UFV, Caixa 1337.

¹⁸⁰

¹⁸¹ “Ofício do Diretor do ICB, Moacyr Maestri, ao Reitor da Universidade Federal de Viçosa, Erly Dias Brandão”. 26/10/1972. ACH-UFV, Caixa 1337.

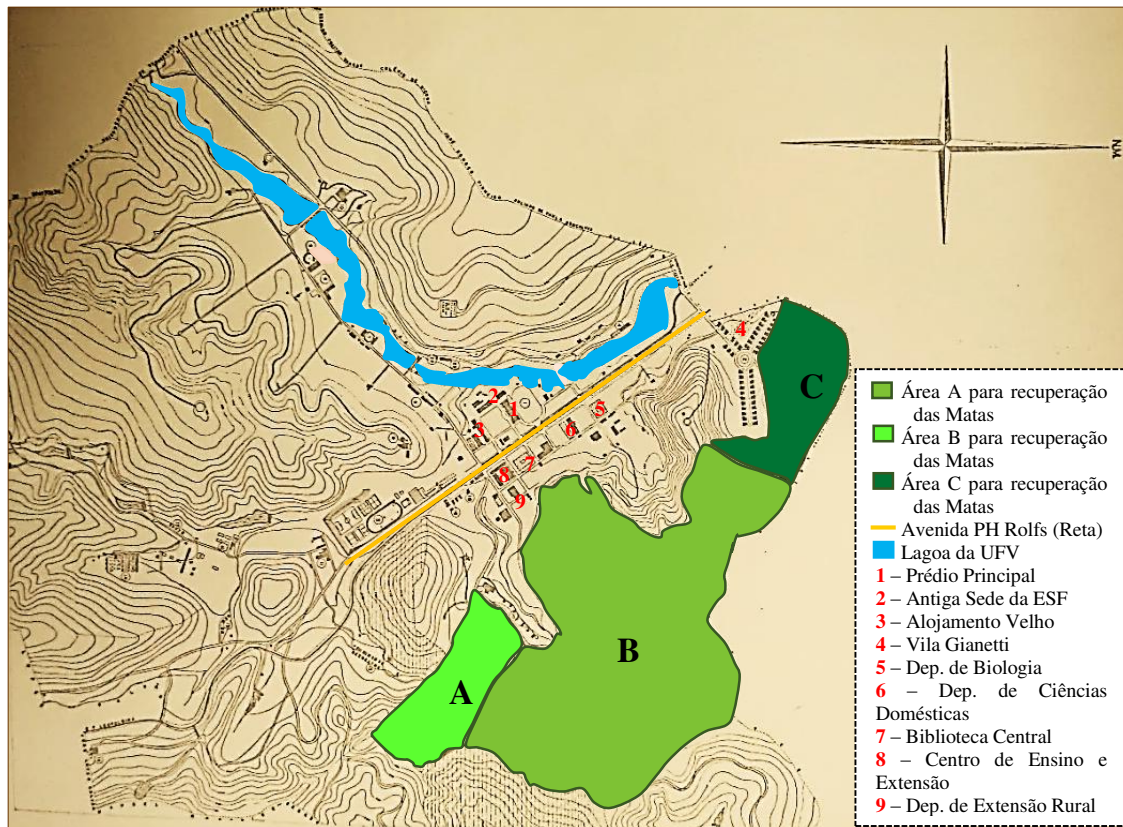


FIGURA 6 – Área Proposta para o Parque Biológico no Campus da UFV (1972) – legenda adaptada à figura (sem escala). In: “Projeto de Criação do Parque Biológico da UFV – Professor Moacyr Maestri (Diretor do ICB), em 26/10/1972”. Ofício enviado ao Reitor Erly Dias Brandão. ACH-UFV, caixa 1337.

As bandeiras de luta conservacionista dos engenheiros florestais, muito vinculadas, neste momento, aos profissionais do Centro de Ciências Biológicas, ganham ainda mais vigor após a fundação do Centro Mineiro para a Conservação da Natureza (CMCN) em 1967. O CMCN tem uma relação direta com a Escola Superior de Florestas, tendo inclusive sua sede provisória nas instalações da ESF e seus presidentes sempre vinculados ao curso de engenharia florestal da UFV.

É importante ressaltar que a atuação de técnicos e cientistas nas instituições públicas podia confrontar com interesses mais fortes e hegemônicos dentro do aparato institucional, tanto acadêmicos como governamentais, encontrando entraves que impediam suas pesquisas e atuações práticas. Criou-se, portanto, “(...) uma dinâmica em que técnicos e cientistas empregados pelos governos buscaram respaldo na sociedade civil, criando sociedades civis atuantes”¹⁸². A relação entre a ESF (unidade acadêmica da UREMG) e a CMCN (sociedade civil de caráter ambientalista) intensificou a atuação conservacionista dos docentes e técnicos,

¹⁸² FRANCO, José Luiz de Andrade et DRUMMOND, José Augusto (Org.). **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.352.

que, utilizando os espaços de debate da sociedade civil, vão encontrar um terreno fértil para sua atuação político-ambientalista na região da Zona da Mata Mineira, similar ao que já praticava a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN):

As organizações não governamentais, livres das restrições que afetam as de cunho oficial, obrigadas via de regra a obedecerem diretrizes recebidas sem contestá-las ou criticá-las, agem com liberdade de ação e, como tal, podem conscientizar as comunidades, apontar erros e deficiências e, no sentido de compelir os órgãos governamentais a atender aos reclamos da sociedade nas questões ambientais. Para isso, uma de suas tarefas essenciais é esclarecer e conscientizar essa própria sociedade, para que ela possa atuar na defesa do patrimônio natural que lhe pertence¹⁸³

As ações conservacionistas são reivindicadas pelo CMCN como parte do processo de crescimento e maturidade do país. No Estatuto de Fundação da instituição, estão descritas as bases para o seu funcionamento, sincronizadas com os princípios da FBCN e inspiradas, embora com quase um século de atraso, nos ideais conservacionistas de André Rebouças:

(...) promover e recomendar uma ação nacional no sentido de preservar o ambiente natural, sobre todos os seus aspectos, como sejam: água, solo, fauna, flora e paisagens, incluindo a proteção e reserva de áreas que tenham valor científico, histórico ou estético, de maneira a congrega a opinião pública em torno de palpitante assunto (...) Identifica-se o longo processo de utilização dos recursos naturais brasileiros sem observância de estreitos conteúdo econômico, que assim se viram desfalcados de maneira séria de substâncias matérias-primas, vegetais, minerais e animais, algumas das quais se tornaram raras e outras ameaçadas de extinção¹⁸⁴

Como símbolo da sua filosofia conservacionista, o CMCN escolheria o Curupira, por ser o espírito que impede a ação dos inescrupulosos exploradores dos recursos das matas – uma entidade protetora das florestas, dos animais e das plantações:

(...) habita o âmago da floresta e abriga-se nas sapopemas das grandes árvores. Seu machado, feito de casco de jaboti, nada destrói (...) engana somente os caçadores ou viajantes que agem contra os princípios da ética da natureza, seja matando animais muito jovens, fêmeas gestantes, usando armadilhas cruéis e, sobretudo, mutilando ou abatendo animais e plantas, apenas pelo prazer de destruir¹⁸⁵

¹⁸³ CÂMARA, Ibsen de Gusmão. “O Problema Ambiental e o Papel das Organizações Conservacionistas Não Governamentais”. In: Boletim da FBCN, Rio de Janeiro, Vol.20, 1985. p.9.

¹⁸⁴ “Estatuto de Fundação do Centro Mineiro para Conservação da Natureza” 21/09/1967. ACH-UFV, caixa 1337.

¹⁸⁵ *Idem, Ibidem.*

Com os calcanhares virados para trás, o Curupira deixa marcas que confundem os caçadores no incauto de algum animal, fazendo-os perder a pista. Realiza, ainda, verdadeira perseguição aos que ferem os animais sem motivos ou destroem seus ninhos, batendo seu machado nos troncos das árvores e assustando-os. O Curupira montado no caititu ficou impresso como símbolo do conservacionismo do CMCN e da ESF (Figura 7).



FIGURA 7 – Curupira no Centro do Mapa de Minas Gerais, Símbolo do Centro Mineiro para Conservação da Natureza (1968). In: “Estatuto de Fundação do Centro Mineiro para Conservação da Natureza” 21/09/1967. ACH-UFV, caixa 1337.

Os parques como objeto de estudo começam a aparecer nos currículos da ESF no início dos anos de 1970, vinculados ao Departamento de Recursos Naturais Renováveis. Em uma monografia defendida neste Departamento, encontramos os elementos analisados para a “zonificação” de uma área protegida. A monografia intitulada *Breves Considerações sobre Zonificação de Parques Nacionais*¹⁸⁶ apresenta-nos os elementos entendidos naquele momento como necessários para a estruturação de um parque nacional e os programas que deviam ser desenvolvidos no manejo destas áreas protegidas.

São apontadas três áreas necessárias no zoneamento de parques: a Área de Proteção Integral, a Área de Recreação e a Área de transição. As Áreas de Proteção Integral eram defendidas para que o ser humano não interferisse no equilíbrio ecológico do ecossistema,

¹⁸⁶ FERREIRA, Maria das Graças Moreira. *Breves Considerações sobre Zonificação de Parques Nacionais*. Monografia, Escola Superior de Florestas, UFV, 1973. 22p.

composto por afloramentos rochosos, bosques e capoeiras, conservando espécies animais e vegetais autóctones em vias de extinção e permitindo seu livre trânsito¹⁸⁷. As Áreas de Recreação eram definidas de maneira a levar o turista a sentir-se em um ambiente o mais natural possível, já que “(...) *as pessoas que se dirigem a estas áreas estão justamente procurando escapar de um ambiente controlado*”¹⁸⁸. Uma vez que o tipo de recreação praticado em parques visa a uma renovação espiritual, intelectual e física, devia-se concentrar as Áreas de Recreação em locais com vários fatores atrativos, mas sempre vinculados a contemplação da autenticidade da paisagem¹⁸⁹ e controlando o número de visitantes para garantir a integridade do ecossistema. As Áreas de Transição deviam localizar-se entre a parte de recreação e a parte intocável do parque, impedindo interferências dos visitantes da primeira sobre a segunda, como fumaça e ruídos¹⁹⁰.

A elaboração de programas nos parques nacionais foi descrita pela autora da monografia produzida na ESF, em 1973, como necessária para equacionar a conservação e o uso recreativo das áreas protegidas. Assim, os programas deviam oferecer ao visitante estruturas para os passeios e trilhas (Programas de Construção), condições naturais de habitats para a realização de pesquisas científicas (Programas de Pesquisa), indicações para educar o visitante e auxiliá-lo no entendimento do ecossistema (Programas de Interpretação), assim como um Programa de Proteção, destinado à conservação de paisagens, de objetos históricos, de animais e da vegetação¹⁹¹.

1.4 – Reivindicando Laboratórios Naturais: as reservas ambientais entram em cena

Desde a década de 1960, os professores da Escola Nacional de Floresta (ENF) da UFV reivindicavam uma área de proteção ambiental onde pudessem realizar seus trabalhos de campo e suas pesquisas. Em abril de 1960, o reitor da UREMG solicita ao Governador de Minas Gerais, José Francisco Bias Fortes, que o Parque Estadual do Rio Doce passe à gestão da Escola Nacional de Floresta, apontando as vantagens que o atendimento a esta demanda ocasionaria:

¹⁸⁷ FERREIRA, *Op. Cit.*, p.4.

¹⁸⁸ FERREIRA, *Op. Cit.*, p.5.

¹⁸⁹ Para alcançar este objetivo é proposta a realização de um inventário de fotografias que, “(...) analisadas em terceira dimensão, nos dá a realidade da paisagem e fatores como distância, posição do observador, definição espacial, luz e sequência”. FERREIRA, *Op. Cit.*, p.5.

¹⁹⁰ FERREIRA, *Op. Cit.*, p.7.

¹⁹¹ FERREIRA, *Op. Cit.*, 8-17.

A Escola de Floresta terá, naquêlê parque, um amplo campo para estudos e pesquisas, englobando elementos característicos de uma das mais importantes formações florestais da zona das matas costeiras, com a vantagem de encontrá-los em parte preservado e em parte desgastados pela ação do homem, do fogo e de outros agentes predadores, o que possibilitará empreender, sem mais demoras, trabalhos que abrangerão todos os campos da sylvica e da silvicultura, passando da dendrologia, da ecologia, da fitologia, pelo reflorestamento, pela entomologia aplicada e pela exploração, para chegar à proteção e melhoria das reservas do parque, das águas, das paisagens, da fauna, possibilitando conseguir proveitos em madeiras, sementes, cascas, raízes e outros produtos diretos, além de elementos para educação através do recreio, da caça, da pesca e do ensinamento ilustrado ao vivo¹⁹²

Embora não tenhamos encontrado nenhum registro resposta do Governo de Minas Gerais à solicitação do Reitor da UREMG, podemos, conjunturalmente, deduzir que a mesma foi negada, já que as áreas de proteção ficaram sob tutela do IEF desde a criação deste órgão em 1962. A ESF manteve, no entanto, o empenho em utilizar as áreas de proteção ambiental nos seus planos de estudo, passando a organizar acampamentos anuais para os alunos de terceiro ano do curso de Ciências Florestais.

Assim ocorreu em viagem ao Parque Nacional do Itatiaia, acampamento realizado entre 8 e 15 de agosto de 1966, que objetivava familiarizar os alunos com trabalhos em áreas de florestas e com a administração de um parque nacional; uma atividade prevista no currículo da ESF¹⁹³. No projeto para o acampamento no Parque Estadual do Rio Doce em 1971, encontramos os detalhes das atividades realizadas, demonstrando a importância em se ter uma área protegida para realizar os estudos florestais. Assim descrevem:

- Instalação e medida das amostras permanentes de crescimento; planejamento e execução de um inventário de 100ha.; mapeamento da vegetação; cálculo sumário dos dados;
- A partir dos dados obtidos anteriormente, planejar e iniciar a execução de um plano de manejo da mata natural; definição do ciclo de corte e do volume a remover; escolha e marcação das árvores a remover no primeiro corte;
- Introdução aos trabalhos de silvicultura e ecologia. Levantamento e inventário da fauna da área, captura e identificação de espécimes da fauna;
- Vistoria e coleta de animais capturados nas armadilhas;
- Levantamento e análise de regeneração florestal;
- Escolha e marcação de árvores matrizes para porta-sementes;

¹⁹² *In*: “Carta do Reitor da UREMG, Geraldo Machado, ao Governador de Minas Gerais, Francisco Bias Fortes”. (23 de abril de 1960). ACH-UFV, Caixa 1129.

¹⁹³ “Parque Nacional do Itatiaia – Acampamento da turma de 3º ano da ESF, previsto no currículo escolar”. ACH-UFV, Caixa 776.

- Planejamento de exploração da área em estudo em bases racionais e econômicas;
- Demarcação de estradas e início da exploração;
- Planejamento e demarcação de áreas destinadas ao “camping” – (área de pousada)¹⁹⁴

Este programa de acampamento elaborado pela ESF demonstra a preocupação em formar cientistas florestais que tivessem contato com as florestas em seu estado natural, onde a interferência do homem fosse mínima e pudesse oferecer um campo de estudos com resultados mais acertados nos seus relatórios e pesquisas.

É neste contexto que a Serra do Brigadeiro vai ser levada à discussão na Escola Superior de Florestas, em viagens de reconhecimento e acampamentos para estudos dos seus recursos naturais faunísticos e florísticos. Em 1966, os professores Fernando de Ávila Pires, José Gabriel Lelis e José Lívio Cunha realizaram uma excursão às matas da Serra do Brigadeiro¹⁹⁵. O professor de “Recursos Naturais Renováveis” relata sondagem da área da serra para realização de acampamento com os alunos: *“Visitei a região da Serra do Brigadeiro afim de estudar a possibilidade de fazer realizar na região um estágio de campo com os alunos da terceira série da Escola Superior de Florestas”*¹⁹⁶.

No primeiro projeto que sugere a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, os professores Elmar Alfenas Couto e James Dietz apontam o uso da área como ponto de referência para medir as alterações ambientais na Zona da Mata Mineira. Desta maneira, entendia-se que a Escola Superior de Florestas teria uma área adequada para suas investigações científicas – um laboratório permanente para seus estudos.

¹⁹⁴ “Programa do Acampamento de Alunos do Terceiro Ano da Escola Superior de Florestas da Universidade Federal de Viçosa – Parque estadual do Rio Doce - 1971”. ACH-UFV, Caixa 14. O professor Ovídio Saraiva destaca no Relatório Anual daquele ano que houve captura de diversas espécies de pássaros e mamíferos para que se desse a identificação nas aulas sobre fauna silvestre. In: “Relatório Anual da escola Superior de Florestas de 1971 – Diretor Roberto da Silva Ramalho”. ACH-UFV, caixa 1337. p.9-10.

¹⁹⁵ “Relatório anual da Escola Superior de Florestas de 1966 – Diretor Arlindo de Paula Gonçalves”, 17/01/1967. ACH-UFV, Caixa 1337. p.30

¹⁹⁶ “Relatório das Atividades Durante o Ano de 1966, Professor Fenando Dias Ávila Pires - Departamento de Ecologia e Conservação, ESF”. ACH-UFV, Caixa 776. p.3. Desde a criação da ENF (1960) a Serra do Brigadeiro vinha se tornando referência para os estudos do ecossistema da região de Viçosa, sendo área de constante visitação e estudos daquela escola. In: COUTO, Elmar Alfenas. Dietz, James M. **Sugestões para a Criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Universidade Federal de Viçosa (Escola Superior de Florestas). Viçosa, 1976. 23 p.

Desde a criação do curso de silvicultura em 1927, as florestas entram em pauta na formação dos engenheiros agrônomos da ESAV, criando projetos para a produção florestal, para a recuperação de áreas degradadas e para a utilização mais racional dos recursos naturais, assim como fomentando a consciência ambiental da população, no campo e na cidade, sobre a importância de se preservar as “fabulosas florestas” brasileiras. A partir da década de 1960, essas pautas são assumidas pela Engenharia Florestal, por meio de programas específicos para as florestas, desvinculados das ações do curso de agronomia. Surgem no cenário da UREMG os “fazedores de florestas”, que vão fomentar a produção florestal e enfrentar as demandas de madeira, carvão e celulose para movimentar a economia de Minas Gerais, em um movimento acorde com os princípios desenvolvimentistas daquelas décadas, que entendiam as florestas desde a sua utilidade econômica e vislumbravam os plantios de eucalipto como solução para a produção siderúrgica mineira. Por outro lado, as ações para conservação da fauna e flora da Zona da Mata Mineira são iniciadas dentro do campus da Universidade Federal de Viçosa e as áreas protegidas passam a ser reivindicadas pelos cientistas florestais e pelo Centro Mineiro para Conservação da Natureza – o machado do Curupira começa a assustar os devastadores. Com a criação do Departamento de Conservação dos Recursos Naturais na Escola Superior de Florestas, as áreas protegidas ganham impulso nas discussões acadêmicas e passam a fazer parte do repertório dos “fazedores de florestas”. Faltava ainda uma reserva natural nas proximidades de Viçosa para que a formação dos engenheiros florestais fosse mais completa e para que a “nova mentalidade florestal” – moderna, utilitária e conservacionista - alcançasse a população da Zona da Mata Mineira.

CAPÍTULO 2 – Olhares Sobre a Serra: fiscalizar, planejar e transformar a Serra do Brigadeiro em parque

Eu fiz a primeira visita a Serra do Brigadeiro e encontrei uma situação devastadora. Numa região de acesso difícilíssimo (...) um grande contingente de trabalhadores fazendo o corte e o baldeio daquela floresta em condições especialíssimas para a época... Enfim, a floresta estava sendo cortada e derrubada numa velocidade muito grande

(Capitão Elmar Alfenas Couto)

Tudo indica, pelo encontrado na documentação analisada e nas memórias coletadas em entrevistas, que a Serra do Brigadeiro entrara para as discussões da ESF após a criação da disciplina de “Conservação dos Recursos Naturais Renováveis”, quando as excursões realizadas para o local levaram, tanto alunos como professores, a olharem para esta serra desde uma perspectiva conservacionista. É curioso, no entanto, que nos relatos de excursões não encontremos nenhum registro da degradação pela qual vinha passando o ecossistema daquela cadeia de montanhas e que analisaremos neste capítulo. O silêncio destas fontes, contudo, pode nos indicar outro caminho de análise que não um axioma para a conservação daquele espaço. O que se buscava nas excursões era atrair o olhar dos alunos para áreas pouco tocadas pelos seres humanos na floresta e onde tais alunos pudessem ter um contato mais efetivo com o *meio natural*¹⁹⁷, sendo as áreas mais preservadas as escolhidas, portanto, para se montar os acampamentos.

O que se apresenta como fator decisivo para um olhar conservacionista em relação a Serra do Brigadeiro é a criação da Delegacia de Vigilância Rural na cidade de Viçosa, em julho de 1970. A alocação desta delegacia foi fruto da iniciativa dos professores da Escola Superior de Florestas (ESF), solicitada ao Instituto Estadual de Florestas para conter o desmatamento da Serra do Brigadeiro¹⁹⁸. Como oficial da Polícia Militar para atuar na delegacia criada, selecionou-se por concurso público o Capitão Elmar Alfenas Couto. A função deste delegado regional da polícia florestal era exigir a efetiva preservação do que restava das florestas na sua área de atuação, com foco na Serra do Brigadeiro, fazendo-se cumprir o Código Florestal¹⁹⁹.

Desde o Código Florestal de 1934, já se legislara sobre a tipologia das florestas existentes no Brasil, definindo-as como Florestas Protetoras, Florestas Remanescentes, Florestas Modelo e Florestas de Rendimento²⁰⁰. Esta tipificação florestal inclui o conjunto de florestas existentes no território nacional como “(...) *bem de interesse comum a todos os habitantes do paiz, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações em geral, e especialmente este código, estabelecem*”²⁰¹. Em 1962, as florestas existentes na Serra do

¹⁹⁷ Este aspecto já foi apresentado nos programas das excursões analisados anteriormente, sendo a classificação de “meio natural” utilizada entre os que produziam tais documentos e não uma mera concordância nossa em relação ao que pode pressupor tal classificação.

¹⁹⁸ O que demonstra que, embora as áreas degradadas não fossem as utilizadas nas excursões citadas acima, a exploração daquela serra era de conhecimento e preocupação dos cientistas florestais.

¹⁹⁹ Informante 20, homem de 63 anos. Entrevista realizada em Viçosa por Adailton Damiano dos Santos em 10 de setembro de 2018.

²⁰⁰ Código Florestal, Decreto Presidencial nº23.793, de 23 de janeiro de 1934, Artigo 3º, letras a, b, c e d. Publicado no Diário Oficial da União – Seção 1 - 09/02/1934, página 2882.

²⁰¹ *Idem*. Artigo 1º.

Brigadeiro são decretadas *Florestas Protetoras*²⁰², afirmando sua importância para a preservação dos mananciais de água da região, evitando a erosão do solo, e para a conservação da sua beleza paisagística, asilo para as espécies raras da sua fauna e flora:

São declaradas protetoras (...) as florestas nativas, de propriedade privada, existentes na Serra do Brigadeiro, nos divisores de águas vertentes, de interesse dos Municípios de Abre Campo, Matipó, Raul Soares, Viçosa e Carangola, no Estado de Minas Gerais²⁰³

Segundo Couto & Dietz, foi a Escola Superior de Florestas que iniciou este processo de proteção da Serra do Brigadeiro, após observar o desmatamento causado pela extração de madeira para produção de carvão e o crime contra a ciência florestal que ali se praticava. Os recursos florestais, explorados irracionalmente, incluíam árvores de importante valor econômico e praticamente extintas na Zona da Mata Mineira: cedro, canjerana, perobas, canelãs duras, vinhático, jequitibá, orelha-de-onça, ipês, liquerana e murici²⁰⁴.

Mesmo decretadas como florestas protetoras em 1962, o desmatamento e a contravenção dos recursos naturais (florístico e faunístico) da Serra do Brigadeiro prosseguiram até o início da década seguinte. Uma das causas para que se mantivesse a exploração nas matas da Serra do Brigadeiro era a dificuldade de se controlar os inúmeros empreiteiros contratados pelas siderúrgicas para dificultar a fiscalização e a aplicação do Código Florestal; “(...) *os empreiteiros eram numerosos e itinerantes demais para serem controlados*²⁰⁵.”

Em 1970, no entanto, as diligências da Delegacia de Vigilância Rural de Viçosa, comandadas pelo Capitão Alfenas, chegam à Serra do Brigadeiro, embarcando as operações de desmatamento que vinham ocorrendo de forma acelerada na região do Pico do Boné.

2.1 – Para Que a Serra Não Vire Carvão – do embargo da contravenção à sugestão do parque

A história da siderurgia mineira na segunda metade do século XX está diretamente associada ao desmatamento no Estado de Minas Gerais, a partir da década de 1950, na Serra do Brigadeiro encontramos, em pequena escala, um exemplo dessa relação. Siderurgia e

²⁰² *Idem*. Artigo 4º, letras a, b, e, f e g.

²⁰³ Decreto Presidencial nº 1493, de 09 de novembro de 1962. Artigo 1º.

²⁰⁴ COUTO, Elmar Alfenas. DIETZ, James M. **Sugestões para a Criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Universidade Federal de Viçosa (Escola Superior de Florestas). Viçosa, 1976. p.3.

²⁰⁵ DEAN, *Op. Cit.*, p.290.

desmatamentos caminham juntos no período pela opção do uso do carvão vegetal no processo de produção de aço e ferro. Tal opção deveu-se à escusa da existência de grandes recursos florestais no Estado, principalmente nas áreas remanescentes de Mata Atlântica²⁰⁶.

A Companhia Belgo Mineira foi a precursora no uso do carvão vegetal para o processo de redução do minério de ferro, dispondo de 235.610 hectares de mata nativa para exploração de madeira, sendo que dois terços deste total se encontravam no Vale do Rio Doce, entre João Monlevade e Governador Valadares. Ainda assim, a empresa conseguia suprir apenas 43% do total do carvão vegetal que consumia, o que a levou a incentivar “terceiros” a desmatarem outras áreas de matas nativas e produzirem o carvão vegetal necessário ao seu pleno funcionamento:

(...) esses “terceiros” eram e são pequenos e médios proprietários acuados pela expansão acelerada da pecuária, mas notadamente das propriedades das siderúrgicas e das madeireiras. Porque a sobrevivência dessas resulta da transformação de suas matas em carvão, vendido a grandes empresas a preços inferiores aos obtidos pelas siderurgias em suas terras. Essas siderúrgicas não só desmatavam suas propriedades como estimulavam terceiros a tal atividade²⁰⁷

Por outro lado, se explorações florestais seguiram seu curso na Serra do Brigadeiro após sua proibição em 1962, não foi exclusivamente pelo caráter itinerante que marcou a atuação das empreiteiras na extração da madeira para a produção de carvão. As florestas brasileiras, em geral, as de Minas Gerais, em particular, foram marcadas pelas políticas de desenvolvimento do governo federal desde o pós-guerra, que visavam ao crescimento econômico acelerado²⁰⁸, muitas vezes associado a modelos financiados por agências internacionais de fomento; o uso predador dos recursos florestais tornava-se um imperativo do desenvolvimento - a Serra do Brigadeiro não escapou desta lógica.

Exemplo desse *imperativo do desenvolvimento* em Minas Gerais foi a construção da Estrada da Ponte Queimada no interior do Parque Estadual do Rio Doce (PERD) na década de 1950 e seus muitos desdobramentos nas décadas que se seguiram. A utilização dessa estrada entre 1950 e 1970 nos expõe as contradições e ambiguidades presentes nas relações entre a

²⁰⁶ Segundo Marco Antônio Coelho, especialistas mineiros lograram convencer os parceiros belgas e luxemburgueses de que a produção de ferro e aço com carvão vegetal era viável, pois o carvão mineral brasileiro era de baixa qualidade e havia grandes recursos florestais no estado. *In*: COELHO, Marco Antônio Tavares. **Rio Doce**: a espantosa evolução de um rio. Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2011. p.86-87.

²⁰⁷ COELHO, 2011, *Op. Cit.*, p.88.

²⁰⁸ DEAN, *Op. Cit.*, p.280.

sociedade e o Estado na criação de políticas ambientais e sua aplicação na área do PERD²⁰⁹. As consequências da utilização da estrada durante três décadas para o equilíbrio ecossistêmico da área protegida do parque foram diversas: poluição sonora e atmosférica, atropelamentos de animais, aumento dos incêndios, incremento da caça aos animais silvestres, extração ilegal de espécies vegetais e contaminação do solo²¹⁰. Mas, se a estrada seguiu sendo utilizada, mesmo com todos os problemas ocasionados à área de proteção do parque, foi porque ela respondia a interesses mais imperativos naquelas décadas do que a conservação – o transporte de carvão para alimentar os fornos de redução da ACESITA. Com as enchentes de 1979 e o derrumbe da Ponte Queimada, que ligava as margens do Rio Doce, a circulação de veículos foi suspensa. Para as associações ambientalistas, defensoras do fechamento da estrada, parecera o fim dos problemas, deu-se, no entanto, início a uma nova contenda: o dilema agora era a legitimidade em se reconstruir o acesso sobre o Rio Doce. Nessa nova fase do debate, mesmo com as constantes denúncias e com as obras embargadas judicialmente, a ACESITA reconstruiu a ponte e reativou a estrada em meados da década de 1980. Era a reafirmação da vocação siderúrgica²¹¹ impingida à região do Vale do Rio Doce e a demonstração de força da empresa que representava essa vocação. Imperara o desenvolvimento.

A Companhia Belgo-Mineira atuou em parcerias na Serra do Brigadeiro, cortando a Mata Atlântica da área para produção de carvão. Um dos principais parceiros no empreendimento foi Rubens Rezende Peres, empresário de São Pedro dos Ferros, que tinha adquirido a área da Fazenda do Brigadeiro na década de 1950, passando a explorar as matas do seu entorno.

Em matéria publicada na *Revista da Associação Comercial*, a figura de Rubens Peres é associada à de um empreendedor exitoso no setor madeireiro e pecuário, que levara o progresso ao município de São Pedro dos Ferros e fora responsável, segundo a revista, por uma grande obra de aproveitamento racional das florestas, transformando a “mata virgem” em local de trabalho e prosperidade. Estima-se em 2.500 alqueires a área que, antes coberta de matas e improdutivas, o empresário transformara em uma próspera organização para o desenvolvimento da vida e da economia rural mineira. O jovem Rubens Peres, na época com 26 anos, é definido

²⁰⁹ In: SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. *O Parque e a Estrada: uma análise acerca da conservação e desenvolvimento na história do Parque Estadual do Rio Doce (1944-1993)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais. 2015. p.53.

²¹⁰ SANTOS, *Op. Cit.*, p.60-62.

²¹¹ SANTOS, *Op. Cit.*, p.108-128.

como o empresário moderno e exemplo a ser seguido, sendo grande produtor rural de milho e café no aproveitamento das áreas desmatadas²¹².



FIGURA 8: Matéria de revista enaltecendo a obra levada a efeito pelo Grupo Agro-Madeira Peres LTDA e destacando o empreendedorismo do Sr. Rubens Peres. *In:* “Revolução Agro-pecuária no Alto Rio Doce”. *In:* Revista do empresário - Associação Comercial do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1952, Ano XVII, nº 719. p.33. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrjrevistas&pagfis=809>

O professor da Escola Superior de Agricultura da UREMG, Antônio Rezende, visita a “Fazenda do Lajão”, pertencente aos irmãos Peres de Rezende, descrevendo-a de maneira similar ao artigo da revista analisado. O que se destaca no relato da excursão é a grande produção cafeeira e de milho híbrido nos férteis terrenos da fazenda, aliada às modernas instalações que se iniciavam para a criação de gado. O relatório nos oferece ainda detalhes sobre como as matas eram substituídas pelas lavouras e deviam ter seu ímpeto de recomposição detido, por meio de máquinas e técnicas aliadas do progresso:

O próximo plantio será mecanizado em parte, porquanto o destocamento fica caro mesmo depois de 4 anos de abertura da mata, em vista de espécies cujo

²¹²Matéria intitulada “Revolução Agro-pecuária no Alto Rio Doce”. *In:* **Revista do Empresário - Associação Comercial do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 1952, Ano XVII, nº 719. p.33. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrjrevistas&pagfis=809> Última consulta 08/11/2018.

cerne não apodrece dentro de poucos anos, ficando as raízes prêsas no solo durante muitos anos. Um trator D7 trabalhou 2 dias para arrancar um grande toco²¹³

Com a demanda de carvão da Belgo-Mineira, a oferta de mata nativa na área adquirida anos antes e a experiência no ramo madeireiro, Rubens Peres inicia o processo de extração de madeira na Serra do Brigadeiro na década de 1960, abrindo a Companhia Agro Florestal (CAF) e expandindo a atuação da sua empresa madeireira (Agro Madeireira Peres Ltda. - Serraria Peres). Montou-se, então, uma estrutura para o corte e baldeio da madeira e para queima e transporte do carvão impressionante para a época²¹⁴, sobretudo se pensarmos que as tarefas eram realizadas nas partes altas das serras. Assim descrevem alguns entrevistados:

Encontravam-se lá vários tratores, vários caminhões e teleférico, um sistema de teleférico para transporte da madeira²¹⁵

O teleférico... Lá no Rochedo tinha (...) Era um trem que tava lá naquele arto, assim, pra ir de carro lá era difícil, tinha que fazê estrada, fazê ponte... Chegava amarrado lá no arto, fazia um desmatamento lá no arto e no cabo de aço tinha um troço, que eles tratava de cavalo, e cá na praça fincava uns tocão de ferro assim, ali ele era amarrado (...) Engatava e eles ia e ia juntando aqueles feche de pau, podia por 500 quilo, 1000, 2000 quilo. Devia tê quase 1000 metro de comprimento o cabo²¹⁶

O teleférico era uma máquina com motor de fusca, aí eles punha aqueles cabo de aço. Lá naquela virada não tinha jeito docê tirá lenha com o burro e nem com boi, aí eles punha um negôço assim marrado num toco e descia engatado, iguale um foguete²¹⁷

A imagem seguinte (Figura 9), retirada do Boletim do Serviço Florestal de 1957, ilustra a estrutura descrita acima pelos informantes. Essa estrutura fora montada pela Companhia Agro Florestal (CAF), empreiteira da Belgo Mineira, entre o Pico do Boné e a Pedra do Rochedo para o baldeio da lenha para o carvão. O teleférico ligava os pontos de extração da madeira, nas parte altas da serra aos terrenos mais planos, onde essa madeira pudesse ser transportada em lombo de burro ou em carros de boi:

²¹³In: “Relatório de Excursão a São Pedro dos Ferros, prof. Antônio Rezende, Apresentado à Escola Superior de Agricultura em 28/05/1957”. ACH-UFV, caixa 1126.

²¹⁴ Informante 21. *Op. Cit.*

²¹⁵ Informante 21. *Op. Cit.*

²¹⁶ Informante 14, homem de 76 anos. Entrevista realizada na Comunidade do Pico do Boné, Araponga, por Adailton Damiano dos Santos em 20 de outubro de 2018.

²¹⁷ Informante 01, homem de 75 anos. Entrevista realizada na Comunidade dos Paula, Estouro, Araponga, por Adailton Damiano dos Santos em 8 de fevereiro de 2019.

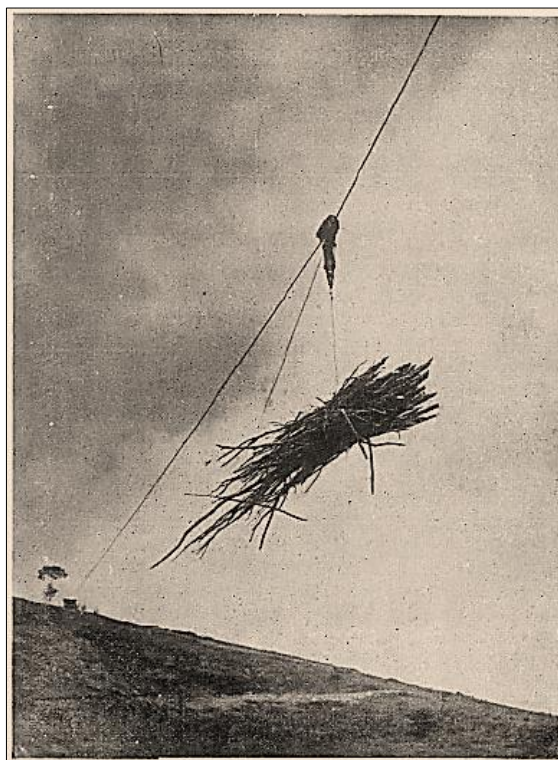


FIGURA 9: Teleférico utilizado pela Belgo Mineira na década de 1950. *In:* Arquivos do Serviço Florestal do Brasil (Ministério da Agricultura). Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. 1957, Vol.11. p.240

As árvores eram cortadas pelo “machadeiro”²¹⁸ nas áreas de maior elevação, onde estavam os exemplares mais altos e de maior rendimento. Seus troncos eram embarcados nos “cavalos” e baldeados no teleférico até um local mais plano, sendo novamente cortados a machado, no tamanho ideal para a queima nos fornos. Normalmente, os contratados para essas funções, pelo orgulho com que falam do ofício nas entrevistas, eram homens habilidosos no uso do machado e na extração de lenha para seu uso cotidiano; era um ofício destacado entre os peões.

²¹⁸ O ofício de *machadeiro* (aqui lenhador) é discutido por Martins relativizando o seu caráter ecológico pouco destrutivo. Para o autor, o poder público fechou os olhos aos lenhadores, por que aparentemente estes não ofereciam riscos aos recursos florestais. Contudo, problematiza, “Os fornos, fornalhas e fogões das pequenas cidades, alimentados a lenha, também pressionaram a exploração de madeira nativa (...) os domicílios urbanos e as indústrias tradicionais (olarias, caieiras, engenhos, laticínios, etc) devoraram grandes volumes de paus”, Chega mesmo a afirmar, analisando o consumo doméstico de lenha no Município de Pedro Leopoldo, que “Afinal, a ação desses lenhadores implicava um severo impacto sobre as áreas florestadas, fazendo-os figurar ao lado de outros agentes responsáveis por pressionar fortemente as matas: madeireiros, pecuaristas latifundiários, estradas de ferro e siderurgias” *In:* MARTINS, Marcos Lobato. “A Política Florestal, os Negócios da Lenha e o Desmatamento: Minas Gerais, 1980-1950”. HALAC, Belo Horizonte, Volumen 1, Numero 1, Setiembre 2011- Febrero 2012. p.53.

A habilidade dos machadeiros foi descrita em 1949 por Salm de Miranda, na derrubada das matas do Rio Doce, destacando a necessidade de precisão no corte das árvores e a percepção do direcionamento da queda das mesmas:

Os machadeiros, com seu grande lenço atado à nuca, e o machado ao ombro, chegam junto ao tronco, olham vagarosamente para cima, procurando o lugar de onde melhor abranjam a copa, percorrem com o olhar tôda a haste; examinam o terreno em volta, a ver o lado por onde as futuras toras deverão cair e apontam com o braço a direção da queda: — Ela tem que cair aqui!²¹⁹

Contudo, enquanto as empresas que exploravam as matas faziam fortuna com as derrubadas, o “*machadeiro continuou nômade, insatisfeito, malvisto e pobre*”²²⁰. Na fotografia seguinte (Figura 10), o machadeiro é apresentado pelo Professor Arlindo de Paula Gonçalves em 1940²²¹ diante da sua casa, no seio da mata, e empunhando sua ferramenta de trabalho – o machado. Pode-se observar a rusticidade da sua residência, que eram construídas de materiais retirados da própria mata e de fácil remoção após o fim da extração da madeira no local da sua construção.



FIGURA 10: “O machadeiro, seu machado e sua casa de residência no seio da mata”. *In:* Relatório do Departamento de Silvicultura, apresentado pelo seu diretor, Arlindo de Paula Gonçalves, em 24 de dezembro de 1940” p.02. ACH-UFV, caixa de Relatórios do Departamento de Silvicultura (em processo de catalogação). p.122

²¹⁹ MIRANDA, Salm de. **Rio Doce** (impressões de uma época). Rio de Janeiro: Editora A Noite, (Biblioteca do Exército), 1949. p.59-60.

²²⁰ MIRANDA, *Op. Cit.*, p.57.

²²¹ Embora as fotografias 10 e 11 sejam de períodos anteriores ao que estamos analisando, as características do ofício destacado parecem não ter variado muito nas três décadas que separam as mesmas da exploração das Matas do Rochedo e do Pico do Boné, na Serra do Brigadeiro.

Na figura 11, vemos outro machadeiro, este fotografado pelo Professor Luis Carvalho Araújo em 1934, à frente do tronco de jequitibá que cortara nas Matas do Rio Doce. Na Fazenda Invejada, Silveira de Carvalho (Município Barão de Monte alto), os alunos do curso de Silvicultura da ESAV foram levados para a aula prática de derrubada da mata, podendo observar o robusto tronco de madeira (de magnitude definida na legenda anexada à fotografia: “*Tora de jequitibá rosa com 18 m. de comprimento e 1,80 m x 2,43 m de diâmetro em cruz*”) e calcular formas econômicas de transporte para o mesmo²²².



FIGURA 11: Machadeiro e o Tronco de Jequitibá. *In:* “Relatório Annual do Departamento de Silvicultura da ESAV, 1937, prof. Koloman Lehotsky”. ACH-UFV, caixa de Relatórios do Departamento de Silvicultura (em processo de catalogação). p.78

²²² Relatório dos Trabalhos Realizados no Departamento de Silvicultura, durante o anno de 1934, apresentado ao Snr. Director da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Geraes, pelo Prof, Cathedrático Luiz carvalho Araújo – chefe do referido departamento. ACH-UFV, caixa de Relatórios do Departamento de Silvicultura (em processo de catalogação). p.

Após serem cortados pelos machadeiros na Pedra do Rochedo, os tocos eram transportados em lombo de burros e mulas ou carro de boi até os fornos na Trilha do Carvão; o carvão produzido seguia para a siderúrgica em caminhão, as estradas eram largas e cabiam um caminhão indo e outro voltando²²³. No local da trilha, havia entre oito e doze fornos ao ar livre, onde a madeira extraída era transformada em carvão para a Companhia²²⁴. Warren Dean aponta que este método de produção de carvão ao ar livre, “*os montes de lenha cobertos com capim e terra*”²²⁵, era muito criticado pelos conservacionistas, já que o uso de fornos fechados de tijolo era muito mais eficiente e utilizados pelas usinas para produção de carvão em seus terrenos. A itinerância da exploração das matas podia ser um fator explicativo para que as empreiteiras não construíssem os fornos de tijolo, pois em uma mesma área mudava-se várias vezes o local do desmatamento: “*se tirava árvore até limpá aquela área lá, aí ia pra ôtro lugá e tornava tirá*”²²⁶.

Este caráter itinerante das empreiteiras, além de burlar as leis protetivas das florestas, criava vínculos trabalhistas frágeis, ou mesmo inexistentes, como nos afirmou um morador do Córrego dos Paula e trabalhador da Companhia Agro Florestal (CAF) entre 1961 e 1969. Os “peões”, além de terem uma renda muito baixa, não recebiam nenhuma garantia trabalhista determinada²²⁷.

Ao lado das áreas de exploração da mata, foram construídas estruturas para receberem os trabalhadores braçais da empreiteira, os acampamentos²²⁸ que, segundo relatos, eram muito bem estruturados e movimentavam a economia local. Para uma moradora da Região do Estouro²²⁹, e quitandeira nos anos da exploração madeireira na serra, era uma maravilha o que ela vendia de quitanda ali, tudo o que fazia vendia. Ela entregava toda a quitanda em um armazém grande, que depois fornecia a mercadoria para aos empregados da CAF.

Embora as memórias da entrevistada citada anteriormente sejam de otimismo e prosperidade em relação à economia do acampamento, dado que ela era fornecedora de produtos para aquela lógica comercial e afirma ter ganhado a vida assim naqueles anos, o

²²³ O uso das palavras “trilha” e “estrada” mesclam-se nas memórias dos entrevistados, demonstrando que esta ligação entre a área do Pico do Boné e Bom Jesus da Madeira teve seu uso modificado ao longo da sua história, tendo sido a trilha que ligava dois povoados e estrada para escoamento de madeira/carvão. Atualmente a trilha é um dos atrativos turísticos do PESB, ainda guardando vestígios da exploração madeireira na região – a Trilha do carvão.

²²⁴ Informante 01. *Op. Cit.* Referindo-se à Companhia Agro Florestal (CAF)

²²⁵ DEAN. *Op. Cit.* p.290

²²⁶ Informante 01. *Op. Cit.*

²²⁷ Informante 01. *Op. Cit.*

²²⁸ Segundo o Sr. Dico Simão foram construídos três acampamentos, que funcionaram em diferentes épocas, primeiro na área da Fazenda do Brigadeiro, depois no Rochedo e depois no Pico do Boné. Já os encarregados moravam na Fazenda do Brigadeiro, na primeira área explorada pela Companhia.

²²⁹ Informante 04, mulher de 75 anos. Entrevista realizada na cidade de Araponga por Adailton Damiano dos Santos em 9 de fevereiro de 2019.

mesmo não ocorre no relato dos trabalhadores que moravam no lugar. Para estes, a Companhia obrigava o empregado a comprar no armazém, fazendo com que, na prática, se trabalhasse quase exclusivamente para pagar as despesas dos produtos adquiridos naquele estabelecimento comercial²³⁰.

Era a Companhia do caipira, tanto dá como tira. Tanta gente trabaiô mais de ano e num via dinheiro não (...) **ali tinha o vale e contravale**, o cara picava lá 100 metro de lenha (...) cê num via o dinheiro dos empreiteiro não. Cê ia comprá no aimazém, que sempre cê gastava mais que ganhava. Se cê gastasse ali e sobrasse procê 100, dinheiro de hoje, cê não tinha aquele dinheiro, ele dava procê o contravale²³¹

O processo de corte da madeira e da transformação em carvão ainda faz parte da memória de antigos empregados da madeireira, que relatam as relações sociais, laborais e ecossistêmicas que se produziram na extração da mata e na produção das carvoeiras. Segundo um desses informantes, a Companhia iniciou suas atividades na Serra do Brigadeiro por volta de 1960 e, quando ele chegou na área para trabalhar em 1961/1962, ainda havia muita mata – “mata virgi”. No início, não se podia cortar em volta das nascentes, em um entorno de 50m da mesma, mas, depois de um tempo, essas matas também foram cortadas, prejudicando os inúmeros cursos de água que havia na área²³²:

Pegaru cortá aquelas nascente d`água, que tinha muita nascente, né? Era nascente aqui, ali. Hoje não, hoje num tem mais (...) É, hoje num tem mais. A água que nós bebe aqui é tudo de lá. Mas, só não tem mais, por negoço da época, negoço de cortá o mato, a água fastô um pôco²³³

A diminuição da água nas proximidades das áreas exploradas é consensual entre os entrevistados, assim como o escasseamento progressivo dos animais e plantas. Nos últimos tempos da companhia, as últimas árvores grandes que havia pela área do Pico do Boné estavam em lugares de muito difícil acesso para que fossem cortadas, por isso seguiram de pé nas grotas das encostas rochosas. Animais grandes como a anta e a onça são relatados pelos moradores, dando inclusive nome aos lugares por onde circulavam (campo das Antas, Pedra da Onça), mas foram muito perseguidos por caçadores e, com a diminuição da mata, alguns desapareceram:

²³⁰ Este relato esteve presente nas entrevistas com o Informante 01 e Informante 02, moradores do Córrego dos Paula. Entrevista realizada por Adailton Damiano dos Santos em 8 de fevereiro de 2019. A própria quitandeira afirma que tinha que vender toda sua quitanda no mercado, sendo proibida de vender diretamente para o povo que morava no acampamento.

²³¹ Informante 14. *Op. Cit.*

²³² Um morador da Comunidade do Córrego dos Paula relata que, somente na Trilha do Carvão havia mais de cinquenta olhos d`água.

²³³ Informante 01. *Op. Cit.*

“(…) até tem um sinhô do lado de lá ali, que ele matô a última anta. Diz ele que matô ela lá em cima da pedra, chama campo das anta”²³⁴.

Embora os trabalhadores relatem as perdas das espécies, até mesmo a extinção de algumas, e a diminuição dos recursos hídricos da serra, esse “mal do passado”²³⁵ é relativizado por eles, pois a Companhia empregava todo mundo que quisesse trabalhar; qualquer um que chegasse com uma trouxa na cabeça – não faltava trabalho. Ora, essa gestão relativizadora da memória possibilita que *ex-machadeiros* e *ex-carvoeiros* se distanciem dos fatos narrados por eles mesmos para aqueles anos de devastação. Para os responsáveis por fiscalizar as florestas daquela área no mesmo período, no entanto, as perdas de espécies e a diminuição dos recursos florestais assumem um valor absoluto em suas memórias, sendo capazes de descrever a devastação da Serra do Brigadeiro desde a privilegiada posição de “cumpridores da lei”; as diligências de 1970 demonstraram um cenário de flagrante desrespeito ao Código florestal:

Então nós chegamos, fizemos o embargo, fizemos a apreensão do que tinha lá de ser apreendido, que foi uma coisa fantástica, uma coisa muito volumosa. Tinha muito maquinário, muita madeira. E completamos o processo, fizemos o processo de contravenção penal e mandamos pra justiça²³⁶

O Capitão Alfnas, um dos que fizeram que se cumprisse o Código Florestal e embargasse a devastação do Pico do Boné, ingressa como aluno do curso de Engenharia Florestal em 1971, mantendo a vigilância da Serra do Brigadeiro agora por duas frentes: habilitado na função de Delegado de Vigilância Rural de Viçosa e como cientista florestal em processo de formação, aprendendo métodos, técnicas e discursos próprios de tal ciência. Essa dupla frente de atuação permitiu-lhe, durante os quatro anos de curso, “*manter o status no que estava a Serra do Brigadeiro*”²³⁷.

O embargo da exploração dos recursos florestais em 1970 fez com que, seis anos depois, as matas no entorno da Fazenda do Brigadeiro já apresentassem a fauna e a flora nativas em avançado processo de recomposição²³⁸, registrando-se, inclusive, a presença de onças nas

²³⁴ Informante 14. *Op. Cit.*

²³⁵ Ao nomear o “mal do passado”, Pollack descreve como a memória pode selecionar fatos, pontos de vista e identidades para que um indivíduo se aproxime ou se distancie de um acontecimento traumático ou condenável. *In*: POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.12-15.

²³⁶ Informante 21. *Op. Cit.*

²³⁷ Informante 21. *Op. Cit.*

²³⁸ Naquele momento ocorriam concomitantemente dois processos que possibilitavam a regeneração da fauna e da flora local na Fazenda do Brigadeiro: *recomposição natural* (aumento dos exemplares de espécies que não tinham sido completamente eliminadas) e a *irradiação adaptativa* (formação de novas espécies para ocupar o nicho

mediações. Para manter e intensificar esse processo, os professores Elmar Alfenas Couto²³⁹ e James Dietz elaboram “Sugestões para a Criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro”, um estudo realizado em parceria com o Centro Mineiro para Conservação da Natureza. Naquele mesmo ano de 1976, as sugestões são apresentadas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, lançando a semente para que os legisladores estaduais também olhassem para aquela serra. Assim, apela o professor Roberto da Silva Ramalho (Presidente do CMCN), prefaciando o estudo apresentado:

Às autoridades competentes um apelo para acelerarem os trâmites legais, a fim de que estas sugestões sejam efetivadas, com o que terão, como consequência, dado uma satisfação à sociedade e, aos técnicos que trabalham indicando caminhos racionais de utilização dos recursos naturais, estímulo para continuarem com seus abnegados afazeres²⁴⁰

2.2 – O Parque Esbarra nas Comunidades – a questão da “Cota Mil”

A conservação de áreas naturais protegidas sob a forma de parques surge no século XIX com a criação do Parque de Yellowstone nos Estados Unidos (1872). Tal modelo de conservação foi pensado a partir do conceito de *wilderness*²⁴¹, consagrando o mito do domínio do selvagem e mantendo a natureza livre da ocupação humana. Manter o mundo natural em seu estado primitivo era fundamental no pensamento fundador do conservacionismo do século XIX e os parques naturais cumpriam perfeitamente o papel neste estabelecimento de *ilhas*, nas quais as populações urbanas pudessem contemplar, admirar e reverenciar as belezas da natureza²⁴². Para Antonio Carlos Diegues e Paulo Nogar, no entanto, a ideia de pensar os espaços como naturais e intocados é uma transposição da realidade dos países do hemisfério norte e não é aplicável aos países tropicais:

ecológico aberto). COUTO, Elmar Alfenas. DIETZ, James M. **Sugestões para a Criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Universidade Federal de Viçosa (Escola Superior de Florestas). Viçosa, 1976. p.4.

²³⁹ Meses antes, em setembro de 1975, o professor Elmar Alfenas Couto já apresentara as “Sugestões para Criação do Parque Nacional do Pantanal”, seguindo os moldes deste para a Serra do Brigadeiro,

²⁴⁰ COUTO & DIETZ. *Op. Cit.*

²⁴¹ A noção de *wilderness* dos Estados Unidos está baseada no sistema simbólico do romantismo alemão (*wildnis*), no qual “La nature revêt alors plusieurs dimensions: c’est un objet esthétique et une source d’émotions, mais c’est aussi une réponse à un besoin spirituel de sens”. (A natureza tem várias dimensões: é um objeto estético e uma fonte de emoções, mas também é uma resposta à necessidade espiritual de significado). In: DEPRAZ, Samuel. **Géographie des Espaces Naturels Protégés**: genèse, principes et enjeux territoriaux. Paris: Armand Colin, 2008. p.46.

²⁴² DIEGUES, Antonio Carlos S. “As Áreas Naturais Protegidas, o Turismo e as Populações Tradicionais”. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo et BRUHNS, Heloisa Turini (Orgs.). **Viagens à Natureza**: turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papirus, 1997 (Coleção Turismo). p.85-102.

A transferência de ideia desses espaços naturais vazios, onde não se permite a presença de moradores, entrou em conflito com a realidade dos países tropicais, cujas florestas são habitadas por populações indígenas e por outros grupos tradicionais que desenvolvem aí formas de apropriação comunal dos recursos naturais e seus espaços²⁴³

Em 1970, em vias de se comemorar o centenário da criação de Yellowstone, Alceo Magnanini propõe um modelo similar para a criação de áreas de conservação no Brasil, dentro do qual não cabia a intervenção humana e onde devia-se perpetuar as condições naturais e as belezas cênicas da paisagem:

Constitui uma herança única (que, se fôr malbaratada, estará perdida para sempre) das condições naturais e primitivas da natureza não alterada pelo Homem (...) Para eles deve haver uma concentração integral de esforços de todos os poderes atuantes da Nação, objetivando perpetuar as condições naturais, as belezas cênicas, os vegetais indígenas, os animais nativos e as áreas intocadas, de interesse e valor científico²⁴⁴

A criação de áreas protegidas sob a forma de parque no Brasil segue esta lógica até a década de 1980, sendo legalmente modificadas apenas no ano 2000, com a formulação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Deste modo, pensou-se a criação e implantação do PESB nos seus momentos iniciais, mas a proposta vai esbarrar nas comunidades do entorno da área a ser protegida. Em 20 de julho de 1988, o Governador de Minas Gerais sanciona a Lei Nº 9655/1988, autorizando a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e definindo em seu Artigo 2º a futura área do parque:

começa nas nascentes do Córrego Serrinha, no Município de Araponga; seguindo com o ângulo de 30º NE, a uma distância de 5.700 metros, vai até o paralelo 20º40`; seguindo por esse paralelo, à esquerda, vai até a **curva de nível de 1.000 metros** de altitude; seguindo por essa curva de nível, à direita, vai confrontando com o Município de Araponga e depois com o Município de Sericita, seguindo até encontrar o paralelo 20º33`, continuando no Município de Abre Campo até atingir novamente a **curva de nível de 1.000 metros** de altitude, nas divisas com o Município de Carangola; continuando por essa curva de nível, à direita, segue confrontando com os Municípios de Carangola, Miradouro, Muriaé, Miráí, Ervália e, novamente, Município de

²⁴³ DIEGUES, Antonio Carlos, NOGARA, Paulo José Navajas. **O Nosso Lugar Virou Parque**: Estudo Socioambiental do Saco de Managuá – Parati – Rio de Janeiro. São Paulo: USP (NUPAUB), 2005. 3ªed. p.163.

²⁴⁴ MAGNANINI, Alceo. **Políticas e Diretrizes dos Parques Nacionais do Brasil**. Brasília: Ministério da Agricultura (IBDF), 1970. p.5.

Araponga, até o Córrego Serrinha, subindo por esse até encontrar o ponto de partida

O parâmetro para a criação da área do PESB passa legalmente a ser a Cota Mil, compreendendo um total de 32.500ha; exatamente a área total prevista nas sugestões dos professores Couto e Dietz em 1976. O parque que se autorizava criar confrontaria com os Municípios de Araponga, Sericita, Abre Campo, Carangola²⁴⁵, Miradouro, Muriaé, Miraí e Ervália. A área legal do parque passava em muitas propriedades do entorno do PESB, onde glebas produtivas de pequenos proprietários, inevitavelmente, seriam desapropriadas²⁴⁶. No Mapa 2, evidencia-se a área autorizada para criação do parque, destacando em alguns pontos os seus limites na cota dos 1000m.

A questão da Cota Mil vai gerar uma grande apreensão nas comunidades do entorno, pois havia naquele momento a possibilidade real de desapropriações dos moradores das áreas acima dos 1000m, já que estava autorizada a criação do PESB dentro daquele limite legal. Esboçava-se, portanto, um conflito recorrente nos processos de criação de Unidades de Conservação, principalmente nas áreas de florestas tropicais, a expulsão das comunidades locais²⁴⁷. Como afirma Teixeira (2010):

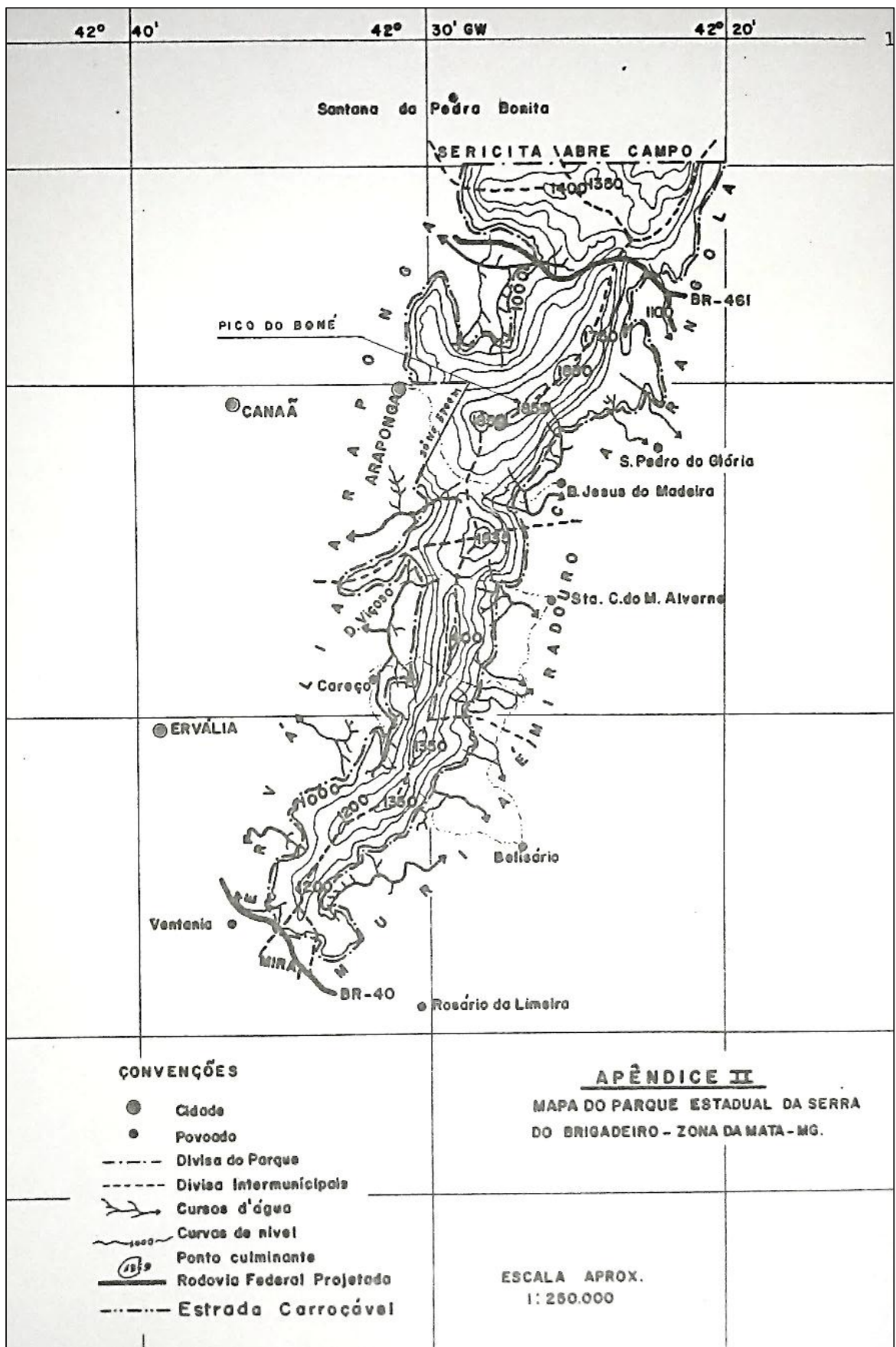
A criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro como um processo de intervenção do Estado, inicialmente, representou um conflito de grandes dimensões; a preocupação técnica fez com que os moradores do entorno fossem compreendidos apenas como confrontantes do parque e não como vizinhos, parceiros, na conservação da natureza²⁴⁸

²⁴⁵ Com a emancipação do Município de Fervedouro em 1992, a área antes referente a Carangola, passa a pertencer a este último.

²⁴⁶ FONTES, Luiz Eduardo Ferreira... et al. **Contribuições para Elaboração do Plano de Manejo Integrado e Participativo do PESB e Entorno**. Viçosa: Editora UFV, 2000. p.2.

²⁴⁷ Mark Dowie utiliza a expressão *Refugiados da Conservação* para descrever o modelo de criação de parques e reservas naturais nas áreas tropicais. Tais modelos, baseados em lógicas exportadas de países do norte, onde estão localizadas a maior parte das organizações conservacionistas mundiais, muitas vezes desconsideram a existência de comunidades que vivem, física e simbolicamente, das florestas tropicais, expulsando-as das seus territórios ancestrais. In: DOWIE, Mark. *Refugiados da Conservação*. (Tradução de Antônio Carlos Diegues) Orion Magazine, Artigos nº 04, NUPAUB –USP, São Paulo: 2006. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/dowie.pdf> . Última Consulta 03/03/2019.

²⁴⁸ TEIXEIRA, Maria do Carmo Couto. “Relações Socioambientais e Educativas em Área de Preservação Ambiental”. In: Educ. foco, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, set 2009/fev 2010, p. 146-147.



MAPA 2: Mapa contido nas "Sugestões para Criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro". In: COUTO et DIETZ, 1976, p.16

No começo dos anos de 1990, quando ocorreram as primeiras notícias de que a Serra do Brigadeiro seria transformada em parque, os moradores das comunidade do entorno desconheciam ainda o significado e as consequências da implantação de uma Unidade de Conservação. Uma moradora do Pico do Boné (Araponga) relata o enfrentamento que ela e seu esposo tiveram com os que chegaram com as notícias das desapropriações:

Êis falava demais, ficava amolanu a gente falanu: é... daqui uns dia cêis vai laigá suas casinha, cêis vai enchê suas coisinha nas costa... êis abusava da gente. Vai pô suas coisinha nas costa e vai saí andanu. Falei: né bem assim não. Aí ele (Sr. Eugênio Belo) falô: num tem pa ninguém desapropriá eu do meu terreno não. Foi duro, bobo!²⁴⁹

Criaram-se, portanto, muitos mitos em torno de que tipo de intervenções seriam feitas na serra e como essas intervenções iriam afetar as propriedades confrontantes, acirrando os conflitos. Muitas vezes, conta-nos um informante, esses mitos eram alimentados pelos próprios funcionários do parque que, na função de guarda-parques, intimidavam a população e usavam de métodos coercitivos, quando, na verdade, a sua função exigia uma atuação mais educativa: *“Tem guarda-parque que vai trabalhar nos setor e qué tipo de poliça, e a pessoa não é fazê tipo de poliça, nós não somo poliça, nós somo educador, né? Conversar com as pessoas, com educação”*²⁵⁰.

Um funcionário do PESB, que acompanhou o primeiro diretor do parque nas suas incursões iniciais pelas comunidades e nas conversas pelas casas, relata as dificuldades encontradas para ganhar a confiança das pessoas e os resultados dos diálogos para o esclarecimento: *“A gente conversava e eles falava: ô gente, eu pensava que parque era pra vim negoçu de poliça, querê batê no zôto, proibi de fazê tudo”*²⁵¹. Em alguns casos, os moradores partiam para a ameaça, defendendo suas terras dos representantes do PESB, definidos como os “invasores do parque”:

Na época que nós tava demarcando o parque, nós tinha um guarda-parque ali perto do Sô Dico Simão, perto dos Manja ali. Ele subiu co piquete, passo lá no pasto, tinha um pasto formadim... O cara achô que

²⁴⁹ Informante 13, mulher de 80 anos. Entrevista realizada na comunidade do Pico do Boné, Araponga, por Adailton Damiano dos Santos em 8 de fevereiro de 2019.

²⁵⁰ Informante 16, homem de 64 anos. Entrevista realizada na comunidade de Bom Jesus da Madeira, Fervedouro, por Adailton Damiano dos Santos em 21 de julho de 2019.

²⁵¹ Informante 16. *Op. Cit.*

a gente ia pô piquete no pasto dele, **ele passô a mão numa foice e queria cortá o guarda-parque na foice**²⁵²

Em um dos municípios do entorno, o informante conta um episódio de represália sofrido por ele e o gerente do parque, seguidos e ameaçados por capangas do prefeito municipal:

O prefeito não queria que criasse o parque ... mandô dois capanga atrás da gente, aí os cavalêro passou e eu falei com o gerente ... aquês ali é capanga do prefeito. Aí, quando nós desceu de carro pra baxo, parô o carro, aí falô com a gente assim: Cês consiguiru marcá o parque, o tal de parque que vocês queri fazê aqui (...)? Aí o gerente falô assim: não, a gente não conseguiu vê nada não, por que a fumaça tá muito baxa, a gente não conseguiu vê as montanha ... tá muito fechado o tempo, tá muito nuveado, num conseguiu não, mas a gente vai tê que volta aqui. Aí ele virô pra gente e falô: cê qué marca parque, vai marcá lá na sua terra, aqui não!²⁵³

Assim, demonstra-se que restava fazer aliados, inclusive, entre os representantes do poder público nos municípios do entorno, nesse caso específico a desavença era com um chefe do executivo municipal e fazendeiro local que, supondo ameaça às suas propriedades, usou de métodos persuasivos típicos do coronelismo regional para intimidar os representantes do parque. O conflito era pela terra, fosse para a garantia da subsistência enquanto agricultor familiar ou fosse para manutenção do poder local dos fazendeiros, e a possibilidade de desapropriações dos terrenos acima da Cota Mil era o ponto central desse conflito.

Ao citarmos a palavra “conflito” nas entrevistas que realizamos, todos os informantes remetiam suas memórias imediatamente à questão da Cota Mil e da eminência de serem desapropriados naquele momento. As palavras de um morador do Pico do Boné ilustram bem o desconhecimento dos órgãos oficiais sobre a área que haviam autorizado transformar em parque: “*Lá em cima, lá no Governo lá em cima, né? Eles achava que aqui era um terreno, como diz, improdutive, que era mata isolada que num morava ninguém*”²⁵⁴. Também é lembrada a limitação imposta pelos órgãos fiscalizadores ao uso dos recursos naturais das matas (cipó, taquara, madeira):

A comunidade reagiu o seguinte, que eles pegô, negoço que eu tô falano com você, negoço da medida. Fez aquela marca e falô: daqui pra cima é do parque, ninguém vai mexê! Medida que veio de lá pra cá, foi o Estado mesmo que mexeu nessa coisa, né? Aí o camarada ficô mais enfreado, já ninguém tira taquara mais, nem cipó, essas coisa... aí

²⁵² Informante 16. *Op. Cit.* (Grifo Nosso)

²⁵³ Informante 16. *Op. Cit.*

²⁵⁴ Informante 14. *Op. Cit.*

começou arrumá gente aí pra podê toma conta, pra podê guardá parque²⁵⁵

O exposto acima pelo agricultor do entorno do PESB confirma o que aponta Lucila Vianna sobre as políticas impositivas de criação das Unidades de Conservação no Brasil; as populações que habitam as áreas demarcadas como UCs são invisibilizadas diante dessas políticas e vistas como intrusas dentro do seu próprio território. Devido a alienação participativa das populações, as UCs, uma vez oficialmente criadas, tornam-se “parques de papel” e mantêm o processo de degradação das áreas pretensamente protegidas:

O conjunto de unidades de conservação criadas não representa a efetiva conservação *in situ*, na medida em que, por exemplo, há muitas unidades de conservação decretadas e não implantadas, isto é, não foram demarcadas ou regularizadas, não há recursos destinados a elas e, muitas vezes, nem sequer um administrador. São chamadas “unidades de papel”, pois não cumprem sua função de fato²⁵⁶

Nos primeiros contatos com a população do entorno da Serra do Brigadeiro, verificou-se que aproximadamente 400 famílias estavam acima da Cota Mil e seriam diretamente afetadas pela implantação do parque²⁵⁷. Neste cenário de incertezas e possibilidades de conflitos socioambientais²⁵⁸, entra em cena o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)²⁵⁹. As propostas de atuação dessa associação, organizada para fins não econômicos e apartidária, é o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento sustentável, capacitando líderes locais para atuarem de forma autônoma junto aos órgãos públicos²⁶⁰.

Em 1993, ao mesmo tempo em que o Instituto Estadual de Florestas inicia o processo para implantação do PESB, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata passa a informar e mobilizar as comunidades do entorno da Serra do Brigadeiro e organizações

²⁵⁵ Informante 01. *Op. Cit.*

²⁵⁶ VIANNA, Lucila Pinsard. **De Invisíveis a Protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008. p.184.

²⁵⁷ GJORUP, Op. Cit., p.55. Em uma das entrevistas realizadas nas comunidade do entorno do PESB, o entrevistado informa a presença de 700 famílias acima da Cota Mil naquele momento. Embora não possamos confirmar um ou outro dado como real, ambos são bastante relevantes e a ausência do diálogo com as famílias envolvidas no litígio comprometeria a implantação da Unidade de Conservação.

²⁵⁸ Segundo Melissa Vivacqua e Paulo Vieira, “(...) o termo *conflito socioambiental* designa as relações sociais de disputa/tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela desapropriação e gestão do patrimônio natural e cultural. Essas situações de litígio, vigentes no níveis material e simbólico, podem ou não assumir a forma de um embate mais direto” VIVACQUA, Melissa, VIEIRA, Paulo Freire. “Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação”. In: Revista Sociedade e Política, Florianópolis (UFSC), nº7 – Outubro de 2005. p.140.

²⁵⁹ O CTA-ZM foi criado no ano de 1987 por lideranças de sindicatos rurais, agricultoras e agricultores familiares e profissionais das ciências agrárias com o objetivo de resgatar e promover alternativas tecnológicas para o campo.

²⁶⁰ In: <https://ctazm.org.br/pagina-objetivos>. Última consulta em 09/08/2019.

ligadas aos agricultores (sindicatos rurais e Pastoral da Terra)²⁶¹. O primeiro passo foi informar as comunidades sobre o que significava uma Unidade de Conservação e qual sua importância para conservação dos atributos naturais da Serra do Brigadeiro, além das suas consequências e benefícios para os moradores do entorno²⁶². Um informante, líder comunitário em Praia Danta (Araponga) e agricultor familiar, destaca em seu relato, no entanto, que a culminância desse processo não se deu de forma simples, tendo sido fruto do enfrentamento dos agricultores da região com o poder público e com cientistas, estes últimos se apresentando irredutíveis em relação a mudanças na proposta inicial de desapropriação das áreas acima da Cota Mil e sempre frisando as perdas para a preservação da biodiversidade que isso ocasionaria. Assim, as lideranças organizaram os confrontantes e expuseram aos deputados reunidos em audiência pública, a contragosto de alguns participantes, as perdas que a criação do parque, nos moldes previstos no projeto, ocasionaria para as 700 famílias que viviam acima da cota estabelecida:

Teve uma audiência com os deputados em Muriaé (em 1994), então, pra tirá bandêra tamém para os deputados de trabalho na região, né? Aí foi onde o povo conseguiu essa (...) participação na criação do parque e aí foi aprovado. Das cinco proposta, a quinta foi a nossa, passô (...) participar da criação do parque. Até então, a gente já tinha corrido atrás de informação, o IEF não dava informação, aí eles passô a dá informação pra nós. Dá informação passô a ser obrigatório. Fizemos foi muita reunião, em todas as sede, num era só em Araponga, né? Tinha muita gente acima da Cota Mil, naquela época nós constatamo 700 família acima da Cota Mil²⁶³

O IEF, órgão responsável para implantação do PESB, convocou reuniões entre os representantes comunitários do entorno do PESB e as diversas associações que já haviam iniciado o processo de esclarecimento junto as comunidades (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Departamentos de Solos, Educação e Engenharia Florestal da UFV, Departamento de Biologia da FAFILE, CTA-ZM). Nas diversas reuniões realizadas, evidenciaram-se três posicionamentos distintos na definição dos limites do parque, que era o ponto central das discussões naquele momento: a manutenção integral dos 32.500ha previstas na Lei Nº 9655/1988 (a Cota Mil, portanto); os limites a serem definidos pelas áreas de remanescentes

²⁶¹ FONTES, *Op. Cit.*, p.2.

²⁶² Segundo Miguel Barcellos Gjorup, os esclarecimentos que mais impactaram a população foi a possibilidade das desapropriações e a proibição da agricultura e da extração de recursos da floresta nos limites do parque. *In*: GJORUP, Guilherme Barcellos. Planejamento Participativo de uma Unidade de Conservação e do seu Entorno: o caso do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. Tese de Doutorado, Departamento de Solos. Viçosa: UFV, 1998. p.55.

²⁶³ Informante 18, homem de 63 anos. Entrevista realizada em Praia Danta, Araponga, por Adailton Damiano dos Santos em 21 de julho de 2019.

florestais contínuos no alto da serra, independente destes remanescentes estarem abaixo ou acima dos 1000m, “(...) já o IEF entendia que o parque, em alguns casos, deveria incorporar áreas produtivas, além dos remanescentes existentes”²⁶⁴. Ficou acertado, no entanto, que qualquer andamento para a questão somente poderia ocorrer após ser feito um Levantamento Socioeconômico na Serra do Brigadeiro.

Miguel Barcellos Gjorup conclui, após finalizado o levantamento Socioeconômico das comunidades do entorno da Serra do Brigadeiro, que a referência da Cota Mil para os limites do PESB agravaria os problemas sociais nas áreas rurais afetadas e inviabilizaria a implantação da Unidade de Conservação:

(...) ficou claro que diversas famílias perderiam a posse da terra e sua produção, agravando o problema do êxodo rural da região. Se os agricultores fossem desapropriados, iria aumentar o sentimento de revolta em relação ao parque; conseqüentemente, surgiriam os mesmos problemas que ocorrem na maioria das Unidades de Conservação brasileiras²⁶⁵

Após várias reuniões e debates participativos, ficou decidido que os limites do parque não seriam definidos pela Cota Mil, estabeleceu-se ainda que seriam respeitadas as áreas produtivas; os limites seriam definidos caso a caso com os moradores confrontantes. A posição do IEF, contudo, foi de esclarecer a esses moradores que as áreas lindeiras ao parque também seriam fiscalizadas, proibindo o desmatamento e controlando o uso dos recursos das matas. Alguns proprietários se propuseram ceder ou vender suas áreas nas faixas contínuas de mata, vitória do diálogo e da valorização das comunidades²⁶⁶.

Através de fazê as reunião conseguimos e o parque num desapropriô ninguém, só que pôs um limite... assim mais ou meno, num desapropriô ninguém, mas quem quisesse vendê, vendia. E eles foi usando dessa maneira até que chegou o fim do embargo (...) eu divido cum parque, confrontante, meu terreno vai dessa parte aqui que você tá venu saia lá naquela parte lá pro lado daquela antena²⁶⁷

As demarcações para definição dos limites do parque foram feitas com cada proprietário confrontante individualmente e as referências da divisa entre as propriedades e o

²⁶⁴ GJORUP, *Op. Cit.*, p.56.

²⁶⁵ GJORUP, *Op. Cit.*, p.56. A espacialidade tradicional entre os moradores das comunidades das diversas serras existentes da Serra do Brigadeiro são as sinuosidades do relevo e as marcas das rochas e rios nas paisagens, como analisaremos no Item 3.2 desta dissertação.

²⁶⁶ GJORUP, *Op. Cit.*, p.58.

²⁶⁷ Informante 14. *Op. Cit.*

PESB foram definidas de acordo com a espacialidade da própria população da Serra do Brigadeiro e não a partir das referências altimétricas como se legislou inicialmente: “*O parque exigiu os confrontante dá uma divisa mais ou menos, aonde que o parque fechava, as vez era uma pedra, fechava duma pedra na ôtra... e foi indo é que todo mundo tem um limite*”²⁶⁸. Assim, ainda que de forma mais lenta do que em outras experiências de criação de Unidades de Conservação, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro teve seus limites definidos, em certa medida, com a participação da população local. Um episódio contado pelo pesquisador responsável pelo levantamento socioeconômico nas comunidades revela o quão complexa foi a realização do mapeamento desses limites, para a qual havia sido composta uma comissão com três membros, sendo um deles representante do Instituto de Geotecnologias Aplicadas:

Para esse mapeamento ficou, inicialmente, acordado que os agricultores colocariam bandeiras no limite do PESB. Estas bandeiras, em conjunto com acidentes geográficos, serviriam de referência para que fosse realizado um sobrevoo com helicóptero, com auxílio de *Global Position System* (GPS), seriam conhecidas as coordenadas dos pontos para, posteriormente, se proceder à confecção dos mapas. Foi marcada a época em que os agricultores colocariam as bandeiras para a realização do voo²⁶⁹

O relato do funcionário do parque à época da demarcação demonstra que aos poucos as comunidade foram percebendo a importância da preservação da área, sobretudo devido as consequências e necessidades mais imediatas, como a questão das nascentes de água:

Tem lugá que falô: não, isso aqui vai ser bão (...) vai ser bão pra protegê nossas nascente de água. Eu tenho meu mûin d'água aqui, se tem o parque ali encima, eu sei que ninguém vai roçá, que tá protegido por lei²⁷⁰

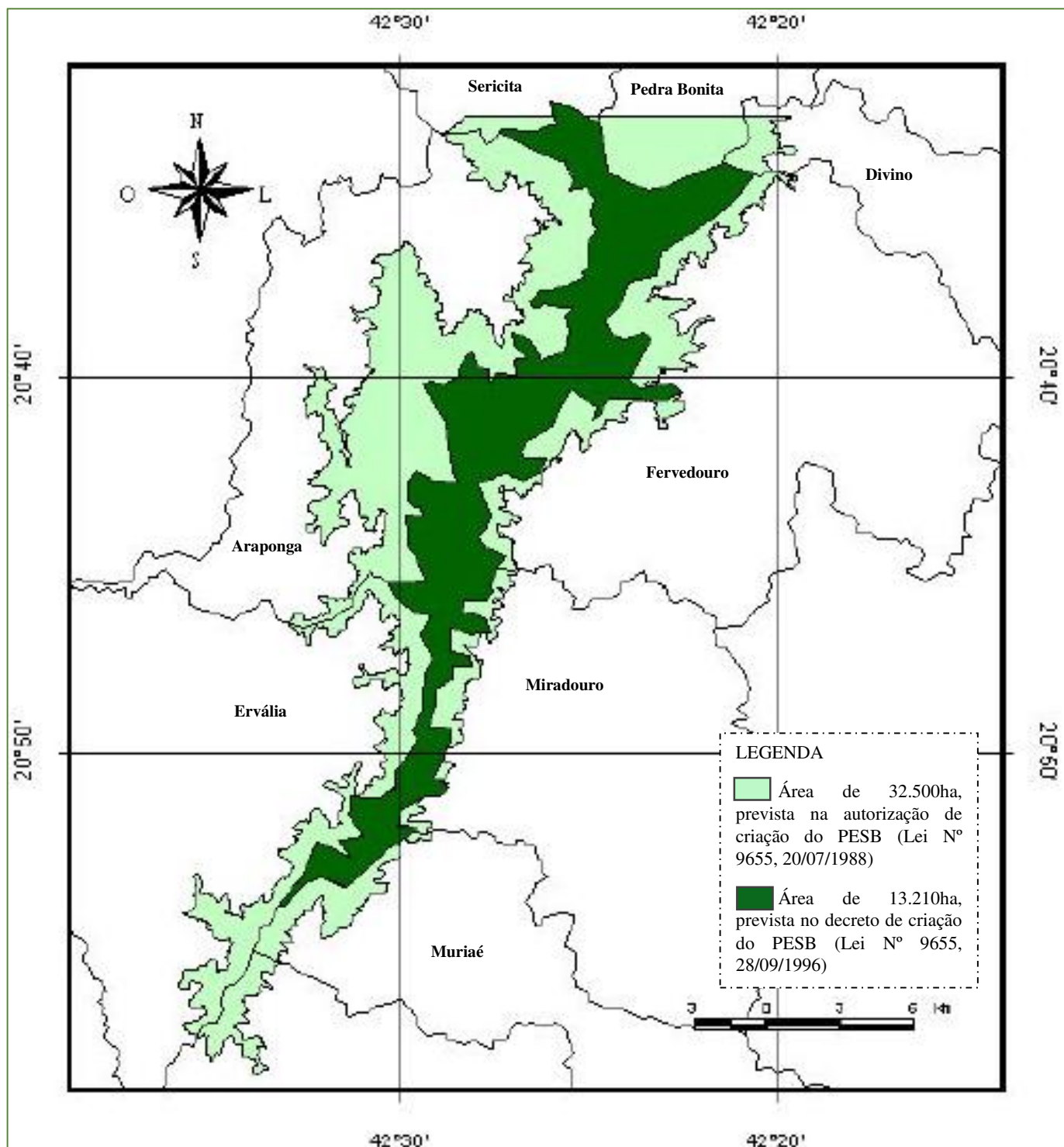
O Mapa 3 mostra a área dos limites definidos para o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (13.210ha), após o processo participativo realizado com as comunidades, e a área prevista na lei que autorizava sua criação a partir da Cota Mil (32.500ha), demonstrando um recuo no projeto inicial e o protagonismo adquirido pelas populações sobre seu território ao longo do processo de implantação do PESB. O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro é criado em setembro de 1996 (Decreto nº 38.319) em um contexto histórico ambientalista diverso ao

²⁶⁸ Informante 14. *Op. Cit.*

²⁶⁹ GJORUP, *Op. Cit.*, p.59

²⁷⁰ Informante 16. *Op. Cit.*

seu momento da sua primeira proposição pelos professores do Departamento de Engenharia Florestal da UFV em 1976, vinte anos antes.



MAPA 3 – Área legalmente autorizada para criação do PESB em 1988 sobreposta pela área definida no decreto de criação do PESB em 1996 (CTA-ZM *Apud* PRAÇA, p.57 - com adaptações)

Mas, o fator preponderante do cesso ao conflito inicial foi a não desapropriação de nenhum morador confrontante ao PESB sem acordo preestabelecido²⁷¹:

tava peganu muita área produtiva, aí quê que aconteceu, aconteceu que empurraru mais pra cima, pra num pegá área produtiva de ninguém. Portanto, o parque tá dentro de oito município e tinha só dois moradô dendele, que é a na Fazenda Brigadeiro e aqui perto da portaria, conseguiu desapropriá êis²⁷²

O mapa atual do parque é definido, segundo um dos informantes, como “*todo Chei de caracocó*”, sem nenhuma área produtiva dentro dele, por que “*o camarada, a pessoa leva um tempo pra foimá um pasto, agora cê chega e bate uma linha e passa e corta o pasto dele pa dento do parque*”. E conclui: “*num é justo, né?*”²⁷³.

2.3 – O Sociambientalismo e a Engenharia Florestal da UFV

Neste ponto, analisaremos como as ideias socioambientalistas entraram nas discussões acadêmicas e na produção científica do Departamento de Engenharia Florestal (DEF), onde, até o começo da década de 1980, predominavam as ideias dos *fazedores de florestas*, com a produção de florestas homogêneas de eucaliptos, associadas ao *conservacionismo curupira*. Para alcançarmos esse objetivo, fizemos um levantamento quantitativo dos temas das monografias produzidas no DEF entre os anos de 1985 e 2003²⁷⁴. Nossa hipótese é que os temas das monografias acompanharam as tendências e discussões

²⁷¹ Esta questão, que passa por um debate fundiário nas áreas das UCs, é um problema histórico no Brasil e vem ocorrendo desde a criação do Parque Nacional do Itatiaia em 1937, com prejuízos para a política conservacionista, para o erário e para o patrimônio público. A falta de regularização fundiária fragiliza tanto a UC, como o proprietário/morador da área não regularizada. Levando, este último, à impossibilidade de utilização dos recursos existentes na sua propriedade e, em muitos casos, à sabotagem da Unidade de Conservação pela falta de empatia com a mesma. In: Parques Nacionais Brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. In: ROCHA, Leonardo G. M. da; DRUMMOND, José Augusto; GANEM, Roseli Senna. “Parques Nacionais Brasileiros: problemas fundiários e alternativas para sua resolução”. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 205-226, jun. 2010.

²⁷² Informante 16. *Op. Cit.* As desapropriações citadas foram negociadas sem conflitos com os proprietários, segundo o informante.

²⁷³ Informante 16. *Op. Cit.*

²⁷⁴ A escrita da monografia de fim de curso do DEF foi o requisito para a obtenção do grau de engenheiro florestal desde a criação da Escola Nacional de Florestal em 1960. Informou-nos, no entanto, o professor Wantuelfer Gonçalves que, ao reunir as séries para produção dos resumos monográficos bienais, a monografia mais antiga arquivada no DEF datava de 1985. In: Informante 21, homem de 65 anos. Entrevista realizada na cidade de Araponga por Carolina Gonçalves em 11 de agosto de 2019. Tal lacuna documental, no entanto, não compromete nossa análise, uma vez que as discussões socioambientalistas mostram-se numericamente insignificantes em relação a outras temáticas monográficas durante os cinco primeiros anos documentados (1985-1989), alcançando alguma progressão somente na década de 1990.

ocorridas no Brasil a partir da década de 1980²⁷⁵, visando a um reconhecimento crescente dos direitos reivindicados pelas comunidades do entorno das áreas protegidas. Em nível local, na cidade de Viçosa, as influências do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM)²⁷⁶ vão arrefecer essas discussões e trazer as populações rurais para o centro das decisões políticas.

Na sua primeira fase de atuação, o CTA-ZM buscou sensibilizar e envolver outras organizações e pessoas, passando a integrar o *Projeto de Tecnologias Alternativas*, em uma rede nacional de intercâmbio e ajuda mútua. Assim, buscaram formar redes de atuação dentro da estrutura acadêmica da UFV, aproximando profissionais que atuavam nas ciências agrárias (Departamento de Solos e Engenharia Florestal, por exemplo) à sua filosofia de atuação:

Então, a gente precisa, ... tem uma demanda lá do agricultor, lá em solos, o pessoal não sabia... até porque eles não aprenderam agroecologia na universidade. Por mais que eles dissessem: ‘ah, nós somos contra’, contra mas também não tinha nada. Bom e aí? Mas, você tinha lá um professor interessante (...). Então, a gente pegava esse cara e trazia e passava a ser um aliado e ia trabalhando. (...) E foi se constituindo esta rede²⁷⁷

O relato de um morador de Praia Danta, no Município de Araponga, destaca o papel desempenhado pelo CTA-ZM na aproximação entre as comunidade do entorno da Serra do Brigadeiro e os cientistas/pesquisadores que buscavam atuar na região desde a década de 1980:

Antes não tinha relação na verdade... antes da criação do CTA e nisso eu falo, que a universidade devia de, pelo menos, valorizar e ver que CTA teve esse papel muito importante de fazê com que as pessoas tivessem a coragem de participar de conversas com pessoas dessa área científica. O povo muito falava “hum, hum”, o povo não conversava

²⁷⁵ Esses aspectos já foram tratadas no Item A da Introdução de forma a analisar as discussões entre conservacionistas e socioambientalistas a partir do final da década de 1970.

²⁷⁶ Embora façamos uma inflexão na busca de elementos locais e regionais que justifiquem as mudanças epistemológicas que ocorreram no Departamento de Engenharia Florestal, como analisaremos adiante nos temas das monografias defendidas nesse departamento, é inegável a influência de movimentos mais amplos, nacionais e internacionais que expliquem tais mudanças. Em nível nacional, por exemplo, discutia-se a implementação das políticas ambientais que foram previstas na Constituição de 1988 e a repercussão destas nas comunidades que dependiam das florestas para sua sobrevivência - o uso sustentável dos recursos - intensificou-se a defesa das comunidades tradicionais e da diversidade sociocultural em associações e institutos: “Entre os socioambientalistas, o Instituto Socioambiental, surgido em 1994, tem se destacado no mapeamento da diversidade socioambiental e da biodiversidade brasileiras. Atua principalmente na defesa dos povos indígenas, quilombolas e populações consideradas tradicionais e de seus conhecimentos relacionados com o manejo dos recursos naturais” (FRANCO et DRUMMOND, 2012, *Op. Cit.*, p.362). Em nível internacional, a ECO-92, desde sua preparação, marcou uma mudança de postura internacional em relação a Conferência de Estocolmo (1972), quando as teorias neomalthusianas justificavam as críticas do norte desenvolvido aos países do sul em desenvolvimento. Em 1992, na Cidade do Rio de Janeiro, os países em desenvolvimento defenderam uma agenda própria, mais voltada para formas de desenvolvimentos regionais e sustentáveis. *In: SAAVEDRA, Op. Cit.*, p.183-193.

²⁷⁷ Relato de membro do CTA-ZM na década de 1980. *In: MAFRA, Flávia Luciana Naves. Práticas, Poder e Perspectivas em Reconstrução: um olhar sobre a trajetória da experiência agroecológica de Araponga, Minas Gerais. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, UFRRJ, 2006. p.8.*

com gente formada, não. E, a partir daí, que quando apareceram esses formado que fala maluco da universidade federal é que, procurando a gente pa conversá. Qué dizê, não foi uma coisa fácil, mas abriu as porta!²⁷⁸

O Centro de Tecnologias Alternativas vai buscar influenciar, portanto, a atuação de pesquisadores da UFV, fazendo surgir nas discussões acadêmicas e nos projetos de pesquisas ligados à universidade os temas e práticas socioambientais. As influências podem ser notadas nas monografias desenvolvidas no Departamento de Engenharia Florestal. Os Resumos Monográficos do DEF²⁷⁹, apresentados por Wantuelfer Gonçalves e Haroldo Paiva, nos permitiu elaborar uma tabela de dados demonstrativos dos temas monográficos. Nos dois primeiros monográficos, os dados são organizados por biênios (1985-1986 e 1987-1988), a partir de 1989 começam a ser apresentados por triênios (1989-1991, 1992-1994, 1995-1997, 1998-2000, 2001-2003). Destacamos na Tabela 2 os nove temas que mais se apresentaram nas monografias, sendo que os temas menos frequentes foram incluídos na categoria “Outros”.

Nas 794 monografias apresentadas entre os anos de 1985 e 2003, encontramos as seguintes temáticas: 18% Espécies Exóticas (eucalipto, pinus e outras); 17,6% Empresas Florestais; 15% Matas e Essências Nativas; 11% Unidades de Conservação (manejo, educação ambiental, ecoturismo, APPs, RPPNs, DRP²⁸⁰, planejamento participativo e controle do uso do fogo), 7% Pragas, Saúvas e Inseticidas; 6,5% Reflorestamento, Sementes e Mudas; 5,4% Paisagismo e Espécies Ornamentais; 3% Agroflorestas e Agrosilviculturas e 2,6% Recursos Hídricos, Matas Ciliares e Bacias Hidrográficas.

Vale destacar aqui que a escolha das monografias de fim de curso para analisar as influências dos debates socioambientalistas no DEF em detrimento às dissertações de mestrado e às teses doutorais, deveu-se ao fator quantitativo e à circulação de ideias na etapa formativa da graduação. Entre as 794 monografias que foram categorizadas na Tabela 2 e no Gráfico 3, foi-nos apresentado um debate acadêmico e científico amplo em termos de temáticas, o que não ocorreria proporcionalmente nas dissertações e teses que, via de regra, encaixam-se em linhas de pesquisa já consolidadas e mais herméticas a debates em formação. Também, afirma o

²⁷⁸ Informante 18. *Op. Cit.*

²⁷⁹ GONÇALVES, Wantuelfer, PAIVA, Haroldo Nogueira de. **Resumos Monográficos**: engenharia florestal, UFV. Viçosa: Editora UFV. (1985-1986); (1987-1988); (1989-1991); (1992-1994); (1995-1997); (1998-2000); (2001-2003).

²⁸⁰ Segundo CHAMBERS, 1994 *Apud* BARBOSA: “O Diagnóstico Rural Participativo é um conjunto de técnicas participativas e icônicas que favorece a integração de populações não ou pouco letradas no processo de criação do conhecimento e na tomada de decisões”. BARBOSA, Willer Araújo. *Cultura Pura e Educação Popular no Município de Araponga, Minas Gerais: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente*. Tese de Doutorado. Departamento de Educação, Florianópolis: UFSC, 2005. p.104.

professor Wantuelfer Gonçalves, nos anos de 1980 o Departamento de Meio Ambiente²⁸¹ começou a ser muito demandado para orientações de monografias, tornando-se um departamento muito ativo desde essa época:

Até então, o pessoal não ligava muito pra meio ambiente, isso coincidiu mais ou menos quando o meio ambiente passou a ter uma procura, passou a uma preocupação maior. E aí, os alunos se preocupavam com meio ambiente, os professores acataram as questões dos alunos e começaram a desenvolver muita monografia nessa área²⁸²

Os temas relativos à conservação da natureza e uso dos recursos naturais começam a ganhar espaço nas monografias do DEF na década de 1990 (Gráfico 3), período que coincide com a atuação do CTA-ZM na região de Viçosa e, de forma específica, nas comunidades da Serra do Brigadeiro. Os recursos hídricos, incluímos nesta categoria também as matas ciliares, tiveram um tímido crescimento em meados dos anos de 1990, valendo ressaltar, contudo, que tal crescimento foi voltado para discussões de uma realidade local da cidade de Viçosa – a recuperação do Ribeirão São Bartolomeu. As monografias dedicadas aos impactos ambientais e à recuperação de áreas degradadas analisaram majoritariamente os impactos da mineração, propondo o plantio de florestas para recuperar a degradação causada pelas mineradoras. Já os temas que relacionam os solos às florestas²⁸³, embora com um percentual pequeno entre as monografias, reflete uma tendência central na proposição do CTA-ZM em suas intervenções junto às comunidades rurais a partir dos anos de 1990 na Zona da Mata Mineira, como se pode observar na tecnologia alternativa do CCCC: Calda, Composto, Curva de Nível e Cobertura Morta²⁸⁴. Sem embargo, nos temas relacionados às Unidades de Conservação, foi onde encontramos a maior variedade de propostas para o uso sustentável dos recursos naturais, passa-se a propor a valorização dos conhecimentos das comunidades locais, a gestão compartilhada das UCs e a elaboração de Planos de Manejo Participativos.

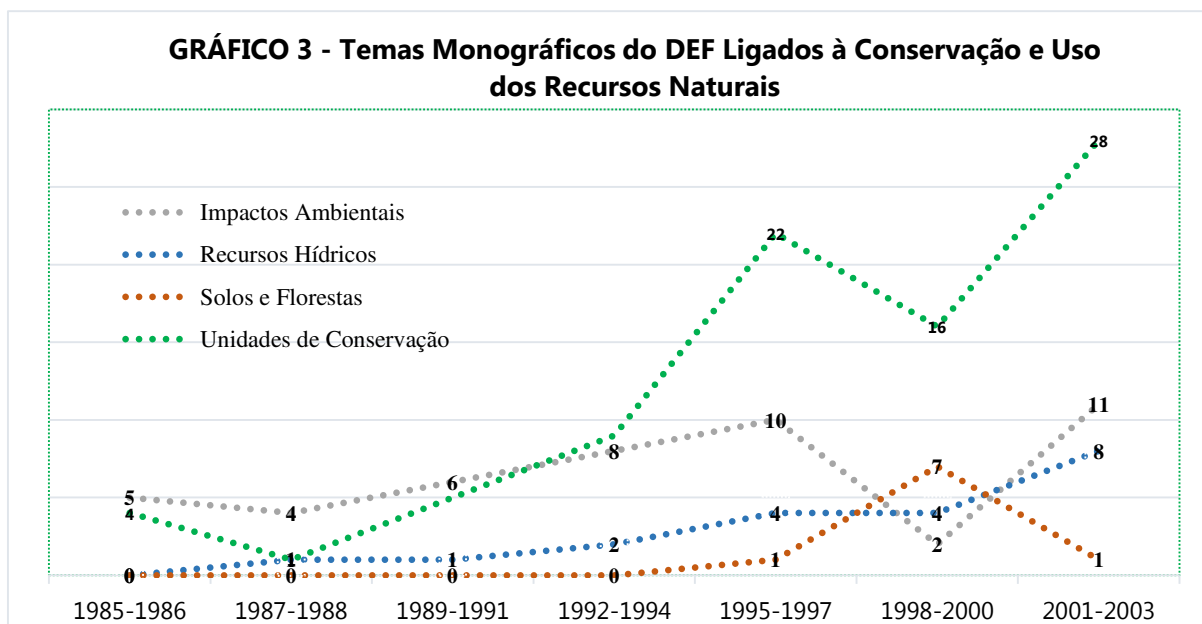
²⁸¹ Naquele momento, o DEF estava dividido em quatro áreas: Silvicultura, Tecnologia da Madeira, Manejo Florestal e Meio Ambiente.

²⁸² Informante 21. *Op. Cit.*

²⁸³ Não destacamos esse tema na TABELA 2 em coerência ao critério quantitativo que utilizamos na elaboração da mesma. No Gráfico 3, no entanto, enfatizamos o tema para que se vislumbre a visão orgânica que se inicia no DEF nos processos de recomposição florestal, fruto de parcerias com o Departamento de Solos da UFV e com o CTA-ZM.

²⁸⁴ *In:* <https://ctazm.org.br/pagina-historico>

TABELA 2 - TEMAS DAS MONOGRAFIAS	TOTAL DE MONOGRAFIAS DEFENDIDAS POR BIÊNIO E TRIÊNIO							TOTAL POR TEMA	
	1985-1986	1987-1988	1989-1991	1992-1994	1995-1997	1998-2000	2001-2003	TOTAL	%
Eucaliptos, Pinus e Outras Essências Exóticas	23	29	25	22	17	10	15	141	18%
Empresas Florestais (Madeira, Carvão, Celulose)	09	23	16	10	26	27	29	140	17,6%
Matas e Essências Nativas	30	24	18	20	07	10	11	120	15%
UCs (Manejo, Educação Ambiental, Ecoturismo, APPs, RPPNs, DRP, Planejamento Participativo, Uso e Controle do Fogo)	04	01	05	09	22	16	28	85	11%
Pragas, Saúvas e Inseticidas	08	06	04	10	12	07	07	54	7%
Reflorestamento, Sementes e Mudanças	02	11	05	13	05	06	09	51	6,5%
Impactos Ambientais, Recuperação de Áreas Degradadas	05	04	06	08	10	02	11	46	6%
Paisagismo e Espécies Ornamentais	-	02	05	04	16	08	07	42	5,4%
Agroflorestas e Agrosilviculturas	04	03	02	05	04	01	03	22	3%
Recursos Hídricos, Matas Ciliares e Bacias Hidrográficas	-	01	01	02	04	04	08	21	2,6%
Outros	06	10	13	03	11	21	08	72	7,9%



Nas monografias sobre o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, os principais recortes temáticos foram: a composição florística da serra, O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) nas comunidades do entorno do PESB, os sistemas agroflorestais e suas potencialidades socioeconômicas, a interpretação de trilhas, o potencial turístico do PESB, a gestão participativa, o plano de manejo sustentável e o controle do uso do fogo. Nestas monografias, as comunidades do entorno da Serra do Brigadeiro passavam a ser consideradas atores centrais no processo de conservação da biodiversidade. Argumentamos aqui que a fixação, a valorização, o fortalecimento e a melhoria da qualidade de vida das famílias de agricultores, juntamente com a adequação de suas práticas aos objetivos das áreas legalmente protegidas, são componentes imprescindíveis para o sucesso da conservação biológica²⁸⁵

Assim, as formas de uso e manejo tradicionais do solo e das florestas passaram a ser utilizados no processo de implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e na elaboração do seu Plano de Manejo, sendo fruto, dentre outras coisas, da relação diacrônica do CTA-ZM com o Departamento de Engenharia Florestal, Departamento de Solos, Departamento de Educação e o Departamento de Biologia Vegetal da Universidade Federal de Viçosa. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola (FAFILE)²⁸⁶ também foi artífice no processo de criação do PESB, sobretudo nos levantamentos de espécies animais e vegetais da

²⁸⁵ WERTER, Martin ... et al. "Vozes da Permanência: a conservação ambiental alcançada com o sistema da agrofloresta" In: STEENBOCK, Walter (Org.) ... et al. **Agrofloresta, Ecologia e Sociedade**. Curitiba: Editora Kairós, 2013. p.391.

²⁸⁶ Atual UEMG – Carangola.

Serra do Brigadeiro, sendo, no entanto, reticente em relação a reformulação da área inicial do parque para atender as demandas das comunidades do seu entorno²⁸⁷.

2.4 – O Planejamento Participativo e a voz das comunidades no Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro

A participação das comunidades na criação da UC na Serra do Brigadeiro foi um fato inédito e exitoso na história da conservação no Brasil, passando a ser utilizado como modelo para outras experiências similares²⁸⁸. Uma vez demarcados os limites do PESB, com base no uso da terra, restava ainda a elaboração das regras para sua gestão e manejo. No ano de 1997, inicia-se um processo de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) para analisar o ponto central do manejo e gestão dos recursos naturais da Serra do Brigadeiro: como minimizar as pressões antrópicas e conservar a biodiversidade daquele remanescente florestal de Mata Atlântica, sem comprometer, no entanto, a integridade e dignidade da população local?²⁸⁹

Os DRP foram realizados com o intuito de se entender as demandas da comunidades e criar alternativas para sua viabilidade, evitando que o caráter restritivo e punitivo do uso dos recursos naturais no entorno do PESB fosse mais urgente que tais demandas²⁹⁰:

Aqui teve muita gente do sindicato, foi através do sindicato e o CTA. O sindicato e o CTA foi as duas força que uniu e ajudô defendê (...) fazia uma reunião aqui, outra lá embaixo, pra sabê do quê que o povo vivia – o povo vivia daqui. Então dizia: não pode tirá um pau, não pode tirá uma taquara, como é que vamu arrumá... um chorava praqui, outro chorava prali, mas hoje tá todo mundo rino²⁹¹

Os levantamentos realizados naquele momento subsidiaram a elaboração do Plano de Manejo da UC, na medida em que apresentaram alternativas mais concretas e factíveis em relação aos impactos do uso dos recursos naturais pelas comunidades rurais da Serra do

²⁸⁷ Um dos nossos informantes relatou o descontentamento dos professores da FAFILE em relação à mudança da área inicial proposta para o PESB. Segundo ele, foi na Audiência Pública realizada pela Assembleia Legislativa de Minas (Muriaé, 1994), onde os agricultores exigiram participar no processo de criação do parque e forçaram os Deputados a tomarem posição, que evidenciou-se tal descontentamento.

²⁸⁸ *In: MAFRA, Op. Cit., p.7.*

²⁸⁹ Questão formulada a partir das proposições de Verônica Bonfim na sua tese de doutorado apresentada ao DEF em 2006. *In: BONFIM, Verônica Rocha. Conflitos, Participação e Lições Aprendidas no Processo de Criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG. Tese de Doutorado, Departamento de Engenharia Florestal. Viçosa: UFV, 2006. p.45.*

²⁹⁰ *BONFIM, 2006, Op. Cit., p.2.*

²⁹¹ *Informante 14. Op. Cit.*

Brigadeiro: as demandas por taquaras, madeiras para mourões e construção, água, trilhas, etc.²⁹²
Somente a partir dos dados levantados no diagnóstico pôde-se, então, elaborar estratégias para o uso sustentável dos recursos naturais:

Considerando a importância do trabalho produtivo para a construção das relações entre os moradores das comunidades rurais e a natureza, então a questão da sustentabilidade na produção econômica das famílias pode representar oportunidade de promover uma postura crítica a respeito do trabalho produtivo, buscando, a partir daí, estabelecer junto com os moradores, a ideia de sustentabilidade dessas relações²⁹³

As parcerias entre o CTA-ZM e os Sindicatos Rurais dos municípios do entorno, além dos Departamentos de Solos, Engenharia Florestal e de Educação da UFV, na implantação dos Serviços Agroflorestais (SAF) como alternativa agroecológica na região da Serra do Brigadeiro, aglutinavam as experiências participativas das comunidades confrontantes ao PESB. Muitas dessas experiências mantiveram os agricultores da região utilizando e produzindo recursos naturais em parceria com a Mata Atlântica, promovendo, lenta e gradualmente, a recuperação dos solos, das matas e aumentando sua produção,

Isto porque a agroecologia trata do agroecossistema como um todo: busca a harmonia dos ciclos dos nutrientes no sistema solo-ar-planta, dos processos energéticos e biológicos com as relações sócioeconômicas. Se preocupa com os aspectos metodológicos para a formação e consolidação do conhecimento, promovendo a articulação do conhecimento científico e saberes tradicionais²⁹⁴

Embora o CTA-ZM continuasse incentivando e apoiando os agricultores na implantação dos SAF, comprovando empiricamente que não havia contradição entre o uso dos recursos naturais e a preservação da Mata Atlântica²⁹⁵, havia a necessidade de que estes agricultores se mantivessem nas discussões sobre a implantação do parque, especificamente na elaboração do seu Plano de Manejo. O esvaziamento participativo seria um risco da perda de

²⁹² Informante 14. *Op. Cit.*

²⁹³ MELLO, Cláudia de Carvalho. Educação Ambiental no Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, Departamento de Extensão Rural. Viçosa: UFV, 2002. p.90.

²⁹⁴ SOUZA, Helton Nonato. Sistematização da Experiência Participativa com Sistemas Agroflorestais: rumo à sustentabilidade da agricultura familiar na Zona da Mata Mineira. Dissertação de Mestrado. Departamento de Solos. Viçosa: UFV, 2006. p.2. Ainda nos dias atuais, notam-se os frutos plantados pelos SAFs, quando um agricultor faz uma análise de como é a sua relação com a terra: “*Não tem terra ruim, tem terra mal trabalhada, que a terra é uma só e quem caba coa terra como nós, que a terra dá o sustento pra nós, nós vevi da terra, mas ela também tem de alimentá*” (Informante 14, *Op. Cit.*)

²⁹⁵ TEIXEIRA, Maria do Carmo Couto. “Relações Socioambientais em Área de Preservação Ambiental”. Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, Bahia, 1 a 4 de junho de 2008. p.13.

conquistas dos anos anteriores²⁹⁶. Assim, propõe-se a elaboração participativa do Plano de Manejo do PESB:

Após a criação do Parque, o próximo passo é a elaboração do Plano de Manejo de forma participativa que, assim como no processo de criação, de forma a manter vivos os anseios e expectativas da comunidade do entorno, da comunidade científica e do órgão gestor, ao mesmo tempo em que se garantisse a observância da legislação específica

Articuladas pelo CTA-ZM, diversas entidades começam a organizar a elaboração de um simpósio para discutir-se o Plano de Manejo do PESB e elaborar uma proposta inicial. Nas reuniões preparatórias, definiram-se três objetivos gerais para o evento: examinar a situação do parque e seu entorno; propor diretrizes para as ações prioritárias e cronograma para elaboração do plano de manejo e estabelecer um mecanismo participativo para elaborar e implementar tal plano. Definiu-se que haveria participantes com as funções distintas de delegados e observadores, estes últimos enriqueceriam o debate, mas sem direito a voto em plenária.

Um líder comunitário morador das proximidades da Fazenda do Brigadeiro, expressa as inquietudes que apresentou após três dias de sucessivas reuniões e atividades no Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM) em Viçosa. Seu relato deixa claro que os participantes do entorno da serra não se sentiam contemplados e escutados de fato e que as atividades lúdicas de grupo, aplicadas na metodologia do CTA-ZM naquele momento, ainda não haviam levado a uma abertura para o diálogo. Expressa ainda que a dificuldade de diálogo notada naqueles debates, nos quais os representantes do entorno da serra, entendidos como meia dúzia de gente, pouco ou nada falavam, impossibilitaria a implantação efetiva da Unidade de Conservação; que levaria ele para sua comunidade? - questiona o informante:

Êis falô: mais num pode mexê no parque, aí no dia queu fiquei três dia queu tava lá (...) Tinha três dia queu tava no CTA, passei a noite que num pude durmi, quês num queria que mexesse com nada. Falei assim: gente mas cumé que pode, nós precisa do milhu, nós precisa do feijão. Nós precisa da água, que a água é vida, mas nós precisa da taquara, fazê balai, quebrá milhu, fazê penêra. Aí, cheguei lá e falei assim: oh, gente... aí oiô aquela tuima toda, três dia que tava lá fazendo aqueles trem. **Eis fizeram uma teia de aranha, nós num podia falá nada, era**

²⁹⁶ FONTES, *Op. Cit.*, p.3. Verônica Bonfim nos aponta que houve um período de letargia nas discussões do Plano de Manejo do PESB entre 1998 e 1999, além de um incêndio de grandes proporções causado acidentalmente por um agricultor familiar, que causou uma desconfiança ainda maior do IEF em relação ao uso dos recursos naturais da Serra do Brigadeiro.

só do jeito quês queria. Aí cheguei e falei: gente, cês vai me desculpá, treis dia queu tô aqui e num vô levá nada pa minha comunidade. Ocês acha que nós num pode paiticipá, sem noizi é difiçu... sem nós, que diz ês que era só meia dúzia de gente²⁹⁷

As dificuldades de comunicação entre o meio acadêmico (técnicos e pesquisadores) e as comunidades também foram retratadas por outro informante, morador de Praia Danta que participou dos processo de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro em todas as suas etapas. Segundo ele:

Desde início, a gente tava na discussão da criação. O que mais a gente implicou naquela época foi o parque ser criado a partir de cotas, né? Foi aí que a gente corrê atrás, com o negóçu do diagnóstico que fez aqui pra tirá bandêra de luta pro sindicato e apareceu moradores do entorno falando isso. Agora... que dentro das bandêra de luta, uma delas era melhorá o solo, chamava “Comissão Terra Forte”, que era pa melhorá o solo.... e êis falô: agora eu vô melhorá meu solo pra deixa pra bicho. Mas, por que vai melhorá pra bicho? Por que o parque vai tomá aquele trem tudo nosso. Então foi quando começamos a corrê atrás de melhores informação²⁹⁸

De 10 a 14 de junho de 2000, portanto, é realizado na UFV o simpósio “Contribuições para Elaboração do Plano de Manejo Integrado e Participativo do PESB e Entorno”. Neste simpósio participaram 129 pessoas, entre homens e mulheres de diversas associações ambientalistas, representantes de outras UCs (com destaque para Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá), Instituto Estadual de Florestas, EMATER, departamentos da UFV (Biologia, Educação, Florestas, Solos e Economia Doméstica), prefeituras regionais, Polícia Florestal, grupos de agricultura alternativa, sindicatos de trabalhadores rurais e representantes das comunidades do entorno do parque.

Os grupos de estudo do simpósio, moderados por pessoas externas ao processo, foram cinco, contemplando tantos os fatores bióticos e abióticos, como os aspectos socioambientais do entorno da serra e seus usos e potencialidades, além da operacionalização e estrutura de gestão do PESB. Esses grupos foram compostos pelos membros das associações e entidades presentes e pelos representantes de comunidades, debatendo os assuntos pertinentes e elaborando uma relatório diário dos debates.

²⁹⁷ Informante 15, homem de 82 anos. Entrevista realizada na Estrada da Fazenda do Brigadeiro, Estouro, Araponga, por Adailton Damião dos Santos em 19 de julho de 2019.

²⁹⁸ Informante 18, *Op. Cit.*

Vale destacar aqui a participação da representante da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (DRS-Mamirauá) relatando a experiência participativa da população da várzea daquela UC na elaboração de seu plano de manejo. A representante expõe o processo de criação da estação Ecológica em 1990 e os problemas trazidos às populações ribeirinhas, com a proibição do uso dos recursos naturais, que tradicionalmente utilizavam para sua sobrevivência. A entidade Prelazia de Tefé, ligado ao “Movimento de Preservação dos Lagos”, realiza uma mobilização com os pescadores similar ao que o CTA-ZM realizou na Serra do Brigadeiro, colocando-os no centro das discussões sobre o destino do seu território. Após muita resistência em relação à participação popular, sobretudo de comerciantes predadores das florestas e políticos que tiravam vantagens eleitorais da carência da população, cria-se a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Após o longo período de debate da SNUC, as RDS são reconhecidas como uma categoria de Unidade Conservação. A participação da população foi gradativa e, na medida que crescia, percebiam conquistas ou surgia um novo conflito. Por fim, a elaboração do plano de manejo da RDS Mamirauá contou com a participação popular e aprovou ações que visavam ao uso sustentável dos recursos, valorizando o conhecimento dos protagonistas (os ribeirinhos) e definindo o papel e as obrigações dessas populações para manter o equilíbrio ecológico no seu território. Surge, a partir daquele momento, uma categoria nova de Unidade de Conservação.

As lições aprendidas, tanto no caso de Mamirauá, como nos relatos de biólogos, educadores, engenheiros florestais, especialistas em solos, sindicatos rurais, associações, entidades conservacionistas, Comunidades Eclesiais de Base, serviram para que se definissem as regras de funcionamento do PESB.

Na Plenária Final, deliberou-se sobre todas as propostas formuladas nos grupos e aprovou-se um relatório final, com decisões importantes para a implantação efetiva da UC, tal como a criação do Conselho Consultivo do PESB. Este conselho deveria ser constituído com o máximo de representatividade possível, incluindo a população do entorno. Também definiu-se que esta população deveria participar de toda e qualquer decisão que influenciasse direta ou indiretamente suas vidas²⁹⁹.

O Simpósio foi um momento de troca de experiências e de debate de ideias e ideais; uma debate amplo, fruto do amadurecimentos das associações que já estavam em campo, em diálogo com os agricultores³⁰⁰. Também foi um momento para que as comunidades do entorno

²⁹⁹ FONTES, *Op. Cit.*, p.125.

³⁰⁰ BONFIM, *Op. Cit.*, p.46.

do PESB, por meio dos seus representantes, formulassem questões em que as suas vivências e saberes fossem incluídas na gestão e manejo do seu território, historicamente construído.

Mas, a implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro é um processo que segue em curso, mesmo após a finalização do Plano de Manejo em 2006, pois, como afirma um funcionário do parque: “*a Unidade de Conservação está sempre sendo implantada*”³⁰¹ e é um processo contínuo que está ligado à própria existência de qualquer Unidade de Conservação.

A Serra do Brigadeiro teve seu encontro com a política desenvolvimentista dos governos de Minas Gerais e do Brasil ainda na década de 1950, tendo sido exaustivamente explorada durante as quase duas décadas em que a Companhia Agroflorestral, empreiteira da Companhia Belgo Mineira, atuou na região. Nesse rincão da Zona da Mata Mineira, também notar-se-ia o *imperativo do desenvolvimento*, e sua cobertura vegetal de Mata Atlântica estaria fadada a virar carvão para alimentar os altos-fornos da siderurgia mineira. Com ela também seriam dizimados outros seres vivos, partícipes do equilíbrio ecossistêmico da região; a onça sumiu, o tatu desapareceu, das antas não se tem mais notícias. Como afirma um morador do Pico do Boné (Araponga): *fugiru pra ôtros lado, que êis num são bobo!* E o ser humano? Este último passou a trabalhar quase que exclusivamente para pagar o alimento comprado no armazém do Companhia, entre um vale e um contravale. O machadeiros, sem nenhuma garantia trabalhista, cortavam árvores e picavam toras o dia todo, enquanto o impressionante teleférico levava os feixes de lenha de um lado para o outro da serra; oito fornos a céu aberto carbonizavam a lenha sem cessar. Este era o cenário encontrado pela Polícia de Vigilância Rural de Viçosa ao chegar na região do Pico do Boné pelos eidos de 1969; uma calamidade ambiental anunciada na degradação em processo. Embargada, a Companhia foi buscar carvão em outras paragens, deixando, por onde as hábeis mãos dos machadeiros e o teleférico não alcançaram, umas poucas árvores majestosas de pé. Sem embargo, menos de uma década depois, a resiliente floresta voltava a ocupar as áreas da Fazenda Brigadeiro e do Pico do Boné, despertando a curiosidade dos professores da Escola Superior de Florestas da UFV. Propõe-se, assim, a transformação da Serra do Brigadeiro em parque estadual. A longa trajetória, que vai da proposição do parque

³⁰¹ Informante 17, homem de 56 anos. Entrevista realizada na Sede do PESB, Serra das Cabeças, Araponga, por Adailton Damiano dos Santos em 20 de julho de 2019.

(1976) à consolidação do seu Plano de Manejo (2006), é repleta de memórias e lutas das comunidades do entorno da serra em coexistência temporal com outras lutas no campo e nas cidades brasileiras por direitos sociais e ambientais. No caso específico dos moradores da Serra do Brigadeiro, a luta era pela terra e pelo uso dos recursos da mata, luta essa encampada pelos socioambientalistas, muitos deles membros do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, outros dos Departamentos de Engenharia Florestal, Solos e Educação da UFV. Com a criação do parque autorizada em 1988, começariam, no início da década de 1990, as intervenções nas comunidades para definição das áreas da Unidade de Conservação, mas os limites definidos a partir da Cota Mil esbarrariam em mais de quatrocentas famílias. Após um longo debate, do qual participaram cientistas, ecologistas, membros da Igreja Católica, agricultores, educadores, o parque é criado e os agricultores são mantidos nas suas terras. Mas estes últimos ainda se “meteram” na elaboração das regras para o manejo daquelas florestas, opinando e participando das tomadas de decisão, pois, afinal de contas, aquele era seu território ancestral – o território da Serra dos Arrepiados.

CAPÍTULO 3 – A Identidade do *Povo da Mata* e as Políticas Territoriais na Serra dos Arrepiados

A primeira coisa que foi roubada nossa aqui foi a terra, robô nossos pais e robô nossas terra (...) a terra é a liberdade

(Sr. Nenén Lupin)

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade

(Jacques Le Goff)

A categoria “território” é utilizada fundamentalmente pela geografia, tendo sido esse ramo científico o que promoveu os mais amplos debates conceituais em torno da mesma, reformulando historicamente sua semântica e aplicabilidade. Ao longo do século XX, *território* e *espaço geográfico* foram utilizados pelos geógrafos como sinônimos, “coisificando” o primeiro e entendendo-o como o próprio substrato espacial material (rios, matas, cadeias de montanhas, pastos e campos de cultivo, cidades e vilas); uma porção espacial circunscrita por fronteiras e limites³⁰². Essa leitura sobre território, embora pareça um descuido conceitual, deve ser historicizada, já que, dentre outras coisas, serviu ideologicamente para que fossem formuladas as bases dos Estados-nação, com seus “discursos-argumento” baseados na legitimidade dos territórios nacionais:

(..) tornou-se difícil descolar o emprego da palavra “território” das necessidades ideológicas específicas vinculadas à legitimação dessa fonte de poder (...) de total privilegiamento analítico-conceitual do “território pátrio”, do “território nacional”. Exercendo sua vasta soberania, geralmente, sobre vastas extensões da superfície da terra, um Estado-nação se manifesta, político-geograficamente, como um país, com seus recursos e riquezas. Exaltar esses recursos e essas riquezas, das jazidas de minério às belezas naturais, sempre fez parte do discurso legitimatório de qualquer Estado-nação, ao lado da insistência naturalizante sobre a “personalidade própria e indivisível daquele espaço³⁰³

A ruptura com essa noção “coisificante” de território é vislumbrada pelos geógrafos a partir dos anos de 1980, na conjunção dos conceitos de espaço e poder³⁰⁴. Assim, postulam que, na mesma medida em que o controle do espaço é um exercício de poder, o poder somente pode existir se associado a um determinado espaço de atuação. Com base nessa conjunção, o conceito de território é reformulado, passando a ser essencialmente um instrumento de exercício de poder espacialmente definido³⁰⁵.

Para Antônio Robert Moraes, o uso do conceito de território pode apresentar um “rico caminho” para as análises históricas, pois expressa combates e antagonismos entre interesses e projetos sociais. Uma vez que a história “(...) *se faz sobre e com o espaço terrestre*

³⁰² SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. 4ª Edição. p.9.

³⁰³ SOUZA, 2018, *Op. Cit.*, p.92.

³⁰⁴ Este último advindo, sobretudo, de trabalhos antropológicos e de reflexões filosóficas, que, embora não consensuais, convergem na ideia de que “*o poder não é uma coisa, algo que possa ser estocado*” e que o Estado não é o único a exercê-lo. In: SOUZA, 2018, *Op. Cit.*, p.79. Marcelo Lopes de Souza cita as influências de Michel Foucault, Gilles Deleuze & Félix Gattari, Hannah Arendt e Cornelius Castoriadis nessas reformulações no conceito de “poder”.

³⁰⁵ In: SOUZA, 2018, *Op. Cit.*, p.89.

(...) *toda formação social é também territorial, pois necessariamente se especializa*”³⁰⁶. Assim, postula o autor,

(...) enquanto a valorização do espaço aparece como horizonte teórico genérico da indagação, a formação territorial desenha-se como objeto empírico, o ajuste de foco naquela ótica de captar o movimento histórico (...) do ângulo epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território (...) Na historicidade plena dos processos singulares brota a possibilidade de indicar os agentes do processo, os sujeitos concretos da produção do espaço³⁰⁷

Contudo, problematiza Marcelo Lopes de Souza:

Insistir sobre o fato de que o que “define” o território é, acima de tudo, o poder, em nada justifica pensar que a abordagem ora advogada “negligencia” quer a materialidade do espaço, quer a dimensão cultural-simbólica da sociedade (...) O fato de se admitir que o território, na qualidade de uma projeção espacial de relações de poder, não deve ser confundido com o substrato não quer dizer, de jeito nenhum, que seja possível compreender e, mais ainda, investigar territórios concretos (sua origem e as causas de suas transformações ao longo do tempo) sem que o substrato espacial material do espaço social seja devidamente considerado³⁰⁸

Na Serra do Brigadeiro podemos notar como a materialidade do espaço interferiu na formação territorial, tendo sido a base para os discursos em defesa do seu ecossistema desde o final dos anos de 1970. Vale-nos aqui lembrar que, os planos iniciais para a delimitação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) tomavam como base a sua altimetria (a “Cota Mil”) e, mesmo após esses planos terem sido reformulados, como já analisamos no capítulo anterior, sua base continuou sendo a materialidade do espaço, dada pelos remanescentes contínuos de floresta. Mas, a valorização da materialidade do espaço foi apenas um ponto de partida para o Território da Serra do Brigadeiro, o que levou à territorialização desse espaço foram os “campos de força” elaborados a partir da proposição do parque, que mobilizaram vários *atores sociais*³⁰⁹ na luta pela continuidade do uso daquele espaço e onde as identidades das comunidades do entorno da serra dialogaram com projetos de política territorial do Governo Federal, a partir do ano 2003.

³⁰⁶ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005. p.47.

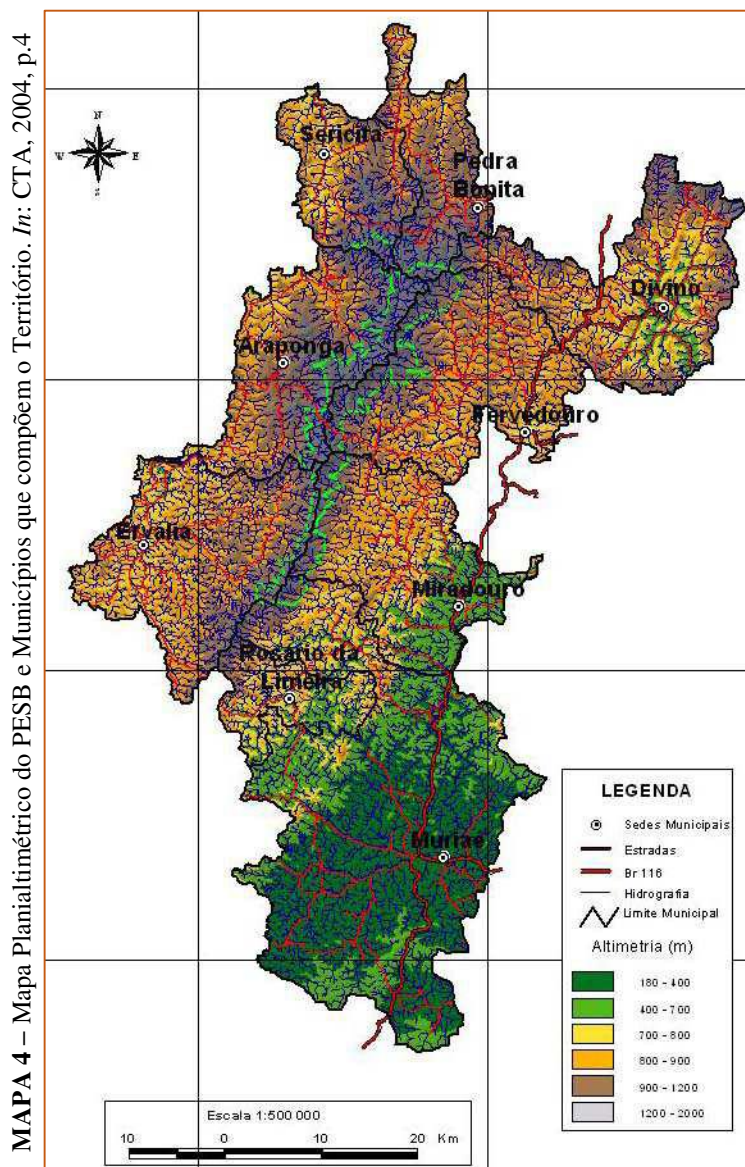
³⁰⁷ MORAES, 2005, *Op. Cit.*, p.45.

³⁰⁸ In: SOUZA, 2018, *Op. Cit.*, p.89 e 95.

³⁰⁹ Utilizamos aqui “atores sociais” na perspectiva de Claude Raffestin, entendendo que há um processo de produção do território e que esses atores são os que o produzem, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. In: RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p.7.

3.1 – Caracterização do Território Rural Serra do Brigadeiro

O Território Rural da Serra do Brigadeiro está localizado na porção norte da Zona da Mata de Minas Gerais e é composto pelos municípios de Araponga, Divino, Fervedouro, Ervália, Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita, Rosário da Limeira e Sericita. Abrange uma total de 2,944 Km², correspondendo a 8,4% da superfície da Zona da Mata mineira³¹⁰.



A Serra do Brigadeiro, extremo norte da Serra da Mantiqueira, divide o Território em duas bacias hidrográficas: a Bacia do Rio Doce (a oeste) e a Bacia do Rio Paraíba do Sul (a leste). O mapa acima (Mapa 4), elaborado para o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural

³¹⁰ CTA-ZM - (Órgão Executor). Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (Território Rural da Serra do Brigadeiro). Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, Junho de 2004. p.71.

Sustentável (PTDRS), demonstra a altimetria dos municípios do território (variando de 180 a 2000 metros em relação ao nível do mar) e os cursos d'água presentes em cada um desses municípios³¹¹. O mapa destaca, ainda, a rede de comunicação existente dentro do território, as estradas e rodovias, com destaque para a Rodovia BR 116 (popularmente conhecida como Rio-Bahia), cortando a parte leste do território, entre os municípios de Muriaé, Miradouro, Fervedouro e Divino.

Para caracterização econômica do Território Rural da Serra do Brigadeiro, realizado em 2004 pelo Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM), utilizou-se a base de dados do PIB (IBGE, 2000) dos nove municípios integrantes, demonstrando a predominância do setor de serviços (59,2%), seguido pelo setor da indústria (24%) e pelo setor da agropecuária (16,8%). Os dados indicam também a baixa taxa de industrialização dos municípios de Araponga, Sericita e Pedra Bonita, com mais de 40% da sua economia no setor agropecuário. Já nos municípios de Muriaé e Miradouro, o setor industrial apresenta predominância, enquanto o setor agrícola apresenta o menor percentual.

Municípios	Agropecuário	%	Industrial	%	Serviços	%	Total
Araponga	6.933	49	466	3,32	6.619	47	14.018
Divino	17.527	35	7.259	14,65	24.773	50	49.559
Ervália	10.892	29	6.069	16,38	20.083	54	37.044
Fervedouro	7.476	34	2.402	10,83	12.292	55	22.170
Miradouro	6.518	16	15.247	38,34	18.003	45	39.768
Muriaé	19.679	6	95.642	28,62	218.879	65	334.200
Pedra Bonita	10.274	49	514	2,44	10.312	49	21.100
Rosário de Limeira	3.231	31	1.796	16,97	5.559	53	10.586
Sericita	5.598	40	798	5,71	7.587	54	13.983
TOTAL	88.128		130.193		324.107		542.428

TABELA 3: Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do Território, Ano 2000 - Unidade R\$ 1.000,00. *Apud:* CTA-ZM, 2004, p.12.

A cadeia de montanhas da Serra do Brigadeiro, além de ser um condicionante geológico importante para as bacias hidrográficas que alimenta, influencia nas características econômicas e sociais dos municípios do seu entorno, dadas pela altitude do seu relevo e pelo relativo isolamento das populações humanas que compõem o território. A produção do “café

³¹¹ Os cursos d'água dos municípios de Araponga e Sericita são parte da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Os cursos d'água dos municípios de Divino, Fervedouro, Miradouro, Rosário da Limeira e Muriaé compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Já os cursos d'água dos municípios de Ervália e Pedra Bonita são parte das duas bacias hidrográficas: Rio Paraíba do Sul e Rio Doce.

de montanha” é uma dessas características, como observado em entrevista por um funcionário do PESB: “(...) produz café aqui até 1250m. de altitude; 1300m. já dá um café muito bom, mas acontece que não produz muito, é de difícil maturação, tal”³¹². A logomarca utilizada pela Prefeitura Municipal de Araponga na sua página web demonstra a importância do café de montanha para a cidade, num diálogo entre a Serra do Brigadeiro e a produção cafeeira. Nessa logomarca, ilustra-se um grão de café, colorido com o verde das folhagens e com o marrom café, marcado pela silhueta da Serra do Brigadeiro ao fundo, com destaque para o Pico do Boné (Figura 12).



FIGURA 12 – Logomarca web da Prefeitura Municipal de Araponga. In: <https://araponga.mg.gov.br/>

A produção de café é reivindicada também como símbolo econômico nos nove municípios que compõem o Território Rural da Serra do Brigadeiro, associada à presença da cadeia de montanhas da Serra do Brigadeiro, ilustrando os brasões das bandeiras municipais de todos eles (ver Anexo II). Como símbolos econômicos oficiais nos municípios do território também estão presentes o milho e o gado, ambos presentes em quatro dos nove brasões municipais, nos quais podemos encontrar os elementos da *heráldica de domínio*³¹³, já que esta heráldica

(...) aborda os brasões de entidades territoriais e seus atributos característicos, como os acidentes geográficos (rios, lagos, mares, montanhas, montes, promontórios, enseadas, etc.), plantas e animais típicos, a produção agrícola e industrial, além de monumentos e

³¹² Informante 17. *Op. Cit.*

³¹³ Para Tiago José Berg, a heráldica divide-se em três ramos: Heráldica de Família, Heráldica Eclesiástica e Heráldica de Domínio. In: BERG, Tiago José. Geografia e Heráldica: lendo a representação da paisagem nos brasões de armas dos estados brasileiros. Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19, Número Especial, p. 123-133, Santa Maria (RS), 2015. Ressaltamos, no entanto, que, embora não seja nossa intenção fazer uma análise heráldica complexa dos brasões citados, o que extrapolaria nosso objeto de análise, podemos utilizar alguns de seus elementos para identificar o que se oficializou como símbolo dos municípios em questão, pertencentes ao nosso território de análise.

personagens históricos que dão memória aos lugares, bem como lendas, mitos e demais associações com a toponímia, fundação ou origens³¹⁴

Abaixo, temos exemplo da presença desses elementos de análise em um dos brasões municipais, Brasão Municipal Oficial de Miradouro (Figura 13). Para o Município de Miradouro reivindica-se oficialmente uma identidade voltada para a agropecuária, baseada na produção de café, milho e gado e em contato com a cadeia de montanhas que circundam o município, a Serra do Brigadeiro.



FIGURA 13 – Brasão Oficial do Município de Miradouro.
Disponível em: <https://miradouro.mg.gov.br/>

Mas, se por um lado, os municípios reivindicam uma identidade ligada aos aspectos econômicos e ecossistêmicos locais, baseados na produção agropecuária e na presença da Serra do Brigadeiro, oficialmente há uma escolha pelo silenciamento de outras identidades na formação histórica desses municípios. Esse silenciamento torna-se evidente e passa a ser sistematicamente questionado durante o Diagnóstico Rural Participativo (1993), momento em que as comunidades do entorno da Serra do Brigadeiro passam a ser ouvidas e seus anseios passam a ser sistematizados para serem transformados em políticas públicas. Para Willer Barbosa, essas identidades, definidas por ele como “ameríndiafricanas”, foram silenciadas

³¹⁴ BERG, *Op. Cit.*, p.124.

durante quase dois séculos, mas tornaram-se evidentes e ganharam vigor a partir dos anos de 1990:

a invisibilidade e o silenciamento seculares que sombreiam e delimitam a ausência produzida daquelas pessoas determinadas, daquele território específico, já não conseguem cobrir uma realidade e uma memória social que teimam em resistir à uniformidade cultural imposta pela dominação histórica colonial³¹⁵

Esse momento, a princípios da década de 1990, segundo Heitor Ferreira Praça, caracterizou-se pela ressignificação do uso do espaço pelas comunidades do entorno da serra e pela modificação na forma como essas comunidades relacionavam-se entre si – o parque apresentou-se como elemento de territorialização da Serra do Brigadeiro³¹⁶.

3.2 – Do PESB ao Território Rural Serra do Brigadeiro

A inclusão das comunidades do entorno da Serra do Brigadeiro no processo de implantação da Unidade de Conservação, vislumbrada no Diagnóstico Rural Participativo na década de 1990 e que teve sua culminância na elaboração do Plano de Manejo Integrado e Participativo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro em 2000, é entendida como um marco na elaboração de políticas territoriais para a região. Noutras palavras, podemos dizer: das lutas pelo parque surge uma consciência territorial naquele espaço, por que foi a partir dessas lutas que criou-se “(...) *um tecido social fortalecido, com uma identidade relacionada à Serra do Brigadeiro, à agricultura familiar e à marcante diversidade cultural, social e econômica que o território congrega*”³¹⁷. Na própria fala das comunidades, em muitos momentos, foi destacado esse ponto de inflexão (do antes e do depois das discussões para a criação e a implantação do parque), como percebera uma moradora e agricultora da Pedra do Racha, na Serra das Cabeças: “*Antes ninguém falava de Serra do Brigadeiro, antes aqui era a Serra das Cabeças... pra lá era o ôtro lado da serra*”³¹⁸.

³¹⁵ BARBOSA, Willer Araújo. Cultura Puri e Educação Popular no Município de Araponga, Minas Gerais: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente. Tese de Doutorado. Departamento de Educação, Florianópolis: UFSC, 2005. p.28.

³¹⁶ In: PRAÇA, *Op. Cit.*, p.34.

³¹⁷ FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. “O colegiado de desenvolvimento territorial e a gestão social de políticas públicas: o caso do Território Serra do Brigadeiro, Minas Gerais” In: Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 46(5), set./out. 2012, 1201-223. p.1209.

³¹⁸ Informante 11. *Op. Cit.* Segundo Maria do Carmo Teixeira, “nem todas as pessoas das 54 comunidades ao pé das serras conhecem-na pelo nome de Serra do Brigadeiro ou Serra dos Arrepiados, que são generalizações do

De acordo com a perspectiva de Claude Raffestin, o espaço é transformado em território por meio de uma ação conduzida – a territorialização; a apropriação do espaço, projetada por uma relação de poder, leva à construção de um território. O que ocorre, portanto, é a territorialização do espaço da Serra do Brigadeiro, dada pela criação do parque estadual, onde foram projetadas as reconfigurações entendidas como necessárias para sua implantação, com a participação das comunidades do entorno, juntamente com cientistas, ambientalistas e órgãos governamentais; atores na territorialização daquele espaço:

O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), **o ator territorializa o espaço.** (...) O território nesta perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder³¹⁹

Foi a partir da acumulação da experiência comunitária na implantação do PESB que a Serra do Brigadeiro passou a ser percebida como território, territorializando-se, unindo as comunidades do seu entorno na valorização da sua identidade cultural e na reivindicação de políticas públicas para seu desenvolvimento. Em 2004, portanto, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata elabora o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) para o entorno da Serra do Brigadeiro:

Os atores sociais viram este momento histórico como uma oportunidade de inserir a caminhada local de debates acerca das opções para o desenvolvimento regional na construção de uma política pública inovadora³²⁰

Assim, a Serra do Brigadeiro e seu entorno (Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita, Rosário da Limeira³²¹ e Sericita) foram homologados entre os cinco Territórios Rurais no estado de Minas Gerais³²², tornando-se aptos

nome de uma delas a todo um maciço rochoso; assim, **Aranhas, Alegre, Pai Inácio, Campestre, Cabeças, Saco de Bode**, e outras mais, passaram a ser englobadas sob um mesmo título”. In: TEIXEIRA, 2009, *Op. Cit.*, Nota 4, p.159. (Grifo Nosso)

³¹⁹ RAFFESTIN, *Op. Cit.*, p.143. (*Grifo Nosso*)

³²⁰ CTA-ZM, 2004, *Op. Cit.*, p.2.

³²¹ Rosário da Limeira é o único entre as nove cidades incluídas no Território Rural Serra do Brigadeiro que não tem em seus limites municipais áreas demarcadas do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB).

³²² Em Minas Gerais selecionaram-se oitenta municípios, organizados em cinco territórios: Alto Jequitinhonha (21 municípios); Serra Geral (16 municípios); Mucuri (27 municípios); microrregião de Governador Valadares (17 municípios) e Serra do Brigadeiro (9 municípios).

a receberem financiamentos pelo Programa de Desenvolvimento de Territórios Rurais Brasileiros (PRONAT), incorporado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Na exposição de motivos para a escolha da Serra do Brigadeiro como área a ser financiada pelo PRONAT encontravam-se “(...) a identidade cultural; grande concentração da agricultura familiar nos nove municípios; grande articulação e parcerias já existentes no Território, o que garante grande capital social; e patrimônio ambiental aglutinador”³²³.

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, que em 2003 já encontrava-se na etapa final da elaboração do seu Plano de Manejo, seria, portanto, o elemento de coesão do território, no qual a identidade cultural e a agricultura familiar deviam ser fomentados na articulação do capital social já existente em seu entorno. Mas, como este rincão da Mata Atlântica, no extremo norte da Serra da Mantiqueira, teve seu território delimitado e caracterizado pelos órgãos responsáveis pelas políticas territoriais do Ministério de Desenvolvimento Agrário? O que estava em jogo naquele momento em 2003, na Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA, era a própria definição de “território”, que, dentre outras coisas, balizaria o tipo de “desenvolvimento” desejado para o meio rural brasileiro³²⁴.

A definição de território aplicada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), define os territórios para além das suas características físicas, embora estas mereçam consideração:

TERRITÓRIO:

É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como: ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial³²⁵

³²³ CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.24.

³²⁴ Para Claudinei Heleno da Silva, o desenvolvimento rural, durante muito tempo pensado apenas sob uma perspectiva econômica, com base no setor primário, a partir das políticas do Ministério de Desenvolvimento Agrário, reformula tal perspectiva. O meio rural passa a ser percebido desde a sua heterogeneidade e desde a necessidade da inclusão dos grupos marginalizados nos processos de desenvolvimento do seu território. *In*: SILVA, Claudinei Heleno da. *Conflitos Ambientais no Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB): agricultura familiar e mineração de bauxita no município de Miradouro - MG*. Dissertação (mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2012. p.21.

³²⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. Marco Referências para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: SDT/MDA, 2003. (Série Textos para Discussão - n. 4). p.34.

A definição do Território Rural da Serra do Brigadeiro, no contexto das discussões territoriais e de desenvolvimento sustentável da SDT do MDA, não se atrelou, portanto, aos critérios legais dos limites municipais, deu-se por critérios muito mais antropológicos e históricos, considerados mais dinâmicos, estimulantes e aglutinadores - o *pertencimento* e a *identidade cultural*:

(...) quando se vai a um território é possível perceber as referências e valores comuns das pessoas que ali vivem. Muitas coisas têm valor para as pessoas que vivem no local e não para o governo, como por exemplo, festas, tradições, etc. Há uma verdadeira sensação de casa e conforto quando se está, ou quando se fala, no local de origem das pessoas que ali vivem. Tudo isso define a identidade de um território. Esse estímulo comum que é despertado pelas pessoas que ali vivem, é a dinâmica que vai ser capaz de dar resposta ao estímulo governamental. Na maior parte das vezes, um município não define esse sentimento despertado, mas apenas a questão jurídica. Em um mesmo município pode haver mais de um território, o que dificulta a proposição de políticas públicas. Já em outros municípios, mesmo comunidades muito distantes se sentem parte de um mesmo território³²⁶

Nas “Diretrizes Gerais do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais” do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a relação entre identidade e uso do espaço é colocada como uma das bases para o desenvolvimento sustentável: “3.1.2 - *compreender o território como espaço socialmente construído, lugar de manifestação de diversidades culturais e ambientais que expressam limites e potenciais para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*”³²⁷. Nessa perspectiva, a relação entre identidade e território na Serra do Brigadeiro dá-se fundamentalmente pelo pertencimento à trajetória de uso do espaço da serra ocorrida ao longo do tempo. Tece-se, a partir daí, um elemento aglutinador que vai possibilitar a territorialização do espaço, uma identificação com determinado grupo, entendendo o espaço como lócus de suas práticas sociais³²⁸.

Além da presença do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, que impulsionou e unificou as lutas das comunidades do seu entorno, outras características da Serra do Brigadeiro foram levantadas como pontos de convergência do Território no relatório elaborado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, tais como:

³²⁶ CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.26.

³²⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Brasília: SDT/MDA, 2005a. (Série Documentos Institucionais n. 2). p.12.

³²⁸ LORETO, Maria das Dores Saraiva, SANTOS, Carmem Lúcia, GOMES, André Luis. “A formação e Gestão do Território Rural da Serra do Brigadeiro - MG: a percepção dos conselheiros”. *In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. 15 a 19 de outubro de 2012, Uberlândia. p.9.

- O cultivo do café de montanha, ou café de altitude, de qualidade;
- A agroecologia;
- A cultura (festas, religião, hábitos, crenças);
- A predominância da agricultura familiar;
- O solo, o clima e relevo da região;
- Trabalhos de artesanato;
- O potencial para o ecoturismo e o turismo rural;
- A estrutura fundiária;
- A criminalidade ocorrida por conflitos fundiários em uma determinada época, em especial nas comunidades do entorno do parque que são mais isoladas;
- A falta de infraestrutura;
- A religiosidade como aglutinadora;
- A herança cultural indígena dos povos Puris;
- A água de boa qualidade e medicinal³²⁹

Observados os aspectos mais conceituais de “território” e o porquê a Serra do Brigadeiro devia ser entendida como tal, destacou-se, no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), o objetivo geral da criação daquele território: *“desenvolvimento rural com equidade, justiça social e equilíbrio socioambiental (...) através da implantação de ações e projetos definidos de forma participativa e ascendente”*³³⁰. Para alcançar tal objetivo foram definidas cinco estratégias de ação: promoção da agricultura familiar diversificada; recuperação e preservação ambiental; promoção do turismo rural sustentável; promoção da agroindústria familiar e do artesanato; resgate e valorização da cultura. Nos subitens seguintes, analisaremos essas cinco estratégias de ação, que foram definidas como fundamentais para a implementação de políticas públicas no Território Rural da Serra do Brigadeiro.

3.2.1 - Promoção da Agricultura Familiar Diversificada

A promoção e diversificação da agricultura familiar foi apontada nos municípios que compõem o Território Rural da Serra do Brigadeiro como uma das suas possibilidades de fortalecimento econômico. A diminuição da dependência em relação ao café e ao gado tornaria os municípios economicamente mais dinâmicos e possibilitaria outras redes produtivas e comerciais no território. Segundo Claudinei Heleno Silva, esse eixo de ação foi importante,

³²⁹ CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.27.

³³⁰ CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.71.

pois fortaleceu a organização dos trabalhadores agrícolas, facilitando o comércio e o acesso à terra e ao crédito agrícola³³¹.

Várias ações visando a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar já vinham sendo aplicadas junto às comunidades do entorno da Serra do Brigadeiro desde os anos de 1990. Um exemplo dessas ações foi a criação da *Comissão Terra Forte*, composta por agricultores, Sindicatos Rurais e técnicos³³² que, dentre outras questões, identificaram o enfraquecimento da terra como um dos problemas principais dos agroecossistemas locais³³³.

Nos relatos coletados, podemos notar o alcance atual das ações da *Comissão Terra Forte*, numa demonstração de que o convívio das comunidades do entorno da Serra do Brigadeiro com as técnicas agrícolas, debatidas de forma participativa durante as décadas de 1990 e 2000, ainda encontram-se presentes nas memórias e práticas dos agricultores, entendendo a saúde do solo como agente decisivo para a produção agrícola familiar, pois “*não tem terra ruim, tem terra mal trabiada (...) por que a terra dá o sustento pra nós, nós vevi da terra, mas ela também tem de alimentá, a terra precisa de alimento*”³³⁴. É, portanto, evitando as técnicas que enfraqueçam o solo, que o mesmo manter-se-á vivo e fértil:

O pessoal já viu que o fogo tamém ele queima o isteico da terra, né? Se ocê roça uma moita lá, cê junta aquilo, aquilo vira um isteico, vira adrubo. E o fogo, primêro ano cê quemô, dá muito mantimento, né? Segundo ano já cai, num dá nada mais³³⁵

O pessoal ficô tão aliado co parque, que vê levantá fumaça já tá liganu: ó tem uma fumaça, tal. Então a gente falava com eles: ó, cê faz isso, quando cê for pô fogo, cê faz um acêro baum e ocê avisa o seu vizim da direita, da esquerda, da banda do lado e avisa tamém o parque aqui cocê vai fazê uma queimadinha lá hoje. Se tivé funçonaru disponível vai um pra lá, pra ajudá vocês³³⁶

Para Maria do Carmo Teixeira Couto, o Território da Serra do Brigadeiro é o resultado direto da interação e articulação organizativa dos atores sociais em torno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, tendo no fortalecimento da agricultura familiar a legitimidade

³³¹ SILVA, Claudinei Heleno da. Conflitos Ambientais no Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB): agricultura familiar e mineração de bauxita no município de Miradouro - MG. Dissertação (mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2012. p.5.

³³² Principalmente o Departamento de Solos da Universidade Federal de Viçosa em parceria com o CTA-ZM.

³³³ CARVALHO, Anôr Fiorini de, et al. “Sistematização das Experiências com Sistemas Agroflorestais do CTA-ZM - Relatório final”. Viçosa: CTA-ZM, Janeiro de 2005.

³³⁴ Informante 14, *Op. Cit.*

³³⁵ Informante 16, *Op. Cit.*

³³⁶ Informante 16. *Op. Cit.*

das lutas pelo uso da terra³³⁷. A agricultura familiar, no entanto, somente alcançaria um convívio saudável com a biodiversidade, atuando como aliada da Unidade de Conservação, respeitando os ciclos de nutrientes das florestas e promovendo os Sistemas Agroflorestais.

3.2.2 - Recuperação e Preservação Ambiental

A recuperação e preservação ambiental é o eixo propositivo de ação sobre o território com um intrínseca relação com a Unidade de Conservação Parque Estadual Serra do Brigadeiro (PESB). Dentro desse eixo estava proposta a atuação junto às comunidades do entorno do PESB, no sentido de conscientizar sua população sobre a necessidade do manejo sustentável dos recursos hídricos e florestais (diminuição dos desmatamentos/queimadas e recuperação dos ciclos hidrológicos) e na construção de instrumentos participativos de gestão municipal/territorial³³⁸.

Recuperar e preservar o ecossistema atlântico da Serra do Brigadeiro passaria necessariamente por um processo formativo das comunidades, com base na Educação Ambiental Participativa³³⁹. Assim, as próprias comunidades poderiam perceber-se protagonistas das ações e direcionar as mudanças na forma de uso da terra; da prática de uma agricultura convencional para um modelo agroecológico:

Substituir a agricultura convencional, a qual gera impactos ambientais e sociais como a poluição das águas, a degradação do solo e a dependência dos fertilizantes químicos, através da construção da agroecologia³⁴⁰

Um das ações específicas para alcançar os objetivos desse eixo de atuação no território é a Prestação de Serviços Ambientais (PSA), podendo ser definida como os benefícios que as pessoas obtêm, direta ou indiretamente, com a manutenção do ecossistema³⁴¹. Estes serviços estão classificados em quatro grupos, demonstrando o potencial dos sistemas agroflorestais para fornecer simultaneamente um vasto conjunto de serviços ecossistêmicos em diferentes níveis e escalas: **R** - Serviços de regulação (absorção de carbono; controle da temperatura, polinização, controle biológico, controle da erosão, qualidade da água); **S** -

³³⁷ TEIXEIRA, Maria do Carmo Couto. “Relações Socioambientais e Educativas em Área de Preservação Ambiental”. *In: Educ. foco*, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, set 2009/fev. 2010. p.150

³³⁸ CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.42.

³³⁹ CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.42.

³⁴⁰ CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.43.

³⁴¹ SOUZA, Helton Nonato de. Biodiversity and Key Ecosystem Service in Agroforestry Coffee System in the Brazilian Atlantic Rainforest Biome. Tese (Doutorado) - pós-graduação em Ciências Ambientais, Wageningen University. Wageningen (Holanda), 2012. p.4.

Serviços de Suporte (necessários para a produção de todos os outros serviços ecossistêmicos - formação de solos, ciclagem de nutrientes, fotossíntese, recursos genéticos); **P** – Serviços de Provisão (bens fornecidos pelo ecossistema - alimento humano, ração animal, madeira, fibra, combustível); **C** – Serviços Culturais (benefícios não materiais - valores espirituais e religiosos, ecoturismo, valores estéticos)³⁴².

A implantação dos Sistemas Agroflorestais (SAF)³⁴³ foi, portanto, a maneira de incentivar os agricultores familiares a serem provedores de múltiplos serviços ambientais, fortalecendo “(...) *processos ecológicos e interações entre espécies (fauna e flora) com impacto positivo sobre o aspecto múltiplo do ecossistema*”³⁴⁴. No entorno da Serra do Brigadeiro, os SAFs objetivaram manter a produção agrícola comercial do café, utilizando-se das experiências de consorciamento de cultivos da agricultura familiar (mel, gado, feijão, milho, arroz, cana-de-açúcar, mandioca, frutas e hortaliças)³⁴⁵, com espécies arbóreas³⁴⁶. Fomenta-se, assim, maior equilíbrio com a mata, melhorando a qualidade do solo, a ciclagem de nutrientes e regulando a temperatura. Este modelo de produção agrícola, além de ser mais adequado às propostas de preservação da natureza, marca do Território Rural da Serra do Brigadeiro, diversifica o uso do espaço da pequena propriedade, dinamizando a agricultura familiar:

(...) é possível produzir, consorciar, com um retorno razoável e, às vezes, para quem tem uma pequena propriedade, você produz o café, produz o feijão, produz um moirão de cerca, produz uma madeira para fazer tábua, tudo no mesmo espaço. Na monocultura, tem que plantar cada um num espaço separado. É mais difícil para quem tem pequena propriedade³⁴⁷

Outro aspecto destacado como importante para a recuperação e preservação ambiental no Território Rural da Serra do Brigadeiro foi a necessidade de aproximação da população com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), demonstrando o distanciamento deste órgão gestor estadual em relação às populações que manejam as florestas na Serra do Brigadeiro. Esse distanciamento, no entanto, persiste na atualidade, como afirma um agricultor

³⁴² SOUZA, 2012, *Op. Cit.*, p.4.

³⁴³ Os SAFs foram desenvolvidos no entorno da Serra do Brigadeiro por agrônomos, engenheiros florestais e especialistas em ciências do solo, em diálogo e parceria com agricultoras e agricultores familiares.

³⁴⁴ SOUZA, 2012, *Op. Cit.*, p.8.

³⁴⁵ FERNANDES, José Martins et al. “Etnobotânica de Leguminosae entre Agricultores Agroecológicos na Floresta Atlântica, Araponga, Minas Gerais, Brasil”. *In: Rodriguésia* 65(2): 539-55. 2014. p.542.

³⁴⁶ Neste ponto podemos notar uma mudança substancial em relação aos modelos de reflorestamento predominantes entre as décadas de 1960 e 1980, onde uma única essência florestal (quase sempre o eucalipto) deveria ocupar os solos degradados.

³⁴⁷ Relato de agricultor em sistema agroecológico do Município de Araponga. *Apud: FERNANDES, José Martins et al. Op. Cit.*, p. 543.

familiar da comunidade de Praia Danta, no Município de Araponga, que questiona o modelo de controle praticado pelo IEF e propõe mudanças no mesmo:

A principal coisa que o pessoal mais reclama é o seguinte: eu num posso cortá uma árvore que eu plantei, por exemplo... eu plantei, mas, se fô cortá, chega arguém e vê, eu posso ser murtado. Eu plantei essa árvore por que preciso dela pra arguma finalidade. Então, eu tenho que tê um direito, que se eu corto uma, eu posso plantá dez, vinte, cem... Acho que deveria ser isso. Inclusive eu falei com o IEF: árvore não devia ser proibida de cortá, devia obrigá a plantá. Proibir cortá? Ninguém vai vivê sem cortá árvore não, num tem jeito... Agora, devia plantá mais!³⁴⁸

Um ponto de convergência entre os diversos atores sociais foi a luta contra a mineração no Território Rural da Serra do Brigadeiro, gerando esforços coletivos no sentido de promoção da sustentabilidade e contra o desenvolvimento econômico com altos impactos ambientais. Assim, afirma-se no Plano Safra Territorial de 2006: *“forças externas acabam contribuindo para aglutinar atores e convergir energias, como a investida recente de Mineradoras de Bauxita sobre áreas do Território”*³⁴⁹.

Claudinei Heleno Silva destaca o **“Projeto de Mobilização de Atores sociais do Território Rural da Serra do Brigadeiro: desenvolvimento rural sustentável X mineração”**, analisando a complexa rede mobilizada no debate sobre a mineração, principalmente de bauxita, na Serra do Brigadeiro. Entre os anos de 2005 e 2006 foram realizadas 10 reuniões, com a participação de 522 pessoas, entre membros dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude Rural, representantes dos poderes públicos municipais, Conselhos Comunitários, moradores do entorno da serra, EMATER e IEF³⁵⁰. A mobilização foi marcada, sobretudo, pela disputa territorial entre a mineração e a agricultura familiar, pois os projetos externos negligenciavam os *“territórios já existentes das famílias rurais da região”*³⁵¹. Para o autor citado anteriormente, naquele início dos anos 2000, ocorria o mesmo que ocorrera com a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro nos anos de 1990, quando tentou-se impor uma territorialidade para o espaço da serra, alheia às comunidades do seu entorno.

Certamente foi decisivo naquele momento, como já afirmamos antes, o capital social acumulado na luta contra as desapropriações nos anos de debate de criação da Unidade

³⁴⁸ Informante 18, *Op. Cit.*

³⁴⁹ Ministério de Desenvolvimento Agrário (SPT), Plano Safra Territorial (Território Rural Serra do Brigadeiro), Brasília, abril de 2006. p.73.

³⁵⁰ *In: SILVA, 2012, Op. Cit.*, p.104-105.

³⁵¹ SILVA, 2012, *Op. Cit.*, p.103.

de Conservação. Outra vez mobilizaram-se os atores sociais, outra vez na defesa da sua territorialidade, mas agora a luta era contra um projeto de territorialidade econômico-industrial, que, certamente, comprometeria seu território, material e simbolicamente³⁵².

3.2.3 - Promoção do Turismo Rural Sustentável

Como afirma o texto do Plano Territorial para o Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), o potencial turístico devia ser uma das marcas territoriais da Serra do Brigadeiro, devendo “*promover a qualidade de vida das comunidades sem, no entanto, descaracterizá-las e/ou desrespeitá-las*”³⁵³. A presença da Unidade de Conservação traçava um perfil para o território que devia ser um dos focos para o seu desenvolvimento, o turismo rural sustentável.

Mesmo antes de levantada a perspectiva do turismo rural sustentável na construção do Território Rural da Serra do Brigadeiro, já havia trabalhos que analisavam a questão, pontuando elementos para a análise e propondo sugestões para sua eficiência. Na análise de Frederico Brumano Pinto, a Serra do Brigadeiro possui um grande potencial turístico, dado pela sua boa localização e paisagem. Destaca 28 atrativos naturais e uma grande possibilidade de roteiros para diversas práticas sustentáveis de uso desses atrativos. Tais características, utilizadas com bom planejamento, poderiam gerar um turismo consonante com a preservação do ecossistema e contribuir de forma positiva no desenvolvimento dos municípios do entorno da serra³⁵⁴. De maneira semelhante, encontram-se no trabalho de Flávio Augusto Rolim, análises e propostas para o crescimento do ecoturismo na área do PESB e as comunidades do seu entorno. Para o segundo autor, no entanto, havia a necessidade de aperfeiçoamento da infraestrutura do parque (mapeando os locais de interesse, sinalizando trilhas e produzindo material fotográfico para divulgação da Unidade de Conservação), além de subsidiar o Plano Diretor para o desenvolvimento do potencial turístico, no qual a preservação da diversidade biológica fosse o mote das ações e o instrumento de promoção da sustentabilidade³⁵⁵.

³⁵² In: SILVA, 2012, *Op. Cit.*, p.103.

³⁵³ CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.47.

³⁵⁴ In: PINTO, Frederico Queiroz Brumano. Avaliação do Potencial Turístico dos Municípios que Compõem o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) – Departamento de Engenharia Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Julho de 1999.

³⁵⁵ In: ROLIM, Flávio Augusto. Levantamento do Potencial Turístico de uma Unidade de Conservação, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - PESB. Monografia (Graduação em Ciências Florestal) – Departamento de Engenharia Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Dezembro de 1999.

No PTDRS são traçadas oito ações para alcançar a sustentabilidade via turismo rural na Serra do Brigadeiro. Nessas ações, destacou-se a necessidade da melhoria da infraestrutura oferecida para o acolhimento do turista e captação de recursos para viabilizá-la, até a promoção de eventos culturais para atrair turistas para o território. Almejava-se parcerias entre o PESB, as Prefeituras Municipais, a EMATER-MG e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do qual seriam captados os recursos. Dentro das ações destaca-se o papel das comunidades para a promoção do uso sustentável dos recursos turísticos: “os impactos que o turismo pode causar nas comunidades se não houver uma preparação e adequação dos municípios e comunidades para trabalhar com o turismo”³⁵⁶.

Nos relatos coletados, podemos notar como a atividade turística foi aos poucos sendo adaptada às vivências e valores culturais dos moradores das comunidades do entorno da Unidade de Conservação. Segundo uma moradora da Serra das Cabeças, no princípio, quando começou a funcionar perto da sua casa a Pousada Serra D’água, os turistas passavam em roupas de banho (biquíni, sunga) pelo seu “terreiro” para acederem à Cachoeira do Racha, o que causava bastante constrangimento. Mas, após comunicar com o dono da pousada (Ronaldo Vitarrelli), o problema acabou, os turistas passaram a usar as roupas de banho apenas no local da cachoeira e atualmente a relação é muito respeitosa e honesta³⁵⁷.

Para um morador da comunidade do Pico do Boné e dono de pousada, receber os turistas é algo que ele sempre fez, mesmo antes de começar a ganhar dinheiro com o negócio. No princípio todo mundo questionava que ele recebia as pessoas na sua casa:

O primêro que abriu a porta pro turismo fui eu, o de mais coragem fui eu... o zôtro dizia: cê é doido, pousá gente dentro da sua casa, que ocê num conhece. Uai, o cara chega aqui, decide acampá, se um casal, se dois homi ou uma famia. Num custa, se eu tenho uma localidade, eu vou localizá ele. Ah, mas ocê num conhece, num sabe... ele tamém num me conhece não, ele tamém não me conhece, tá correnu o mesmo risco³⁵⁸

O informante nos define ainda o perfil dos turistas que passam pela sua pousada, destacando que o principal motivos para a procura da área é a busca por sossego e as subidas no Pico do Boné, que lá do alto alcança vistas até do Pico da Bandeira: “*passar, visitar o Pico do Boné, que eu acho que no parque qui, uma tradição que tem é o Pico do Boné, pela artitude...*”

³⁵⁶ CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.47.

³⁵⁷ Informante 11, *Op. Cit.*

³⁵⁸ Informante 14, *Op. Cit.*

um qué vim praqui, ôtro qué ir pro Pico do Soare, ôtro qué ir lá para sede pra i lá no Campestre”³⁵⁹. Sobre o Pico do Boné, ele afirma “*aqui ele é mais procurado que benzedô!*”³⁶⁰

Segundo um morador da comunidade de Bom Jesus da Madeira, localizada a 3km da sede do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, o que possibilitou às comunidades que lindam com o PESB explorarem o turismo foi o fato do parque não criar nenhuma estrutura voltada para o turismo no seu interior. Na sede do parque apenas recebe-se os visitantes e programam-se atividades nas matas, mas, na hora de oferecer os serviços para os turistas, as comunidades são acionadas:

O turismo... dexô o turismo pra comunidade. Hoje lá dentro da parque cê vê, tem lá o centro de visitante, não tem uma lanchonete, não tem hospedage... por que foi um acordo que ês fizeru com a comunidade de dexá o turismo pra comunidade. Visitá o parque, quisé comê comida casêra vem aqui; quisé dormi nas pousada, vem que tem as pousada (...)³⁶¹

E conclui, “*por que se criô o parque e o parque tê tudo lá, com quê que a comunidade fica? Fica assim olhano pro parque e falano assim: é, o parque chegô aqui e hoje nós num pode roçá mais... nós não ganha nada com isso!*”³⁶². O turismo foi, portanto, deixado para as comunidades como opção às atividade econômicas predatórias antes praticadas no território, devendo ser praticado com critérios sustentáveis, tanto em respeito às características ecossistêmicas locais, como valorizando as culturas e tradições locais.

O turismo, que já iniciara na Serra do Brigadeiro mesmo antes da criação da Unidade de Conservação (1996) e da formulação da serra e do seu entorno como Território Rural Sustentável (2003), na atualidade envolve diversos empreendimentos, quase sempre tocados pela família proprietária do negócio. Nota-se, no entanto, pela variação dos preços dos serviços entre o ano de 2005 e os dias atuais, além da melhoria na infraestrutura oferecida, que o turismo deixou de ser apenas um complemento da renda familiar, como ocorria entre as décadas de 1990 e 2000. A mesma pensão que oferecia hospedagem simples e alimentação pelo preço de R\$20,00 em 2005³⁶³, na atualidade cobra um valor bastante superior (R\$117,00) e oferece uma estrutura muito mais complexa (Ilustrações 14 e 15), embora mantenha as

³⁵⁹ Informante 14, *Op. Cit.*

³⁶⁰ Informante 14, *Op. Cit.*

³⁶¹ Informante 16, *Op. Cit.*

³⁶² Informante 16, *Op. Cit.*

³⁶³ *In*: PINTO, Frederico Queiroz Brumano. Avaliação do Ecoturismo em Três Municípios do Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Departamento de Engenharia Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005. p.80.

características que, como informa o proprietário, é a marca do lugar: boa comida e aconchego familiar.



FIGURA 14 – Pensão Dona Eva, em Bom Jesus da Madeira no ano de 2005. In: PINTO, 2005, p.80.



FIGURA 15 – Pensão Dona Eva, em Bom Jesus da Madeira no ano de 2019. In: <http://www.minasgerais.com.br/pt/apoio/tervedouro/restaurante-dona-eva>

Na atualidade, existe uma rede de Turismo de Base Comunitário (TBC) sendo desenvolvida na Serra do Brigadeiro, onde atuam cinco núcleos no entorno da serra. O “Núcleo do Boné”, limítrofe à Unidade de Conservação, é organizado por quatro famílias e desenvolvem ações voltadas para a hospedagem domiciliar de montanha, alimentação em pequeno restaurante e atividades de “guiagem” pelas trilhas do Pico do Boné e por outras trilhas do território. Esse modelo turístico busca inserir o visitante na cultura local e fomentar o consumo de produtos da agricultura familiar, aumentando a autoestima das comunidades e promovendo a sustentabilidade³⁶⁴.

3.2.4 - Promoção da Agroindústria Familiar e do Artesanato

A proposição do eixo de políticas territoriais voltadas para a agroindústria familiar e o artesanato, assim como nos demais eixos de promoção produtiva, vincula o fortalecimento econômico à diversificação da produção, à geração de renda e ao incentivo à produção agroecológica no Território Rural da Serra do Brigadeiro. Como forma de fomentar os vínculos comunitários, foram propostas ações voltadas para a sustentabilidade (autogestão, organização e mercado solidário), buscando atender as demandas turísticas e fortalecer as identidades locais:

³⁶⁴ In: MORAES, Werter Valentim; Ribeiro, Guido Assunção. “Indicadores para a Identidade do Turismo de Base Comunitária no Território da Serra do Brigadeiro (MG)”. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.1, jan/abr-2013, p.107-122.

Preparar as famílias para autogestão das agroindústrias familiares e da cadeia produtiva do artesanato. Organizar grupos de produção, comercialização e ensino-aprendizagem para os interessados na agroindústria familiar e no artesanato. Gerar produtos para atender o turismo e consolidar um mercado solidário valorizando o uso de matérias-primas locais³⁶⁵

As ações para resgatar e promover a agroindústria familiar e o artesanato no território foram organizadas em três eixos temáticos: diagnóstico, capacitação e mercado/comercialização. No diagnóstico buscou-se “fazer levantamento de beneficiadores/as, receitas, artesanatos e matéria-prima local com potencial para ser usada na Agroindústria Familiar e Artesanato”³⁶⁶. Na etapa de capacitação, vislumbrou-se a realização de uma rede territorial de troca de saberes, na qual, as diversas comunidades rurais do território pudessem, via associativismo e cooperativismo, se autocapacitarem e fomentarem uma regularidade na produção³⁶⁷. A formação de mercado para a comercialização dos produtos, terceiro eixo apresentado, somente poderia ser desenvolvido após conseguida uma regularidade produtiva. A comercialização deveria ter como foco as feiras locais e regionais e os produtos divulgados como “produtos típicos da Serra do Brigadeiro”³⁶⁸; agregando componentes identitários do território (materiais e modo de fazer).

3.2.5 - Resgate e Valorização da Cultura

Dentre as cinco estratégias elaboradas para o desenvolvimento sustentável do Território Rural da Serra do Brigadeiro, ressaltou-se a cultura como eixo transversal, devendo perpassar todas as ações e ser o elemento aglutinador das mesmas³⁶⁹. Define-se, dessa maneira, como ponto de partida para as ações de fomento territorial, as práticas e valores das comunidades do seu entorno. Nessa perspectiva, seria o conhecimento e a valorização do saber local que daria marcha ao crescimento social nesse território “(...) e, em se pensando em desenvolvimento econômico, que se considere o envolvimento de saberes, pessoas,

³⁶⁵ CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.63.

³⁶⁶ CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.63.

³⁶⁷ Para um primeiro momento, definiu-se como prioritário, capacitar as agricultoras e agricultores que já tivessem alguma prática no beneficiamento de produtos, auxiliando-os na gestão do negócio, tanto na obtenção da matéria-prima, como na gestão do empreendimento.

³⁶⁸ “(...) enfatizando a participação nessas feiras e eventos levando os produtos e coisas típicas da região”. In: CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.64.

³⁶⁹ CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.58.

conhecimento, técnicas novas e antigas”³⁷⁰. Assim formulado, desenvolvimento e envolvimento devem ser parte de um mesmo processo, que postula como propósito, o alcance da sustentabilidade; um equilíbrio econômico, social e ecossistêmico. A cultura seria o elemento principal de pertencimento dos indivíduos ao grupo, tendo a Serra do Brigadeiro como o espaço para suas práticas territoriais:

(...) a relação identidade-território assume determinado formato por meio de uma trajetória, ou seja, ocorre ao longo do tempo, onde o elemento principal é o sentimento de pertença do indivíduo ou grupo ao espaço de atuação. Desta forma o caráter de território seria tecido pelo sentimento do grupo pelo espaço onde vive, entendendo este espaço como o lócus de suas práticas³⁷¹

Dentro do Plano Territorial para o Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Rural da Serra do Brigadeiro, a cultura foi definida como uma estratégia para fomentar as tradições e preservá-las, promovendo um turismo gerador de renda para as comunidade do entorno da serra³⁷². Para tanto, foram prescritas ações específicas, incluídos três eixos temáticos relacionados ao “Resgate Cultural”, à criação e manutenção de “Casas de Cultura” nos municípios do território e a elaboração e divulgação de “Calendário Festivo Territorial”.

A cultura da Serra do Brigadeiro, de acordo com o PTDRS, devia ser resgatada e fortalecida, por meio de ações educativas³⁷³, coleta de relatos e sistematização das informações em um “Inventário da Cultura Popular do Território”, incentivando o resgate das memórias dos antigos³⁷⁴. As festas populares, com suas danças e cantos, além de incentivar os mais jovens às práticas culturais do território e fortalecer a identidade do território, devia atrair turistas e gerar renda. Foram incluídas nessas ações, a criação de duas “Casas de Cultura”, em Araponga e Miradouro, devendo ser esses os espaços organizativos das ações e que, em parceria com as prefeituras, captassem recursos e criassem projetos, priorizando “(...) a agregação de valor a produtos da Agricultura Familiar e Artesanato, além do estímulo a tradições e manifestações culturais”³⁷⁵

³⁷⁰ CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.27. (*Grifo Nosso*)

³⁷¹ LORETO et al, *Op. Cit.*, p.9.

³⁷² CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.58.

³⁷³ Foi fomentada a criação de duas Escolas Família Agrícola (EFAS) no Território Rural da Serra do Brigadeiro, seguindo em funcionamento nos municípios de Ervália (Escola Família Agrícola Serra do Brigadeiro) e de Araponga (Escola Família Agrícola Puris).

³⁷⁴ CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.58.

³⁷⁵ CTA-ZM, 2004. *Op. Cit.*, p.59.

Para entendermos os aspectos culturais levantados como fundamento para o nosso território de estudo, analisaremos a atuação do Centro de Pesquisa e Promoção Cultural (CEPEC), organização fomentadora da cultura popular da Serra do Brigadeiro. Segundo Camila Vitarelli, “o centro nasceu da vontade de se buscar um maior entendimento da história e da cultura do município de Araponga, por meio da pesquisa e estudos da cultura indígena, especificamente dos índios Puri, primeiros habitantes da região”³⁷⁶

Embora os objetivos do CEPEC, ONG criada em 2003, fosse a atuação no município de Araponga, a organização destacou-se e assumiu um papel fundamental no resgate da identidade cultural em todo o Território Rural da Serra do Brigadeiro, captando recursos do Ministério de Desenvolvimento Agrário para a promoção cultural no território. Fruto das suas pesquisas, encontra-se a publicação “**Os Povos da Serra dos Arrepiados: suas festas, sua cultura**”³⁷⁷. Esse livro foi editado em 2006, sendo o resultado das pesquisas do CEPEC, buscando divulgar as festas e preservar as manifestações culturais do Território da Serra do Brigadeiro, com base “(...) na ideia de que a cultura tem importância essencial no desenvolvimento socioeconômico”³⁷⁸. A cultura festiva da Serra do Brigadeiro foi elencada desde as suas características do tempo presente, na coleta de relatos dos anciões que rememoraram as festividades, dando suporte para o resgate das ditas tradições. Pois, assim como afirma o artigo de abertura do livro, as festas marcam a identidade de um povo e é um dos caminhos para entendê-lo:

Conhecer as festas de um povo é um dos caminhos para conhecer esse povo (...) Se a Serra do Brigadeiro possui vários caminhos: das águas, dos animais, dos pássaros, dos trilhos dos caboclos, trazemos aqui um convite ao leitor; percorrer os caminhos das festas do povo da Serra³⁷⁹

As festividades descritas estão relacionadas com as colheitas e com as práticas de fé em lugares sagrados, vinculadas às culturas de descendência africana e dos povos originários³⁸⁰ Puri. De acordo com as informações do autor, foram registradas um total de 77

³⁷⁶ VITARELLI, Camila Costa. A Concepção de Desenvolvimento Sustentável na Atuação de ONGs no Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, MG. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005. p.67.

³⁷⁷ GIOVANNINI JUNIOR, Oswaldo. **Os Povos da Serra dos Arrepiados: suas festas, sua cultura**. CEPEC: Araponga, 2006. 58p.

³⁷⁸ GIOVANNINI JUNIOR, *Op. Cit.*, p.3.

³⁷⁹ GIOVANNINI JUNIOR, *Op. Cit.*, p.5.

³⁸⁰ Utilizaremos “Povos Originários” em substituição a “indígenas” seguindo as formulações de Walter Porto-Gonçalves. Segundo este geógrafo, “Paradoxalmente, a expressão povos indígenas, na mesma medida em que ignora a *differentia specifica* desses povos, contribuiu para unificá-los não só do ponto de vista dos conquistadores/invasores, mas também como designação que, a princípio, vai servir para constituir a unidade política desses povos por si mesmos, quando começam a perceber a história comum de humilhação, opressão e

festas nos municípios que compõem o Território da Serra do Brigadeiro, entre folias de reis, João do Mato, charolas, encomendações das almas, blocos de boi, dança de caboclos, escola de samba e banda de música. Algumas dessas expressões culturais, apesar de terem sido catalogadas em pequeno número, apenas duas em todo o território, merecem destaque, seja como especificidade festiva do nosso território de estudo (o João do Mato) ou seja porque tornou-se o modelo de resgate cultural realizado pelo CEPEC (a dança de caboclos).

O João do Mato refere-se à celebração do trabalho coletivo, dos mutirões da capina³⁸¹, realizado nas lavouras, antanho ligadas à produção de gêneros voltados para o consumo interno das comunidades (milho, feijão e legumes) e atualmente concentrados na cafeicultura. Após um dia inteiro de trabalho na lavoura do vizinho, parente ou amigo, a bandeira (um pé de milho enfeitado com dinheiro) era levada à casa do dono da propriedade, pagando simbolicamente pela comida e bebida e celebrando a fartura da roça³⁸². O contrário acontecia com quem não participava do trabalho coletivo:

Quem não participava do trabalho e largava sua roça sem a capina do final do ano, era visitado pelo Tibode: um boneco feito de roupas velhas recheadas de capim, com uma cabeça feita de cabaça e chapéu de palha. Fincavam-no, como um espantalho, na roça do preguiçoso por motivo de zombaria (...) O João do Mato é o personagem que representa a preguiça e a vitória da erva daninha contra a plantação. Ao inverso, a bandeira, com dinheiro amarrado que se troca por comida e bebida, representa a fartura celebrada em aliança com o trabalho, nesse caso, coletivo, realizado pela associação dos homens da comunidade que, vivendo as mesmas dificuldades, se encontravam para ajudar e festejar em conjunto³⁸³

A dança de caboclos, ou caboclinhos, esteve presente em muitas partes do Brasil durante o período colonial brasileiro e era praticada simultaneamente com rituais da fé católica nos aldeamentos jesuíticos. A estratégia de manutenção dos aspectos culturais dos povos originários é considerada o meio de entrada dos Jesuítas na língua e cultura desses povos, tornando mais eficaz a catequese e a aculturação: “(...) como estratégia, os missionários

exploração de sua população e a dilapidação e devastação de seus recursos naturais”. In: PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “Entre América e Abya Yala: tensões de territorialidades”. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, jul./dez. 2009. Editora UFPR. p.26-27.

³⁸¹ Essa prática ainda mantém-se viva entre os agricultores e agricultoras da Serra do Brigadeiro e recebe o nome de “troca de dia”, muito utilizada para realização da capina e da “panha” do café.

³⁸² GIOVANNINI JUNIOR, *Op. Cit.*, p.17.

³⁸³ GIOVANNINI JUNIOR, *Op. Cit.*, p.17 e 19.

permitted the insertion of elements of these peoples in the presentations, in such a way that they felt more inserted in the festivity and distanced themselves gradually from their cosmologies”³⁸⁴. In Serra do Brigadeiro, the dance of caboclos has already occurred in Belizário (Muriaé), Pedra Bonita, Divino e Fervedouro, the custom was to dance at the festivals of São Sebastião, currently its practice is maintained only in the municipality of Araponga and is called “Folguedo dos Arrepiados”.

For the dissemination and cultural rescue in Serra do Brigadeiro, the Terreiro Cultural was created, an event that circulated among the municipalities of the territory, with cultural presentations aimed at valuing the territorial popular culture. In the poster of the 3^o Terreiro Cultural do Território Rural da Serra do Brigadeiro, held in the municipality of Sericita, we can perceive what was understood as the essence of the territory's culture, where a farmer, by sifting coffee beans in a sieve, keeps his traditions alive, between “folias”, “caboclos”, “artesanato”, “congado”, “causos”, “contos e lendas”; in a direct association between the way of working the land and the material and cultural production of the peoples of Serra dos Arrepiados.

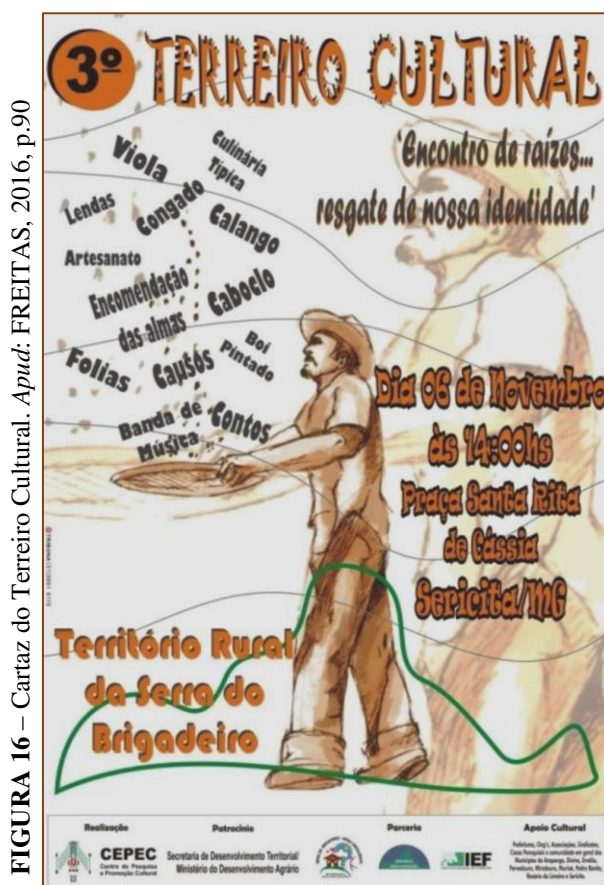


FIGURA 16 – Cartaz do Terreiro Cultural. Apud: FREITAS, 2016, p.90

³⁸⁴ FREITAS, Aline Luciana de. Uma Análise da Distribuição Espacial da Dança de Caboclos “Folguedo dos Arrepiados” no Território Serra do Brigadeiro. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016. 102p.34.

As proposições do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) descritas dos subitens acima, fruto do trabalho do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata junto às comunidades do entorno da Serra do Brigadeiro, traçam caminhos para as atividades econômicas no território que se estava compondo, vinculados a discussões muito atuais para aqueles anos de 2003/2004. A Convenção da UNESCO, por exemplo, realizada em Paris um ano após o PTDRS, destaca fundamentos para a promoção e proteção da diversidade cultural, acordes aos que haviam proposto o CTA-ZM um ano antes:

Destacando a necessidade de incorporar a cultura como elemento estratégico das políticas de desenvolvimento (...) Convencida de que as atividades, bens e serviços culturais possuem dupla natureza, tanto econômica quanto cultural, uma vez que são portadores de identidades, valores e significados, não devendo, portanto, ser tratados como se tivessem valor meramente comercial³⁸⁵

Como viemos afirmando desde o início deste capítulo, a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, sobretudo os debates gerados a partir das comunidades do entorno da serra, fizeram com que os moradores e moradoras dessas comunidades fossem protagonistas dos projetos que estavam em andamento para a implantação da Unidade de Conservação, levando ao fortalecimento da sua autoestima e culminando nas ações territoriais descritas nos itens anteriores. Entre as estratégias de ação para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável dentro do território que se estava gerindo, a afirmação identitária dos povos da serra assumiu um caráter central; foi a essência da (re)territorialização da Serra dos Arrepiados.

3.3 – A Serra dos Arrepiados - entre a desterritorialização e a resistência

Desse ponto da dissertação em diante, utilizaremos a toponímia “Serra dos Arrepiados’ para nos referirmos ao recorte espacial do estudo, que na atualidade é denominada “Serra do Brigadeiro”. Buscaremos demonstrar o percurso histórico da Serra dos Arrepiados, entrelaçado com os caminhos e descaminhos do ouro em Minas Gerais³⁸⁶ no período colonial,

³⁸⁵ UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Paris: UNESCO, 2005. p.1-2. Disponível em: <http://www.ibermuseus.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf> Acessado em 10/08/2019.

³⁸⁶ Luciane Scarato analisa a relação entre a ocupação territorial e a produção de ouro na Capitania de Minas Gerais no século XVIII, onde a abertura de *caminhos* era pretendida como um monopólio da administração da capitania.

problematizando a toponímia da serra como um dos aspectos identitários historicamente presentes neste território. Não intencionamos buscar as “origens históricas” da serra, pois, como afirma Jacques Le Goff, a busca de origens nos levaria à descrição do mito, mas não à escrita da história³⁸⁷. Objetiva-se, isso sim, levantar o debate sobre as identidades presentes na Serra dos Arrepiados, onde a desterritorialização dos povos originários Puri, ocorrida sobretudo ao longo dos séculos XVIII e XIX, supostamente, levou esses povos ao extermínio físico e cultural, apagando suas memórias históricas; a modificação dos topônimos é parte integrante das tentativas, conscientes ou não, do apagamento dessas memórias.

O fortalecimento dessa *amnésia* está presente na obra de alguns autores, que apresentam a tese da “ausência da história” até o século XIX para a região da Zona da Mata Mineira, como afirma o geógrafo Orlando Valverde: “A Zona da Mata permaneceu como terra sem história, uma área anecúmena até o limiar do século XIX”³⁸⁸. O trabalho de Orlando Valverde sobre a Zona da Mata Mineira foi realizado em 1958 e vincula-se ao momento político do Brasil, influenciado pelo “nacional-desenvolvimentismo juscelinista”³⁸⁹, onde os estudos regionais buscavam instrumentalizar campanhas e políticas públicas para o desenvolvimento do país³⁹⁰. Esse trabalho relaciona-se com outros seis realizados pelo autor, a partir de estudos de campo pelas diversas regiões do Brasil, entre 1956 e 1960, realizando o “(...) levantamento dos problemas nacionais nas áreas excursionadas e o registro descritivo de suas principais características fisionômicas e humanas”³⁹¹. A “marcha do povoamento” na Zona da Mata Mineira, descrita por Valverde no artigo citado, foi organizada temporalmente em três frentes (1830, 1850 e 1870), demonstrando a rede de comunicações criada (ver Mapa 5) e a economia regional oriunda de tal rede. A afirmativa de Valverde legitima a ideia de que a ocupação do

Esse monopólio, que punia qualquer abertura de “picada” não autorizada na mata, enfrentava a ousadia dos *descaminhos*, onde o transporte ilegal de ouro era realizado. In: SCARATO, Luciane Cristina. Caminhos e Descaminhos do Ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. 303p.

³⁸⁷ LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990. p.9.

³⁸⁸ In: VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. Revista Brasileira de Geografia. Ano XX, Nº 1, Jan-Mar 1958. p.25. Ao realizar o levantamento de aspectos da formação histórica da serra para introdução de estudos relativos à Serra do Brigadeiro, muitos pesquisadores acabam reproduzindo a visão de Orlando Valverde, confundindo a suposta ausência de documentação escrita com o que chamam de “ausência de história” (Ver VITARRELLI, *Op. Cit.*, p.47).

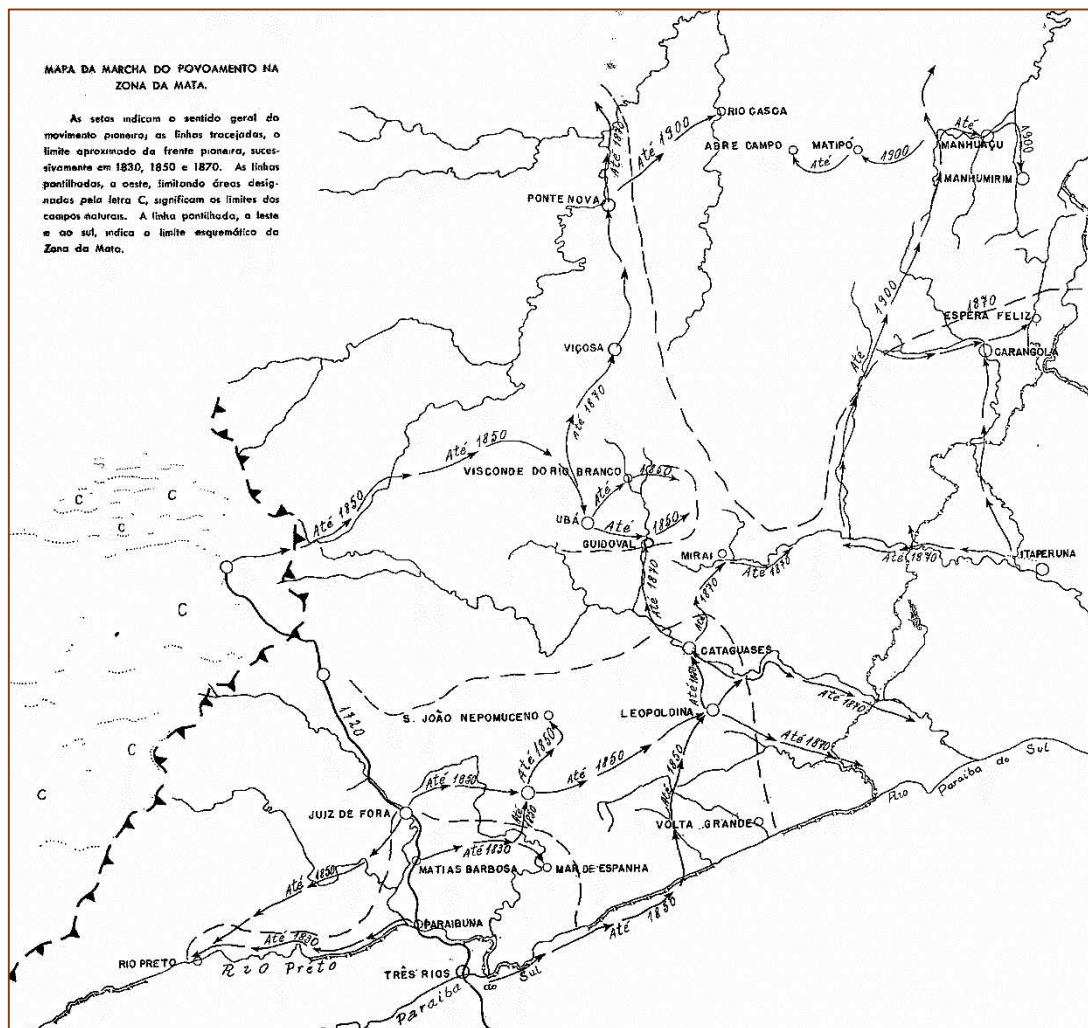
³⁸⁹ ADAS, Sérgio. O Campo do Geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964). Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.189.

³⁹⁰ No caso específico do “Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais”, buscou-se elaborar um panorama da região para “(...) servir de base ao planejamento da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, do Ministério da Educação e Cultura”. In: VALVERDE, *Op. Cit.*, p.3

³⁹¹ ADAS, *Op. Cit.*, p.189.

território da Zona da Mata Mineira operacionalizou-se como um processo civilizatório, onde os “agrestes” povos originários foram integrados à sociedade colonial:

Desde o momento que passou a interessar o seu desbravamento, tanto o governo - a princípio lusitano, depois brasileiro -, quanto os colonos, por iniciativa própria, **facilmente venceram o homem e a natureza agrestes**³⁹²



MAPA 5 – Marcha do Povoamento da Zona da Mata (1830, 1850, 1870). In: VALVERDE, 1958, p.27. (Mapa apresentado sem escala e/ou coordenadas pelo autor)

Devemos problematizar, no entanto, a facilidade apontada por Valverde na vitória do “desbravadores” sobre os “agrestes” (homens e natureza), apresentando trabalhos e análises mais recentes sobre a questão. Os dados apontados por Leônia Chaves de Resende e Hal

³⁹² VALVERDE, *Op. Cit.*, p.25. (Grifo Nosso)

Langfur³⁹³ demonstram que os conflitos entre bandeirantes/colonos e povos originários foram numerosos, ocorridos por causas diversas e em locais diversos dos sertões de Minas Gerais. Calculou-se que entre 1760 e 1808 ocorreram 85 confrontos violentos nos Sertões do Leste³⁹⁴, sendo que esse número, segundo afirmam os autores, provavelmente era muito superior, já que os confrontos nem sempre eram registrados, seja por que os posseiros não conseguiam realizar as denúncias ou porque não podiam realizá-la, uma vez que avançavam ilegalmente sobre as terras dos povos originários e, portanto, eram os causadores dos confrontos

Parece justo concluir que os posseiros e soldados aprenderam a esconder sua própria agressão contra os índios, atribuindo-a à defesa própria e, muitas vezes, deixavam de reportá-la completamente (...) Para os portugueses, a violência endêmica nas florestas assumiu a forma de uma competição permanente entre civilização e barbarismo, o que exigia um avanço militar organizado sobre território não incorporado para combater os atos de canibais irracionais. No entanto, os incidentes reportados quase sem exceção atribuídos à selvageria dos índios, continham evidências da responsabilidade dos posseiros, mesmo que seja difícil, em última instância, determinar até que ponto. Apesar das restrições da Coroa, os posseiros de todas as classes continuavam a se infiltrar lenta mas inexoravelmente no território dos índios. Alguns buscavam ouro, outros a simples subsistência³⁹⁵.

A Serra dos Arrepiados está historicamente relacionada com os processos colonizatórios portugueses na Capitania de Minas Gerais e na região da Mata Mineira, tendo sido palco de distintos projetos de ocupação até a segunda metade do século XVIII. Por um lado, os povos originários Puri ocupando as matas e as formações rochosas daquela cadeia de montanhas, no anseio pela sobrevivência, fugindo de epidemias e de conflitos indesejados³⁹⁶, por outro, a Coroa Portuguesa buscando garantir sua soberania sobre os *Sertões do Leste*³⁹⁷,

³⁹³ RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. “Minas Expansionista, Minas Mestiça: a resistência dos índios em Minas Gerais do século do ouro”. In: Anais de História de Além-Mar, Vol. IX, Lisboa, 2008, p.189-213;

³⁹⁴ RESENDE & LANGFUR, 2008, *Op. Cit.*, p.194

³⁹⁵ RESENDE & LANGFUR, 2008, *Op. Cit.*, p.200-201.

³⁹⁶ Segundo Ricardo Batista Oliveira, “*Tanto os indígenas do Vale do Rio Doce, quanto os da Zona da Mata eram nômades (...) Em busca de maior mobilidade, necessária para que os indígenas se distanciassem de conflitos indesejáveis e dos surtos epidêmicos, alguns grupos poderiam ter abandonado a prática da agricultura, tornando-se caçadores-coletores, como os Coroados, Coropó, Puri e Botocudo*” In: OLIVEIRA, Ricardo Batista. Povos Indígenas e Ampliação dos Domínios Coloniais: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2009. p.55-56.

³⁹⁷ “*No leste da capitania mineira, onde se insere a atual região da Zona da Mata e parte do Vale do Rio Doce, as faixas orientais das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes formavam um espaço genericamente conhecido pelo título de áreas proibidas ou sertão do leste. Em termos de localização, abrangia os seguintes conjuntos com suas respectivas divisas: a oeste, próximo à região mineradora central, encontrava-se a freguesia de Guarapiranga, abarcando o vale do rio Piranga, limitada a noroeste com os territórios dos distritos de Ribeirão*

mantendo-os como “áreas proibidas” à passagem e ocupação humana; uma barreira natural ao contrabando de metais preciosos³⁹⁸. Daquela, as florestas da Zona da Mata Mineira eram violadas apenas pelos rios e habitada por indígenas e mistérios³⁹⁹. E, enquanto abundou a exploração aurífera em Minas Gerais, esses dois projetos antagônicos de ocupação não se contrapuseram na Serra dos Arrepiados; os povos originários mesclavam-se às densas florestas, somando-se à barreira natural - verdadeiras “sentinelas do sertão”⁴⁰⁰ - e não oferecendo maiores problemas aos projetos proibicionistas da Coroa Portuguesa.

O Sertão dos Arrepiados já havia sido “desbravado” em 1692 pela excursão de Antonio Rodrigues de Arzão em 1692-1693, segundo a descrição do historiador Diogo de Vasconcellos. Embora o empreendimento de Arzão seja definido por Vasconcellos dentro de modelos historiográficos hoje superados, onde a visão positiva aplicada sobre o “bandeirante” (desbravador e civilizador) contrapunha-se à visão negativa expressada em relação aos povos originários (antropófagos e selvagens), a descrição nos oferece informações que demonstram o interesse do bandeirantismo paulista nos sertões de Minas Gerais, alcançando a Serra dos Arrepiados. Segundo Vasconcellos, após alcançar Itaverava, Antonio Rodrigues de Arzão avistou os píncaros agudos dos Arrepiados para onde direcionou-se:

Descendo nessa direcção, encontrou Arzão o Rio Piranga, em seu melhor braço, descendente das serras auríferas e com indícios esperançosos: quando também deparou com alguns índios da nação *puri* que lhe deram notícias de mais rico manancial, o do Casca, originário da cordilheira, que o vinha attrahindo (...) o aventureiro avançou chegando ao Casca: em cujas areias achou efectivamente as pintas de ouro⁴⁰¹

do Carmo e Vila Rica; ao norte, evidenciavam-se os Sertões da Casa da Casca e do Cuieté, respectivamente, nos vales dos rios Casca e Doce, cujos marcos divisórios eram dados pelas Comarcas de Sabará e do Serro Frio; o lado leste era a parte mais imprecisa, pois estendia-se até os limites litigiosos na divisa entre as Capitânicas de Minas Gerais e Espírito Santo; e o sul era composto pela serra da Mantiqueira, no vale da bacia do Rio Paraíba”
In: CARNEIRO, Patrício A. Silva. Conquista e Povoamento de uma Fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p.75.

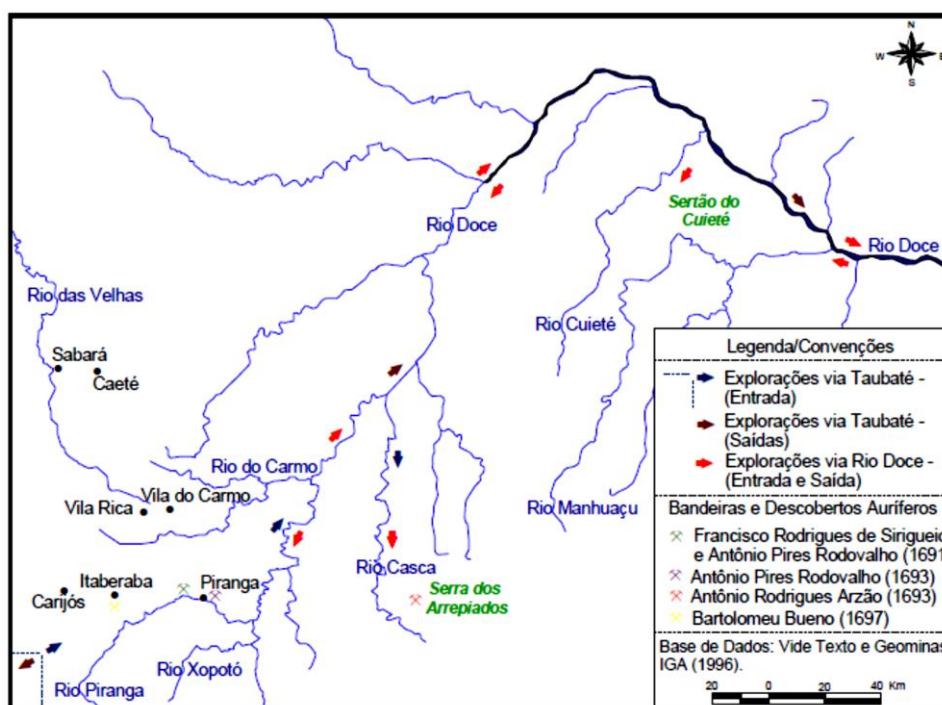
³⁹⁸ MERCADANTE, Paulo. Os Sertões do Leste: estudos de uma região – a Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p.23.

³⁹⁹ MERCADANTE, *Op. Cit.*, p.11.

⁴⁰⁰ PAIVA, Adriano Toledo. “O Domínio dos índios”: Catequese e conquista nos sertões de Rio Pomba (1767-1813). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. p.31.

⁴⁰¹ VASCONCELLOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1904. 419p.

Mesmo após serem concebidos como “áreas proibidas”⁴⁰², os Sertões do Leste não estiveram rigorosamente intactos durante o século XVIII⁴⁰³, tendo sido alvos de incursões para reconhecimento de lavras de metais preciosos, aprisionamento de povos originários e local de concessão de sesmarias, para expansão dos domínios portugueses na área e para a cobrança do dízimo⁴⁰⁴ sobre a produção agropecuária. O Mapa 6, elaborado por Patrício Silva Carneiro, demonstra as incursões que avançaram sobre os sertões da Capitania do Rio de Janeiro em direção aos Sertões do Leste da Capitania de Minas Gerais, incluindo a bandeira de Antônio Rodrigues Arzão, que alcançou a Serra dos Arrepiados em 1693.



MAPA 6 – Bandeiras e Descobertas Auríferas nos Sertões da Capitania do Rio de Janeiro, Fins do Século XVII e Início do XVIII. In: CARNEIRO, 2008, p.114

Na segunda metade do Século XVIII intensifica-se o avanço sobre as áreas dos Sertões do Leste, como registrado nas três bandeiras realizadas pelo Capitão José Luiz Borges Pinto, entre 1726 e 1728. Essas excursões, todas partindo de Freguesia de Guarapiranga, foram realizadas abrindo picadas na mata e subindo o Rio Coroado (Rio Xopotó), finalmente

⁴⁰² Segundo Luciane Scarato, as áreas do sertão passam a ser legalmente proibidas com as Ordens Régias de 1720 e 1733 de D. João V, que impossibilitavam a abertura de novas picadas e caminhos para as Minas Gerais sem autorização prévia. Assim, “*quem fosse flagrado abrindo picadas ou transitando por caminhos proibidos, deveria ser punido tal quais /sic/ os desencaminhadores dos quintos da Coroa, além de terem suas cargas confiscadas, passando uma metade para a Real Fazenda e, a outra, para o denunciante*”. In: SCARATO, Op. Cit., p.78.

⁴⁰³ In: CARNEIRO, Op. Cit., p.240.

⁴⁰⁴ O dízimo era um tributo cobrado pela Coroa Portuguesa aos seus súditos, correspondente à décima parte da produção agrícola, pecuária e sobre as rendas pessoais com comércio, cargos públicos e ofícios.

alcançando a cabeceira do Rio da Casca, no local definido como “Casa do Rio da Casca”⁴⁰⁵. O fato demonstra a possibilidade da realização de incursões pelos Sertões do Leste de Minas Gerais ainda na primeira metade do século XVIII, desde que devidamente capitaneada sob ordens oficiais⁴⁰⁶.

A queda na produção de pedras e metais preciosos vai causar um deslocamento de população das áreas mineradoras para as “áreas proibidas” dos Sertões do Leste, em busca de terras produtivas nas áreas da atual Zona da Mata Mineira. Segundo Ricardo Batista de Oliveira, essa política de ocupação dos sertões de Minas Gerais foi promovida pelo próprio governo da metrópole:

No momento em que os trabalhos nas catas auríferas de Minas Gerais já não eram tão prósperos, o governo metropolitano promoveu uma nova política de exploração. A partir de então, a ocupação e respectiva exploração do interior passou a ser uma das principais preocupações da Coroa. Em Minas Gerais, passaram por processo de ocupação a região do Cuieté, Arrepiados e os sertões do Rio Pomba⁴⁰⁷

Os constantes ataques dos povos originários contra as áreas produtivas estabelecidas em seus territórios⁴⁰⁸ foram o argumento do Governador das Minas Gerais Luís Diogo Lobo da Silva para a criação da Freguesia de São Manoel do Rio Pomba em 1765⁴⁰⁹, enviando o vigário Manoel de Jesus Maria para a missão de “catequizar” e “pacificar” os povos originários Coroados e Coropós.

O fomento da Coroa Portuguesa à manutenção da barreira natural, dada pela abundância das matas e pelo imaginário produzido sobre os “índios bravos”⁴¹⁰ dos Sertões do

⁴⁰⁵ In: RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas, São Paulo: [s.n.]. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2003. p.55.

⁴⁰⁶ “A prática era, então, obter a concessão, na forma de patente, para montar uma entrada. Os que ousavam fazer entrada sem a permissão oficial eram presos sem delonga”. In: RESENDE, 2003, *Op Cit.*, p.52.

⁴⁰⁷ OLIVEIRA, *Op. Cit.*, p.85.

⁴⁰⁸ Esses ataques já ocorriam no primeira metade do século XVIII na Freguesia de Guarapiranga, nos limites das áreas mineradoras da Comarca de Vila Rica, como descreve Maria Leônia Resende: “Na primeira metade do séc. XVIII, a região da Freguesia de Guarapiranga era o último reduto de exploração mineradora, de onde se estabeleceu uma barreira natural com a presença de *índios bravos* na Zona da Mata, como os Camancãs, Pataxós, Maxacalis, Botocudos, Puris-Coroados, que impediam o avanços dos colonos, rechaçando vigorosamente a expansão colonial como aconteceu, em 1731 a 1733, com os ataques indígenas às freguesias de Barra Longa e Furquim”. In: RESENDE, 2003, *Op. Cit.*, p.57.

⁴⁰⁹ A Freguesia de São Manoel do Rio Pomba foi estabelecida no Sertão do Rio da Pomba, tendo uma grande extensão territorial e correspondendo à porção sul e central da atual Zona da Mata, limitada ao norte pela Serra dos Arrepiados. In: PAIVA, *Op. Cit.*, p.22.

⁴¹⁰ O imaginário criado sobre os “índios bravos”, generalizados como Botocudos e Puris, dos Sertões do Leste foi útil ao processo colonizatório de duas maneiras distintas: afugentando os contrabandistas e aventureiros das densas florestas do sertão até meados do século XVIII e justificando a invasão das terras indígenas, sob a escusa da civilização e catequese desde a segunda metade do século XVIII. Assim, aponta Márcia Malheiros, “(...) a detecção

Leste, começa a se reconfigurar no contexto de expansão das fronteiras das Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, intensificando as concessões de sesmarias para colonos que desejassem “desbravar” os sertões. Muitos desses sesmeiros, no entanto, apenas se ocupavam em utilizar os recursos das florestas primárias e iniciavam os trâmites para conseguirem uma nova sesmaria e reiniciar o ciclo de exploração. Como afirma Warren Dean, “(...) *tendo consumido toda a floresta primária mais promissora em dada sesmaria, um donatário costumava vendê-la por uma ninharia e pedia outra, que normalmente obtinha sem dificuldades*”. O foco de Warren Dean na Mata Atlântica não o leva a uma análise mais sistemática do papel jogado com os povos originários nesse momento, certamente esses homens e mulheres habitantes das matas valiam, na visão dos sesmeiros, tampouco quanto ou menos que as matas onde habitavam, sendo apenas mais um obstáculo a ser vencido na conquista territorial:

Reduzir os índios era reduzir seu espaço vital a um pequeno pedaço de terra, restrito a famílias particularizadas, em oposição ao espírito coletivo inspirado pela ideia de aldeia. O restante do território seria ocupado por “gente civilizada” em busca de sobrevivência, dado em prêmio aos gentis homens da corte ou ofertando a algum plebeu digno de nota por seus esforços ou posses. Para estes últimos, uma vez recebida a terra, os índios passavam a representar o maior e mais incômodo obstáculo⁴¹¹

Mas, esses povos resistiram às constantes invasões e destruição de seus territórios⁴¹², como podemos observar em registro da expedição de reconhecimento dos Sertões dos Arrepiados e do Rio Manhuaçu, quando, estando na Barra de Santa Ana dos Arrepiados e Rio Casca, os comandantes da excursão comunicam o envio de escravos com soldados à sede da Freguesia de Guarapiranga para buscar mais mantimentos⁴¹³. Nessa expedição, que partira

de “índios brabos” e soltos pelo sertão instigava um discurso sobre a necessária intervenção da mão “civilizadora” da “sociedade civil” sobre eles, instituindo-se, a partir de então, religiosos, militares e particulares nas tarefas de contatá-los e *civilizá-los*”. In: MALHEIROS, Márcia, “Homens da Fronteira” Índios e Capuchinhos na Ocupação dos Sertões do Leste do Paraíba ou Goytacazes, século XVIII e XIX, UFF, Niterói, 2008.

⁴¹¹ AGUIAR, José Otávio. “Revisitando o Tema da Guerra entre os Índios Puri-Coroado da Mata Central de Minas Gerais nos Oitocentos: relação com o Estado, subdiferenças étnicas, transculturações e relações tensivas no Vale do Rio Pomba (1813-1836)”. In: Revista Minemosine. Volume 1. N. 2, jul/dez 2010. p.202.

⁴¹² Segundo estudos de Leônia Chaves de Resende, em vários ataques frontais contra colonos na região de Arrepiados, os indígenas estavam apenas respondendo à ocupação de suas terras e a anuência do governo da Capitania de Minas Gerais para tais ocupações. In: RESENDE, 2003, *Op. Cit.*, p.106.

⁴¹³ Carta de João Pereira Martins, Antônio Lopes dos Santos e do padre Manoel Luis Branco (1780). *Apud* PAIVA, *Op. Cit.*, p.146.

de Vila Rica em julho de 1781, o vigário Manoel Luiz Branco deixa um relato do encontro com os Puri da parte oriental da Serra dos Arrepiados⁴¹⁴:

A sua bandeira havia feito diversas prospecções minerais, onde acharam ouro em muita conta. O sertão era sadio, tinha muitas águas, boas e lavradas terras onde plantaram roça de milho e outras diligência para o adiantamento da fé e aumento do real erário do povo. Tudo rodeado de gentios! **Não obstante toda a cautela, levavam flechadas dos índios que eram muitos e pouco animosos**⁴¹⁵

Outros relatos demonstram o avanço sobre os Sertões dos Arrepiados na virada do século XVIII para o XIX (1798), quando o filho e herdeiro do Capitão José Luiz Borges Pinto solicita a licença para formar bandeira sobre a área “infestada” pelos gentios Puri, alegando estar apto, pelo legado do seu pai e pelas informações que portava consigo:

(...) Joaquim Borges Pinto Barreto apresentou um “mapa antigo”, deixado por seu “pai aventureiro” – o qual havia empregado, por muitos anos “na conquista de índios e na indagação de metal precioso”. O mapa era seu trunfo para conseguir a licença necessária afim de entrar em “terras proibidas” (...) No rascunho cartográfico, aparecia a Serra dos Arrepiados, “infestada de gentio Puri”, vertendo ao encontro do Rio Doce (...) a patente não demorou em lhe ser concedida”⁴¹⁶

No século XIX, o avanço sobre o Sertão dos Arrepiados intensificou-se e a serra de mesmo nome, como que por encanto, passa a ter a patente militar de “Brigadeiro”. Aos povos originários Puri, desterritorializados, não caberia sequer o “memória toponímica” da serra que derradeiramente os acolheu na longa marcha de mais de dois séculos pela sobrevivência física e cultural. Os arrepiados ainda seriam lembrados no topônimo do Arraial dos Arrepiados (atual cidade de Araponga) até 1826. A partir daí, foi incluído na toponímia do arraial, promovido a freguesia, um santo católico, coincidentemente o “pesador das almas no céu”, São Miguel Arcanjo, passando a chamar-se “Freguesia de São Miguel e Almas dos Arrepiados”, fato ainda hoje lamentado por pessoas que reivindicam a identidade Puri na região como um grande ironia imposta ao seu povo, em meio ao extermínio promovido pela ação do Estado⁴¹⁷.

As toponímias em Minas Gerais vinham sendo alteradas continuamente desde a descoberta do ouro, modificando a memória que se desejava preservar para um lugar, acidente

⁴¹⁴ Essa área corresponde atualmente à divisa entre os municípios de Ervália e Araponga, onde encontra-se a cabeceira do Rio Casca.

⁴¹⁵ RESENDE, 2003, *Op Cit.*, p.86. (*Grifo Nosso*)

⁴¹⁶ RESENDE, 2003, *Op Cit.*, p.31.

⁴¹⁷ Conversa informal com Jurandir dos Santos Assis, na cidade de Araponga em julho de 2019.

geográfico ou curso d'água. Ao analisar as toponímias da Capitania de Minas Gerais do século XVIII, presentes no Códice Costa Matoso⁴¹⁸, Maria do Carmo Gomes afirma que as mesmas “*revestem-se de historicidade e constituem verdadeiras paisagens toponímicas*”⁴¹⁹. Para a autora, os elementos naturais (serras e rios) e os culturais (fazendas e povoações), presentes no Códice, podem ser tipificados em três grupos: os topônimos indígenas, os topônimos religiosos e os topônimos pessoais⁴²⁰. Os *topônimos indígenas* denominavam, em grande parte, os elementos físico-geográficos do espaço nos sertões de Minas Gerais, mas, com o avanço do colonizador sobre os territórios indígenas, foi-se, aos poucos, alterando-se esse cenário e substituindo as antigas denominações indígenas por santos católicos, sacralizando os lugares com os *topônimos religiosos*. O mesmo ocorre na substituição dos topônimos indígenas pelos *topônimos pessoais*, deixando as marcas no território ocupado e subjulgando os povos originários, já que, naquele contexto, tal substituição representava “(...) *mais do que uma homenagem a um personagem considerado ilustre (...) um sentido de apropriação, de mapeamento de porções do território em constante disputa*”⁴²¹.

Na bibliografia que analisa aspectos históricos da Serra dos Arrepiados, o brigadeiro que “empresta seu título” à serra, extasiado com a beleza daquela cadeia de montanhas, o faz como em um toque de magia. Cabe-nos problematizar, aqui, essa visão simplista e que parece coadunar com o silêncio das fontes escritas e a ausência dos povos originários Puri na história do seu próprio território; as constantes citações ao Brigadeiro Bacelar, que, em época meio indefinida, andou pela serra para fazer algum serviço para o governo, não se respalda em fonte histórica de nenhuma natureza, seja ela oficial ou não, tornando-se um simulacro repetido entre os que estudam a história dessa serra. E, mesmo que essa documentação existisse e pudéssemos confirmar a presença do tal “Brigadeiro” na Serra dos Arrepiados, as problemáticas centrais manter-se-iam intocadas: a colonialidade, a dominação e o silêncio.

Esta colonialidade carrega-se das características residuais que foram silenciadas pela dominação imperial dos séculos iniciais do processo de

⁴¹⁸ O *Códice Costa Matoso* constitui-se de 139 documentos manuscritos, 5 impressos e 1 registro cartográfico, todos reunidos pelo ouvidor Caetano da Costa Matoso, a maior parte deles compilada entre 1749 e 1752, período em que ocupou a Ouvidoria de Ouro Preto.

⁴¹⁹ GOMES, Maria do Carmo Andrade. “O Batismo dos Lugares: a toponímia no *Códice Costa Matoso*”. In: *Vária História*, nº 21 (Especial *Códice Costa Matoso*), julho de 1999, p.421.

⁴²⁰ GOMES, *Op. Cit.*, p.435.

⁴²¹ GOMES, *Op. Cit.*, p.434. (*Grifo nosso*)

colonização e logo projetadas na modernidade ocidental como se fossem simplesmente inexistentes⁴²²

Por fim, como afirma Walter Porto-Gonçalves, “*dar nome próprio é apropriar-se*”⁴²³ e a linguagem, ao mesmo tempo em que territorializa, revela a tensão das territorialidades criadas, seja uma tensão de nível continental (América/Abya Yala) ou uma tensão mais localizada, mas não menos importante (Brigadeiro/Arrepiados) – “*A luta pelo território configura-se como uma das mais relevantes no novo ciclo de lutas do movimento dos povos originários*”⁴²⁴. E, como insistentemente escreve Aline Rochedo Pachamama, temos um território! No caso da Aline (historiadora, escritora, e ilustradora pertencente ao povo Puri), o território é a Serra da Mantiqueira, a “*Serra que chora, não por sentimento de tristeza, mas pela abundância de suas fontes de águas e cachoeiras*”⁴²⁵.

3.4 – A Identidade do “Povo da Mata” da Serra do Arrepiados

Olhar para a Serra dos Arrepiados como um território seria, outrossim, perceber as formulações das comunidades dos municípios que o compõe, enquanto agentes da sua produção – enquanto atores sociais. Cabe-nos, portanto, analisar os povos que habitam os grotões das encostas dessa serra, tantas vezes silenciados em nomenclaturas generalistas, desde a sua identidade reivindicada na atualidade:

Estamos entendendo que nos costões das serras do município mineiro de Araponga, encrustrados em grotões de difícil acesso, se temperou um tipo específico de ser brasileiro@, uma diferença colonial que tem ficado, até esta altura, ausente sob a nomenclatura generalista de caipira, roceir@, bugre e nativ@⁴²⁶

Buscaremos nesse subitem, portanto, darmos voz a esse “tipo específico de ser brasileiro”, uma vez que as fontes escritas promoveram um silêncio ensurdecedor à sua existência e memória. Partimos à análise de um caso na segunda metade do século XIX, para

⁴²² BARBOSA, *Op. Cit.*, p.24-25.

⁴²³ PORTO-GONÇALVES, *Op. Cit.*, p.29-30.

⁴²⁴ PORTO- GONÇALVES, *Op. Cit.*, p.29.

⁴²⁵ PACHAMAMA, Aline Rochedo. “Boacê Uchô, a história está na terra: narrativas e memórias do Povo Puri da região da Serra da Mantiqueira”. In: LEMES DE SOUZA, Ana Paula; VIANNA, Raphael; ALCÂNTARA, Valderi de Castro (Orgs.). **Ecologias das Águas: o futuro em corrosão**. Cambuquira: Nova Cambuquira, 2019. p.106 (nota 4).

⁴²⁶ BARBOSA, *Op. Cit.*, p.24-25.

fundamentação histórica desse silenciamento das memórias dos povos originários, especificamente dos povos Puri. Esse silêncio, podemos “ouvir como um grito” nos *Relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais*, nas seções dedicadas à Diretoria Geral de Índios.

Assim, em 1872, Antônio Luiz de Magalhães Mosqueira, Diretor Geral de Índios, justificava a criação do Aldeamento da Imaculada Conceição às margens do Rio Manhuaçu, com o argumento de evitar o completo extermínio dos Puri, como já ocorrera naquele momento, segundo ele, com os povos Coroados. Nos seus relatos, os Puri são descritos como uma horda de vagantes nus que andava a assustar os fazendeiros no território compreendido entre os rios Pomba e Manhuaçu, devendo ser aldeados para continuarem existindo:

Estes índios, outr`ora poderosos pelo seu número (...) ocupavam todas as florestas desde as margens direitas do Rio Doce até o Parahyba, onde se encontravam com os Coroados, hoje raça extinta. No Murihaé tinham o seu mais forte e impenetrável baluarte, denominando por ostentação – Puriéé – palavra que por corrupção, ou por não ser bem entendida a aspiração da primeira syllaba, conhecemos hoje por Murihaé (...) para se avaliar os grandes destroços que soffreo esta raça, basta ver que presentemente **os restos dos Purys** vagueam naqueles vales em bando de 20 ou 30, entregues a embriaguez, nus, famintos, odiados de todos os fazendeiros, enxotados de toda parte, sem um ponto onde se possam fixar⁴²⁷

Para a perda do território dos Puri, esmiuçada acima pelo Diretor Geral de Índios, são apontadas duas causas, o avanço da cafeicultura e a rivalidade entre os Puri e os povos originários, nomeados no relato como “Botocudos”. A solução apresentada para a questão, no entanto, é um cerceamento ainda maior aos “restos de Purys”, o que, na prática, apenas manteria os fazendeiros livres dos ataques desses “famintos selvagens”. Esse tipo de discurso, que mistura colonização/catequização e suposto humanismo, é a tônica dos relatos dos “Diretores de Índios” da Província Minas Gerais ao longo do século XIX; personificando na figura do diretor a salvação dos povos originários: “*Era dever, portanto, desta Diretoria procurar ainda com tempo salvar o resto das tribos dispersas dos Purys para não se extinguirem de todo como aconteceu a dos Coroados*”⁴²⁸.

Mas, se no Brasil Império (1822-1889), as profecias para os povos originários são apocalípticas, como podemos notar nos relatos acima, a ausência desses povos nos estudos

⁴²⁷ “Relatório do Diretor de Índios” - Antônio Luiz de Magalhães Mosqueira. In: Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais (Joaquim Floriano de Godoy). Ouro Preto, 15 de janeiro de 1873. p.13.

⁴²⁸ *Idem*, p.14.

históricos que analisam a formação das vilas de Minas Gerais foi uma tendência recorrente entre os historiadores até o final do século XX. Segundo Leônia Chaves Resende, essa ausência ocorre sobretudo pelo foco da historiografia regional nos temas referentes à Inconfidência Mineira⁴²⁹ ou na consideração, que deitou raízes entre os historiadores de Minas Gerais, de que a chegada das bandeiras e seu avanço nos séculos XVII e XVIII dizimou completamente a população nativa⁴³⁰. Supostamente dizimados nos primeiros contatos, esses povos foram historicamente silenciados, pois “*se a inserção ao mundo colonial foi devastadora sobre as formas tradicionais de produção indígena, foi ainda mais destruidora quando se pensa no apagamento de sua memória*”⁴³¹.

Para Aline Rochedo Pachamama, o caminho para apagar essa invisibilidade dos povos originários passa pela oralidade dos seus descendentes em seu tempo e lugar, pois “*a história e o aprendizado estão na terra, na oralidade e na memória dos povos da floresta, dos afro-brasileiros e outros*”⁴³². Como apontamento inicial para a questão, fala-nos um dos muitos atores sociais do território da Serra dos Arrepiados - voz que ecoa de Praia Danta, município de Araçuaia - descrevendo sua relação com as matas e sintetizando a identidade do seu povo, ambiental, econômica, cultural e afetivamente:

Nosso povo tem amor pelas mata, isso pra mim tem a ver com a etnia Puri... Povo da Mata, nosso povo num identifica muito como índio não, é o Povo da Mata. É o pequeno agricultor, que gosta da árvore por gostá da árvore. Ele corta por precisão, mas pensa que gosta de destruir? De manêra alguma!⁴³³

Essa relação afetuosa e ancestral dos povos originários com as árvores foi percebida por Jean-Baptiste Debret ao narrar um ritual funerário dos Coroado. Segundo Debret, no caso da morte de um chefe de família, seus ossos eram quebrados e seu corpo era depositado de cócoras no recipiente, juntamente com arcos, flechas e outros objetos do falecido, para depois enterrá-lo nos espaços de convivência do morto, aos pés de uma grande árvore da aldeia ou no centro da casa⁴³⁴. Essas observações de Debret, ainda que de forma inadvertida, ou mesmo intencionando apresentar a “selvageria” ou “excentricidade” dos povos originários nos seus rituais, nos faz entender como historicamente esses povos vivem em comunhão com a natureza

⁴²⁹ In: RESENDE, 2003, *Op. Cit.* p.10.

⁴³⁰ In: RESENDE, 2003, *Op. Cit.* p.9. Essas formulações teóricas são fruto sobretudo dos trabalhos do historiador Nelson de Senna.

⁴³¹ RESENDE, 2003, *Op. Cit.* p.12.

⁴³² PACHAMAMA, 2019. p.109-110.

⁴³³ Informante 18. *Op. Cit.*

⁴³⁴ DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1978, p. 54.

e nutrem pelas árvores uma relação que ainda hoje encontramos entre os descendentes de diversas etnias no leste de Minas Gerais. A fala da historiadora Aline Rochedo Pachamama, presente no livro “Morukah Puky”, expressa essa relação orgânica entre a humanidade do *Povo da Mata*, as florestas e os outros seres que nela habitam:

Nós somos um porque estamos ligados à imensa teia da vida. Cada inseto que transmuta e se refaz em nova cor; a folha que cai da árvore e agora é raiz; a flor que cumpriu seu percurso e amanheceu fruto; a formiga que ultrapassa as expectativas da física e carrega algo cem vezes mais pesado que ela mesma; o tatu que abre caminhos; o gavião terra, com seu voo decidido e preciso; a cobra e o sagrado feminino; o beija-flor, que encanta com seu voo mágico e nos estimula a encontrar a doçura e a alegria de cada situação; todos fazem parte dessa teia. A vida é um Encontro. Estamos interligados⁴³⁵

Voltemos ao vigário Manoel Luiz Branco, que andou pela Serra dos Arrepiados no final do século XVIII e produziu em 1781 uma das raras descrições do encontro com as aldeias Puri, demonstrando as tentativas de redução desses povos originários à fé cristã. Nas suas descrições, podemos encontrar alguns elementos da relação humanidade/natureza naquele tempo-espaço e que parecem persistir em um longa duração até os dias atuais. Assim, Leônia Chaves de Resende conta-nos o encontro do vigário:

A fim de reduzir a nação de gentio Puris à santa religião, antes de partir, deixou sobre o altar onde celebrava o sacrifício da missa um “presente de ferramentas”, um machado, uma foice, duas facas grandes e uma pequena, todos atados com um ramo verde para o gentio que sempre rodeava a comitiva. Pelo caminho polvilhou pequenas cruces, feitas por ele próprio, para que, **ao verem árvore tão singular, mais facilmente se reduzissem à fé cristã.** (...) pouco tempo depois, voltando o camarada à roça, não encontrou mais as ferramentas e, em seu lugar, fizeram os gentios outras cruces semelhantes⁴³⁶

Primeiramente, devemos notar a astúcia do vigário ao salpicar as cruces camufladas entre as árvores, na tentativa de ludibriar o “gentio” e convertê-lo, habilidade desenvolvida, certamente, no contato com as cosmogonias dos povos originários, já que o cura apadrinhara um “*índio adulto croato*” (Capitão Belchior) e empenhara-se no seu batismo e incorporação à sociedade colonial.⁴³⁷ No contato entre o “índio” e o vigário, seguramente houve muitos diálogos sobre fé, convertendo o primeiro aos ensinamentos cristãos e ensinando ao segundo

⁴³⁵ PACHAMAMA. Aline Rochedo. *Morukah Puky*. Rio de Janeiro: Pachamama Editora, 2009.p.

⁴³⁶ RESENDE, 2003, *Op. Cit.*, p.86.

⁴³⁷ PAIVA, *Op. Cit.*, p.145-146.

os elementos cosmogônicos da antiga fé do “croato”, habilitando o vigário a lidar com outros povos originários e catequizá-los. Mas devemos também lembrar que, como aponta Eduardo Viveiro de Castro, a fé dos indígenas⁴³⁸ brasileiros erigia-se como uma “estátua de murta”, sempre necessitando de uma nova poda onde a forma se desfizesse pelos galhos que crescessem:

Gente receptiva a qualquer figura mas impossível de configurar, os índios – para usarmos um símile vegetal menos europeu que a estátua de murta - eram como a mata que os agasalhava, sempre pronta a se refechar sobre os espaços precariamente conquistados pela cultura: eram como sua terra, enganosamente fértil, onde tudo parecia se poder plantar, mas onde nada brotava que não fosse sufocado incontinenti pelas ervas daninhas (...) o inimigo aqui não era um dogma diferente, mas uma indiferença ao dogma, uma recusa de escolher⁴³⁹

Mais de dois séculos separam esse “gentio”, que em 1781 “sempre rodeava a comitiva” que avançava sobre o Sertão dos Arrepiados, de um agricultor ancião, com o qual nos foi possível conversar na Comunidade da Grama, no Município de Ervália, mas a semelhança da relação de ambos com as árvores pode ser esclarecedora para a nossa análise. O gentio veria as cruzes no meio da mata e render-se-ia à fé católica por confundi-las, ou mesclá-las, com as árvores, se apenas visse a cruz o mesmo não ocorreria. As árvores para ele, portanto, Puri do final do século XVIII, são fruto da grande teia da vida e nela poderia expressar sua espiritualidade, não ocorrendo o mesmo com dois pedaços de madeira amarrados em cruz. A árvore não era apenas para produzir madeira, fazer sombra ou produzir fruto, ela não tinha apenas utilidade, ela era “*como pessoas ou sujeitos ao invés de objeto*”⁴⁴⁰. Já o ancião da Comunidade da Grama levou-nos para nos apresentar uma árvore pela qual tinha muita estima - o Pau Barrigudo. O homem, de mais de 90 anos, caminhou em passos lentos mais de um quilômetro e nos apresentou a árvore como uma velha amiga⁴⁴¹, a quem certamente contaria um segredo. O afeto e a proximidade do ancião com a árvore não o impediria, no entanto de entendê-la como fonte de alimento, necessária a sua sobrevivência⁴⁴². Assim relata como,

⁴³⁸ Aqui utilizamos “indígenas” reproduzindo as palavras do antropólogo Eduardo Viveiro de Castro.

⁴³⁹ CASTRO, Eduardo Viveiro de. “O Mármore e a Murta: sobre a inconstância da alma selvagem”. *In*: Revista de Antropologia. São Paulo, USP, 1992, v. 35. p.22

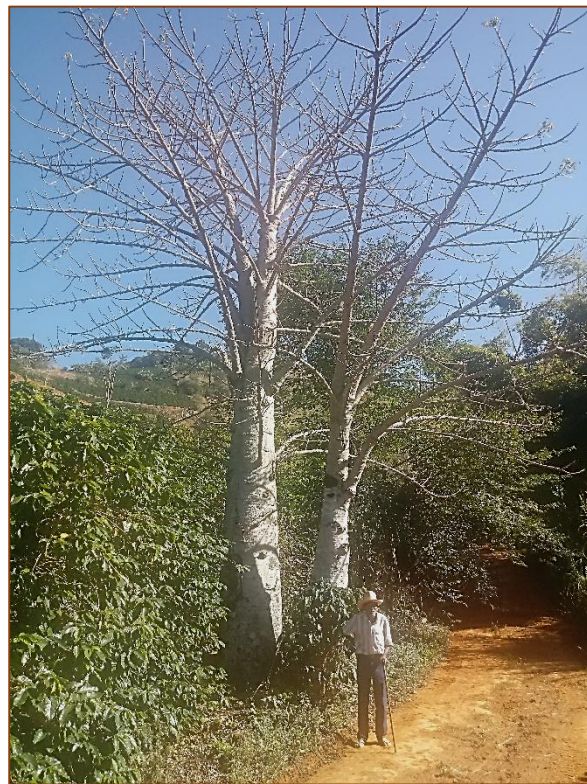
⁴⁴⁰ DESCOLA, Philippe. Outras Naturezas, Outras Culturas. Tradução Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34 (Coleção Fábula), 2016. p.16.

⁴⁴¹ Ou um velho amigo, já que ele referia-se à árvore o tempo todo no masculino.

⁴⁴² Próximo ao que Phillipe descola nos apresenta sobre os povos Achuar na Amazônia e os povos Cri no Grande Norte do Canadá em relação aos animais de caça, que se deixam caçar por compaixão ao caçador, que necessita se alimentar: “*É então por um ato de generosidade que os animais oferecem seu corpo aos homens, para que estes possam se alimentar*”. *In*: DESCOLA, *Op. Cit.*, p.16.

depois de cortar e retirar a casca de árvores semelhantes a que acabava de nos apresentar, obtinha-se a farinha de pau barrigudo pra matar a fome:

Aí, punha pra secá no soli, depois de seco no soli é que torrava ele, muía ele no munho e aí que tinha a farinha (...) dentro do tronco, por dentro é macio, ué (...) puro mamão, punha dentro dum pano e aí secava e virava farinha, farinha de pau barrigudo (...) boa igual a de mandioca não é... serve pra mata a fome, né!⁴⁴³



FIGURAS 17 & 18 – A árvore de Pau Barrigudo e Seu Amigo Ancião – Grama, Ervália, Julho de 2019

Perguntado sobre o gosto pelo plantio de árvores, o ancião não titubeava em responder e oferecer detalhes sobre as diversas árvores que tem, e mantém, no seu terreno, detalhando seu conhecimento sobre como usar cada uma delas. Reflorestar, na perspectiva apresentada por ele, era, antes de tudo um ato de afeto e curiosidade com as árvores, mas também de conhecimento sobre a espécie a ser cultivada que, se plantada em terreno impróprio, não sobrevivia:

A que eu visse no terreno do zôtro, podia contá que eu trazia pro meu (...) pra tê mesmo, pra lembrá e se o zôtro peiguntá, falo: é isso aí, ó!

⁴⁴³ Informante 5, homem de 90 anos. Entrevista realizada na comunidade da Grama, Ervália, por Adailton Damiano dos Santos em 25 de julho de 2019.

Aquela ali é do alto dum terreno meu, lá tem um pé lá, chama “sobragile”. A candeia branca nasceu aí, é da natureza do terreno. Braúna eu plantei perto do pau barrigudo ali, ela cresceu e ficô assim (mostra a atura de 1m), depois ela num guentô, morreu (...) ela num gostô do terreno, né! É “curamade” essa aqui, é usada pra quem sofria de hemorroida (...) panha a foia assim, depois cozinha na panela. De primêro num tinha recurso, tinha que inventá o recurso⁴⁴⁴

Outros informantes também nos apresentaram espécies que utilizam no reflorestamento: ingá, fedegoso, paina, cedro, abacate, castanha. Esses reflorestamentos são feitos no consorciamento de várias espécies, formando, o que um dos informantes definiu como “floresta de verdade”. É quase geral também, entre os pequenos proprietários, o apontamento dos benefícios do eucalipto, quando plantado em pequenas moitas e evitando áreas próximas aos cursos de água. Ter eucalipto na propriedade é ter os mourões para cerca, os esteios de casas, os caibros para telhados, os cercados para os animais – chiqueiros, galinheiros e viveiros em geral. Dessa espécie arbórea é produzida madeira para diversas atividades do campo, sem ter que desmatar, pois “ninguém aí fica sem cortá árvore, não tem jeito”⁴⁴⁵.

Há uma grande variedade de plantas das matas que são utilizadas como alimentos, seja retirando-as da própria mata ou cultivando-as em pequenas hortas. Nas hortas são cultivados carás de rama, batata-doce, espinafre, abóboras variadas, peixinho de folha, capiçova, quiabo, couve. Dos brejos também retiram-se alimentos, como os brotos da taboa, conta-nos a agricultora e benzedeira da Comunidade da Grama, em Ervália: “*A taboa, na taboa lá tem aqueles brotim do chão (...) chama palmito de taboa. Lá cê tira a raiz branquinha dela, pica bem picadinho. Freiventa ela, faz iguale palmito mesmo*”⁴⁴⁶. Próximos aos brejos cultivam-se a taioba, os carás de terra (ou de chão) e o inhame (Figura 19). De alguns arbustos retiram-se frutos e folhas, como a jurubeba⁴⁴⁷ e o lobrobrô⁴⁴⁸. Nas lavouras de café crescem naturalmente a serralha (ou serraia), folha meio amarga, preparada em refogados e consumida com angu. Muitas variedades de palmito⁴⁴⁹ também são utilizadas: palmito da samambaia, o palmito do gravatá e o palmito de palmeira. Sobre esse último, no entanto, os olhares afirmam

⁴⁴⁴ Informante 5, *Op. Cit.*

⁴⁴⁵ Informante 18. *Op. Cit.*

⁴⁴⁶ Informante 7, mulher de 72 anos. Entrevista realizada na comunidade da Grama, Ervália, por Adailton Damião dos Santos em 25 de julho de 2019.

⁴⁴⁷ Pequeno fruto verde e amargo, que faz-se refogado. Muito conhecido na Comunidade do Careço e na Serra do Tabuleiro (Ervália).

⁴⁴⁸ Nome dado no município de Ervália ao “ora pro nobis” (*Pereskia aculeata*) - folha tradicionalmente preparada como refogado e acompanhada de alguma carne. Recentemente este alimento tradicional de Minas Gerais foi “descoberto” e é utilizado como iguaria nos restaurantes de *haute cuisine*.

⁴⁴⁹ Nas falas da comunidade da Grama, em Ervália, notamos que a todo tipo de caule ou broto consumido, denomina-se “palmito”.

o uso e as falas negam, seguramente pelas intensas campanhas de conscientização feitas pela Unidade de Conservação para proteger a Palmeira Juçara (*Euterpe edulis*).

Sobre a palmeira juçara, transcrevemos abaixo o diálogo com um morador do Córrego dos Paula, em Araponga, que demonstra em seu chiste a consciência ambiental de que a retirada do palmito elimina a planta, sendo uma interferência antrópica altamente destrutiva:

Informante — O palmito, a pena dele, cê sabe quando? não né?

Entrevistador — Não.

Informante — É quando ele brotá...

Entrevistador — Sim, por quê?

Informante — Por que ele não brota nunca. (risos)⁴⁵⁰

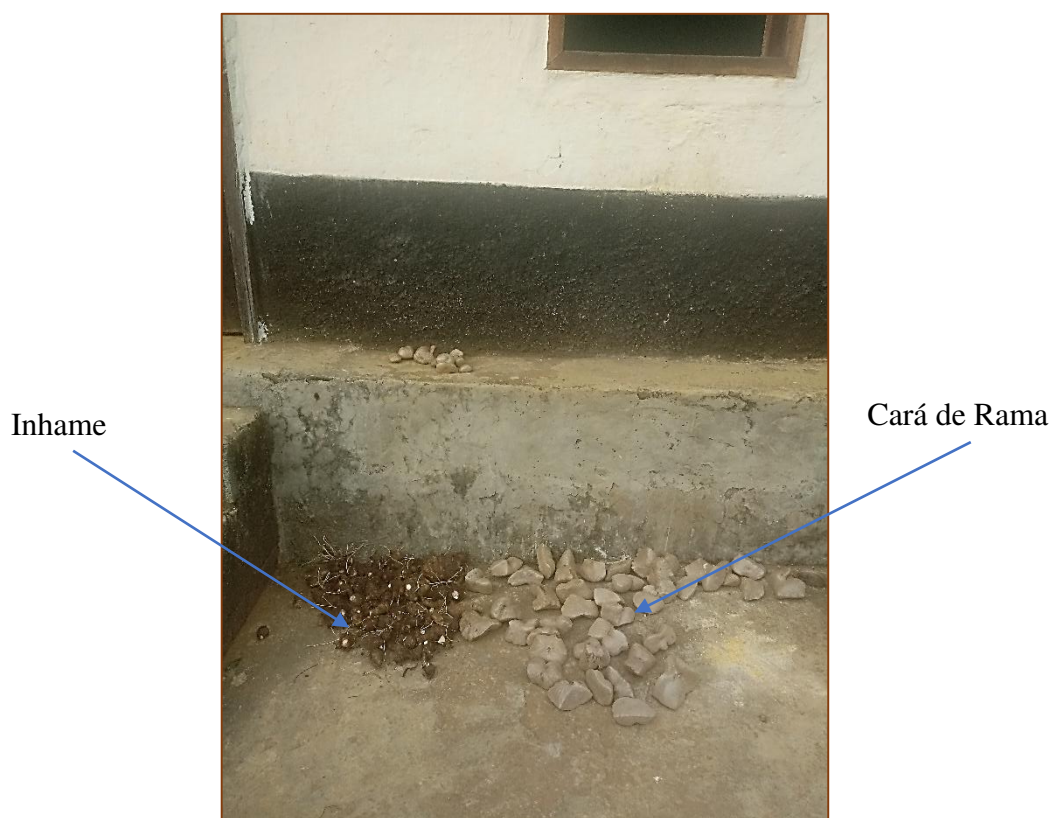


FIGURA 19 – Cará de Rama e Inhame, colhidos na horta e secando ao sol para conservarem por mais tempo. Pico do Boné, Araponga, Julho de 2019

O uso medicinal das plantas das matas também é uma das reivindicações do *Povo da Mata*, que têm sua farmácia na floresta, como afirma um morador da Córrego dos Paula (citado logo acima), que trata sua diabetes com casca de Pau Pereira⁴⁵¹. Há uma infinidade de

⁴⁵⁰ Informante 1, *Op. Cit.*

⁴⁵¹ Informante 1, *Op. Cit.*

folhas, cascas, raízes e seivas que tradicionalmente são usadas pelos descendentes Puri no Território da Serra dos Arrepiados. Contudo, há a percepção de que não é em todas as partes que a “farmácia da mata” reproduz suas espécies medicinais; tem plantas que somente podem ser encontradas em partes específicas da mata. Muitos desses locais específicos, depois da delimitação da Unidade de Conservação, passaram a ser proibidos à população, como ironicamente nos pontua um morador de Araponga: “(...) *que eles fala: é intangívi, é intangívi*”⁴⁵². Esse mesmo morador, que ironiza o fato de determinadas áreas do parque serem “intangíveis”, apresenta-nos a variedade de plantas que ainda são usadas pelas comunidades, tanto para tratamento de saúde nos seres humanos, como para a homeopatia⁴⁵³ no tratamento de animais:

Tem muitas planta de chá usada pelo povo ainda, da mata tira a farmácia (...) tem várias; Por exemplo, a Doradinha do campo, cê tira Unha de Gato de Babado, tira Jaciana, tira Cinco Folha. A Jaciana e a cinco Folha é árvore. Um cipó muito usado, um antibiótico muito forte... o Azogue. Tem muitas planta que é usada até hoje! O Agrabo pra cicatrização, pra podê usar na vaca quando põe a manha do corpo pra fora⁴⁵⁴

Seja para alimentação ou para a cura e tratamento de doenças, o uso as plantas⁴⁵⁵ é uma herança ancestral do povo conhecedor das florestas. Perceber as plantas, as árvores de maneira especial, como remédio não é apenas percebê-las como a cura para o corpo, muitas delas são usadas nas “benzeções”, como cura para males invisíveis. Essa prática popular de cura, que une as plantas e as rezas, continua sendo amplamente praticada na Serra dos Arrepiados e no seu entorno. Nada raro é encontrar nas portas das casas, as plantas mais conhecidas por trazerem proteção ao lar, sobretudo as que não deixam entrar no convívio familiar o mau-olhado (comigo-ninguém-pode, guiné, arruda) ou os maus espíritos (espada de São Jorge).

Uma informante da comunidade da Grama (Ervália), uma benzedeira de 72 anos, queixa-se da forma pejorativa como algumas pessoas se referem às suas práticas de cura,

⁴⁵² Informante 18. *Op. Cit.*

⁴⁵³ Utilizamos aqui a palavra citada pelo informante para o tratamento dos animais (homeopatia), mas o tipo de tratamento aplicado é, na verdade, a “fitoterapia”.

⁴⁵⁴ Informante 18. *Op. Cit.*

⁴⁵⁵ Em levantamentos realizados em 1993-1994 e 1997, Helton Nonato de Souza nos apresentam 34 famílias de árvores utilizadas em pequenas propriedades rurais em 6 municípios próximos à nossa área de estudo. Essas espécies vegetais são utilizadas nos Sistemas Agroflorestais, para obtenção de alimento, madeira, medicina, produtos variados e para produção de biomassa e fertilização do solo. *In: SOUZA, 2012, Op. Cit., p.97.*

definindo-as como feitiços. A benzedeira nos conta suas origens e seu contato com as ervas que curam, conhecimento transmitido pela sua avó materna, filha de índia “panhada” no mato⁴⁵⁶:

A minha bisavó, mãe de minha vó, minha vó falava quela era índia, foi panhada no mato (...) ela falava com nós: minha mãe num tinha um fio de cabelo branco, o cabelo dela batia aqui (na cintura). Índia era mesmo, minha vó morreu com os cabelo pretinho... ela falava assim – e ôês tamém, cêis é uma beiradinha de índio, num sei se era Puri (..) Ela falava tudo que êis fazia, fazia chá, falava tudo (...) Eu faço muitas coisa, mas muita coisa eu esqueço⁴⁵⁷

Na tradição herdada dos Puri, todas as árvores têm uma conexão com o mundo espiritual, sendo algumas delas conhecidas e utilizadas na atualidade – as *Árvores Encantadas*. Embora sejam citadas outras árvores como as detentoras do encantamento para os povos originários Puri (Sapucaia, Sumaúma, Jequitibá, Araucária, Paineira)⁴⁵⁸, a Gameleira (*Ficus doliaria*) foi a que percebemos como a “mestra dos encantamentos” no Território da Serra dos Arrepiados. Detectamos em várias cidades, tanto no entorno imediato da serra (Araponga, Miradouro, Ervália, São Miguel, Cajuri), como em cidades um pouco mais distantes (São Geraldo, Visconde do Rio Branco, Coimbra, Viçosa e até Mariana⁴⁵⁹), semelhanças em relação ao uso simbólico dessa espécie vegetal⁴⁶⁰.

A Gameleira é uma árvore que desperta sentimentos contraditórios, muitos afirmam que por ela não se deve passar durante à noite, já que na sua copa, quase sempre frondosa, os demônios se reúnem para confabularem⁴⁶¹. Ao mesmo tempo, a gameleira é vista como uma árvore que cura, levando as pessoas a deixarem ex-votos no seu tronco: “*Árvore mística, que a*

⁴⁵⁶ Embora termos e expressões “caçada” e “pegada no laço” sejam recorrentes na Zona da Mata Mineira e possivelmente em todas as áreas antes definidas como Sertões do Leste de Minas Gerais, um informante nos descreveu como a sua bisavó tinha sido retirada do mato: “*Ela foi pegada no mato, uai. Vai vigianu, põe fumo lá, cachaça. Põe, ela beba, marra ela e traz (...)*Tinha que dá cachaça... Invocava era com pinga e eles ia bebenu cachaça e trazia”. In: Informante 5, *Op. Cit.*

⁴⁵⁷ Informante 7, *Op. Cit.* Relatos como esse, partindo da fala de uma mulher descendentes dos povos originários não é um acaso, coincidindo com as falas de diversas mulheres apresentadas no livro “Guerreiras”: “*Entendemos o valor de registros históricos, mas a oralidade sempre foi e sempre será nosso método. A mulher indígena hoje representa também a mulher indígena do passado, num presente vivo, pois nela há sabedoria ancestral (...) a mulher guardou esses valores e os semeou nos seus. Guardou e agora registra em palavras*”. In: PACHAMAMA, Aline Rochedo. **Guerreiras (M’baima Miliguapy)**: mulheres indígenas na cidade, mulheres indígenas na aldeia. Rio de Janeiro: Pachamama Editora, 2018. p.13.

⁴⁵⁸ A Araucária e a Paineira são árvores encantadas do povo Puri da Serra da Mantiqueira (MG), segundo Aline Rochedo Pachamama, e a paineira também demonstram afeto e encantamento para os Puri do município de Rio Pomba, segundo o historiador, também descendente de Puri, Adriano Toledo de Paiva.

⁴⁵⁹ Embora essa cidade esteja distante do nosso recorte espacial de pesquisa, vale destacar o relato recolhido, devido às coincidências simbólicas encontradas em relação às Gameleiras no entorno da Serra dos Arrepiados.

⁴⁶⁰ Os relatos e as tradições orais referentes às Gameleiras não foram coletados seguindo todos os protocolos exigidos na pesquisa, uma vez que as formulações hipotéticas sobre essa árvore surgiram apenas no final da escrita da dissertação e quando as pesquisas de campo já haviam sido concluídas.

⁴⁶¹ Tradição recolhida em Ervália.

*pessoa coloca no tronco da árvores foto, gesso ou molde da parte do corpo que quer curar no e pede a cura. É a árvore dos espíritos também*⁴⁶².

Em Viçosa, na área rural das Coelhas, o benzedor Zé Regino usava a gameleira para curar. No seu tronco, os que buscavam as curas, depositavam moedas e as enfermidades, visíveis e invisíveis, ficavam retidas na oferenda. As moedas permaneciam no tronco, sem que ninguém ousasse retirá-las, já que havia a crença de que, se alguém retirasse alguma moeda, o mau depositado na mesma passava para o meliante. Em volta dessa gameleira havia ainda uma cerca, que impedia a saída dos maus espíritos durante o período da quaresma⁴⁶³.



FIGURA 20 – Gameleira Encantada Diante da Capela de Nossa Senhora das Dores. Sítio Catinga, Ervália, outubro de 2019

Na Serra da Piedade, entre os municípios de Visconde do Rio Branco e São Geraldo, é famosa a história de um homem que negociou com os demônios embaixo de uma *Gameleira Encantada*. Em troca da riqueza que pedia, o negociante oferecia sua alma e prometia deixar uma marca na entrada da sua casa, demonstrando gratidão ao “espírito benfeitor”. Tornando-se

⁴⁶² Relato recolhido em Mariana, informalmente e sem registro em áudio.

⁴⁶³ Relato recolhido em Viçosa informalmente, com registro de áudio, mas sem as formalidades solicitadas.

um rico fazendeiro, o homem mandou esculpir dois chifres para adornar a porteira da entrada da fazenda, pagando a dívida adquirida com o espírito da árvore.

Um benzedor de 85 anos, morador do Bairro da Areia Branca, em Araponga, continua utilizando o Mata Pau⁴⁶⁴, como refere-se à Gameleira, nos seus rituais de cura, embora ele considere-a como uma árvore amaldiçoada. Segundo conta, o criador amaldiçoou essa árvore por ela produzir um fruto venenoso e infértil, um tipo de figo seco. Ainda assim, ele aprecia a gameleira como uma árvore milagrosa: das folhas faz-se uma infusão que é um excelente tratamento para as dores do período menstrual; da casca faz-se um chá que cura a gastrite; com leite que sai do galho controla-se a pressão arterial. Conta que antes tinha gameleira por todos os lados em Araponga, agora restaram poucas e uma delas ele mantém no seu quintal⁴⁶⁵.

Falar e se emocionar pela presença de uma árvore, saber a idade da mesma, conversar e negociar com ela, perceber até mesmo sua tristeza ou alegria, nada mais assustador para uma cultura ocidentalizada que, como já vimos, há séculos vem entendendo esses e outros seres, se não todos os que não sejam humanos ou humanizados/adestrados, como meros recursos a serem explorados para a sobrevivência humana. Não é coincidência que as reivindicações identitárias dos Puri da Serra dos Arrepiados sejam: a terra, a mata, os córregos, os bichos e as rochas... Para falar desses aspectos identitários temos que falar também desde o tempo presente, pois, como já é sabido em abundância, nas fontes escritas raleiam os relatos dos povos com tradição oral e paira o silêncio sobre suas memórias.

Outro aspecto importante que nos remete à identidade do *Povo da Mata* são as referências espaciais utilizadas no entorno da Serra dos Arrepiados. Referências ligadas às rochas, aos picos, aos córregos. Na região conhecida como Estouro, na zona rural de Araponga, abundam as referências aos córregos para localização das comunidades, como nos informa uma agricultora, atenta a sua espacialidade:

O Estouro aqui, ele é grande, né, mas tem os córgo que tem os nome. Iguale aqui, onde que nós mora é Paula e tem o Córgo dos Perêra, tem o Córgo dos Gabrié. Tem córgo po nosso lado de cá, tem Manja, Carapina, Tromba Danta, tem o Brigadeiro ... Itaquaruçu, tem Braga. Tudo os córgo (...) Tudo é estouro, só que tem o nome dos córgo do

⁴⁶⁴ A nomenclatura “Mata Pau” refere-se a uma característica adaptativa desta espécie vegetal, que, semeada no tronco de outras árvores por fezes de pássaros, abraça o tronco da árvore onde está hospedada, alimentando-se da sua seiva até suas raízes alcançarem o solo. O destino da árvore onde ela se hospedou é o estrangulamento e a morte.

⁴⁶⁵ Relato recolhido em Araponga, informalmente e sem registro em áudio.

lugá. Onde a gente mora tem o nome do lugá (...) sempre tem um corguim...

Para John Commeford, os córregos são as referências às localidades, referências às famílias e à reputação; é uma forma de nomear o lugar empírico e está associado a uma prática de localização moral⁴⁶⁶. Os córregos com nomes de família, embora não tenhamos realizado nenhum levantamento quantitativo, são os que parecem prevalecer. Mas, a utilização dos cursos de água para definir a especificidade dos locais, nos leva a uma outra hipótese: os “córregos” são lugares simbólicos do convívio comunitário, onde boa parte das relações sociais ocorriam e, em certa medida continuam ocorrendo. É nos córregos onde se pesca; é nos córregos de onde se tira a água pra regar as plantas; é nos córregos que estão localizados os moinhos d`água para processar os cereais; é nos córregos onde pode-se parar para pensar na vida; é nos córregos onde as crianças se banham nos fins de semana e onde começam muitos namoros na adolescência. E, assim como os córregos, as pedras e rochas também cumprem a mesma função simbólico-referencial. Uma senhora agricultora, moradora da Serra das Cabeças, quando perguntada se morava na Serra das Cabeças, respondeu: “*Sim, na Pedra do Racha*”⁴⁶⁷, marcando sua referência simbólica à pequena cachoeira, que corre sobre um rocha partida em duas pela força e constância da água corrente, a 200 m da sua casa.

A relação com o *Povo da Mata* com os animais também apresenta algumas particularidades que merecem destaque. Nos conta a benzedeira da Comunidade da Grama, como o tatu era importante para todos antes de chegarem as vacinas contra o sarampo, descrevendo o ritual que fazia para utilizá-lo para prevenir tal doença:

É assim, eu matava ele male matado, pra ele ficá vivo inda. Aí trazia ele, punha a bacia de água morna lá no chão, bacia de água morna no chão e vinha com ele, vivo ainda, e punha o fucizim dele pra baixo assim e dexava pingá três pingo de sangue dele (...) quando pingava os três pingo de sangue na água, dava o banho no menino das cabeça aos pé. Aí num panhava sarampo não. Eu tenho uns menino que nunca tiveru sarampo (...) era pra privini o sarampo⁴⁶⁸

⁴⁶⁶ COMMERFORD, J. Onde está a comunidade? Configurações sócio-morais e a redefinição dos limites do rural e do urbano. CPDA/UFRRJ (s/d) (Texto não publicado). *Apud*: TEIXEIRA, Maria do Carmo Couto. “Relações Socioambientais e Educativas em Área de Preservação Ambiental”. *In*: Educ. foco, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, set 2009/fev. 2010, p.159 (Nota 3).

⁴⁶⁷ Informante 11, *Op. Cit.*

⁴⁶⁸ Informante 7, *Op. Cit.*

Todos estavam sujeitos ao sarampo, “*o sarampo era ex-cumungado*”⁴⁶⁹, e o sangue do tatu era a única forma de prevenção, “*o sangue do tatu era a vacina*”⁴⁷⁰. Mas, se a prevenção não fosse feita e o sarampo atacasse alguém, tinha que passar “*arucum ao redô dos Zói*”⁴⁷¹, pra ele não entrar para o corpo. Passava-se o urucum em volta dos olhos e da garganta, evitando-se, assim, que o sarampo se espalhasse.

Perguntada se comia a carne do tatu usado no ritual, a benzedeira responde que tinha que comer de tudo, porque antes as pessoas “passavam muita falta das coisas” e não podiam escolher comida. Carne só comia se se caçava ou alguma galinha de vez em quando, já os porcos só tinham os fazendeiros e boi para carne ninguém tinha. Ela comia a carne do tatu, mas tinha um pouco de nojo, sobretudo da fêmea, porque “fedia a leite”, principalmente nos períodos em que estavam com cria pequena e amamentando.

O casco do tatu também era usado pra proteger as lavouras dos ataques de outros tatus, citados como exímios predadores das raízes das plantas⁴⁷². As lavouras de milho eram protegidas de acordo com a descrição do ancião da Comunidade da Grama. Segundo ele:

E mais, com o casco dele cê fazia simpatia pra eles num rancá o milho. Cê plantava no coité dele, tirava o coité e punha pra secá no sol, depois cê media o milho nele pra plantá, Era simpatia pra módi num rancá, né? (..) assim eles dizia que protegia. Rancava, tinha moita de milho que ele rancava tudo, cova por cova assim⁴⁷³

Sobre fauna há uma reconhecimento geral da importância da Unidade de Conservação, que fez com que os bichos aumentassem muito. Na cidade de Araponga, por exemplo, um agricultor nos conta que os bichos perderam até o medo dos seres humanos, depois que passou a ser proibido caçá-los e até tornaram nossos amigos. Conta com alegria de quem ama os pássaros e que, certamente já havia engaiolado alguns. Agora eles estão soltos e felizes; até o pássaro que dá nome à sua cidade reapareceu:

Cê vê, os animais mesmo, viraru amigo nosso, né? Por exemplo, a pomba trucas, jacu, inhabô, quati... araponga mesmo, elas passava longe, né, um pássaro bonito, agora de vez em quando você vê cantanu nos arto: tin, tin, tin⁴⁷⁴

⁴⁶⁹ Informante 5, *Op. Cit.*

⁴⁷⁰ Informante 7, *Op. Cit.*

⁴⁷¹ Informante 5, *Op. Cit.*

⁴⁷² Informante 14, *Op. Cit.*

⁴⁷³ Informante 5, *Op. Cit.*

⁴⁷⁴ Informante 19, homem de 63 anos. Entrevista realizada na cidade de Araponga por Adailton Damiano dos Santos em 5 de abril de 2019. Essa fala nos fez lembrar os versos de Aline Pachamama, nas suas análises sobre sabedoria

Para outro agricultor, no entanto, é preciso controlar um pouco os animais, porque alguns que estão aumentando demais e causando grandes estragos nas plantações, como é o caso do jacu e da capivara. As revoadas de Jacu não deixam uma caroço de café no pé e as capivaras comem tudo que encontram pela frente. A percepção do desequilíbrio, segundo ele, devia ser analisado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), para que algumas espécies pudessem ser caçadas até que se reequilibrasse quantitativamente, o que seria bom para os agricultores e para as matas.

Não é difícil pensar porque os tatus eram animais sagrados para o povo originário Puri; trazia a cura, trazia a carne e ainda impedia que as lavouras fossem destruídas pela sua espécie. Ao mesmo tempo, não é estranho perceber que, apelidar alguém de “tatu” seja algo pejorativo na região do nosso estudo, indicando ignorância e limitação intelectual da pessoa apelidada. Claro está que, limitação intelectual e os nossos “tatus” propositalmente andam juntos, em uma sociedade onde tentou-se apagar todas as referências simbólicas dos povos que tinha esse animal como sagrado. Um silenciamento identitário que urge em ser visto e ouvido, por que está vivo e tem voz, como uma voz que ecoa desde a Serra da Mantiqueira e brada na sua essência de povo originário Puri: *não somos lenda, isso é real!*⁴⁷⁵

e espiritualidade do povo originário Puri: *“Quem souber cantar uma canção, cante! Quem souber dialogar com um animal, dialogue”*. In, PACHAMANA, 2009.

⁴⁷⁵ Fala de Teresinha Puri, recolhida por Aline Rochedo Pachamama. In: PACHAMAMA, 2019, p.

**CAPÍTULO 4 – A Serra dos Arrepiados e a Santa que Faz Chover:
inventário Participativo da Trilha das Dores
(Produto Final)**

Tem uma ligação muito boa essas comunidade, quanto a de lá, quanto a de cá. A trilha liga nós muito, aquela trilha, né... aquela subida maravilhosa, nós faz ela todo ano(...) Então, nós faz esse trecho todo ano. É uma coisa que, através de lá, liga nós sobre esse trilho aí, que leva nós lá e traz eles para cá. É uma ligação muito forte também, que aquele trilho ali, parece que já tá marcado de coisas boa (Ana Leila, moradora da Serra das Dores)

Lá no lugá que ela tá eu ganhei quatorze fio. Eu ganhava um e levava, eu ganhava outro e levava pra visitar Nossa Senhora das Dores, pra agradecê, sabe? (Dona Maricota, moradora do Careço)

Como produto final dessa dissertação, elaboramos um Inventário Participativo da Trilha das Dores, ligação entre a Comunidade do Careço (Ervália) e a Comunidade da Serra das Dores (Miradouro), passando pelo interior da Unidade de Conservação Parque Estadual Serra do Brigadeiro. O objetivo central do inventário foi documentar junto com às comunidades do entorno da Trilha das Dores a *Romaria das Dores* e a *Troca de Santos*, rituais realizados entre os moradores para “fazer chover”. As informações organizadas no inventário serão apresentadas posteriormente às Casas de Cultura de Ervália e Miradouro, na possibilidade de registro da Trilha das Dores como Bem Cultural Imaterial nos dois municípios. Nessa dissertação apresentamos uma compilação dos dados em forma de livreto (Anexo III), no qual destacamos os relatos visuais e orais levantados no inventário. Os relatos visuais estão expressos nas fotografias e desenhos e o oral no audiovisual com a fala das comunidades, acompanhando o livreto em CD-ROOM.

As trilhas existentes na Serra dos Arrepiados são antigos caminhos de comunicação entre as comunidades, normalmente utilizadas para visitar os vizinhos do “outro lado da serra”, realizar comércio, encurtando as distâncias em muitos quilômetros. As trilhas são antigas picadas no meio da mata, servindo de rotas de passagem e/ou fuga dos Índios Puris. Nos relatos que coletamos, nos foi possível detectar esse antigo uso desses espaços de contato entre um lado e o outro da serra:

Nosso povo tinha essa ligação, talvez pelos puri, talvez depois pelos negro. Tinha essa ligação do lado de cá da serra com o lado de lá, né. Casamento do pessoal de cá com o pessoal de lá, era tudo passado pelas trilha (...) Laços mesmo familiares que contavam muito, mas tinha comércio também, na tropa de burro. Quando eles fala que tem uma das trilha que é a Trilha das Moça Robada, o cara vei cá e a moça queria casá com o rapaz lá, os pai num queria. O caro botá dentro do cargueiro, encheu de palha e virô lá encima, já ia leva milho pro ôtro lado lá da serra. Levô as moça, passo e foi embora com elas pra lá; duas moça, uma num balai e ôtra no ôtro (...) eles fala Trilha da Fazenda do Brigadeiro, mas, na verdade, o povo lá da comunidade fala a Trilha das Moça Robada⁴⁷⁶

São caminhos que acompanham as sinuosidades das montanhas e, via de regra, alcançam o ponto mais alto da montanha, desembocando na vertente oposta da serra. Há ainda as trilhas que levam aos picos, com declive acentuado e contornando as rochas que se pretende alcançar o cume. Muitas dessas trilhas, que após a delimitação do PESB atravessam a Unidade

⁴⁷⁶ Informante 18. *Op. Cit.*

de Conservação, são apontadas como espaços de conflito⁴⁷⁷ na gestão do parque. Esses conflitos ocorrem pela proibição do seu uso e pela interrupção, forçada espacialmente, das relações sociais e históricas da região. Assim afirma GJORUP:

Há diversas questões que se mantêm em conflito. Como a utilização das trilhas pelos moradores das comunidades limítrofes ao PESB, uma vez que existe forte relação de parentesco e de comércio entre comunidades dos lados oriental e ocidental da serra⁴⁷⁸

A Trilha das Dores, também conhecida como Trilha da Serrania ou do Tabuleiro, ainda mantém vivas as relações de parentesco e comércio entre várias comunidades nas vertentes ocidental e oriental da serra, incorporando, ao longo de sua história de uso, a simbologia de rituais católicos ligados à natureza. O caminho é uma mistura de estrada e trilha: estrada da Comunidade do Careço até a Serra do Tabuleiro (5km), trilha da Serra do Tabuleiro, passando pelo PESB, até a Serra das Dores (4Km) e estrada novamente até a Capela de Nossa Senhora das Dores (2Km). Durante os 11 Km de extensão, os cruzeiros⁴⁷⁹ guiam o caminhante nos entroncamentos.



FIGURA 21 – Cruzeiro na Estrada da Serra do Tabuleiro. Janeiro de 2019

⁴⁷⁷ Esse foi um Problema levantado no DRP realizado por Miguel Barcellos Gjorup em 1994 em sete comunidades do entorno da PESB, onde a população local relatava a proibição do uso das trilhas pelo IEF. *In: GJORUP, Op. Cit.*, p.40.

⁴⁷⁸ GJORUP, *Op. Cit.*, p.64.

⁴⁷⁹ Pode-se observar que esses cruzeiros são enfeitados nas comemorações de Santa Cruz, no mês de maio.



FIGURA 22 – Cruzeiro na Divisa de Propriedade Rural Com a Estrada na Serra do Tabuleiro (Ervália), janeiro de 2019

A paisagem do caminho é marcada pela presença das lavouras de café, consorciadas com milho, pequenas áreas de plantio de eucalipto, capoeiras e matas secundárias em formação, além de diversos cursos d'água e da Cachoeira do Tabuleiro. As casas são construídas próximas aos terreiros de café⁴⁸⁰, quase sempre em frente a eles e, com raras exceções, têm uma cruz enfeitada na porta. As porteiros marcam o limite, não muito rígido, da entrada das propriedades.



FIGURA 23 – Casa Típica da Serra das Dores, Com Terreiro de Café na Porta da Sala. Janeiro de 2019

⁴⁸⁰ Os terreiros de café são os espaços de sociabilidade dos núcleos familiares, onde se realizam os encontros, os almoços de casamento e batizado, as novenas, as festas juninas e as festas de fim da colheita - a “Cabada do Café”.

Aproximadamente 2 km da trilha passa pelo interior da Unidade de Conservação, onde a mata secundária se apresenta mais fechada, iniciando a subida para a serra. A partir deste ponto, demarcado por uma placa do Instituto Estadual de Florestas (IEF), vários cursos d'água marcam a trilha pedregosa e em declive acentuado.



FIGURA 24 – Placa indicativa do PESB na Trilha das Dores. Janeiro de 2019

A Trilha das Dores é marcada por características antrópicas comuns na região da Serra dos Arrepiados, onde as pequenas propriedades de café de cultivo convencional se misturam com as capoeiras, os córregos e as rochas, formando as paisagens culturais do café. A paisagem desta trilha não é, no entanto, apenas um conjunto de espaços organizados coletivamente, ela é também “(...) *uma sucessão de rastros, de pegadas que se sobrepõem no solo e constituem, por assim dizer, sua espessura tanto simbólica quanto material*”⁴⁸¹.

⁴⁸¹ BESSE, Jean-Marc. **O Gosto Pelo Mundo**: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: UERJ, 2014. p.33.

MAPA 7 – Trilha Nossa Senhora das Dores/PESB



7695000

760000

7695000



Igreja São Francisco das Chagas - Careço

Trilha das Dores

Miradouro



Capela Nossa Senhora das Dores - Serra das Dores

Ervália

PESB

Muriaé

7690000

7690000



1:40000



Sistema de Coordenadas: Universal Transversa de Mercator (UTM)
Sistema de Referência: Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas - SIRGAS 2000
Base de dados: IBGE 2019; Dados coletados em campo, 2019
Elaboração: Adailton Damiano dos Santos, Felipe Fazionato Pacheco, Renan José Freitas Assis

760000

4.1 – Análise da Relação Entre a Santa e a Serra

A imagem⁴⁸² de Nossa Senhora das Dores é parte de um conjunto escultórico da qual também fazia parte o Senhor dos Passos, ambas de autor(a) desconhecido(a) e que não apresentam iconografia e estilo escultórico definido canonicamente. As duas imagens foram doadas aproximadamente no início do século XX para a Igreja de São Francisco das Chagas, na comunidade do Careço.

Através de relatos populares nos foi possível estabelecer uma narrativa inicial sobre a história das duas imagens. Nossa Senhora das Dores, durante algumas décadas, morou⁴⁸³ na igreja do Careço. Na década de 1930, no entanto, Monsenhor Rodolfo, pároco da cidade de Herval (atual Ervália), exigiu que a imagem fosse retirada da igreja, argumentando que a mesma era muito feia: *“Ele falou pra gente tirá aquela imagem de lá da igreja. Ele falava que as mulhé tava tendo umas criança muita feia de tanto olhá pra Nossa Senhora das Dores”*⁴⁸⁴.

Mas, a comunidade já havia se afeiçoado à santa e decidiu doá-la para uma comunidade próxima. Dias depois, a santa foi morar na casa de algum devoto do outro lado da serra, próximo à comunidade da Serrania. A trilha, que era usada para visitar amigos, parentes e para realizar alguma atividade comercial, passou a ser um caminho de peregrinação para Nossa Senhora das Dores, estreitando os laços entre as duas comunidades:

Lá no lugá que ela tá eu ganhei quatorze fio. Eu ganhava um e levava, eu ganhava outro e levava pra visitar Nossa Senhora das Dores, pra agradecê, sabe? Quando eu visitei ela a primeira vez ela tava dentro dum quarto, na casa lá, nem capela tinha (...) em 1950⁴⁸⁵.

A serra que abrigou a santa expulsa da Comunidade do Careço passou a ser nomeada popularmente como Serra das Dores e lá foi erguida uma capela. No princípio era uma pequena capela de madeira⁴⁸⁶, atualmente a construção é em alvenaria e tem espaço para organizar as festas, com um grande terreiro, rodeado de bancos e árvores, incluindo uma frondosa gameleira (*Ficus Doleária*). A Capela de Nossa Senhora das Dores tornou-se também rota de cavalgadas, a mais famosa delas é a Cavalgada do Belisário (Distrito de Muriaé),

⁴⁸² Em consonância com a oralidade local, que coletamos nas entrevistas, manteremos a palavra “imagem” para nos referirmos às esculturas dos santos envolvidos nos rituais.

⁴⁸³ Os entrevistados se referem à imagem da santa com personificação, utilizando ações e características humanas: morou, chorou, ficou triste, caminhou.

⁴⁸⁴ Informante 03, mulher de 93 anos. Entrevista realizada no Patrimônio do Careço por Adailton Damiano dos Santos em 18 de janeiro de 2019.

⁴⁸⁵ Informante 03. *Op. Cit.*

⁴⁸⁶ Segundo um morador do Careço de 74 anos, que lida com a Comunidade das Dores desde criança, a capela era toda de tábuas. *In*: Informante 27, homem de 74 anos. Entrevista realizada no Patrimônio do Careço por Adailton Damiano dos Santos em 25 de julho de 2019.

realizada no Dia de Santa Cruz (2 de maio), passando por Serrania (Distrito de Miradouro), Trilha das Dores, Careço e finalizando no Pico do Cruzeiro.



FIGURAS 25 & 26 – Capela de Nossa Senhora das Dores (Serra das Dores, Miradouro), Com Terreiro Para Realização de Eventos e Celebrações. Janeiro de 2019

No início da década de 1950, após um longo período de estiagem, os moradores do Careço e da Serra das Dores resolveram usar os poderes, já considerados milagrosos, da santa. Definiu-se, então, fazer a “Troca de Santos”, numa romaria, onde se encontraria no ponto mais alto da serra, Nossa Senhora das Dores e o Senhor dos Passos a caminho do Calvário. Assim descreve:

A procissão foi numa época de muita falta de chuva, que deve ter a idade da Verônica. Eu lembro que eu tava dando mamã a Verônica e lembro quando eles chegaram com Nossa Senhora das Dores. Muita gente até passo mal no camim, mórði o poerão, era quente demais da conta. Levô o Senhor dos Passô daqui do Careço⁴⁸⁷

A lembrança é de que a chuva pouco depois veio em abundância e as imagens novamente cruzaram a serra, voltando para suas capelas. Segundo relatos, na volta da imagem para a Capela das Dores houve grande comoção na Comunidade do Careço, que perdiam a santa pela segunda vez. A partir daí, as comunidades decidiram repetir a *Romaria das Dores* e a *Troca de Santos* sempre que houvesse longos períodos de seca. A última grande estiagem, na qual realizou-se a romaria e a Trilha das Dores foi palco do encontro entre o Senhor do Passos e Nossa Senhoras das Dores ocorreu em novembro de 2014, havendo uma participação massiva das comunidades do entorno da trilha, estimado pelos participantes em mais de 700 pessoas.

⁴⁸⁷ Informante 03. *Op. Cit.*



FIGURA 27 – Romaria as Dores de 2014. Fotografia cedida por Ivan Lopes



FIGURA 28 – Romaria as Dores de 2014. Fotografia cedida por Ivan Lopes



FIGURA 29 – Troca dos Santos de 2014. Fotografia cedida por Ivan Lopes

4.2 – Inventário Participativo da Romaria e da Trilha das Dores

O Inventário Participativo é uma proposta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para instrumentalizar as comunidades, grupos, associações e população em geral para a catalogação das suas referências culturais, sejam elas materiais ou imateriais, a partir de uma autogestão. A proposta baseia-se em uma metodologia já existente dentro do IPHAN (Inventário Nacional de Referências Culturais, INRC)⁴⁸⁸, na qual a participação das comunidades detentoras do bem a ser inventariado faz-se fundamental no processo.

Para realização do inventário foram motivados 30 alunos do Ensino Fundamental das escolas rurais da Comunidade do Careço (Ervália) e Comunidade da Serrania (Miradouro), as duas escolas mais próximas da Trilha das Dores. Mobilizamos as duas comunidades, explicando o sentido do inventário e sondando a importância da tríade “Trilha/Santa/Romaria” nas localidades. Depois foram registrados vídeos e áudios com as pessoas que vivenciaram a festa. Como atividade final, realizamos a trilha com os participantes e os membros da comunidade do Careço. As pessoas a serem entrevistadas e os roteiros das entrevistas foram

⁴⁸⁸ FLORENCIO, Sônia Regina Rampim et...al. Educação Patrimonial: inventários participativos. Brasília: IPHAN (Manual de aplicação), 2016. p.5.

definidos previamente com o grupo de alunos que participaram na elaboração do inventário. Foram produzidos ainda desenhos, ilustrando a visão dos alunos e alunas sobre o significado da Trilha, alguns desses desenhos foram incorporados ao inventário.

Todos os dados produzidos foram registrados e catalogados nas fichas específicas propostas no manual do IPHAN, numa atividade educativa que buscou conjugar mobilização, sensibilização e participação comunitária. A Trilha das Dores foi entendida desde as culturas locais do Careço e da Serra das Dores, enquanto Patrimônio Cultural de Ervália e Miradouro, em uma produção de conhecimento com e para essas comunidades⁴⁸⁹.

4.2.1 – A caminhada pela trilha e o diálogo entre as comunidades

O processo de mobilização e sensibilização nas comunidades do entorno da Trilha das Dores ocorreu de forma ampla, mas lenta e gradualmente, com reuniões, visitas, cooperação entre a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas (Careço) e Escola Municipal da Serrania (Serrania) e com o apoio das Secretarias de Educação e Cultura de Ervália e Miradouro, por meio das suas respectivas Casas da Cultura.

A Culminância do inventário foi marcada pela caminhada realizada no dia 21 de setembro de 2019, na qual os participantes da Comunidade do Careço, juntamente com monitoras e monitores da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, realizaram a subida da serra para encontrar com os participantes da comunidade das Dores. Participaram da caminhada 11 alunos e 6 monitores, 5 professores da escola e um convidado que ficou responsável pelo registro da mesma. A caminhada foi iniciada às 7 da manhã na última casa da vertente oeste da serra, local denominado Serra do Tabuleiro, onde foi realizada uma rápida roda de conversa e reflexão sobre o papel da serra para o Careço.

Inicialmente, havia sido acordado entre os organizadores da caminhada que os detentores do conhecimento sobre a Trilha das Dores seriam levados de carro até a Serra das Dores, passando por rodovia e sem enfrentarem a subida. No entanto, devido a fragilidade de algumas dessas pessoas, uma delas com 93 anos, decidimos realizar uma série de vídeos e, dessa forma, ter seus relatos presentes no encontro.

⁴⁸⁹ FLORENCIO, *Op. Cit.*, p.6.



FIGURA 30 – Roda de conversa e reflexão realizada ao pé da serra antes da caminhada (21/09/2019). Fotografia cedida por Mateus Paes

Foram recolhidos em vídeo nove relatos, demonstrando a visão da Comunidade do Careço sobre o uso da Trilha das Dores e destacando sua relação simbólica com a *Romaria das Dores* e com a *Troca dos Santos*. Destacou-se, ainda, a polêmica sobre a reforma da imagem, ocorrida em 2015. Para alguns, tal reforma fez a santa “ficar mais bonita”, para outros descaracterizou a imagem e comprometeu a romaria e a troca no alto da serra, devido ao excessivo peso da imagem atual:

Eu cheguei a conhecer a Nossa Senhora das Dores antes da reforma (...) ela era assustadora (...) quando eu fui lá a primeira vez, que eu era bem criança, quando eu cheguei, a primeira sensação foi de medo, sabe? E agora ela tá muito bonita com a reforma⁴⁹⁰

Eu nunca achava ela feia não, mas só que o pessoal de lá reformaram ela. Reformaram não, fez de novo bem dizer, não é aquela que a gente ia lá cumpri promessa e levá vestido pra ela... Mamãe fez muito vestido para ela (...) ficava um por cima do ôtro. Aquele vestido reto, sabe, de cetim (...) Agora não tem essa tradição mais, de jeito que eles colocaram ela⁴⁹¹

A de madêra era muito esquisita mesmo, muito mal feita, mas agora dizem que o peso dela (...) diz que é muito pesada. Parece que fala que ela dá uns 150 quilo, 200 quilo⁴⁹²

⁴⁹⁰ Informante 24, mulher de 40 anos. Entrevista realizada no Patrimônio do Careço por Adailton Damiano dos Santos em 17 de setembro de 2019.

⁴⁹¹ Informante 09, mulher de 72 anos. Entrevista realizada no Patrimônio do Careço por Adailton Damiano dos Santos em 17 de setembro de 2019.

⁴⁹² Informante 08, homem de 74 anos. Entrevista realizada no Patrimônio do Careço por Adailton Damiano dos Santos em 25 de julho de 2019.

Na chegada na Capela das Dores, por volta das 10h da manhã, foi realizado um lanche coletivo. Havia 5 alunos da Escola Municipal da Serrania, o professor de história da escola, três representantes das Secretarias de Educação e Cultura de Miradouro e três moradores da Comunidade das Dores. O Diretor da Casa de Cultura de Miradouro, Renato Matta, deu as boas-vindas a todos e iniciou o debate sobre a importância da participação das comunidades em processos de reconhecimento das suas identidades coletivas. A zeladora da Capela das Dores interveio muitas vezes, identificando-se muito com o debate: “(...) a gente fica muito alegre de vocês tarem fazendo essas pesquisa, de tá falando sobre Nossa Senhora das Dores”⁴⁹³

Foi mostrada a estrutura original do corpo da imagem, uma estrutura de roca (Figura 34), com articulações e encaixes que possibilitavam seu deslocamento e a realização de procissões. Os participantes do encontro questionaram a forma atual da imagem, adquirida após uma “restauração” realizada em 2015. O debate demonstrou que o descontentamento com o resultado das modificações feitas da imagem original era geral, desfazendo a ideia inicial que tínhamos sobre a concordância da Comunidade das Dores em relação às mesmas.

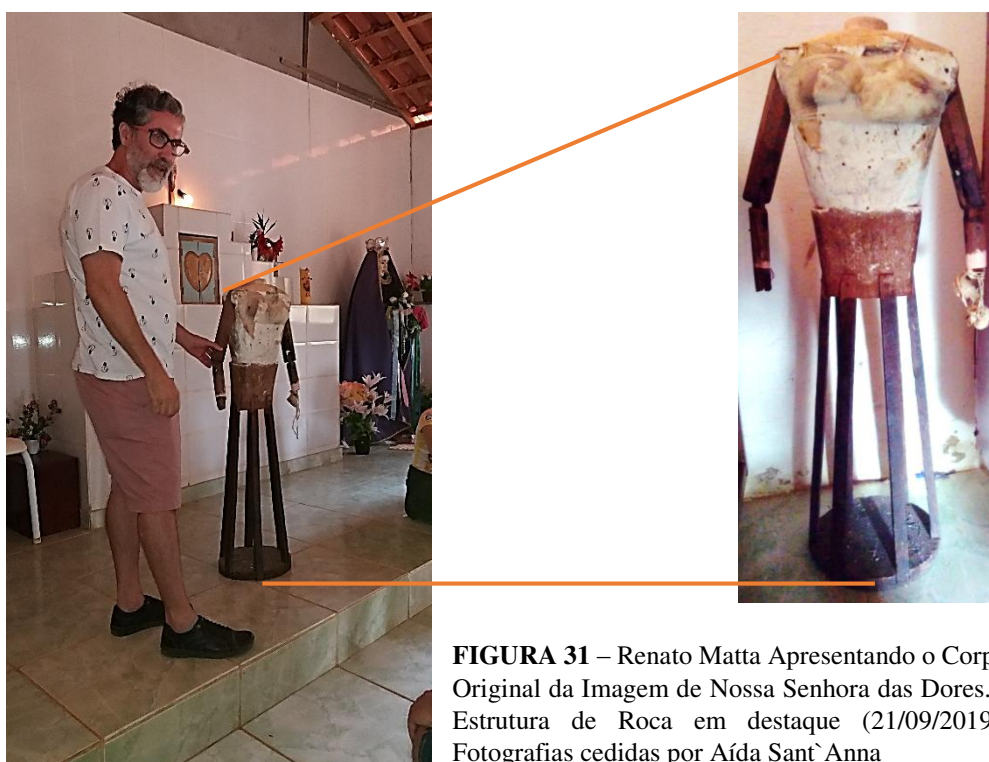


FIGURA 31 – Renato Matta Apresentando o Corpo Original da Imagem de Nossa Senhora das Dores. - Estrutura de Roca em destaque (21/09/2019), Fotografias cedidas por Aída Sant`Anna

⁴⁹³ Informante 30, mulher de 35 anos. Entrevista realizada no Patrimônio do Careço por Adailton Damiano dos Santos em 21 de setembro de 2019.

Segundo a zeladora da Capela das Dores, o dinheiro para a reforma foi levantado durante a Romaria de 2014, com a ajuda da Comunidade do Careço. Naquele ano, iniciou-se o debate sobre qual tipo de reforma a imagem devia ser submetida. Assim relata:

A reforma que teve ali, pois é, quando nós levemos ela pra lá (Refere-se aqui à Romaria de 2014) ... quando ela veio, ela já veio com dinheiro pra reforma. Quando juntamos nós da Comunidade de Nossa Senhora das Dores, perguntamos os pessoal daqui: o que que vocês qué? Vamu reformar, vamu torná fazê ôtra? Vamu levá pra Muriaé, vamu levá pra Miradouro? Então o pessoal falô “vamu dá uma reforminha, que precisa, né!”⁴⁹⁴

Nesse momento do encontro, houve um debate sobre a questão estética da santa (a “feiura” da imagem), colocada historicamente como uma das suas marcas e que foi um dos motivos que levou à reforma e à completa modificação da sua estrutura e aparência. Essa parte do debate foi emotiva e com muitas intervenções, repercutindo sempre a questão de que “o feio” e o “belo” muitas vezes são condicionados por padrões estéticos externos às comunidades e aos que cultuam a imagem.

Em seguida, exibimos o vídeo produzido com os relatos dos moradores do Careço, para auxiliar o entendimento do ponto de vista dos que vivenciaram e vivenciam a Trilha das Dores desde seu uso simbólico, para a realização da *Romaria das Dores* e da *Troca de Santos*. Após assistir o vídeo, o debate centrou-se em dois pontos: a relação da trilha com as duas comunidades e a reforma da imagem. Sobre o uso da Trilha das Dores, era consensual a importância em manter viva as relações históricas entre as comunidades das Dores e do Careço, como falado no vídeo e reforçado pelos presentes no debate. Questionou-se, no entanto, o problema do fechamento da trilha pela administração do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, em alusão às constantes ameaças ocorridas logo após a criação do parque na década de 1990. Esclareceu-se, assim, com diversas falas, que a Unidade de Conservação legalmente pode interferir no uso da trilha, sobretudo se for detectado o alargamento da mesma e a retirada de espécies, tanto animais quanto plantas. As falas, que imprimiam memória às modificações da paisagem da trilha, foram levantadas, demonstrando a necessidade de preservar o caminho na sua forma de trilha, sem comprometer o equilíbrio das espécies de plantas e animais, que dependem das matas que a circundam para sobreviverem:

Quando eu ia lá era sempre assim, era aquelas fruta pro caminho afora: amora, banana, lima, laranja. Era muita coisa, né! Quando a gente ia

⁴⁹⁴ Informante 30, *Op. Cit.*

andá lá na Nossa Senhora das Dores, nós fazia farra no caminho. Aquela luita de pegá as coisa gostosa e comê na camim (...) muita água que tinha pra gente pegá no camim (...) Agora não tem mais, né, cabô! (...) tá quais tudo seco. Água também cabô muito, agora é pôcas água que tem⁴⁹⁵

Mas era um trilho que a cavalo tem hora tinha que descê, de tanta pedra que tinha na estrada que a pessoa precisava descê do animal pra passá (...) A trilha existe há muito tempo, era trilho mesmo. Hoje dá pra fazê vorta, um o ôtro passa até de carro lá, ué (...) era só o trilho mesmo, passava cavalêro só mesmo e a pé⁴⁹⁶

Sobre a reforma da imagem, debate já iniciado anteriormente, decidiu-se que seria feita uma consulta na Comunidade das Dores para saber a opinião dos moradores, respondendo à seguinte questão: “A imagem de Nossa Senhora das Dores deve retornar a sua forma original e voltar a ser de madeira?”. Assim, concluiu-se que, caso a restauração da imagem e o retorno a sua original fosse aprovado pela comunidade, seriam levantados fundos junto às comunidades do entorno da trilha (Serra das Dores, Careço, Serrania, Tabuleiro, Belizário) e, necessitando, por intermédio das Secretarias de Cultura de Miradouro e Ervália apresentar-se-ia um projeto para o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) com a deliberação da comunidade.



FIGURA 32 – Registro Fotográfico da Entrevista Com o Sr. Antônio do Juca, na Serra das Dores (21/09/2019). Fotografia cedida por Mateus Paes

⁴⁹⁵ Informante 28, mulher de 70 anos. Entrevista realizada no Patrimônio do Careço por Adailton Damiano dos Santos em 17 de setembro de 2019.

⁴⁹⁶ Informante 8, *Op. Cit.*

Por fim, falou-se sobre a importância da realização do inventário participativo, no qual as pessoas vão deixar suas vozes inscritas em seu patrimônio cultural e, na possibilidade de um futuro registro, essas vozes é que marcarão a história do bem cultural e será efetivamente salvaguardado, uma vez que representa a história das próprias comunidades.

O inventário produzido junto com as comunidades das Dores e do Careço, é um primeiro passo para que os municípios de Ervália e Miradouro possam registrar a Trilha das Dores como um Patrimônio Cultural. Elaborado a partir das reformulações das duas comunidades e com a participação dos alunos e professores de duas escolas nas proximidades da trilha, o inventário demonstra a dinâmica do uso do espaço da serra, social e simbolicamente - uso social (comércio e relações de parentesco) e simbólico (*Romaria das Dores e Troca dos Santos*).

O inventário demonstra ainda a resistência em relação à possibilidade de fechamento da trilha, o que seria uma ruptura espacial da relação entre as comunidades de um lado e outro da serra. A presença da Unidade de Conservação Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, por onde passa a trilha, torna a ameaça constante e esboça a necessidade de diálogo e negociação da administração do parque com os moradores. Por um lado, as comunidades que utilizam historicamente a Trilha das Dores, reproduzindo seu patrimônio cultural nesse território, por outro a Unidade de Conservação, que tem como foco a preservação do patrimônio natural da Serra dos Arrepiados.



FIGURA 33 – Registro fotográfico da entrevista com o Sr. Tito e Dona Antônia, no Careço (17/09/2019). Fotografia cedida por Mateus Paes

Entendemos que um futuro registro da Trilha das Dores como Patrimônio Cultural dos municípios de Ervália e Miradouro poderá agregar um instrumento de proteção a mais ao espaço da serra, salvaguardando seus elementos naturais e culturais; e pode ser uma porta de diálogo entre o PESB e as comunidades das Dores e do Careço, interessadas na continuidade do uso da trilha e na sua preservação.

Considerações Finais

Quando iniciamos essa investigação, tínhamos nossa hipótese central baseada nos conflitos entre a administração do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) e as comunidades do entorno da serra. Perseguimos essa hipótese por meses a fio, sem perceber que ela não se confirmaria como hipótese central, pois a voz das comunidades estavam por todos os lados – na documentação escrita, nos relatos, nos projetos, no Plano de Manejo do parque e em tantas outras fontes. Somente após assumirmos que estávamos ‘engessando’ a pesquisa com a hipótese formulada, como tantas vezes alertou-nos a Professora Karla Martins nas aulas de Metodologia Científica, nos foi possível enxergar os verdadeiros debates que nortearam a criação e a implantação do PESB. Não que os conflitos não tivessem existido, existiram sim e não foram poucos, mas, desde o início do processo, ainda na década de 1990, as comunidades fizeram-se partícipes das discussões e protagonistas das suas histórias. Nossa hipótese central se reformulou e saímos do “conflito” para as “negociações”.

Começamos a perceber que as negociações que estavam ocorrendo entre 1976 e 2006 não eram exclusividade da Serra dos Arrepiados, sequer da Zona da Mata Mineira ou de Minas Gerais. Eram negociações formuladas em nível nacional, a partir da possibilidade de debate político que começava a se reconfigurar no Brasil e que contava os dias para o fim da Ditadura Militar. Essas negociações ocorreram no campo e nas cidades brasileiras, forçando o regime totalitário a promover, ainda que gradualmente, a abertura política e a concessão de direitos civis e políticos aos seus opositores. Quando, por fim, os generais deixaram o Palácio do Planalto e voltaram para os seus quartéis, os movimentos sociais já fincavam raízes profundas no debate político brasileiro. E foi justamente nos movimentos sociais que as comunidades que viviam das florestas (a princípios os ribeirinhos e os seringueiros) puderam reivindicar seus direitos à terra e ao uso do seu território. Essas negociações também assentaram raízes na nossa área de estudo.

Notamos o crescimento do socioambientalismo no Departamento de Engenharia Florestal (DEF) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e as repercussões das novas ideias trazidas pelas ONGs, focadas na criação de alternativas para a existência da agricultura familiar na Zona da Mata Mineira; o CTA-ZM trouxe os agricultores e agricultores ao centro do debate, no qual o uso da terra e o respeito à dinâmica dos solos e das florestas tornavam-se o fio condutor.

Nesse momento, a criação do PESB já estava idealizada nas proposições dos professores Elmar Alfenas Couto, James Dietz e Roberto Ramalho, tendo sua delimitação

baseada na Cota Mil. Nesse momento também, as ideias socioambientalistas se expandiam entre os cientistas da UFV, no Departamento de Solos; as comunidades começavam a ser ouvidas e as suas percepções ambientais e de uso da terra compassavam-se com a intervenção dos pesquisadores⁴⁹⁷. Entre os Engenheiros Florestas, que outrora alinharam-se ao *desenvolvimentismo* e difundiram o cultivo do eucalipto como solução para os problemas econômicos e sociais da Zona da Mata, as comunidades começaram a ser entendidas como fundamentais para a preservação das florestas.

No começo da década de 1990 iniciam-se as negociações para a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, autorizado por uma Lei Estadual desde 1988. As comunidades do entorno da serra se organizam e intervêm em todo o processo, realizando debates, audiências públicas e encontros, buscando o entendimento das consequências da criação de um parque nos “quintais das suas casas”. O Planejamento Participativo foi o instrumento utilizado pelos técnicos e cientistas, que realizavam os diálogos com as comunidade. Foram realizados diagnósticos no meio rural que seria afetado pela Unidade de Conservação e as expectativas das comunidades foram ouvidas e sistematizadas; uma negociação longa e produtiva.

Nessas negociações para implantação do PESB, as organizações sociais do entorno da Serra do Brigadeiro saíram fortalecidas. Esse cenário conflua com as políticas do Ministério de Desenvolvimento Agrário, na proposição de um desenvolvimento sustentável dos territórios rurais brasileiros. A Serra do Brigadeiro é homologada entre os territórios aptos a receberem investimento dos programas federais. O Território Rural da Serra do Brigadeiro configura-se como um campo de força, onde os atores sociais mobilizaram suas memórias e identidades para defender o uso do seu território histórico.

As vozes dos descendentes dos povos originários das florestas, rochas, córregos e trilhas da Serra dos Arrepiados ecoam, reivindicando uma identidade de *Povo da Mata*, com nossas crenças, nossa forma de lidar com a terra, nossas danças, nossas falas, nosso Tatu Sagrado e nossas Árvores Encantadas.

⁴⁹⁷ O trabalho da professora Irene Cardoso é uma das muitas pesquisa realizadas em compasso com as comunidades. Ver: CARDOSO, Irene Maria. Percepção e Uso, Por Pequenos Agricultores, dos Ambientes de Uma Microbacia no Município de Ervália. Dissertação (Mestrado em Solos e Nutrientes de Plantas) – Departamento de Solos, Universidade Federal de Viçosa, viçosa, 1993. 195p.

FONTES E ARQUIVOS UTILIZADOS:

- REVISTAS, INFORMATIVOS E BOLETINS:

- Arquivos do Serviço Florestal do Brasil (Ministério da Agricultura). Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, Nov. 1939, Vol.1, Número 1 - Out. 1941, Vol.1, Número 2 - Nov. 1943, Vol.2, Número 1 - Nov. 1946, Vol.2 - Número 2; 1947, Vol.3 - 1950, Vol.4 - 1951, Vol.5 - 1952, Vol.6 - 1953, Vol.7 - 1954, Vol.8 - 1955, Vol.9 - 1956, Vol.10 - 1957, Vol.11 - 1957, Vol.12.
- “Revolução Agro-pecuária no Alto Rio Doce”. *In*: Revista do empresário - Associação Comercial do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1952, Ano XVII, nº 719. p.33. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrjrevistas&pagfis=809>
- Revista Informe Agropecuário, Belo Horizonte, Ano 03, nº36, dezembro de 1977 - Ano 7, nº83, nov. 1981 - Ano 12, nº141, set. 1986.

- ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UFV (ACH-UFV):

- “Os Problemas Florestais Mineiros” (Conferência realizada na Sociedade Mineira de Agricultura por J. G. Duque, professor de silvicultura da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais). S/D. folha 14. ACH-UFV, caixa 96.
- “O reflorestamento”. J. G. Duque. *In*: Circular 50, S.3. Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais. 1931. folha 39. ACH-UFV, caixa 96
- “Carta de Rubens Rezende Peres ao Diretor da Escola Superior de Agricultura de Viçosa (São Pedro dos Ferros, 13 de setembro de 1958)”. ACH-UFV, caixa 693.
- “Logomarca da Campanha Integrada de Reflorestamento, 1966”. ACH-UFV, caixa 968.
- “Convite do Diretor da ESF, Arlindo de Paula Gonçalves, ao Reitor da UREMG, Edson Potsch Magalhães, para lançamento da CIR”, ofício 216/66/APG/JG (16 de setembro de 1966). ACH-UFV, caixa 968.
- “Ofício da Diretor do Instituto de Ciências Biológicas, Moacyr Maestri, ao Reitor da UFV, Erly Dias Brandão”, 23/02/1972. ACH-UFV, Caixa 1337.
- “Estatuto de Fundação do Centro Mineiro para Conservação da Natureza” 21/09/1967. ACH-UFV, caixa 1337.
- “Programa para Lançamento da Campanha Integrada de Reflorestamento, em Viçosa”. ACH-UFV, caixa 968.

- “Parque Nacional do Itatiaia – Acampamento da turma de 3º ano da ESF, previsto no currículo escolar”. ACH-UFV, Caixa 776.
- “Programa do Acampamento de Alunos do Terceiro Ano da Escola Superior de Florestas da Universidade Federal de Viçosa – Parque Estadual do Rio Doce - 1971”. ACH-UFV, Caixa 14.
- “Transferência do Departamento de Silvicultura da ESA para a ESF, Arlindo de Paula Gonçalves – Diretor Interino da ESF”. (20/11/1964). ACH-UFV, caixa 696.
- “Ao Público- Campanha Integrada de Reflorestamento”. ACH-UFV, caixa 968.
- “Carta do Reitor Flamarion Ferreira ao prof. Alberto Teixeira Paes da UFMG agradecendo o apoio deste à permanência da ENF na UREMG”. ACH-UFV, caixa 737.
- “Carta do Reitor Flamarion Ferreira ao Dr. Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais, 23/04/63”. ACH-UFV, caixa 737.
- “Nota do Diário Oficial da União criando a comissão para estudar a grave situação da ENF”, 15/04/63. ACH-UFV, caixa 737.
- “Carta do Reitor Flamarion Ferreira ao Dr. Secretário Estadual de Agricultura”. ACH-UFV, caixa 737.
- “Carta do Deputado Estadual Claudio Pinheiro de Lima ao Reitor da UREMG Flamarion Ferreira”. ACH-UFV, caixa 737.
- “Carta do Deputado Estadual Altair Chagas ao Reitor Flamarion Ferreira”, 01/11/63. ACH-UFV, caixa 737.
- “Carta do Deputado Estadual Claudio Pinheiro de Lima ao Reitor da UREMG Flamarion Ferreira”, 17/08/1963 e 01/11/63. ACH-UFV, caixa 737.
- “Carta do Deputado Estadual Claudio Pinheiro de Lima ao Reitor da UREMG Flamarion Ferreira”, 19/08/196. ACH-UFV, caixa 737.
- “Carta do Reitor da UREMG, Geraldo Machado, ao Governador de Minas Gerais, Francisco Bias Fortes”, 23/04/1960. ACH-UFV, Caixa 1129.
- “Carta de Douglas M. Knudson ao Reitor Flamarion Ferreira – West Lafayette, Indiana, USA, march 8, 1964”. ACH-UFV, caixa 696.
- “Convite ao Reitor Edson Postch Magalhães para inauguração da sede da Delegacia de Vigilância Rural – ESF (Diretor Reinaldo de Jesus Araújo”. 06/07/1970. ACH-UFV, Caixa 868.
- “Ofício da Diretor do Instituto de Ciências Biológicas, Moacyr Maestri, ao Reitor da UFV, Erly Dias Brandão”, 23/02/1972. ACH-UFV, Caixa 1337.

- “Viveiro Regional de Viçosa a cargo da Escola Superior de Floresta da UREMG”. ACH-UFV, caixa 968.
- “Projeto de Criação do Parque Biológico da UFV – Professor Moacyr Maestri (Diretor do ICB), em 26/10/1972”. Ofício enviado ao Reitor Erly Dias Brandão. ACH-UFV, caixa 1337.
- “Termo de Ajuste de Integração Florestal”, convênio assinado pelo Diretor do IEF, Carlos Eugenio Thibau, e o Reitor da UFV, Edson Potsch Magalhães, 05/08/1969. ACH-UFV, caixa 968.
- “Relatório da Fazenda Fundão, Ano Agrícola de 1951-1952”, Universidade Rural de Minas Gerais (relatado por Renato Mário Del Giudice em 22/04/1953). ACH-UFV, Caixa 1106
- “Relatório dos Trabalhos Realizados no Departamento de Silvicultura, durante o ano de 1934, apresentado ao Snr. Director da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Geraes, pelo Prof, Cathedrático Luiz carvalho Araújo – chefe do referido departamento”. ACH-UFV, caixa de Relatórios do Departamento de Silvicultura (em processo de catalogação).
- “Relatório Annual do Departamento de Silvicultura da ESAV, 1937, prof. Koloman Lehotsky”. ACH-UFV, caixa de Relatórios do Departamento de Silvicultura (em processo de catalogação).
- “Relatório do Departamento de Silvicultura, apresentado pelo seu diretor, Arlindo de Paula Gonçalves, em 24 de dezembro de 1940”. 24/12/1940. ACH-UFV, caixa de Relatórios do Departamento de Silvicultura (em processo de catalogação).
- “Relatório de Atividades do Ano de 1966 da Escola Superior de Floresta – Diretor Arlindo de Paula Gonçalves” ACH-UFV, caixa 1337.
- “Relatório de Atividades do Ano de 1966 da Escola Superior de Floresta – Extensionista F. Sebastião Moreira da Silva”, 28/12/1966. ACH-UFV, caixa 776.
- “Relatório de Excursão a São Pedro dos Ferros, prof. Antônio Rezende, Apresentado à Escola Superior de Agricultura em 28/05/1957”. ACH-UFV, caixa 1126.
- “Relatório Anual de Atividades da Escola Superior de Florestas, 1969” ACH-UFV, Caixa 14.
- “Relatório Anual da Escola Superior de Florestas de 1971 – Diretor Roberto da Silva Ramalho”. ACH-UFV, caixa 1337.
- “Relatório de Atividades do Ano de 1973 da Escola Superior de Floresta – Diretor Roberto da Silva Ramalho”. ACH-UFV, caixa 42.
- “Relatório das Atividades Durante o Ano de 1966 – Professor Fenando Dias Ávila Pires (Departamento de Ecologia e Conservação, ESF)”. ACH-UFV, Caixa 776.

- DOCUMENTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO:

1) Plano de Manejo do PESB (ENCARTE 1), disponível em:

http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/Plano_de_Manejo/serra_do_brigadeiro/pesb%20encarte%201%20-%20diagnostico%20do%20parque.pdf Última Consulta: 4/05/2019

2) Plano de Manejo do PESB (ENCARTE 2), disponível em:

http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/Plano_de_Manejo/serra_do_brigadeiro/_pesb%20encarte%202%20-%20planejamento%20e%20manual%20de%20gesto-26112007.pdf Última Consulta: 4/05/2019

- DOCUMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL DA SERRA DO BRIGADEIRO:

1) CTA-ZM - (Órgão Executor). Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (Território Rural da Serra do Brigadeiro). Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, Junho de 2004. 80p. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/plano-territorial-de-desenvolvimento-rural-da-serra-do-brigadeiro-mg-140.pdf> Última Consulta: 6/07/2019

2) Ministério de Desenvolvimento Agrário (Secretaria de Desenvolvimento Territorial), Plano Safra Territorial (Território Rural Serra do Brigadeiro), Brasília, abril de 2006. 83p. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/pst/pst_territorio078.pdf Última Consulta: 20/07/2019.

3) BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. Marco Referências para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: SDT/MDA, 2003. (Série Textos para Discussão - n. 4). 35p. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/MDA/Marco%20de%20Apoio%202.pdf> Última Consulta: 19/10/2019.

4) BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Brasília: SDT/MDA, 2005a. (Série Documentos Institucionais - n. 2). 28p. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/MDA/Marco%20de%20Apoio%202.pdf> Última Consulta: 19/10/2019.

5) BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - guia para o planejamento. Brasília: SDT/MDA, 2005b. (Série Documentos de Apoio - n. 2). 62p. Disponível em: http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_220-28-11-2012-12-04-356539.pdf Última Consulta: 20/10/2019.

LISTA DE INFORMANTES

Informante	Local (Comunidade)	Profissão	Idade
01	Córrego dos Paula	Agricultor e Machadeiro	75
02	Córrego dos Paula	Agricultora	67
03	Patrimônio do Careço	Dona de Casa	93
04	Araponga	Quitandeira	78
05	Patrimônio da Grama	Agricultor/conhecedor de árvores	90
06	Patrimônio do Careço	Agricultor/pecuarista	82
07	Patrimônio da Grama	Agricultora e Benzedeira	72
08	Patrimônio do Careço	Agricultor	74
09	Patrimônio do Careço	Zeladora da Igreja de São Francisco das Chagas (Careço)	72
10	Comunidade da Serra das Dores	Pedreiro e Carpinteiro	62
11	Serras das Cabeças	Agricultora	65
12	Comunidade do Pico do Boné	Agricultor, Artesão e Machadeiro	92
13	Comunidade do Pico do Boné	Agricultora	80
14	Comunidade do Pico do Boné	Agricultor e Dono de Pousada	76
15	Fazenda Brigadeiro	Agricultor e Membro do Conselho Consultivo da PESP	82
16	Bom Jesus da Madeira	Ex funcionário do PESP e Dono de Pousada	64
17	Sede do PESP	Engenheiro Agrônomo e Funcionário do PESP	56
18	Praia Danta	Agricultor, Presidente do Sindicato Rural	63
19	Araponga	Agricultor e Administrados de Fazenda	62
20	Viçosa	Professor Aposentado do DEF, Capitão da Polícia de Vigilância Rural de Viçosa	63
21	Viçosa	Ex-aluno de Graduação e Mestrado do DEF, Professor aposentado do DEF, Membro do CMCN	60
22	Patrimônio do Careço	Cozinheira	69
23	Patrimônio do Careço	Dona de Casa	56
24	Patrimônio do Careço	Professora	40
25	Córrego dos Sapateiros	Agricultor e Produtor de Aguardente	78
26	Patrimônio do Careço	Comerciante e Agricultor	72
27	Patrimônio do Careço	Agricultor	76
28	Patrimônio do Careço	Dona de Casa	70
29	Comunidade da Serra das Dores	Artesão e Agricultor	59
30	Comunidade da Serra das Dores	Zeladora da Capela de Nossa Senhora das Dores (Miradouro)	35

BIBLIOGRAFIA ANALISADA:

- AB`SADER, Aziz Nacib. **Domínios da Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003. 151 p.
- ADAS, Sérgio. O Campo do Geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964). Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. 481p.
- AGUIAR, José Otávio. “Revisitando o Tema da Guerra entre os Índios Puri-Coroado da Mata Central de Minas Gerais nos Oitocentos: relação com o Estado, subdiferenças étnicas, transculturações e relações tensivas no Vale do Rio Pomba (1813-1836)”. Revista Minemosine. Volume 1. N. 2, jul/dez 2010.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. “Direitos à Floresta e Ambientalismo: seringueiros e suas lutas”. *In*: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, nº. 55, junho/2004. p.33-53.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. “Curupira”. *In*: Boletim da FBCN, Rio de Janeiro, Vol.18, 1983. p.127.
- ARAÚJO, Marcos Antonio Reis. **Unidades de Conservação no Brasil**: da república à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. 271p.
- AZEVEDO, Denilson Santos de. Melhoramento do Homem, do Animal e da Semente - o Projeto Político pedagógico da escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1948): organização e funcionamento. Tese (Doutorado) – pós-graduação em Educação, USP. São Paulo, 2005. 222p.
- BACHA, José Caetano. “O Uso de Recursos Florestais e as Políticas Econômicas Brasileiras - uma visão histórica e parcial de um processo de desenvolvimento”. *In*: Estudos Econômicos, São Paulo, v. 34, n. 2, abril-junho 2004. p.393-426.
- BARBOSA, Willer Araújo. Cultura Puri e Educação Popular no Município de Araponga, Minas Gerais: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente. Tese de Doutorado. Departamento de Educação, Florianópolis: UFSC, 2005. 234p.
- BERG, Tiago José. Geografia e Heráldica: lendo a representação da paisagem nos brasões de armas dos estados brasileiros. Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19, Número Especial, p. 123-133, Santa Maria (RS), 2015.
- BESSE, Jean-Marc. **O Gosto Pelo Mundo**: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: UERJ, 2014. 234p.

- BONFIM, Verônica Rocha. Conflitos, Participação e Lições Aprendidas no Processo de Criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG. Tese de Doutorado, Departamento de Engenharia Florestal. Viçosa: UFV, 2006. 166p.
- _____ . Sistematização Participativa da Experiência de Criação e Implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG. CTA. Viçosa, 2006.
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011. 76 p.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. “Substantivismo Econômico e História Florestal da América Portuguesa”. *In: VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 24, nº 39, jan/jun 2008. p.113-133
- _____ **Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e história colonial.** Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 535 p.
- CÂMARA, Ibsen de Gusmão. “*O Problema Ambiental e o papel das Organizações Conservacionistas Não Governamentais*”. *In: Boletim FBCN*, Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, Rio de Janeiro, Volume 20, 1985. p.5-13.
- CALIXTO, Juliana Sena. Reflorestamento, Terra e Trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG. Dissertação (Mestrado) – pós-graduação em Administração (Dissertação de Mestrado), UFLA, Lavras, 2006. 134p.
- CAPANEMA, Carolina Marotta. A Natureza no Projeto de Construção de um Brasil Moderno e a Obra de Alberto José de Sampaio. Dissertação (Mestrado) – pós-graduação em História, UFMG. Belo Horizonte, 2006. 154p.
- _____ . A Natureza Política das Minas: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII. Tese (Doutorado) – pós-graduação em História, UFMG. Belo Horizonte, 2013. 233p.
- CARNEIRO, Patrício A. Silva. Conquista e Povoamento de uma Fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. 278p.
- CASTRO, Eduardo Viveiro de. “O Mármore e a Murta: sobre a inconstância da alma selvagem”. *In: Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, 1992, v. 35, p.21-74.

- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano** – a arte de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. 351p.
- COELHO, France Maria Gontijo. A Produção Científico-tecnológica para a Agropecuária: da ESAV à UREMG, conteúdos e significados. Departamento de Extensão Rural (Dissertação de Mestrado), UFV, Viçosa, 1992. 243p.
- COELHO, Marco Antônio Tavares. **Rio Doce**: a espantosa Evolução de um rio. Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2011. 207 p.
- COUTO, Elmar Alfenas. DIETZ, James M. **Sugestões para a Criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Universidade Federal de Viçosa (Escola Superior de Florestas). Viçosa, 1976. 23 p.
- DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo**: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. Trad. de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.
- DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. 319p.
- DEPRAZ, Samuel. **Géographie des Espaces Naturels Protégés**: genèse, principes et enjeux territoriaux. Paris: Armand Colin, 2008. 320 p.
- DESCOLA, Philippe. Outras Naturezas, Outras Culturas. Tradução Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34 (Coleção Fábula), 2016. 58p
- DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Editora Hucitec (NUPAUB, USP), 2000. 290 p.
- _____ . “Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos”.
In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Editora Hucitec (NUPAUB, USP), 2000. p.1-43.
- DIEGUES, Antonio Carlos. “As Áreas Naturais Protegidas, o Turismo e as Populações Tradicionais”. *In*: SERRANO, Célia Maria de Toledo et BRUHNS, Heloisa Turini (Orgs.) **Viagens à Natureza**: turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papiрус, 1997 (Coleção Turismo). p.85-102.
- _____ **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Editora Hucitec (NUPAUB, USP), 2008. 6ª Edição. 198 p.
- DOWIE, Mark. Refugiados da Conservação. (Tradução de Antônio Carlos Diegues) Orion Magazine, Artigos nº 04, NUPAUB –USP, São Paulo: 2006. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/dowie.pdf> Última Consulta 03/03/2019.

- DRUMMOND, José Augusto. “O Jardim Dentro da Máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca”. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.1, n.2, 1988. p.276-298.
- _____ “O Monopólio Real Português e a Dinâmica do Desmatamento no Brasil Colonial”. In: Diálogos, DHI/UEM, v. 5, n. 1. 2001. p. 237-244.
- _____ **Proteção e Produção: biodiversidade e agricultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 144 p.
- _____, FRANCO, José Luiz de Andrade. “História das Preocupações com o mundo Natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade”. In: FRANCO, J. L. Andrade, DRUMMOND, J. Augusto, SILVA, S. Dutra, TAVARES, G. Galvão (Org.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.333-366.
- DUARTE, Regina Horta. **A Biologia Militante: o Museu Nacional, especialização, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2010. 219 p.
- _____ et OSTOS, Natascha Stefania C. “Entre ipês e eucaliptos: comemorações do *Dia da Árvore*”. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et DRUMMOND, José Augusto (Org.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.225-237.
- FERNANDES, José Martins et al. “Etnobotânica de Leguminosae entre Agricultores Agroecológicos na Floresta Atlântica, Araponga, Minas Gerais, Brasil”. In: Rodriguésia 65(2): 539-554. 2014.
- FERRARO, Mário Roberto. **A Modernização da Agricultura e da Silvicultura Paulista (início do século XX)**. Anápolis: Universidade Federal de Goiás, 2010. (Coleção Olhares, 10). 106p.
- FERREIRA, Maria das Graças Moreira. “Breves Considerações sobre Zonificação de Parques Nacionais”. Monografia, Escola Superior de Florestas, UFV, 1973. 22p.
- FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim et...al. **Educação Patrimonial: inventários participativos**. Brasília: IPHAN (Manual de aplicação), 2016. p.5
- FONTES, Luiz Eduardo Ferreira... et al. Contribuições para Elaboração do Plano de Manejo Integrado e Participativo do PESB e Entorno (Anais do Simpósio). Viçosa: Editora UFV, 2000. 141p.
- FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. “O colegiado de desenvolvimento territorial e a gestão social de políticas públicas: o caso do Território

- Serra do Brigadeiro, Minas Gerais” *In: Rev. Adm. Pública* — Rio de Janeiro 46(5), set./out. 2012, 1201-223.
- FREITAS, Aline Luciana de. Uma Análise da Distribuição Espacial da Dança de Caboclos “Folguedo dos Arrepiados” no Território Serra do Brigadeiro. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016. 102p.
 - Fundação Rural Mineira. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata**. Belo Horizonte (impressão própria), 1974.
 - GIOANNINI JÚNIOR, Oswaldo. **Os Povos da Serra dos Arrepiados: suas festas, sua cultura**. Araponga, 2006. CEPEC, MDA (SDT). 60p.
 - GJORUP, Guilherme Barcellos. Planejamento Participativo de uma Unidade de Conservação e do seu Entorno: o caso do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. Tese de Doutorado, Departamento de Solos. Viçosa: UFV, 1998. 113p.
 - GOMES, Maria do Carmo Andrade. “O Batismo dos Lugares: a toponímia no *Códice Costa Matoso*”. *In: Vária História*, nº 21 (Especial Códice Costa Matoso), julho de 1999, p.428-429.
 - GONÇALVES, Wantuelfer, PAIVA, Haroldo Nogueira de. **Resumos Monográficos: engenharia florestal**, UFV. Viçosa: Editora UFV. (1985-1986); (1987-1988); (1989-1991); (1992-1994); (1995-1997); (1998-2000); (2001-2003).
 - CÂMARA, Ibsen de Gusmão. “O Problema Ambiental e o Papel das Organizações Conservacionistas Não Governamentais”. *In: Boletim da FBCN*, Rio de Janeiro, Vol.20, 1985. p.5-13.
 - HEYNEMANN, Cláudia B. **Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro – século XIX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995. (Coleção Biblioteca Carioca, 38).196p.
 - FRANCO, J. L. Andrade, DRUMMOND, J. Augusto, SILVA, S. Dutra, TAVARES, G. Galvão (Org.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 390 p.
 - _____ et DRUMMOND, José Augusto (Org.). **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, Anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; 2009. 272 p.

- FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. “O colegiado de desenvolvimento territorial e a gestão social de políticas públicas: o caso do Território Serra do Brigadeiro, Minas Gerais” *In: Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro* 46(5), set./out. 2012, 1201-223.
- IBDF. **Zoneamento Econômico Florestal do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1974.
- LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990. 553p.
- LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Editora Revan, IUPERJ (UCAM), 1999. 232p.
- LORETO, Maria das Dores Saraiva, SANTOS, Carmem Lúcia, GOMES, André Luis. “A formação e Gestão do Território Rural da Serra do Brigadeiro - MG: a percepção dos conselheiros”. *In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. 15 a 19 de outubro de 2012, Uberlândia.
- MAFRA, Flávia Luciana Naves. **Práticas, Poder e Perspectivas em Reconstrução: um olhar sobre a trajetória da experiência agroecológica de Araponga, Minas Gerais**. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, UFRRJ, 2006. 153p.
- MAGNANINI, Alceo. **Políticas e Diretrizes dos Parques Nacionais do Brasil**. Brasília: Ministério da Agricultura (IBDF), 1970. p.5.
- MARTINS, Marcos Lobato. “A Política Florestal, os Negócios da Lenha e o Desmatamento: Minas Gerais, 1980-1950”. **HALAC**, Belo Horizonte, Volumen 1, Numero 1, Setiembre 2011- Febrero 2012. p.29-54.
- MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e História interfaces**. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 73-98
- MAYA, Raymundo Ottoni de Castro. **A Floresta da Tijuca**. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1967. 102p.
- MEDEIROS, Rodrigo. “Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil”. *In: LIMA, Gumerindo Souza, ALMEIDA, Marcello Pinto de, RIBEIRO, Guido Assunção (Org.). Manejo e Conservação de Áreas Protegidas*. Viçosa: Editora UFV, 2014. p.9-39.
- MELLO, Cláudia de Carvalho. **Educação Ambiental no Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Extensão Rural. Viçosa: UFV, 2002. 127p.

- MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997. 219p.
- MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste: estudos de uma região – a Mata Mineira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. 153p.
- MIRANDA, Salm de. **Rio Doce** (impressões de uma época). Rio de Janeiro: Editora A Noite, (Biblioteca do Exército), 1949. 123p.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005. 154p.
- MORAES, Werter Valentim; RIBEIRO, Guido Assunção. “Indicadores para a Identidade do Turismo de Base Comunitária no Território da Serra do Brigadeiro (MG). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.6, n.1, jan/abr-2013, p.107-122.
- MURARI, Luciana. **Natureza e Cultura no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2009. 470p.
- OLIVEIRA, Ricardo Batista. *Povos Indígenas e Ampliação dos Domínios Coloniais: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2009. 159p.
- PACHAMAMA, Aline Rochedo. **Morukah Puky**. Rio de Janeiro. Pachamama Editora, 2009.
- _____ . **Guerreiras (M´baima Miliguapy)**: mulheres indígenas na cidade, mulheres indígenas na aldeia. Rio de Janeiro: Pachamama Editora, 2018. 180p.
- _____ . “Boacê Uchô, a história está na terra: narrativas e memórias do Povo Puri da região da Serra da Mantiqueira”. *In*: LEMES DE SOUZA, Ana Paula; VIANNA, Raphael; ALCÂNTARA, Valderi de Castro (Orgs.). **Ecologias das Águas: o futuro em corrosão**. Cambuquira: Nova Cambuquira, 2019. 277p.
- PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004 (2ª Ed.). 318 p.
- _____ . “Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil”. *In*: Pádua, José Augusto (Org.). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: IURPEJ (Coleção Pensando o Brasil 4), 1987. p.11-62.
- _____ . A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na construção do território brasileiro: estabelecendo um marco de análise. *Revista de História Regional*. Vol.20, n. 2. 2015. p.232- 251.

- PAIVA, Adriano Toledo. “O Domínio dos índios”: Catequese e conquista nos sertões de Rio Pomba (1767-1813). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. 291p.
- PERLIN, John. **A Forest Journey**: the role of wood in the development of civilization. New York: Norton & Company, 1989. 445p.
- PINTO, Frederico Queiroz Brumano. Avaliação do Potencial Turístico dos Municípios que Compõem o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Monografia (Graduação em Ciência Florestal) – Departamento de Engenharia Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Julho de 1999.
- _____ . Avaliação do Ecoturismo em Três Municípios do Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Departamento de Engenharia Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005, 124 p.
- POLLAK, Michael. ”Memória, Esquecimento, Silêncio”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “Entre América e Abya Yala: tensões de territorialidades”. *In*: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, jul./dez. 2009. Editora UFPR, p.25-30.
- PRAÇA, Heitor Levy Ferreira. Criação de Unidades de Conservação e Modernização no Meio Rural: o caso do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009. 124p.
- RAMALHO, Roberto. Engenharia Florestal, uma profissão para servir a Amazônia, **Atas do Simpósio Sobre Biota Amazônica**, Vol. 7 (Conservação da Natureza e Recursos Naturais): 1967. P245-255.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p.143.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas, São Paulo: [s.n.]. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2003. 387p.
- _____ . & LANGFUR, Hal. “Minas Expansionista, Minas Mestiça: a resistência dos índios em Minas Gerais do século do ouro”. *In*: Anais de História de Além-Mar, Vol. IX, Lisboa, 2008, p.189-213.

- _____ & LANGFUR, Hal. “Minas Gerais Indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei”. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02> acessado em: 20/04/2019.
- RIBEIRO, Maria das Graças Martins. “Caubóis e Caipiras: os land grand colleges e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa”. Revista História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.19, abr. 2006. p.105-120.
- _____. “Educação superior e cooperação internacional: o caso da UREMG (1948-1969)”. InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, n. 25, p. 50-63, jan/jun. 2007.
- _____. “A USAID e o ensino agrônômico brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais”. In: Bol. Mus. Para Emílio Goeldi. (Ciências Humanas). Belém, v.4, n.3, set-dez-2009. p.453-463.
- ROCHA, Leonardo G. M. da; DRUMMOND, José Augusto; GANEM, Roseli Senna. “Parques Nacionais Brasileiros: problemas fundiários e alternativas para sua resolução”. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 205-226, jun. 2010
- ROLIM, Flávio Augusto. Levantamento do Potencial Turístico de uma Unidade de Conservação, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - PESB. Monografia (Graduação em Ciências Florestal) – Departamento de Engenharia Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Dezembro de 1999.
- RONCAGLIO, Cynthia. O Emblema do Patrimônio Natural no Brasil: a natureza como artefato cultural. Tese (Doutorado) – pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR. Curitiba, 2007. 198p.
- _____. “A Ideia da Natureza como Patrimônio: um percurso histórico”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, no. 19, p. 111-128. jan.-jun. 2009.
- RUA, J. (Org.). Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da geografia. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007.
- SAAVEDRA, Fernando Estenssoro. **História del Debate Ambiental em la Política Mundial (1945-1992)**: la perspectiva latinoamericana. Santiago de Chile: Lom Ediciones, 2014. 215p.
- SAMPAIO, Alberto José de. “O Problema Florestal no Brasil, em 1926 - Relatório apresentado ao Congresso Internacional de Silvicultura de Roma, abril-maio, 1926”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Gráfica Ypiranga, vol. 28, dez. 1926

- SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. *O Parque e a Estrada: uma análise acerca da conservação e desenvolvimento na história do Parque Estadual do Rio Doce (1944-1993)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais. 2015. 292p.
- SCARATO, Luciane Cristina. *Caminhos e Descaminhos do Ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783)*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. 303p.
- SILVA, Claiton Márcio. “Os Outros São o Atraso: populações rurais e modernização agrícola em Minas Gerais (1950-1960)” *In: SILVA, Sandro Dutra, SÁ, Dominichi Miranda, SÁ, Magali Romero. Vastos Sertões: história e natureza na ciência e na literatura*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p.111-124.
- SILVA, Claudinei Heleno da. *Conflitos Ambientais no Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB): agricultura familiar e mineração de bauxita no município de Miradouro - MG*. Dissertação (mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2012. 170p.
- SILVA, Gustavo Bianchi. *A Ciência em Rede: os vínculos entre instituições e cientistas no contexto da moderna agricultura (1958-1973)*. Dissertação (mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2014. 146p.
- SILVA, Sebastião M. F. da. *Reflorestamento: programa impacto para a Zona da Mata de Minas Gerais*. Conselho de Extensão (UFV), Série Atualizações, nº1, 1973.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. (Tradução Hildegard Feist). São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 645p.
- SOUZA, Helton Nonato. *Sistematização da Experiência Participativa com Sistemas Agroflorestais: rumo à sustentabilidade*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Solos. Viçosa: UFV, 2006. 127p.
- _____ .Biodiversity and Key Ecosystem Service in Agroforestry Coffee System in the Brazilian Atlantic Rainforest Biome. Tese (Doutorado) - pós-graduação em Ciências Ambientais, Wageningen University. Wageningen (Holanda), 2012. 156p.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. 4ª Edição. 320p.
- TEIXEIRA, Maria do Carmo Couto. “Relações Socioambientais em Área de Preservação Ambiental”. Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, Bahia, 1 a 4 de junho de 2008. p.145-164.

- _____ . “Relações Socioambientais e Educativas em Área de Preservação Ambiental”. *In*: Educ. foco, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, set 2009/fev. 2010, p. 145-164.
- THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução de José Roberto Martins. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 454p.
- UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Paris: UNESCO, 2005. 32p.
- URBAN, Tereza. **Saudades do Matão**: relembando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora UFPR, 1998. 374p.
- VALVERDE, Orlando. “Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais”. *In*: Revista Brasileira de Geografia. Ano XX, Nº 1, Jan.-Mar 1958. p.3-82.
- VANETTI, Frederico. “Resultados Experimentais Sôbre o Controle À Formiga Saúva, *Atta sexdens rubripilosa* Forel, 1908, com Inseticidas Clorados”. Tese de Doutorado, Escola Superior de Agricultura, UREMG, Viçosa. 1960, 61p.
- VASCONCELLOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1904. 419p.
- VIANNA, Lucila Pinsard. **De Invisíveis a Protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008. 340p.
- VIOLA, Eduardo. “O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986)”. *In*: Pádua, José Augusto (Org.). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: IURPEJ (Coleção Pensando o Brasil 4), 1987. p.63-109.
- VITARELLI, Camila Costa. A Concepção de Desenvolvimento Sustentável na Atuação de ONGs no Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, MG. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005. 108p.
- VIVACQUA, Melissa, VIEIRA, Paulo Freire. “Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação”. *In*: Revista Sociedade e Política, Florianópolis (UFSC), nº7 – Outubro de 2005. p.139-162.
- WERTER, Martin ... et al. “Vozes da Permanência: a conservação ambiental alcançada com o sistema da agrofloresta” *In*: STEENBOCK, Walter (Org)... et al. **Agrofloresta, Ecologia e Sociedade**. Curitiba: Editora Kairós, 2013. 422p.

ANEXO I

ANÁLISE DA CAPA DO BOLETIM “REFLORESTAMENTO, PROGRAMA IMPACTO PARA A ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS” - 1972

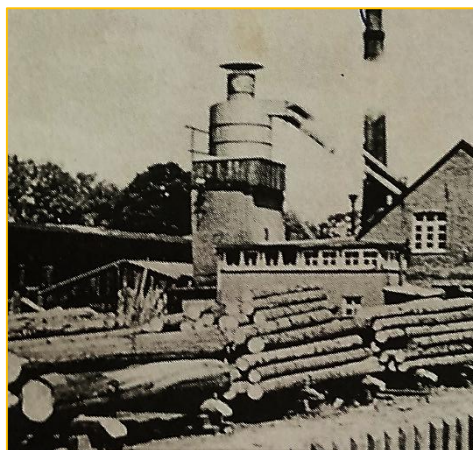


IMAGEM C

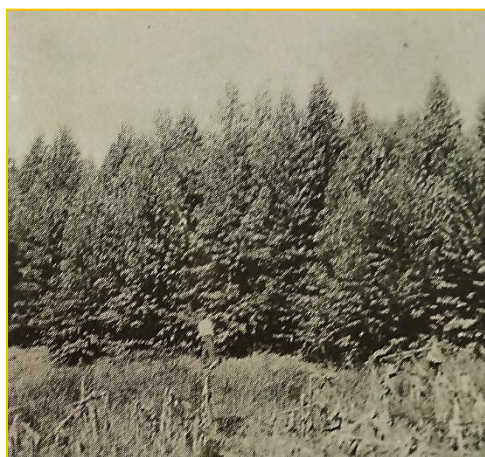
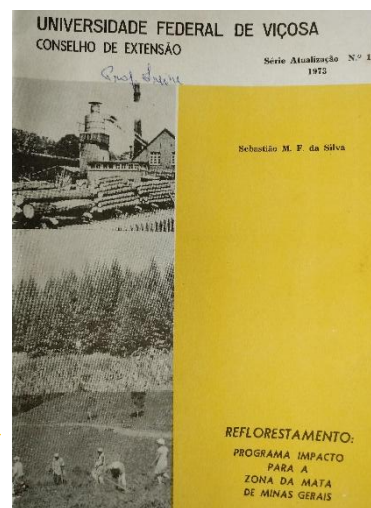


IMAGEM B



In: SILVA, 1973



IMAGEM A

ANEXO II

BRASÕES DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO RURAL SERRA DO BRIGADEIRO



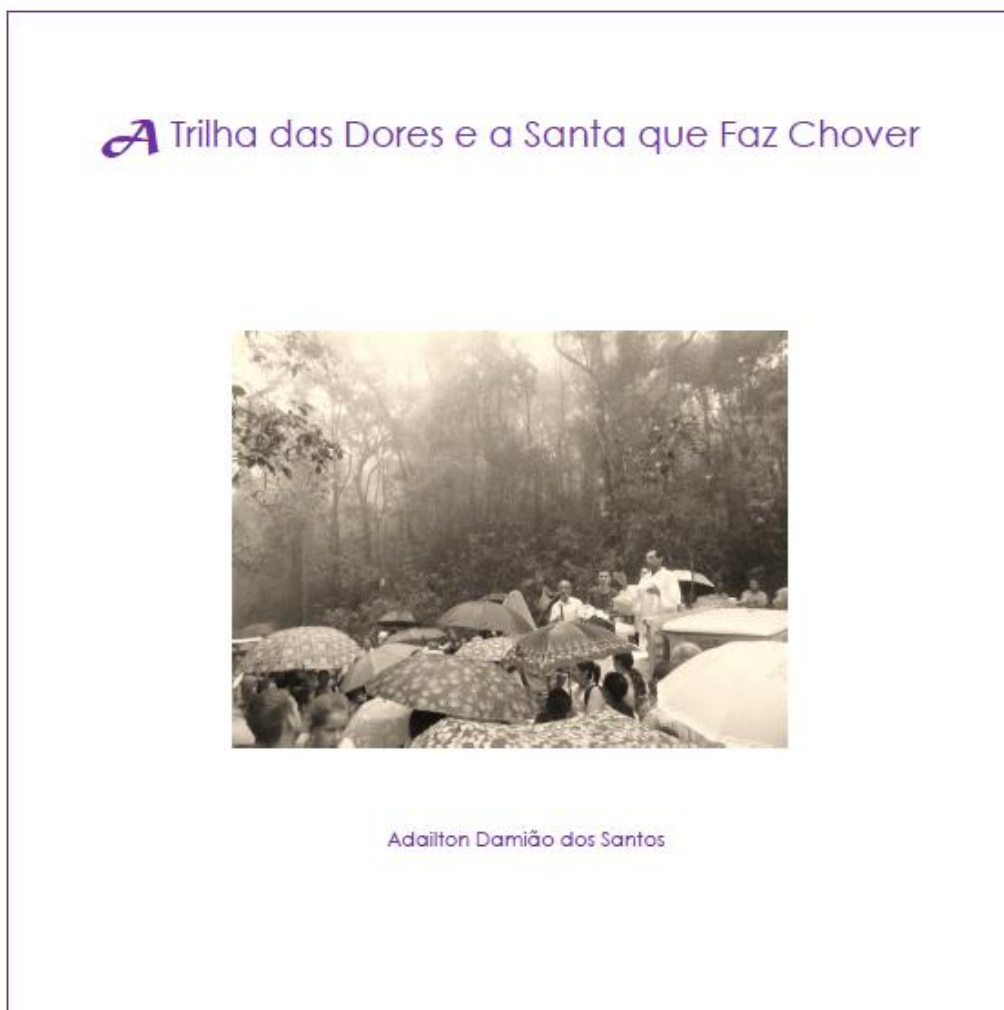
ANEXO III


A TRILHA DAS DORES E A SANTA QUE FAZ CHOVER – Livreto e CD-ROOM

O audiovisual, produzido com os relatos das comunidades, acompanhará em CD-ROOM o livreto de 36 páginas e está disponível na seguinte plataforma digital:

<https://www.youtube.com/watch?v=JetCjc7vXHM&t=1831s>

O Livreto:



 dizem que a fé move montanhas ...
move serras!

SUMÁRIO:

- APRESENTAÇÃO	01
- MAPA DA TRILHA	02
- LOCALIZANDO	03
- A TRILHA DAS DORES	04
- A TRILHA E A SANTA	05
- O TERRITÓRIO E SUA GENTE	06
- OS REGISTROS VISUAIS	08



APRESENTAÇÃO

O livreto "A Trilha da Dores e a Santa Que Faz Chover" é uma compilação das informações recolhidas no inventário participativo realizado com as Comunidades do Careço (Ervália) e a Comunidade das Dores (Miradouro), produto final apresentado ao Mestrado "Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania" do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa e parte integrante da Dissertação de Mestrado intitulada "Entre o Machado do Curupira e Gameleiras Encantadas: conservação da natureza, território e identidades na Serra do Brigadeiro, Zona da Mata Mineira (1976 a 2006)", orientada pelo Prof. Dr. Leonardo Civalle.

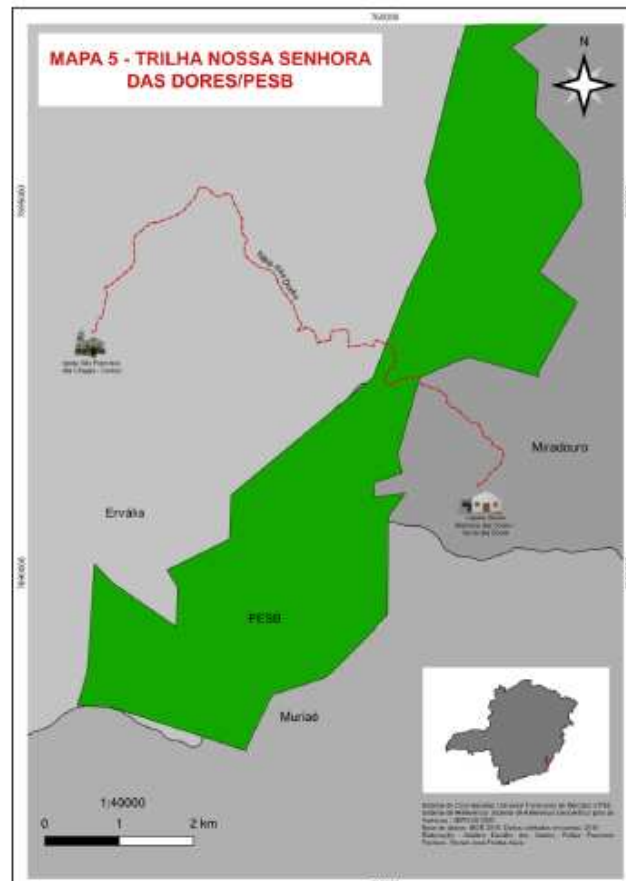
O inventário participativo foi elaborado em parceria com um grupo de alunos da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas (Careço) e da Escola Municipal da Serrania (Miradouro), coletando informações para o resgate e a preservação da Trilha das Dores, onde realiza-se a Romaria das Dores e a Troca de Santos. A riqueza das informações coletadas e produzidas (fotos, vídeos, relatos, cantos) levou-nos a entender a necessidade da sua pronta divulgação e utilização do material em escolas e Casas da Cultura dos municípios do entorno da Serra do Brigadeiro.

Fazem parte desse livreto, portanto, fotografias que compõem o inventário e um desenho que, entre tantos, registrou a importância da Trilha das Dores para os alunos que participaram da elaboração e coleta do material, assim como o registro audiovisual (Anexado em CD-ROM), no qual escutamos as vozes que vêm da serra, dos que vivem a esperança na santa que faz chover!

Ervália, outubro de 2019

1

MAPA DA TRILHA



2

LOCALIZANDO

A Trilha das Dores liga o Patrimônio do Careço (Ervália) à Comunidade da Serra das Dores (Miradouro) e atravessa a parte sul da Unidade de Conservação Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) no sentido longitudinal.



3

A TRILHA DAS DORES

As trilhas existentes na Serra do Brigadeiro são antigos caminhos de comunicação entre as comunidades, utilizados para visitar amigos e parentes do "outro lado da serra" e realizar comércio, encurtando as distâncias em muitos quilômetros. São caminhos que acompanham as sinuosidades das montanhas e, via de regra, alcançam o ponto mais alto da montanha, desembocando na vertente oposta da serra. Muitas dessas trilhas, que após a delimitação do PESB atravessam a Unidade de Conservação, são apontadas como espaços de conflito pela gestão do parque. Esses conflitos ocorrem pela proibição do seu uso e pela interrupção, forçada espacialmente, das relações sociais e históricas do território.

A Trilha das Dores, também conhecida como Trilha da Serrania ou do Tabuleiro, ainda mantém vivas as relações de parentesco e comércio entre várias comunidades nas vertentes ocidental e oriental da serra, incorporando, ao longo de sua história de uso, a simbologia de rituais católicos ligados à natureza. O caminho é uma mistura de estrada e trilha: Estrada do Patrimônio do Careço até a Serra do Tabuleiro (5km), Trilha da Serra do Tabuleiro, passando pelo PESB, até a Serra das Dores (4Km) e estrada até a Capela de Nossa Senhora das Dores (2Km). Durante os 11 Km de extensão, os cruzeiros guiam o caminhante nas, redundantemente chamadas, encruzilhadas.



Autor das Fotografias: Adailton Damião dos Santos, Fevereiro de 2019

4

A paisagem da trilha é marcada pela presença das lavouras de café, consorciadas com milho, pequenas áreas de plantio de eucalipto, capoeiras e matas secundárias em formação, além de diversos cursos d'água. As casas são construídas próximas aos terreiros de café, quase sempre em frente a eles, e, raras exceções, têm uma cruz enfeitada na porta. As porteiras marcam o limite, não muito rígido, da entrada das propriedades. Na área do PESB, demarcada por uma placa do IEF, a mata secundária se apresenta mais fechada, iniciando a subida para a serra. A partir deste ponto, vários cursos d'água marcam a trilha pedregosa e em aclive acentuado.

A TRILHA E A SANTA

A Trilha das Dores é usada pelos moradores do Careço para visitar a Capela de Nossa Senhora das Dores, apresentado as crianças para a santa e pagando promessas pelas graças alcançadas, com ex-votos e rezas. É, portanto, um elo espacial de fé entre as duas comunidades que se encontram nos seus dois extremos, Comunidade das Dores à leste e a Comunidade do Careço à oeste. Essas peregrinações dos moradores do Careço foram iniciadas após a imagem ter sido expulsa da comunidade (possivelmente na década de 1930) pelo então pároco de Ervália, Monsenhor Rodolfo. O vigário exigiu a retirada da imagem da Igreja do Careço por considerá-la muito feia e uma influência negativa para a comunidade. A imagem foi, então, doada à comunidade do "outro lado da serra" e para ela foi construída uma capela.

No início da década de 1950, durante uma longa estiagem, as duas comunidades decidiram apelar pela intercessão de Nossa Senhora das Dores, levando-a em procissão ao encontro da imagem que ainda permanecia no Careço, o Senhor dos Passos; nascia a tradição da Troca dos Santos. No ponto mais alto da Trilha das Dores, os santos são trocados pelas comunidades e a penitência dos romeiros e romeiras é

5

recompensada com a chuva. Desde então, a tradição é repetida nos anos de estiagem prolongada, com a crença de que a Santa faz chover.

A procissão na subida da serra para realizar a Troca dos Santos ficou conhecida como Romaria de Nossa Senhora das Dores. A última romaria ocorreu em 2014 e teve uma ampla participação das duas comunidades, além de pessoas dos arredores e do apoio dos administradores do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, demonstrando uma maior aproximação do PESB com as comunidade que historicamente vivem na área do parque.

O TERRITÓRIO E SUA GENTE

O território compreendido entre o Patrimônio do Careço e a Comunidade das Dores apresenta uma economia voltada para a agricultura familiar, tendo como principais produtos o café, o milho e o feijão. O café, principal cultivo, é consorciado com os cultivos sazonais de milho (uma colheita ao ano) e feijão (duas colheitas ao ano). O café, considerado de melhor qualidade nos pontos mais elevados da serra, é vendido, quase que integralmente em grão para terceiros, normalmente produtores médios do Município de Ervália, que possuem estrutura para secagem e armazenamento e que podem, com isso, aguardarem um melhor preço de mercado.

Entre os pequenos produtores, o café é secado no terreiro, influenciando, muitas vezes, na perda de qualidade do produto e na queda do preço. Para sanar tal problema, os produtores têm investido em secadores à lenha, agregando valor ao café e melhorando sua renda.

6



Casa com telhado de café na Serra das Dores (Autor: Acilino Donato dos Santos, 2019)

No período da colheita do café, entre os meses de abril e agosto, muitos postos de trabalho sazonais são criados, ativando economicamente as comunidades. As relações laborais existentes nas colheitas são, em grande parte, informais, gerando renda para os "panhadores" de acordo com a quantidade de café "panhado". Ocorre ainda a "troca de dias" nas lavouras, consistindo na parceria entre familiares e vizinhos para acelerar a colheita nos dias de bom tempo para a realização da "panha".

Os meses de agosto e setembro são épocas festivas nas propriedades rurais, sendo realizadas festas de fechamento da colheita, as "Cabadas de Café". Essas festas reúnem os "panhadores", os familiares e pessoas próximas aos donos da propriedade, celebrando com música, "causos" e comidas o encerramento do ciclo produtivo. Os terreiros de secagem de café são os locais onde ocorrem as "Cabadas", sendo um espaço de sociabilidade importante na estrutura das propriedades rurais do território.

As casas quase sempre apresentam na sua entrada uma cruz enfeitada. O costume de enfeitar cruz é incentivado pelas pessoas mais idosas dos núcleos familiares, quase sempre as mulheres, mas têm-se perdido em parte entre as gerações mais recentes. Para adornar a cruz é utilizado o papel de seda, chamado na região de "papel de cruz", com um modo de fazer muito parecido nas diversas comunidades do entorno da Serra do Brigadeiro. Na tradição oral, difunde-se a ideia de que a cruz vai ao céu na madrugada de 2

de maio e, se não tiver sido enfeitada, não é abençoada: "Cruz pelada e de roupa velha não entra no céu". Realiza-se ainda, para comemorar o dia de Santa Cruz, as subidas aos cruzeiros, sendo uma momento de entretenimento e pausa na colheita do café.

A produção de cana-de-açúcar também marca a agricultura no território, gerando o fabrico de aguardente e, em menor escala, de outros produtos (melado, rapadura). Diversos alambiques produzem cachaça com processos artesanais, consumida tanto localmente, como nas cidades da região. Embora pequena, a produção de rapadura ainda mantém certa tradição no território. A pecuária é outra atividade econômica vinculada à agricultura familiar, com a criação de gado leiteiro. Essa atividade gera um setor terciário, ainda que modesto, com a produção de queijos, requeijões e iogurtes. A produção desses derivados do leite são realizados de forma artesanal e com mão-de-obra familiar.

OS REGISTROS VISUAIS

Durante o inventário participativo, foram produzidos com os participantes uma série de registros visuais em fotografias e desenhos, buscando captar a essência da Trilha da Dores, o que gerou um rico acervo visual. Foram mais de 100 fotografias (coletadas e produzidas) e dezenas de desenhos, onde percebemos a trilha como o elemento de conexão entre o Careço e a Serra das Dores, comunidades irmanadas historicamente no parentesco, no comércio e na fé.

Para o livreto, selecionamos 28 desses registros, expressando uma variedade de temas e olhares sobre a serra, a santa, as árvores, as águas, o povo, a fé, a peregrinação, as caminhadas serra

¹ Tradição oral de Evália MG.

acima, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, as características antrópicas no entorno do parque, as encruzilhadas, as casas e seus moradores, as oferendas à santa, as coroações e registro de visitas à Capela das Dores, a santa (a bonita de hoje e a feia de antes?) e, enfim, a chuva...

Buscamos manter as características originais dos registros coletados nas comunidades, as fotografias mais antigas continuaram meio apagadas, apenas procuramos deixar visível o que os(as) produtores(as) das imagens quis retratar, agregando-lhes o mínimo possível de luz e brilho. Outro tipo de registro que utilizamos foram os do "momento de fala", fotografando as pessoas que nos permitiram registrar suas histórias e transformá-las em um audiovisual. Por fim, colocamos títulos que entendemos como apropriados para cada registro, destacando a temática e o motivo da escolha dos registros que aqui seguem.

9



A CASA VERMELHA DA SERRA

Primeira casa da vertente leste da serra, Comunidade das Dores (Miradouro)

Registro: Adailton Damão das Santas, Jan.2019

10

CRUZES E GENTES

Registro: Adailton Damilho dos Santos, Jan.2019



11

O CAFÉ NA BEIRA DA ESTRADA

Registro: Adailton Damilho dos Santos, Jan.2019



12

AS PEDRAS DO CAMINHO

Registo: Adalton Damão das Santas, Jan.2019



13

LAVOURINHA

Registo: Adalton Damão das Santas, Jan.2019



14



O PARQUE COMEÇA AQUI!

Registro: Adailton Damião dos Santos, Jan.2019



15



CAMINHOS QUASE ESTREITOS

Registro: Adailton Damião dos Santos, Jan.2019



16



PERSPECTIVAS DA TRILHA

Registro: Pública Artº (12 anos), Jul.2019



A ÁRVORE

Registro: Alda Sant' Anna,
Set.2019

ÁRVORE ENCANTADA

Registro: Adalton Damíão dos Santos, Out. 2019



19



AS ÁGUAS

Registro: Adalton Damíão dos Santos, Jan. 2019

20



E, DE REPENTE, FECHA O TEMPO NA SERRA...

Registro: Adailton Damíbo das Santos, Jan., 2019

21



AS ÁGUAS II

Registro: Alda - Sant'Anna,
Set., 2019

22



A CAMINHADA

Registro: Alda Sant'Anna, Set.2019

23



RELATANDO

Registro: Alda Sant'Anna, Set.2019

24



RELATANDO EM DOIS PLANOS

Registro: Mateus Pires, Set 2019.

25



RELATANDO II

Registro: Mateus Pires, Set 2019.

26



ZELOSAS ANTROPIAS

Registro: Alda Sant'Anna, Set.2019

27

ZELADOR DE ANTROPIAS

Registro: Mateus Pires, Set.2019



28



CASA PROTEGIDA

Registro: Mateus Paes, Set.2019

29

O POVO NAS NUVENS (Romaria 2014)

Registro: Ivan Lopes, Nov.2014



30



VOLTANDO COM A SANTA PRA CASA
(Troca de Santos 2014)

Registro: Ivan Lopes, Nov.2014

31

A IMAGEM

Registro: Adailton Damíão dos Santos, Jan.2019



32

QUANDO A SANTA AINDA ERA FEIA

Registro: Kamilo Castro • Fonseca, Out.2006



33



MEMÓRIAS ANALÓGICAS

Registro: Andréia Lima, Set.2004

34



EX-VOTOS

Registro: Adolpho Damíão dos Santos, Jan.2019



ENFIM, A CHUVA! (Troca de Santos 2014)

Registro: Ivan Lopes, Nov.2014

Agradecimentos

Agradecemos aos alunos e alunas que participaram do inventário (Escola Estadual Dom Francisco das Chagas e Escola Municipal da Serrania), aos coordenadores das Casas da Cultura de Ervália (Aída Sant'Anna) e Miradouro (Renato Matta). Ao Felipe Fazionato e ao Professor Renan, pela generosa elaboração e reelaboração do mapa da trilha. Aos autores das fotos que compõem este livreto, que gentilmente cederam seus relatos visuais para preservação da memória da nossa serra (Ivan Lopes, Mateus Paes, Patrícia Apª, Andréia Lima, Aída Sant'Anna, Kamilo Castro Fonseca). Por fim, agradecemos a todas as pessoas que permitiram que registrássemos suas vivências e história.

Fotografia da Capa: Ivan Lopes (Romário 2014)
Fotografia do Sumário: Adailton Damião dos Santos (Jan.2019)

Apoio:

